

Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado de História Social

**A construção do Templo da História  
Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará  
(1932- 1942)**

Cristina Rodrigues Holanda

Fortaleza – 2004

H669      HOLANDA, Cristina Rodrigues.  
A construção do Templo da História. Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932  
1942) / Cristina Rodrigues Holanda. \_ Fortaleza, 2004.  
249 p: il

Dissertação (Mestrado) em História Social.  
Universidade Federal do Ceará  
Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos.

1. Sousa, Eusébio de – Biografia.  
2. Museu Histórico do Ceará. 3. Ceará – História. 4. Fortaleza – História  
Francisco Régis Lopes II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação  
em História Social. III Título.

Universidade Federal do Ceará  
Centro de Humanidades  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado de História Social

**A construção do Templo da História  
Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932- 1942)**

Cristina Rodrigues Holanda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.

Fortaleza – 2004

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

-----  
Cristina Rodrigues Holanda

-----  
Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos  
(Orientador)

-----  
Prof. Dr. Manoel L. L. Salgado Guimarães

-----  
Profa. Dra. Kênia Sousa Rios

### **Resumo**

A pesquisa tratou de perscrutar a formação do acervo do Museu Histórico do Ceará (MHC), constituído em Fortaleza sob a direção do bacharel Eusébio Néri Alves de Sousa, no período de 1932 a 1942. A atuação de Eusébio de Sousa foi analisada com o intuito de interpretar suas concepções de história, memória e museu que influenciaram a criação e a organização da primeira instituição museológica oficial do Estado do Ceará, juntamente com as concepções dos doadores de objetos, delineadas a partir das descrições procedidas a respeito das ofertas. A montagem desse acervo nos anos trinta, que em parte se manteve até a atualidade, contribuiu significativamente para a conformação desse Museu por toda a década de quarenta, mesmo com a alternância de diretores que sucederam Eusébio de Sousa. Somente com a intervenção do Instituto do Ceará, a partir de 1951, é que o MHC ganhou um novo direcionamento.

### **Resume**

Cette recherche a scruté la formation de l'amas du Museu Histórico do Ceará (Musée Historique du Ceará – MHC), constitué à Fortaleza sous la direction du bachelier Eusébio Néri Alves de Sousa, dans la période de 1932 à 1942. L'action de Eusébio de Sousa a été analysée avec le but d'interpréter ses conceptions d'histoire, mémoire et musée qui ont influencé la création et l'organisation de la première institution muséologique officielle de l'État du Ceará, avec les conceptions des donateurs des objets, délinées à partir des descriptions procédées à propos des offres. L'organisation de cet amas dans les années 1930, qui en partie se conserve jusqu'à présent, a contribué significativement pour la conformation de ce Musée pour toute la décennie de 1940, même avec l'alternance de directeurs qui ont succédé Eusébio de Sousa. C'est seulement avec l'intervention de l'Instituto do Ceará (Institut du Ceará), à partir de 1951, que le MHC a gagné une nouvelle orientation.

Ao meu pequeno grande amor: Téo

“Os museus são muito mais do que meros recipientes para os objetos nele exibidos (...) tem sua própria história e podem nos dizer muito sobre a época em que foram construídos”. (Peter Burke).

## AGRADECIMENTOS

Muitos contribuíram para a conclusão desse trabalho. Inicialmente gostaria de agradecer a FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento da pesquisa.

A seguir, não poderia esquecer uma das pessoas que mais me incentivou ao longo dessa caminhada: meu orientador, Prof. Régis Lopes, que se tornou um bom amigo e que tenho como exemplo de intelectual que espero um dia ser.

Agradeço à Regina Jucá, sempre eficiente e atenciosa nos serviços da secretaria da Pós-Graduação em História Social. Agradeço também aos meus professores e colegas de turma do Mestrado pelos momentos de debate e conversas agradáveis (e às vezes étlicas). Entre os colegas gostaria de realçar os nomes de Sander Castelo e Isaíde Bandeira. Ao Sander devo o apoio emocional no início das minhas investigações. À Isaíde, o ombro amigo em várias situações, envolvendo inclusive os préstimos do seu marido Gladson Timbó, que formatou com extrema competência todas as consultas elaboradas a partir do banco de dados criado por Giordano (amigo do meu irmão Carlos), que gentilmente também me auxiliou na utilização do programa Access.

Outros companheiros de profissão colaboraram com propostas de leitura, empréstimo de livros, indicação de fontes e outras sugestões. São eles: Zilmar, Jeová Lucas, Ana Carla Sabino, Ana Glória Lopes, Eduardo Vasconcelos, Diocleciana Paula, Vânia, Eduardo Lúcio, Tanísio Vieira, Prof. Zairo, Kênia Rios, Antônio Luís e Prof. Manoel Salgado. Ao Tanísio sou especialmente grata por me ceder as cópias dos Códigos de Postura do século XIX. Ao Prof. Zairo (meu sogrinho) pelo empréstimo de livros e pela paciência em responder algumas curiosidades malucas que eu de vez em quando formulava. A Kênia pela participação nas minhas bancas de qualificação e de defesa, além da cópia do Código de Posturas de Fortaleza (1932) que me foi enviada. Ao Antônio Luís pela revisão final do meu texto e as longas conversas

por telefone e email, que muito ajudaram a encaminhar a pesquisa. Ao Prof. Manoel Salgado por aceitar participar da minha banca de defesa da dissertação.

Nos lugares onde pesquisei encontrei pessoas cuja colaboração foi inestimável. Na Biblioteca Pública Menezes Pimentel estão Gertrudes, Elmadan, Seu Jerônimo, Raimundinha e Dona Zuila (do Setor de Microfilmagem e Hemeroteca), Francisco de Assis e Madalena (do Setor de Obras Raras). Madalena, além de atuar na Biblioteca Pública, também me atendeu atenciosamente na Academia Cearense de Letras. No Arquivo Público do Estado está o Prof. André, pesquisador incansável. No almoxarifado do Tribunal de Contas do Estado, Crisóstomo. No Instituto do Ceará, Prof. Pires e Prof. Geraldo Nobre. No Museu do Ceará estão Cláudia Pires, Fred Barros, Kenyo Araújo, Claudenísio, Cleirton e o pessoal do núcleo pedagógico.

Profissionais de outras áreas do conhecimento muito colaboraram com o presente trabalho. Ao queridíssimo Velloso, o meu muito obrigada pela leitura criteriosa acerca dos jacarés do Barão e pela foto com a qual me presenteou, incluída no tópico “Memórias de Fortaleza”. À Prof. Silvia Porto Alegre sou agradecida pela leitura do meu texto de qualificação e às observações pertinentes. Ao Titus Riedel por me apresentar ao livro de Regina Abreu e realizar algumas fotos sobre a documentação que eu encontrei no Arquivo Público do Estado. Ao Prof. Liberal de Castro pelas indicações bibliográficas específicas da área de arquitetura e à apresentação de Dona Altair, uma das filhas de Eusébio de Sousa, que tive o imenso prazer de conhecer. Aliás, devo agradecer a companhia de Eusébio nesse período de pesquisa.

Na verdade, várias pessoas acompanharam o meu trabalho, dando suporte técnico e, em muitos casos, afetivo, para que eu pudesse escrever: À Silvia Helena, Paulino, Cavalcante, Maxwell e toda a sua família agradeço por resolverem os meus problemas de hardware e software. Ao seu João Carlos Neto, pelo acesso à Revista Numária. Ao Rui, professor da Cultura Francesa (UFC), pela tradução do resumo da minha pesquisa. À Ana pela normatização da dissertação. À Elineuza pela elaboração da ficha catalográfica. À Norma, do Colégio Carolino Sucupira, pela paciência em me esperar (ela sabe do que eu estou falando). À Nívea Soares e Carolino Lino, amigas queridas sempre

presentes para me auxiliar na pesquisa empírica. Ao Altemar pela remessa de materiais do Rio de Janeiro e pelos cuidados com o nosso filho. Á Prof. Terezinha Alencar por me ajudar, de diferentes formas, no exercício do magistério. Á Dona Helena pelo carinho. Á minha família (Dona Nilce, Seu Antônio, Carlos, Kátia e Téo) pelo incentivo. Ao pessoal da família Montenegro (Dona Wlândia, Seu Peri, Alfredo, Alba, Alexandre e Teka) pela torcida calorosa que fizeram para o nascimento e a concretização do meu projeto de pós-graduação.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer especialmente ao Zairo José, pela paciência e por toda a ajuda. Apesar das épocas de turbulência, nosso amor foi capaz de enfrentar as adversidades e nos manter unidos.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	01
I – A MEMÓRIA SEGUNDO VOVÔ CEARÁ .....	12
1.1 Um Missionário da Memória .....	12
1.2 Memórias sobre Vovô Ceará.....	27
1.3 Objetos da memória, por Eusébio de Sousa .....	40
II – EUSÉBIO DE SOUSA E O MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ .....	57
2.1 Um Templo - Memória para os cearenses.....	57
2.2 A administração Eusébio de Sousa .....	72
2.3 Exposições do Museu Histórico do Ceará .....	78
III – AS DOAÇÕES PARA O MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ.....	99
3.1 Entre moedas e medalhas .....	99
3.2 Objetos Biográficos e Anônimos .....	106
3.3 A memória entre o passado e o futuro.....	122
3.4 Memórias de Fortaleza .....	141
3.5 A diversidade das doações.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	161
FONTES .....	163
BIBLIOGRAFIA .....	181
ANEXOS .....	193

## INTRODUÇÃO

As instituições museológicas foram inauguradas no Brasil, no início do século XIX, com o apoio oficial de D. João VI, como o *Museu da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* (1815) e o *Museu Real* (1818). Somente em fins do XIX outros museus foram criados com subsídios governamentais, alguns de grande projeção, como o *Museu Nacional do Rio de Janeiro* (antigo Museu Real), o *Museu Paulista* (conhecido também como *Museu do Ipiranga*) e o *Museu Paraense Emílio Goeldi*. (SCHWARCZ, 1995)

No Ceará, mais especificamente em sua capital, Fortaleza, algumas entidades congêneres também surgiram, mas com o incentivo de particulares no tocante aos custos e a organização, gozando provavelmente de um aparato mais modesto. Conforme o Boletim nº01 do Museu Rocha, o primeiro foi o Museu que pertenceu ao médico cearense Joaquim Antônio Alves Ribeiro, que em 1873 já apresentava várias coleções de fragmentos da natureza (apud HITOSHI, 1965:230). Possivelmente suas coleções foram deslocadas para compor o *Museu Provincial*, que funcionou entre 1875 a 1885 como uma das dependências do Gabinete Cearense de Leitura. (AZEVEDO, 1995, p. 45- 53) Por volta de 1894, outro cearense, Francisco Dias da Rocha, formou o *Museu Rocha* (HITOSHI, 1965, p. 226), que se manteria em funcionamento até o início da década de 1950. O Museu Diocesano, organizado em Sobral (Ce) a partir de 1916, sob o controle do Bispo Dom José Tupinambá da Frota, foi oficialmente aberto ao público em 1971, sob a denominação de Museu Dom José.

Todas as instituições citadas, com exceção do Museu Diocesano<sup>1</sup>, apesar das suas respectivas particularidades regionais, passaram a cumprir um papel relevante no incentivo dos estudos em ciências naturais e antropologia física no país, personificando um certo ideal de cientificidade e objetividade

---

<sup>1</sup> A formação do Museu Diocesano parece desvinculada dos estabelecimentos de história natural, com a compra ou a doação de diversos objetos elaborados pela mão humana. (CÂNDIDO, 1998, p. 50; GIRÃO, 2004; GIRÃO apud BARBALHO, 1998, p. 495)

igualmente almejado em muitos museus na Europa, orientado por teorias evolucionistas de cunho racial. O diferencial com relação aos estabelecimentos europeus é que, partindo da coleta, análise, classificação e exposição de itens da fauna e da flora locais, buscava-se as origens do homem brasileiro (HITOSHI, 1965; SCHWARCZ, 1995). Poucos eram os museus com outro tipo de acervo, como o Museu do Exército (1864) e o Museu da Marinha (1868) [SUANO, 1986], que certamente exibiam peças relacionadas ao aparelhamento e aos eventos vivenciados por essas forças armadas, no Brasil.

A despeito do progresso material que o Ceará passou a desfrutar, na virada do século XIX para o XX, a primeira repartição museológica oficial, mantida pelo governo estadual, foi fundada apenas em 1932, sendo franqueada ao público no ano seguinte, em Fortaleza. O *Museu Histórico do Ceará* (MHC), como foi nomeado, ocupava duas salas do também recém-criado Arquivo Público do Estado, ambos sob a direção de Eusébio Néri Alves de Sousa.

O marco de consolidação dos museus brasileiros classificados como “históricos”, é o ano de 1922, quando as autoridades públicas em várias regiões do país decidem comemorar o centenário da independência do Brasil. Por ocasião da efeméride é que o Museu Paulista - cujo prédio foi idealizado como um monumento à independência proclamada por Dom Pedro de Alcântara às margens do riacho Ipiranga – sob a direção de Affonso de Escragnolle Taunay, foi voltando os seus olhos para a estruturação de coleções de objetos da História Pátria e transferindo paulatinamente as coleções de História Natural, que cultivara prioritariamente até então, para outras instituições. (ALVES, 2001; BEZERRA DE MENEZES, 1992) Como parte das festividades de 1922, o Museu Histórico Nacional (MHN) foi inaugurado na capital da República, o Rio de Janeiro, sob os auspícios de Gustavo Barroso, tornando-se o grande referencial de museu histórico do país, tendo em vista sua finalidade de cultuar a História Nacional e de implantar o primeiro curso de museologia do país, que vigorou de 1932 a 1951, quando foi elevado a curso universitário, a partir do convênio firmado com a Universidade do Brasil. (MAGALHÃES, 2002)

Um maior número de museus de História, no país, foi se estabelecendo ao longo dos anos trinta e quarenta, a maioria como iniciativas oficiais, em

geral com a pretensão de celebrar os grandes eventos e personalidades pretéritas da nação brasileira, ensejando sentimentos de civismo entre os seus apreciadores (SUANO, 1986). Essa preocupação, percebida na produção historiográfica do Instituto Geográfico Brasileiro e no ensino de História desde o século XIX (GUIMARÃES, 1988; FONSECA, 2003), parece chegar com mais intensidade aos museus brasileiros durante a Era Vargas (1930-1945), com a intervenção sistemática do Estado na área cultural, em prol da consolidação de um projeto nacionalista que tentava enaltecer as glórias do passado brasileiro que servissem como modelos de conduta para os homens do presente, mascarando as diferenças, em nome de uma coesão social que deveria colocar o Brasil no mesmo patamar das nações “civilizadas”. (BARBALHO, 1998)

No início dos anos trinta, o Museu Histórico do Ceará foi se formando e, sob as vistas de Eusébio de Sousa, procurou se direcionar para a coleta, classificação e exposição de objetos que possibilitassem “*o conhecimento da história pátria, especialmente do Ceará, bem como o culto das nossas tradições*” (Decreto Estadual nº 643, de 29/06/ 1932).

Mesmo com a saída de Eusébio de Sousa da sua direção, em 1942, o MHC continuou atuando e sobreviveu até os dias atuais. Passou pelo controle de muitos diretores; mudou algumas vezes de endereço e de denominação<sup>2</sup>; dividiu atenções e verbas com outros museus que foram surgindo no Ceará; desvinculou-se do Arquivo Público, filiando-se ao Instituto Histórico (1951) e finalmente à Secretaria de Cultura do Estado (1967), onde ainda hoje se mantem. Ao longo dessa trajetória, se transformou. Como pesquisadora, contudo, interessa-me discutir, em particular, os mecanismos de sua construção, que até o momento não foram abordados de forma mais sistemática por nenhum trabalho de interpretação histórica, como, aliás, acontece com outras fases da história da Instituição.

Os objetivos centrais da presente investigação são basicamente dois. Um consiste em avaliar a produção intelectual de Eusébio de Sousa, analisando o seu papel na organização do primeiro museu oficial do Ceará.

---

<sup>2</sup> Ao passar para a administração do Instituto do Histórico do Ceará, em 1951, passou a ser intitulado como **Museu Histórico e Antropológico do Ceará**. O nome atual – **Museu do Ceará** – começou a vigorar em 1990, quando a Instituição já se encontrava vinculada a Secretaria de Cultura do Estado.

Que memórias sobre o passado cearense ele pretendia construir e cristalizar a partir da coleta e da exposição pública de objetos angariados para a “Repartição”? Que facilidades ou obstáculos ele encontrou para materializar o projeto de criação de uma “casa de memória”? Tentando responder essas questões, foi necessário circunscrever, em vários momentos do texto, o lugar social onde Eusébio atuava. Ao contrário de um escrivão de polícia ou de um cronista eventual, o bacharel tinha consciência de sua posteridade. Produzia para os seus pares intelectuais, mas também para o público em geral, e essa produção intelectual sempre estava articulada aos espaços de ordem política, econômica e sócio-cultural do seu tempo. (DE CERTEAU, 1982)

O outro objetivo dessa pesquisa se direciona para um estudo mais minucioso desse acervo que o MHC constituiu no período em que Eusébio era o seu organizador (1932-1942), através de inúmeras doações, vindas do interior e da capital, bem como de outros Estados, realizadas por pessoas e instituições. As questões norteadoras, nesse segundo caso, foram: Qual o lugar social dos doadores? Que objetos estão sendo doados? Quais os significados investidos nas peças e que são pertinentes à decisão aparentemente banal de “presentear” uma organização pública? De que modo esses objetos ficaram em exposição na “Repartição”? Haveria uma convergência entre as concepções sobre museu idealizadas por esses doadores e as que foram elaboradas por Eusébio de Sousa? Quais as relações entre a formação do Museu e a escrita da História do Ceará? Como o Museu se transformou num lugar de disputas em nome da memória?

Segundo Francisco Régis Lopes Ramos, os vestígios materiais, após adentrarem nos circuitos de exposição dos museus, podem ganhar outros significados desvinculados daqueles sentidos originais para os quais foram produzidos (valor de uso), doados ou comprados para as exposições. (RAMOS, 2003) Não é intenção desse trabalho, portanto, perseguir os múltiplos sentidos que cada objeto adquiriu ao passar pela operação museológica. O que se busca é avaliar as possíveis significações embutidas no ato da sua doação. Para tanto, procurou-se levar em consideração a posição anterior do objeto, quando ele ainda funcionava, fora das amarras institucionais do MHC.

---

Longe de se configurar como uma valorização exacerbada dos vestígios materiais, portanto, essa pesquisa pretende focar as formas pelas quais os doadores interagiram com os artefatos que remeteram ao MHC, construindo memórias, expressando significados. Para analisar esse conjunto de objetos que formaram o acervo e as exposições do Museu, a noção de *indício* (GINZBURG, 1989) e de *estranhamento* (GINZBURG, 2001) têm possibilitado um procedimento interpretativo adequado, pois mostram que, além da atenção para o que é desconhecido, devemos nos sentir estrangeiros frente à “detalhes” que, a princípio, parecem muito triviais e até mesmo secundários.

O recorte temporal adotado (1932-1942) justifica-se por várias razões. Coincide com a fase de implantação do Arquivo Público do Estado do Ceará, sob a gestão de Eusébio de Sousa, dentro do qual foi instalado o Museu Histórico. Ele foi o Diretor que mais investiu numa política de arrecadação de peças para o patrimônio do Museu, verificada na mobilização das instituições e da população cearense - através de ofícios, circulares e artigos, endereçados diretamente ou publicados nos principais jornais locais da época - e na divulgação das contribuições em diferentes veículos<sup>3</sup>. Em nenhuma outra fase da história do museu tal fato se repetiu nessa proporção. Essa afirmação está ancorada na vasta documentação que foi levantada pelo projeto “Museu 70 anos”, do qual participei como coordenadora, no período de Julho de 2002 à Fevereiro de 2003<sup>4</sup>, e nos demais documentos oficiais consultados para a realização da dissertação.

Além disso, o modelo de organização da “Repartição” implementado por Eusébio de Sousa, ainda perdurou em algumas administrações que o sucederam, até quando o Instituto do Ceará assumiu o Museu em 1951 e empreendeu modificações mais expressivas<sup>5</sup>. Também no período em questão,

---

<sup>3</sup> Muitas peças apresentadas ao longo desse trabalho ainda se encontram nas exposições do Museu do Ceará ou na sua reserva técnica. Outras foram se perdendo no decorrer das sucessivas intervenções e mudanças de endereço da Instituição. Nesse sentido, creio que o meu trabalho pode constituir o início de um inventário das perdas que o Museu sofreu.

<sup>4</sup> O projeto, idealizado pelo Museu do Ceará, recolheu vários artigos publicados nos jornais cearenses de 1932 à 1970, que estavam disponíveis em vários lugares de pesquisa de Fortaleza, visando disponibilizar de modo mais acessível, para a consulta pública, as informações divulgadas na imprensa escrita sobre a Instituição.

os museus do Brasil passaram por uma grande reformulação, verificada a partir da década de 1920 como um fenômeno mundial: a decadência dos grandes estabelecimentos museológicos de história natural, fundamentados no paradigma evolucionista racial, que predominavam desde a segunda metade do século anterior. (SCHWARCZ, 1995) Tais museus acabaram se reestruturando em outras bases teóricas, perdendo suas características enciclopédicas e especializando-se cada vez mais, ou direcionando-se para o culto da história e da arte nacionais.

Diferentes fontes foram utilizadas para compor a escrita dessa dissertação. A princípio a coleta se deu a partir dos jornais arquivados no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Estadual Menezes Pimentel. A leitura do jornal O Povo, de 1932, me levou a explorar o Diário Oficial.

Na época, o Diário Oficial do Estado vinha anexo ao referido jornal, com o título de “Documentos oficiais do Governo Provisório do Ceará: Interventor Capitão Roberto Carneiro de Mendonça”. Em 1934 ele passou a ser editado separadamente sob a denominação atual. Pesquisar os Diários Oficiais foi importante para que eu pudesse conhecer as determinações do governo estadual a respeito do MHC - complementadas com a análise da Coleção das Leis do Estado - mas principalmente para acessar “As relações de oferta feitas ao Arquivo Público e Museu Histórico”, publicadas mensalmente entre 1932 a 1935. Nessas relações eram citadas: cada peça doada, acompanhada muitas vezes de sua descrição ou de um comentário acerca da oferta; o nome dos respectivos doadores e sua ocupação profissional; e o local (cidade/estado) de onde a doação estava sendo remetida. O Diário Oficial dos anos de 1934 a 1942 foi pesquisado no Tribunal de Contas do Ceará e a Coleção das Leis Estaduais no setor de obras raras da Biblioteca Menezes Pimentel.

---

<sup>5</sup>Tal iniciativa governamental tinha por finalidade dotar o Instituto de instalações mais adequadas e também reestruturar o Museu que, segundo registros da década de 40, encontrava-se em franco estado de abandono após a administração de Eusébio de Sousa, vendo minguar o número de visitantes a cada dia. Reformas foram empreendidas com a intenção de selecionar apenas os objetos relativos ao Ceará, excluindo aquelas referentes aos outros Estados, e de adquirir novas peças - notadamente as das coleções indígenas do acervo do antigo Museu do Instituto (organizado em 1940 por Pompeu Sobrinho) e do Museu Rocha (compradas em 1953) - para a montagem de futuras exposições. As aquisições acabaram dando uma feição diferenciada à Instituição, que em 1955 reabre com a denominação de Museu Histórico e Antropológico do Ceará. De acordo com o primeiro tombamento oficial do Museu que se tem registro, realizado por Valdelice Girão em 1959, o Instituto de Educação do Ceará também realizou várias ofertas para o Museu, por ocasião da sua reestruturação nos anos cinquenta.

Os jornais locais consultados no setor de microfilmagem (como O Povo e A Razão) e depois nas hemerotecas da Biblioteca Menezes Pimentel, do Instituto Histórico do Ceará e do Seminário da Prainha (como A Rua, Correio do Ceará, Gazeta de Notícias, O Estado, O Nordeste, O Unitário) publicaram várias matérias sobre o Museu Histórico do Ceará, que em geral narravam a inauguração da “Repartição”, os eventos e as mostras de caráter temporário e permanente que eram promovidos, a visitação de escolas e de “pessoas ilustres”, etc<sup>6</sup>. Esses jornais ampliaram as informações acerca das doações e dos doadores do Museu, visto que algumas contribuições não foram encontradas nas relações de oferta do Diário Oficial<sup>7</sup>, ou quando são citadas nesse documento, não estão cercadas de tantos detalhes sobre a sua chegada ao MHC como nas reportagens, que às vezes traziam até ilustrações. Outro fator a considerar é que as relações de oferta foram divulgadas até 1935 e através dos jornais foi possível detectar doações que aconteceram após esse

---

<sup>6</sup> **O Povo** foi inaugurado em 07/01/1928 por Demócrito Rocha e continua atuando nos dias atuais. Após a “Revolução de 1930” foi organizado como um órgão propagador do PSD (Partido Social Democrático), que congregou vários “revolucionários cearenses” e concorreu às eleições, disputando espaço político com a LEC (Liga Eleitoral Católica). [Souza, 1994]. **A Razão** surgiu como órgão da Ação Integralista Brasileira no Ceará (NOBRE, 1965:336). **A Rua** era um matutino fundado em 1928 pelo jornalista Pais de Castro, um dos diretores do Museu Histórico do Ceará, por breve temporada, após a administração Eusébio de Sousa. Era visto como um dos melhores jornais dos anos trinta (SOUSA, 1933). **O Correio do Ceará** foi criado por iniciativa de A. C. Mendes, em 02/03/1915, com a finalidade de defender os interesses da Arquidiocese de Fortaleza. Passou mais tarde a lutar pelos ideais democráticos, sobretudo durante o Estado Novo. Em 16/05/1937 foi encampado pelos Diários Associados. (CEARÁ, 1998). **O Gazeta de Notícias** foi fundada por Antônio Drummond em 10/10/1927. Foi empastelado várias vezes nos seus primeiros anos de existência. Na década de trinta era considerado um dos cinco jornais mais importantes do cenário cearense. Cerrou suas portas no início dos anos oitenta, na qualidade de revista semanal das empresas O Povo (MESQUITA, 1983/1984: 131 – 150). **O Estado** iniciou sua existência em 24/09/1936 e permanece atuante no cenário cearense até os dias atuais, embora tenha mudado repetidas vezes de proprietário (CEARÁ, 1998). **O Nordeste** surgiu Patrocinado pela Diocese de Fortaleza, desde 29/06/22, para defender os postulados do catolicismo cearense. No período estudado, configurava-se como o jornal de maior circulação no Ceará, devido ao seu esquema de vendas por assinatura, divulgado pelo clero local, tendo como mercado consumidor a comunidade católica. Divulgou o ideário da LEC, que ganhou os pleitos de 1933, 1934 e 1935. Sobreviveu até 1967 (FURTADO 1990). **O Unitário** foi criado em 1903 pelo jornalista cearense João Brígido, sofreu vários empastelamentos (1906, 1912 e 1914), sendo suspenso em 1918. Voltou a circular em 1935 para logo desaparecer e ser reaberto em 1938. Em 1940 foi comprado pelos Diários Associados e publicado até 1976. Segundo o historiador Geraldo Nobre, o Unitário foi um dos principais jornais cearenses na década de 1930 (NOBRE 1965).

<sup>7</sup> Talvez por descuido administrativo ou porquê o Diário Oficial que os continha não foi preservado e, conseqüentemente, não encontrado durante a pesquisa. Como exemplo, entre outros, podemos mencionar a doação de parte da mobília que pertenceu ao General Tiburcio - militar cearense que atuou na Guerra do Paraguai - segundo artigo do jornal A Gazeta de Notícias (01/10/1933: 04).

ano. O porquê do “desaparecimento” das relações de oferta após 1935 continua sendo uma incógnita.

A partir das informações contidas nas relações do Diário Oficial e dos jornais, foi criado um banco de dados no programa “Access”, a fim de facilitar o meu acesso às informações referentes às ofertas e aos ofertantes durante a administração Eusébio de Sousa. Foram catalogados mais de mil objetos. O banco de dados possibilitou a realização de consultas variadas: dos artefatos mais angariados ano a ano; das contribuições remetidas por cada cidade ou estado; os objetos enviados por cada indivíduo ou instituição; etc. Segue anexo, ao final da dissertação, uma consulta acerca das peças remetidas ao Museu (por doação, compra ou permuta) no decorrer de 1932-1942, em ordem alfabética, com todas as informações contidas no banco de dados que foi construído. As descrições dos objetos, procedidas no item “Observações” dessa consulta, respeitaram as informações e expressões encontradas na documentação.

Ao falar em “objetos” doados ao Museu Histórico do Ceará é bom esclarecer que eu uso a palavra excluindo do seu sentido, em muitos casos, os documentos escritos (como livros, mapas, jornais, atas etc) que não demonstravam nenhum indício claro de que estavam sendo remetidos ao MHC. Parti do princípio de que a documentação escrita era enviada prioritariamente para o Arquivo Público, já que as relações de ofertas não discriminavam o destino dado a cada coisa, e o Arquivo, de acordo com o seu regulamento, mantinha seções específicas para armazenar esse tipo de material, enquanto o Museu Histórico recebia, sobretudo, os objetos.

Outros documentos alimentaram posteriormente o banco de dados já constituído. Foram eles os Boletins do Museu Histórico do Ceará e o Relatório de Eusébio de Sousa de 1932, encontrados no Museu do Ceará, além de algumas obras de referência, localizadas na Academia Cearense de Letras e no setor de obras raras da Biblioteca Menezes Pimentel.

Os Boletins, no total de três, publicados entre 1935 a 1936, pela Imprensa Oficial do Ceará, destinavam-se principalmente a divulgar as realizações da “Repartição”, apresentando algumas peças através de textos ou fotos, descrevendo o processo de aquisição de alguns itens do acervo e da pesquisa histórica sobre os mesmos, bem como a troca de correspondência com outras

instituições públicas (a nível estadual e nacional) e com vários jornais do Ceará.

O Relatório de Eusébio de Sousa ao Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, sobre as atividades realizadas pelo Arquivo Público e Museu Histórico em 1932 é bastante volumoso, constando de 76 páginas. Nele está contido um histórico sobre a Instituição, uma descrição detalhada sobre as suas dependências, além de várias circulares e ofícios expedidos, a nomeação de Agentes Auxiliares do Arquivo nos municípios cearenses, a divulgação de textos raros que estavam sendo adquiridos e a publicação dos Anais. Fotografias e textos sobre as “maiores preciosidades históricas” do Museu, elencadas por Eusébio, também foram contempladas nas suas páginas.

Alguns números da Revista *Numária* serviram de subsídio para a discussão travada sobre a coleção de numismática do Museu Histórico do Ceará. O periódico foi editado pela *Sociedade Numismática Cearense*, desde o seu surgimento em 1935. Após a sua fusão com o Clube Filatélico do Ceará (1938), passou a se chamar *Sociedade Numismática e Filatélica Cearense* e continuou a publicar a *Numária*. Todas as edições da Revista (aproximadamente quinze) foram dirigidas por Eusébio de Sousa, trazendo indícios da organização dos numismatas do Estado e da inserção do intelectual e do Museu Histórico nesse movimento.

Outras fontes ajudaram a discutir algumas questões referentes ao funcionamento do Museu Histórico e a remessa de doações específicas, como algumas obras de referências, o livro de ponto (de 1932 a 1933) e o livro de visitas (de 1935 a 1937) do MHC, os Códigos de Postura da cidade de Fortaleza (de fins do século XIX e de 1932), algumas crônicas e obras memorialísticas.

Saindo da compilação e do arranjo do acervo do Museu Histórico para uma análise da trajetória pessoal de Eusébio de Sousa, procurei selecionar algumas das suas obras, escritas em diferenciados momentos da sua carreira intelectual, entre 1908 a 1947. Tendo em vista a amplitude da sua produção (que não foi encontrada na sua totalidade) busquei separar, entre os títulos que encontrei disponíveis, aqueles em que Eusébio versava sobre variados temas da História do Ceará ou sobre a sua própria vida. Também foram avaliados os textos a respeito dele em jornais, revistas especializadas, livros, monografias e

catálogos elaborados pelo Museu Histórico. Esses textos foram feitos em duas fases distintas: enquanto esteve atuante no cenário cearense e após o seu falecimento.

A estrutura da dissertação foi pensada em três capítulos. No primeiro, denominado “A Memória segundo Vovô Ceará”, consta de três tópicos: “Um missionário da memória”, “Memórias sobre Vovô Ceará” e “Objetos da memória, segundo Eusébio de Sousa”. Procurei analisar o interesse de Eusébio de Sousa pelos assuntos históricos, que se expressou não apenas na montagem do MHC, mas perpassou grande parte da sua bibliografia. Depois, busquei confrontar os textos autobiográficos de Eusébio de Sousa com aqueles que foram confeccionados sobre ele, com o objetivo de delinear as memórias que se estabeleceram sobre a sua atuação como profissional da História. No fim desse primeiro capítulo são discutidas as ofertas remetidas ou angariadas pessoalmente pelo intelectual para o Museu, perscrutando os seus significados para a montagem do primeiro acervo museológico oficial do Estado.

O segundo capítulo, intitulado “Eusébio de Sousa e o Museu Histórico (MHC)”, foi também escrito em três tópicos. Em “Um Templo-Memória para os cearenses” são apresentados os indivíduos envolvidos na montagem do Museu Histórico do Ceará. Em “A administração Eusébio de Sousa” foi montado um painel sobre as conquistas e as limitações enfrentadas pelo Museu durante a gestão empreendida por Eusébio. Em “Exposições do MHC” realizo uma avaliação de como o Diretor tratou de organizar as exposições do MHC para a apreciação dos visitantes e para constar nos registros escritos sobre a Repartição.

No terceiro capítulo, “As doações para o Museu Histórico do Ceará”, cinco tópicos se sucederam. “Entre moedas e medalhas” analisa a formação das coleções de Numismática. “Objetos biográficos e anônimos” apresenta alguns artefatos que ingressaram no espaço museal por apresentar alguma vinculação biográfica ou por seu “valor de época”. “A memória entre o passado e o futuro” discute a chegada de diferentes objetos relativos aos grandes feitos do passado cearense ou do tempo presente. Em “Memórias de Fortaleza” são avaliadas as peças associadas às memórias construídas sobre a capital cearense do século XIX e início do século XX. Como o título sugere, em “A diversidade do acervo” entram em análise aquelas peças que, em certo

sentido, não se encaixavam dentro dos parâmetros pensados pela museologia histórica idealizada por Eusébio de Sousa.

# CAPÍTULO 1 - A MEMÓRIA SEGUNDO VOVÔ CEARÁ

## 1.1 – Um missionário da memória

Natural do Recife (PE), filho de um Major do Exército (José Néri Alves de Sousa) e de uma dona de casa (Maria Galdina Alves de Sousa), Eusébio Néri Alves de Sousa nasceu em 14 de agosto de 1883. Desde cedo, mostrou-se interessado pelo mundo da imprensa, onde começou a atuar como estudante do Ginásio Pernambucano e depois como acadêmico da Faculdade de Direito do Recife<sup>8</sup>. Graduou-se em 1907 e no ano seguinte partiu para o Ceará, onde se radicou, constituindo família e se integrando ao poder judiciário. Como juiz, percorreu vários municípios cearenses - Icó, Quixeramobim, Assaré, Ipu, São Bernardo de Russas e Quixadá – sempre conciliando as obrigações da magistratura com outros ofícios, como os de jornalista, inspetor escolar, dramaturgo e historiador<sup>9</sup>.

Em 1927, Eusébio de Sousa veio para a capital com sua prole, afastando-se do cargo de magistrado. De acordo com Magalhães (1948), começou a dedicar-se à advocacia. Os seus préstimos como advogado foram anunciados na *Gazeta de Notícias*<sup>10</sup>. O próprio Eusébio e outros intelectuais que lhe dedicaram algumas linhas biográficas não tocam nesse assunto, preferindo enfatizar, na respectiva fase, outras ocupações: a sua participação como redator-chefe do matutino *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1928 e 1929; o seu ingresso como sócio efetivo do Instituto Histórico do Ceará, em

---

<sup>8</sup> Quando ainda cursava o Ginásio Pernambucano, ele e um grupo de colegas fundaram a Sociedade Literária Bernardo Vieira de Melo, a partir da qual criaram o jornal *O Álbum*. Durante a faculdade, contribuiu para a criação de outros pequenos jornais como *O Município*, *O Escrínio*, *O Traquinas* e *O Recife*. (MARTINS FILHO, 1947, p. 198-200; SOUSA, 1937a, p. 157)

<sup>9</sup> Nessa fase, colaborou com artigos em vários periódicos e fundou jornais de pequeno porte, como o *Correio do Norte* (Ipu), a *Gazeta do Jaguaribe* (São Bernardo de Russas) e *O Sitiá* (Quixadá), este último com oficinas próprias, sob sua direção e propriedade. Redatoriu também a revista de objetivos agrícolas *O Campo* (Ipu). (Cf. SOUSA, 1937a, p. 203) Em Icó e Quixeramobim, por volta de 1912, atuou como inspetor escolar. A informação consta de forma telegráfica na folha de apresentação do livro *Catecismo Constitucional do Ceará*. (SOUSA, 1913)

<sup>10</sup> “Dr. Eusébio de Sousa. Advogado. Pode ser encontrado na redação da ‘Gazeta de Notícias’. Residência Rua Senador Pompeu, n. 244”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 25/01/1929, p. 11)

27/09/1928<sup>11</sup>; e a sua nomeação para a direção do Arquivo Público e Museu Histórico, em 20 de novembro de 1931 (Decreto nº 529, de 05/03/1932).

Observando os indícios deixados a respeito de sua existência, foi possível inferir que, mais do que um mero deslocamento espacial, essa mudança de endereço significou para ele uma grande guinada em termos profissionais. De homem do Direito, Eusébio de Sousa passou a ser reconhecido definitivamente, desde então, como um “beneditino das letras históricas”. (MARTINS FILHO, 1947, p. 209) Em 1934, chegou a solicitar a sua exclusão terminante do judiciário cearense e a sua efetivação no quadro administrativo do Arquivo Público do Estado<sup>12</sup>, para o qual havia sido indicado a fim de ocupar o cargo comissionado de Diretor no final de 1931, tendo se aposentado oficialmente do serviço público nessa função, em 1942. A análise do conjunto de sua obra, em especial de alguns itens selecionados a seguir, permitem a problematização de questões fundamentais acerca da sua vida intelectual e da sua atuação como mentor do Museu Histórico do Ceará.

Ao falecer, em 1947, aos 64 anos, Eusébio de Sousa deixou como legado mais de setenta títulos, entre livros (alguns publicados pós-morte<sup>13</sup>), peças de teatro (em geral comédias de costumes regionais) e artigos espalhados em revistas especializadas<sup>14</sup>, sem contar a infinidade de crônicas que publicou nos jornais. Escreveu sobre direito constitucional, o poder judiciário, imprensa, folclore, sesmarias, instituições (Instituto Histórico do

---

<sup>11</sup> Eusébio de Sousa tomou assento na cadeira número três do Instituto, que pertenceu ao sócio fundador Joaquim de Oliveira Catunda e depois ao Monsenhor Bruno Rodrigues da Silva Figueiredo. Seu nome, juntamente com os de Carlos Studart Filho e Tomás Pompeu Sobrinho, foi aprovado na mesma data pelos Srs. Barão de Studart, Tomás Pompeu, Teodorico da Costa, Álvaro de Alencar, José Lino da Justa, Antônio Augusto e Álvaro Fernandes. (MARTINS FILHO, 1947, p. 205-206)

<sup>12</sup> Expediente do Interventor Federal do dia 10/08/1934. Ofício nº 2.508. *Diário Oficial do Ceará*, 17/08/1934, p. 2-3.

<sup>13</sup> Entre as obras póstumas, citem-se: *Tradições militares – crônicas*; *Os patronos do exército brasileiro*; *Clarindo – o soldado cidadão*; e *História militar do Ceará* (MARTINS FILHO, 1947, p. 208)

<sup>14</sup> No Ceará, escreveu para a *Revista do Instituto do Ceará*, *Revista da Academia Cearense de Letras* (primeira fase), *Almanaque do Ceará* e *Revista Numária*. Em outros estados foi sócio-correspondente da *Revista do Brasil* (São Paulo), *Estudos Genealógicos de São Paulo*, *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, *O Norte* (RJ), *Sociedade Capistrano de Abreu* (RJ); *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*; *Almanaque do Rio Grande do Sul*; Institutos Históricos de Pernambuco, Pará, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, entre outras. (SOUSA, 1937a, p. 153-160)

Ceará, Superior Tribunal de Justiça do Estado, Arquivo Público, Museu Histórico do Ceará), acontecimentos referentes à Igreja Católica, mas principalmente sobre assuntos militares, numismática, efemérides de caráter político (Confederação do Equador, Sedição de Pinto Madeira, Abolição da Escravidão etc), municípios e personalidades cearenses.

Embora fosse dono de uma extensa bibliografia, Eusébio de Sousa não se preocupou, ao longo da sua carreira, em realizar uma reflexão mais sistematizada a propósito da produção historiográfica desenvolvida por ele mesmo ou por outros intelectuais. Tais observações encontram-se dispersas em meio a sua obra. Sobre a importância que atribuía aos estudos a respeito da História do Brasil, externou breve pronunciamento em artigo denominado “Pesquisas históricas”, divulgado pela *Revista do Instituto Histórico do Ceará* no ano de 1926, cujo objetivo maior, que apesar do título, consistia em estabelecer o relato acerca de um mosteiro situado na Serra do Estevão (Quixadá – Ce) e depois sobre sua excursão ao Pico Alto (Baturité - Ce):

Sempre é com o mais justo e desvanecido orgulho que nos ocupamos de cousas deste vastíssimo território, que é o Brasil, e que, de facto, devem interessar a todos nós Brasileiros, mas que vivem em completo abandono por paragens desconhecidas, esquecidas de tudo e de todos, “abandonadas brasileiromente” na phrase pinturesca de um observador. Talvez que melhor propagadas, denunciadas na sua verdade real, possam ellas ser mais admiradas, attrahindo essa *sympatia*, que a gente culta dos centros cultos há demonstrado pelo nosso amado paiz, como recentemente tem dado e dará ainda sobejas provas, nessa estupenda commemoração do primeiro centenário da Independência do Brasil. Se assim nos succeder – dizendo-se o que, de verdade, verdadeiramente somos – para o estrangeiro que nos visitar e que estudar o nosso paiz nos seus mínimos detalhes, o Brasileiro não será mais aquelle typo por ele mal idealizado, como descreveu o príncipe de nossos poetas, do antigo idiota, sorna, parlapatão, “rasta”, ostentando somente brilhantes e tolices; mas o homem alegre, intelligente e bravo, enthusiasta pelas grandes causas, mostrando idéas bellas com phrases leves, com uma pontinha de quixotesco e lyrico heroísmo; enfim, um typo muito acceitavel, bem differente dos outros antigos, que tanto nos envergonharam, embora ainda de brilhantes, impenitente e caçador de “petites femmes” como o foi encontrar o grande Billac personificado em uma revista do anno na incommensuravel Paris (SOUSA, 1926: 55-56).

Esses comentários lembram, em certa medida, as críticas de Gustavo Barroso ao descaso dos seus compatriotas pelas tradições do passado, que o

levaram a propor a instituição do “culto da saudade”, propagado em muitos dos seus escritos<sup>15</sup> e na sua prática preservacionista à frente do Museu Histórico Nacional, do curso de Museus e da Inspetoria de Monumentos Nacionais. (MAGALHÃES, 2002, p. 107-130) O culto da saudade implicava na tentativa de construção de uma identidade para a nação, fundamentada na celebração das suas glórias de outrora – vivenciadas, sobretudo, através dos feitos militares, mas também no brilho e na beleza de uma sociedade aristocrata – focalizadas por Barroso principalmente no Segundo Reinado, com a intenção de comprovar a tese de que ao menos as elites brasileiras em nada ficavam a dever às sociedades européias, em termos de bravura e padrões de civilidade. (ABREU, 1996, p. 167-178; ELKIN, 1997, p. 127)

O desejo de estabelecer o triunfo da “verdade histórica” como meta a ser atingida nos trabalhos de Eusébio de Sousa<sup>16</sup> terminava por impeli-lo a dissertar sobre fatos cuja seleção dependia, em larga medida, do afastamento cronológico em relação ao tempo presente, como confessa em monografia sobre a imprensa cearense, na qual fica explícito o seu desconforto em relatar os acontecimentos hodiernos:

(...) estamos com a opinião de alguém, afirmando não ser ainda tempo de escrevê-la [a História do jornalismo cearense] ‘por serem as personagens que nela se envolvem nossos contemporâneos, faltando-lhes aquela distância do tempo que constitui a imparcialidade’.

Guiset (apud PERDIGÃO DE OLIVEIRA) também exprimiu esta grande verdade quando disse que as memórias que se publicam cedo tem a desvantagem de manifestar o que, muitas vezes, conviria ocultar-se, e deixar no olvido o que é necessário publicar-se. São inconvenientes ou indiscretos.

‘Se louvando a virtude, rendendo preito ao mérito, fazemos sobressair qualquer ato nobre de quem quer que seja, atribuem que a isso somos levados por sentimentos mesquinhos: - a lisonja, senão ao elogiado, a quem com êle tem parentesco – ou então é o torpe interesse a mola rela do louvor dado, aliás, com tanta justiça’

---

<sup>15</sup> Nos *Anais do Museu Histórico Nacional* (v. 29, 1997), encontra-se a reprodução do texto “O culto da saudade”, assinado por Gustavo Barroso com o pseudônimo João do Norte. Outros textos de Barroso são citados na mesma publicação, ao longo de dois artigos de Dumas (1997a e 1997b).

<sup>16</sup> “Tenho publicado um sem número de trabalhos (...) procurando fazer com que triunfe a verdade, que deve ser o ideal dos que se dedicam a tais estudos [de História]...” (SOUSA apud LIMA, 1946, p. 138)

Se, pelo contrário, exprobamos o vício, e com a brasa da maldição condenamos ações vis, é que dominados – dizem logo, pelo despeito, pela inveja ou má vontade. (SOUSA, 1933, p. 8)

Esse esforço para salvar o pretérito do esquecimento, a ponto de afirmar que um país não deveria viver “só do presente e das preocupações do futuro, mas também das preocupações gloriosas do passado” (SOUSA, 1927, p. 8), além de estar relacionado com a busca de uma “neutralidade científica” – pretensamente conquistada a partir de um “distanciamento” dos fatos narrados, de acordo com os parâmetros do cientificismo do século XIX –, era muito influenciado pela visão barroseana, idealizada e nostálgica, em cujo cerne alguns eventos e personagens de um tempo mais distante eram enaltecidos em detrimento de muitos outros. E ao buscar contribuir com a elaboração de uma imagem mais positiva do brasileiro para ele próprio e para os modernos países ocidentais, com os quais o Brasil mantinha intercâmbios, Eusébio de Sousa tratou de realçar a participação do Ceará no processo de edificação da pátria.

A influência de Gustavo Barroso, percebida a partir da leitura de muitas das produções de Eusébio de Sousa, foi declarada abertamente pelo próprio intelectual ao ser indagado por Abdias Lima sobre os seus autores prediletos: “[Vivem] comigo em trato as obras que mais se relacionam com a História do Ceará (...) tais sejam as de Capistrano de Abreu, Barão de Studart, Antônio de Menezes, João Brígido, Gustavo Barroso, Pompeu Sobrinho, J. Pompeu Cavalcante, Carlos Studart Filho, Andrade Furtado, João Nogueira, padre Misael Gomes, Hugo Vítor, Cruz Filho (...) para só citar a prata da casa”. (SOUSA in LIMA, 1946, p. 140) [grifo meu] Sabe-se também que Eusébio mantinha intercâmbios com o Museu Histórico Nacional, gerenciado por Barroso. Realizou um “estágio de observação” naquela instituição e chegou a receber doações do seu diretor para o Museu Histórico do Ceará. (A RUA, 26/05/1936, p. 3)

Embora estivesse geograficamente próximo do seu berço de origem, Pernambuco, e com ele mantivesse certos vínculos familiares, Eusébio enraizou-se no Ceará, onde erigiu sua vida, transitando entre os círculos do poder como homem da Justiça ou como animador de certas atividades

intelectuais desenvolvidas no estado, fato que o habilitou, inclusive, a receber “encomendas” oficiais para redigir alguns trabalhos<sup>17</sup>. Outro fator a considerar é que, na época vivida por Eusébio de Sousa, havia uma concepção reinante de que a história nacional poderia ser realizada a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, centros das decisões políticas e econômicas (respectivamente) e concentradores das principais instituições de cultura do Brasil. Affonso de Taunay, diretor do Museu Paulista, no prefácio do livro *Tiburcio – O grande soldado e pensador*, escrito por Eusébio em 1937, corrobora essa idéia. Para ele, as pesquisas encetadas pelo autor restringiram-se por muito tempo a um “regionalismo de pequeno raio”, tendo em vista as dificuldades de acesso aos arquivos, o que o levou a estudar “as terras pequeninas do nosso Brasil enorme, enquanto não lhe permitiam as condições de vida devassar zonas de larga superfície”. (SOUSA, 1937b, p. 10-11) Mesmo considerando que Taunay estivesse se reportando às primeiras safras da produção de Eusébio, quando o mesmo ainda morava no interior, suas análises ainda são válidas para o período em que este passou a residir em Fortaleza, já que o Arquivo Público do Estado, fundado e organizado sob sua supervisão, agrupava uma documentação que, em volume, era mais pertinente à sociedade cearense do que a qualquer outra.

Estando na periferia do país, restava a Eusébio de Sousa colaborar para a consolidação de uma narrativa engrandecedora do Ceará, projetando o nome do estado e integrando-o à história do Brasil, como ele expõe na introdução de *Memória sobre o município de Quixadá*, dedicada a algumas associações de letras do país<sup>18</sup>:

---

<sup>17</sup> Como exemplo é possível citar: 1) O *Índice geral alfabético e remissivo das sesmarias do Ceará*, realizado a pedido do presidente do Ceará Matos Peixoto (1928-1930) e publicado nos *Anais do Arquivo Público do Ceará*, t. 1, 1933 (RELATÓRIO DE EUSÉBIO DE SOUSA, p. 14); 2) *Os monumentos do Ceará – Referência histórico-descritiva*, elaborado em 1932 para o *Anuário de Educação e Saúde Pública* por solicitação do Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Ceará, do Interventor Federal Carneiro de Mendonça e indicação do Instituto Histórico; 3) *A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais*, de 1933, feito a mando do Interventor Federal Carneiro de Mendonça para atender ao Ministério da Educação e Saúde Pública; 4) *Meio século de existência (Subsídio para a história do Instituto do Ceará – 1887/1937)*, incumbência deliberada pelo Instituto do Ceará, por ocasião do seu cinquentenário em 1937; 5) *Tribunal de Apelação do Ceará. Síntese histórica – dados biográficos (1874-1945)*, por solicitação do Desembargador Olívio Dornelas Câmara, presidente do Tribunal de Apelação do Estado em 1937.

<sup>18</sup> Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade de Geografia e História do Ceará, Instituto do Ceará, Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Instituto Histórico e

[Esse texto] obedece ao plano que delineei, ocupando-me, particularmente, de cada município do Estado do Ceará, com o intuito patriótico de tornar conhecidas estas regiões, em seus mínimos detalhes, como já tive ocasião de fazer com os de Aracaty, Acaraú, Ipu, Quixeramobim, São Bernardo de Russas, União e Limoeiro, as três primeiras monographias aprovadas e inseridas nos respectivos Annaes, pelos V e VI Congressos Brasileiros de Geografia, reunidos na cidade de Salvador e Bello Horizonte (1916 e 1919) e as demais em publicações divulgadas no país. (SOUSA, 1927, p. 7)

Apresentando as potencialidades e certas curiosidades<sup>19</sup> acerca do território, juntamente com a evocação dos feitos “excepcionais” de figuras do passado cearense, Eusébio de Sousa procurava enfatizar o nome do Ceará como elemento constituinte da nacionalidade brasileira. Daí o seu empenho em confeccionar biografias, mormente de membros do escol social<sup>20</sup>, cujos eleitos ganhavam contornos de gênios ou de heróis. Vejamos as suas justificativas para a elaboração de *Tiburcio – O grande soldado e pensador*, um modelo de biografia exemplar:

Onze de agosto de 1937 assinála uma data de maior significação para o exército nacional: a passagem do primeiro centenário do nascimento do general Antônio Tiburcio Ferreira de Sousa (...) Essa efeméride é de justo orgulho para um dos Estados da Federação – o Ceará, que foi o berço do grande guerreiro.

Ninguém mais do que o general Tiburcio de Sousa contribuiu com mais opulenta soma de glória para o patrimônio nacional, não só pela bravura e heroísmo comprovados nas diversas lutas em que se viu envolvido, principalmente na guerra do Paraguai, que a toda ela assistiu, conquistando, na cruenta peleja, quasi todos os postos intermediários de seu oficialato, como ainda no cultivo das letras, no devotado amor que tinha pela ciência, salientando-se sempre pelos lampejos e inspirações de seu gênio. (...)

---

Geográfico de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A dedicatória demonstra o intercâmbio de Eusébio com essas instituições e o seu empenho em apresentar estudos sobre o Ceará em vários pontos do Brasil.

<sup>19</sup> Eusébio de Sousa possui trabalhos nessa linha, como *Numismática cearense*, em que enumera alguns fatos curiosos relacionados ao sistema monetário adotado no Ceará, e *Um pouco de História (Chronica do Ipu)*, que traz a descrição de “costumes próprios das populações sertanejas”. (MONTENEGRO, 2003, p. 86)

<sup>20</sup> Como as biografias sobre os membros do Instituto Histórico (SOUSA, 1937a); os juizes do Tribunal de Apelação (SOUSA, 1945); Gustavo Sampaio (SOUSA, 1942); entre várias outras (MAGALHÃES, 1948; MONTENEGRO, 2003).

A sua vida de soldado, mas um soldado cidadão, soldado e cidadão reunidos na mesma crença e no mesmo sentimento, por essa gravitação moral que é o ritmo dos corações na grande harmonia da pátria, deve servir de espelho à geração atual, porque o povo que conta em sua história homens talhados na rocha viva do puro patriotismo, como Tiburcio, é impossível descrever um só instante dos seus destinos no convívio imortal das nacionalidades. (SOUSA, 1937b, p. 13-14)

Observa-se na escrita de Eusébio de Sousa que a História possui uma função pragmática: registrar os fracassos e, sobretudo, os sucessos dos antepassados, como parâmetro para a condução segura das ações do tempo presente. A História, nessa perspectiva, é compreendida como a “Mestra da Vida”. Elegendo em sua narrativa experiências de outrora que seriam nobilitantes, o escritor tinha por objetivo instruir os seus contemporâneos, transmitindo ensinamentos que neles insuflassem sentimentos e práticas de civismo. “Desenvolver no Ceará o amor às cousas históricas” era para ele fortalecer os vínculos identitários do cearense com a sua terra natal e com a nação brasileira, simultaneamente. (A RUA, 26/05/1936)

Não bastava, portanto, que a pátria soubesse da participação do Ceará e dos seus filhos para a sua materialização. O próprio cearense deveria conhecer, por intermédio da História, o seu passado valoroso para enxergar em si a sua pujança. Eusébio propunha-se, então, a realizar estudos nesse campo do saber, encadeando os fatos difusos através dos mais variados documentos que encontrava, para apresentá-los de modo ordenado aos seus concidadãos que viviam à margem do mundo da pesquisa histórica. Procurava escrever fundamentado no material empírico que conseguia recolher:

Quando tenho um plano de desenvolvimento para determinado trabalho no ramo de minha predileção, só depois de adquirir o manancial necessário, quer dizer, conhecidas as fontes de consulta que o possam levar à conclusão, é que entro em ação. E começado aludido trabalho, somente o deixo quando o tenho pronto. Para mim toda a ocasião é boa, estando o espírito predisposto. Tudo depende da colheita dos dados respectivos, pois, não sendo literatura de ficção, não há receio de perder-se... o fio da meada. (SOUSA in LIMA, 1946, p. 140)

Apesar da sua inclinação maior para as bibliotecas e os arquivos – onde acessava livros, revistas, jornais e documentos oficiais –, Eusébio foi um

dos poucos estudiosos da sua época que não se limitaram aos papéis como fonte de pesquisa para escrever sobre a História do Ceará. Também coletou depoimentos orais dos contemporâneos para elaborar alguns dos seus opúsculos, como aconteceu em *Memória histórica sobre Quixadá e Tiburcio – O grande soldado e pensador*.

Soube utilizar a imprensa, ocupando diferentes funções ao longo do tempo (revisor, repórter, noticiarista, redator, redator-chefe e diretor de jornal), como um importante meio de divulgação dos seus trabalhos, o que lhe permitia abarcar um público bem mais amplo do que os seus pares habituais, como revela o intelectual Euclides César, cujas palavras foram selecionadas por Eusébio para constarem no capítulo sobre a sua pessoa, no livro *Meio século de existência*:

Como jornalista, Eusébio de Sousa faz história, procurando vulgarizá-la (...) tornando-a, por esse processo, acessível aos seus numerosos leitores. Apresentava-o então como um (...) cultor das letras históricas que vai, pachorramente, exumando da poeira dos arquivos, concatenando-as, valorizando-as para os fins de publicidade. (Apud SOUSA, 1937a, p. 158)

Essa postura se evidencia nas numerosas crônicas escritas para diversos jornais locais<sup>21</sup> e na criação da coluna “Arquivo Público – Secção de consultas”, mantida durante o ano de 1932 no jornal católico *O Nordeste*, onde respondia cartas contendo dúvidas sobre “assuntos históricos”. Os temas abordados eram os mais díspares, revelando as concepções de História de alguns leitores, atreladas à exatidão das datas e dos nomes, bem como à elucidação de “curiosidades”. Perguntou-se, por exemplo, sobre as origens do nome Maurity, município do interior cearense (26/10/1932, p. 1-4); o nome correto do Padre Mororó, partícipe da Confederação do Equador no Ceará (07/11/1932, p. 1 e 4); a data em que foi colocado o relógio da Prefeitura de Fortaleza (22/12/1932, p. 1), e sobre quem primeiro aplicou clorofórmio no Ceará (28/11/1932, p. 3); entre outras questões.

---

<sup>21</sup> No período de 1932, tomado como marco inicial do recorte temporal da pesquisa, até 1947, ano da morte de Eusébio de Sousa, foram encontrados artigos seus nos seguintes jornais de Fortaleza: *A Razão*, *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias* (onde mais escreveu), *O Nordeste*, *O Estado*, *O Povo* e *Unitário*.

Sua proposta de popularizar a História extrapolou os jornais. Dedicava-se também a “solenizar efemérides, promover festividades cívicas (...) vulgarizar a história e a geografia (...) mobilizando a criançada das escolas, estimulando professores e autoridades”. (SOUSA, 1950b, p. 353) Sintonizado com os grandes festejos que marcaram o centenário da independência do Brasil (1922) em todo o país, publicou o *Álbum do Jaguaribe* e auxiliou o município de Quixadá, onde à época residia, na organização das comemorações. (SOUSA, 1927; SOUSA, 1950b, p. 352-353) Na condição de sócio-correspondente do Instituto Histórico promoveu, em nome da instituição, a celebração oficial do centenário da Confederação do Equador (1924), na localidade de Santa Rosa (Jaguaribara - CE), onde Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, líder do movimento no Ceará, teria tombado morto. Empreendeu investigações para assinalar com precisão o local onde o episódio aconteceu, e lá mandou instalar uma lápide *in memoriam* (ANDRADE, 1947, p. 23), hoje submersa após a construção do açude Castanhão. (O POVO, 28/03/2004, p. 10) Na ocasião, o governo do Ceará teria mandado publicar uma tiragem em separado de *Há cem anos – Factos da Confederação do Equador* (SOUSA, 1937a, p. 155) Tal ritualização do tempo, expressa na comemoração dessas e doutras datas cívicas, era pensada e efetuada por Eusébio de Sousa como grandes aulas de História para a população.

Evocar os antigos episódios e figuras “dignos de prestígio” através da toponímia urbana foi uma outra forma utilizada pelo intelectual para alcançar seus objetivos de disseminar uma memória “gloriosa” do povo cearense. A oportunidade surgiu em 1932, quando o Interventor Federal em exercício, Desembargador Olívio Câmara, pediu que o Instituto Histórico se pronunciasse a respeito da substituição de nomes populares de ruas que estava ocorrendo em Pernambuco. A iniciativa, que incluía a proibição de homenagens a pessoas vivas, estampando seus nomes ou retratos em localidades ou instituições públicas, foi muito aplaudida pelo sodalício. Logo depois, a prefeitura de Fortaleza, na administração Tibúrcio Cavalcante (1932), convocou uma Comissão de Revisão e Nomenclatura das Ruas, presidida por Eusébio de Sousa e composta por Renato Braga e Ernesto Pouchain, com o objetivo de renomear os logradouros públicos da cidade, dentro dos critérios estabelecidos pelo Instituto, quais sejam:

(...) serem conservados os atuais nomes que tivessem significação comprovada e fazendo desaparecer aqueles que nada significavam e nada recomendassem, substituindo por nomes de cearenses célebres ou por data da história digna de memória, quando não fosse possível voltar ao primitivo nome popular, podendo mesmo ser contemplados nomes de personalidades, que embora não sendo filhos do Ceará, todavia por ele se empenharam tornando-se notáveis nas letras, artes, ciências e em qualquer feito histórico. (SOUSA, 1937a, p. 311)

Ainda que as deliberações da Comissão tenham sido supervisionadas de perto pelos demais membros do Instituto Histórico, rendendo algumas controvérsias quanto às escolhas e omissões efetuadas, o seu presidente conseguiu contribuir para a emergência de um dispositivo memorativo de um passado “glorioso” em meio às ruas, avenidas, praças e bairros de Fortaleza, assegurado pelo Código de Posturas do Município (1932), que determinava a aplicação de multas aos que, em “anúncios, letreiros, boletins, correspondências ou qualquer meio de publicidade”, não utilizassem a nomenclatura oficial (Decreto Municipal n. 70, de 13/12/1932, Artigo 39, Parágrafo Único). Assim é que os nomes de Adolfo Caminha, Antônio Augusto, Coronel Ferraz, Domingos Olímpio, Franco Rabelo, José Albano, Justiniano de Serpa, Luís de Miranda, Padre Valdevino, Sólon Pinheiro, Visconde de Sabóia, Conselheiro Tristão, Júlio Cezar, Pedro de Queiroz, Monsenhor Bruno e outros ganharam os logradouros da capital cearense. (Sousa, 1937a, p. 311)<sup>22</sup> E após dois anos, Eusébio seria convidado novamente pela Prefeitura Municipal para participar de uma outra Comissão: a do Plano da Cidade de Fortaleza, instituído pelo Decreto n. 128, de 10/01/1934, com a finalidade de ordenar a expansão futura da urbe. (SOUSA, 1937a, p. 160)

---

<sup>22</sup> O Instituto do Ceará passou a ser consultado para referendar outras alterações de nomes de instituições públicas, distritos e municípios do estado. (SOUSA, 1937a, p. 332, 334, 336 e 337) Para acompanhar em detalhe as intervenções do Instituto nas deliberações da Comissão de Revisão de Nomenclatura das Ruas de Fortaleza, verificar o parecer dos sócios Álvaro de Alencar, Antônio Teodorico e Martins Aguiar, designados para tal tarefa, lido em sessão interna da agremiação, bem como a íntegra do ofício sobre o assunto, enviado ao Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, escrito por Carlos Studart Filho. (SOUSA, 1937a, p. 310-316) Sobre o alcance limitado desse recurso onomástico imposto pelo poder público municipal em Fortaleza, cf. Silva Filho (2001, p. 46-63).

Em 1935, atendendo a uma solicitação do Dr. Luiz Vieira, Inspetor Federal de Obras contra as Secas, sobre a melhor denominação para a ponte que estava sendo construída sobre o rio Acaraú, nas proximidades de Sobral (CE), Eusébio exibiu uma relação de nomes de “filhos ilustres” da região, já falecidos. Eram bacharéis, médicos, engenheiros, sacerdotes e militares que poderiam, na sua opinião, receber tal homenagem. Sobre alguns até escreveu pequenas biografias na carta-resposta remetida ao Inspetor. Uma das suas sugestões foi acatada. A ponte foi batizada como “Oto de Alencar Silva”. (SOUSA, 1935a, p. 25-31)

Preocupado não apenas em celebrar e difundir a História cearense, mas sobretudo em formar patriotas, Eusébio de Sousa optou por direcionar alguns trabalhos para o público infantil em fase escolar. Em 1913, elaborou o *Catecismo constitucional do estado do Ceará*, aprovado por uma comissão de professores da Escola Normal, a fim de ser utilizado nos cursos primários das escolas públicas cearenses. Tratava-se de um manual com perguntas e respostas (daí o nome catecismo) sobre a Geografia do Brasil, a Geografia do Ceará, as reformas da constituição de 1891 (efetuadas em 1905) e certos princípios do direito constitucional (conceitos como nação, soberania, formas de governo etc). Apesar de o seu conteúdo não estar diretamente ligado à História, apregoa a necessidade do ensino cívico desde a mais tenra idade, como bem ilustra o prefácio do Dr. Alves Barbosa:

(...) há carência que a noção de pátria espalhe-se pelo nosso povo, como sublimes jactos de luz na escuridão profunda porque a verdade, meu caro, é que nós precisamos de homens e os homens só os serão se de criança, lhes for ensinado o papel que deverão representar mais tarde no mundo político (...) Penso como tu, meu caro (...) porquanto a pátria bem merece que os nossos olhos sejam voltados para ela. (SOUSA, 1913, p. 10 -11)

Para as crianças também chegou a escrever uma comédia intitulada *Tiro infantil* (SOUSA, 1937a, p. 157) e arriscou-se na tarefa de produzir um resumo didático da História do Ceará a ser veiculado pela Ceará Rádio Clube (P.R.E.-9) – a pioneira da radiodifusão cearense, da qual foi um dos membros fundadores (CAMPOS, 1984, p. 7) – fazendo surgir o personagem “Vovô Ceará”, em 1935:

Boa tarde, meus caros amiguinhos. É VOVÔ CEARÁ quem fala. Vem cumprir o prometido: palestrar sobre coisas do Ceará de antanho, do Ceará de outras eras, do tempo de nossos avoengos (...) Façam de conta que vocês são meus netinhos. Isto – é bem de ver – com a devida permissão da mamãe e do papai. Por meus netinhos, pois, é que doravante passam a ser tratados. Valeu? (SOUSA, 1936, p. 7)

Com essas palavras, Eusébio<sup>23</sup> iniciou um programa dominical que pretendia divulgar e incentivar, entre os ouvintes mirins das primeiras séries escolares, o gosto pela História local. Sua identidade seria revelada publicamente tempos depois, quando editou num primeiro fascículo os roteiros escritos de quatro irradiações do programa, com o apoio das Casas Dummar. Os objetivos pedagógicos do resumo didático elaborado, que se iniciava “com os primórdios da descoberta do Brasil com a chegada do espanhol Vicente Pinzon”, foram logo esclarecidos:

... estimular os pequenos ouvintes (...) ao cultivo da nossa história regional, com um intuito, sobremodo patriótico, de ainda tornar o estudo dessa mesma história mais atrativa às pessoas que a têm na conta de... matéria árida e desinteressante (...) Em rigor (...) não temos (...) um estudo em que se descrevam, numa linguagem simples e compreensiva, os seus principais fatos e que deva ser apreendida por essas mesmas crianças que passam pelas nossas escolas públicas (...) O que se quer é uma história feita exclusivamente para os meninos na sua primeira infância escolar e não para estudantes das últimas séries de curso secundário. (SOUSA, 1936, p. 3-4)

O governo do Ceará, consonante com os interesses educacionais já demonstrados ao longo do percurso intelectual de Eusébio de Sousa, acabou investindo novamente em uma publicação sua para as escolas públicas: mandou distribuir mil exemplares do artigo “Um quadro histórico”, editado no segundo tomo do *Boletim do Museu Histórico do Estado*, em 1935, e lançado também no jornal *Gazeta de Notícias* do mesmo ano. O mencionado artigo

---

<sup>23</sup> A fonte sugere que Eusébio, além de escrever os roteiros do programa, também foi o seu locutor na rádio: “Vovô Ceará permaneceria esquecido entre os que o ouviram naquela época, como era o seu maior desejo, se a indiscrição de alguém, que do número um que era, tomando o vulto, passou a centena deles, atribuiu a mim a paternidade de tais irradiações, e como era uma coisa da qual não poderia fugir, quedei-me ante sua realidade. Querem agora que as minhas ‘falas’ tenham maior divulgação, seja transformadas em letra de fôrma. Mais uma injunção a que não posso me furtar. E não tive outro jeito senão em ceder ao apelo” (SOUSA, 1936:03-04).

discorre sobre a abolição da escravatura em Fortaleza, retratada no quadro *Fortaleza Liberta*, do artista plástico José Irineu de Sousa. A partir dele sabemos detalhes acerca da confecção da tela e do seu itinerário até chegar ao Museu Histórico do Ceará, que exalta a “[i]mponentíssima sessão levada a efeito (...) no Paço da Assembléia Provincial, a que compareceram os elementos mais representativos da época (...) que deu inicio às ruidosas festas redempcionistas”. (SOUSA, 1935b, p. 5)

Entre as várias frentes nas quais Eusébio de Sousa procurou atuar no propósito de doutrinar os seus contemporâneos, o Museu Histórico do Ceará, organizado por ele com o apoio governamental, como um anexo do Arquivo Público do Estado, foi uma das mais importantes. Enquanto o Arquivo era pensado como “uma fonte de renda para os cofres estaduais, como se depreende do próprio regulamento que lhe dá pleno vigor” (na medida em que poderiam ser cobrados emolumentos pelas cópias dos documentos) e também “como um abundante manancial de preciosos manuscritos, onde os infatigáveis cultores da ciência podem beber úteis lucubrações, para propagação das letras pátrias”, o Museu era preparado para “recolher, classificar e expôr ao público, objetos de importância histórica, que [evocassem] fatos da história nacional e do Estado [concorrendo] por meio de conferências, comemorações e publicações para o conhecimento da história pátria, especialmente do Ceará, e o culto das nossas tradições”. (SOUSA, 1933c, p. 3-30) [grifo meu]

Nas falas de Eusébio fica claro que o Museu Histórico não se destinava prioritariamente aos pesquisadores eruditos, nem seria gerador de renda para os cofres públicos, como o Arquivo Público era idealizado. O Museu deveria ser franqueado para a população em geral, agregando vários mecanismos de divulgação do conhecimento histórico, entre os quais a conservação e a mostra dos objetos, que na sua concepção eram dotados de grande potencial educativo: “Não se pode negar os grandes serviços que prestam os Museus; são eles (...) como as Escolas, os principais fatores da cultura dos povos civilizados. Constituem a Arca Santa onde se guardam os autênticos documentos e as preciosidades evocativas de um passado glorioso”. (SOUSA, 1935a, p. 9) [grifo meu]

O termo “documento”, que aparece em vários registros sobre o Museu Histórico para designar os artefatos, não parece ser empregado por Eusébio no

sentido de suporte de informações, mas na acepção cientificista de *prova*, como se os artefatos em exposição comprovassem a existência de um tempo pretérito, sendo mais eloqüentes e convincentes do que qualquer outro meio de rememoração. Por essa razão, empenhava-se em identificar as peças, associando-as aos fatos e personagens da História, para que os visitantes compreendessem a importância do Museu e, circulando entre elas, pudessem estabelecer um contato direto com o passado, através dos sentidos: “os objetos expostos em Museu devem trazer a indicação geral dos fatos que eles representam, e ainda os julgamentos especiais, conforme a lição dos mestres”. (SOUSA, 1935a, p. 11)

De acordo com o historiador francês Pierre Nora, a acentuada fragmentação da vida coletiva e a crescente valorização do indivíduo na modernidade geraram a desagregação dos laços de continuidade em diversas sociedades, surgindo em contrapartida a necessidade de criação de lugares para a preservação de memórias (e de sentimentos de pertencimento, eu diria) que antes eram geridas pelos próprios grupos sociais. Não existindo mais uma memória coletiva espontânea, vivenciada cotidianamente como prática, criaram-se monumentos, arquivos, celebrações etc., instaurando-se uma memória coletiva transformada pela história, fruto de uma seleção dos vestígios que sobreviveram ao tempo. “Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória”. (NORA, 1993, p. 18)

Para Eusébio de Sousa, cultivar a memória era uma missão. Num momento de permanentes transformações, como na primeira metade do século XX, ele pretendia oferecer um contraponto para a atuação dos indivíduos em sociedade. Vasculhando o passado, sob a intenção de nele encontrar elementos que contribuíssem para a (re)construção de uma identidade para o povo cearense vinculada à nação, e apresentando-o aos seus concidadãos por meio dos mais variados veículos – jornais, festividades, toponímia urbana, manuais didáticos, programa de rádio, arquivo público, museu histórico – Eusébio acabou produzindo muitos “lugares de memória”.

No entanto, como nos alerta Jacques Le Goff, é preciso avaliar as condições de produção desse tipo de memória histórica, considerando que ela “sempre foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo

poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas”. (LE GOFF, 1983, p. 426)

## 1. 2 – Memórias sobre Vovô Ceará

Sobre o deslumbramento de Eusébio de Sousa pelo saber histórico, pode-se enxergar uma outra dimensão complementar àquela já aventada no tópico anterior, concernente a seu anseio de consolidar uma identidade cearense a partir do resgate dos feitos honrosos de outrora: através da História, ele pretendia também “salvar” a sua própria memória. Na medida em que Eusébio foi se destacando no cenário cultural cearense e através das suas atividades foi evidenciando certos eventos e personalidades do pretérito que, no seu entender, eram meritórios da consagração pública, era a sua memória pessoal que ele também estava moldando.

Essa necessidade de memória o impulsionou não apenas para registrar, mas igualmente para divulgar grande parte das suas próprias realizações. E com o auxílio da palavra escrita, foi construindo paulatinamente uma imagem para a sociedade, como um homem de iniciativa, inteligente, laborioso, íntegro e, principalmente, um grande cultor e divulgador da História cearense.

Encontra-se um primeiro texto em que Eusébio de Sousa discorre a respeito da sua trilha profissional, de modo mais abarcante, em *Meio século de existência*, escrito por ele em 1937, por ocasião do cinquentenário de fundação do Instituto Histórico do Ceará:

Por delegação do Instituto do Ceará, coube-me o encargo, sobremodo honroso, de fazer o histórico de sua existência – dos primeiros dias de instalação aos decorrentes – um trabalho que (...) possa dar idéa do indiscutível valor dessa antiga agremiação de letras, nêsse dilatado período de vida (...) Alguma coisa de aproveitável foi conseguido nas três partes em que está dividido o livro: na primeira – fazendo-se um (...) histórico do Instituto; na segunda – estudando-se a individualidade literária dos sócios efetivos dessa sociedade cultural, dêse os seus fundadores aos atuais; na terceira, enfim –

compendiando-se o registro das principais efemérides do benemérito sodalício (SOUSA, 1937a, p. 7)

Como foi mencionado, Eusébio tratou de elaborar uma breve biografia sobre cada um dos sócios efetivos que a entidade havia acolhido até então, seguindo o mesmo padrão para cada um. Ao ler algumas dessas biografias nota-se, como Eduardo Lúcio Amaral já havia registrado, que o Instituto nasceu e se manteve até o período em questão “com a medalha da distinção e do exclusivismo, própria das agremiações congêneres” (AMARAL, 2002, p. 18), congregando importantes figuras da elite política, econômica e intelectual do Ceará.

Na época em que escreveu *Meio século de existência*, Eusébio já era membro do Instituto e, portanto, incluiu o seu nome entre os dos demais biografados. O tom que imprimiu à narrativa da sua própria trajetória, contudo, foi muito impessoal, sempre em terceira pessoa do singular, isentando-se de adjetivos, como se um outro indivíduo, dotado de “imparcialidade”, relatasse quem era Eusébio de Sousa. Por outro lado, apontando toda a sua bibliografia, fontes para o estudo crítico da sua personalidade e citações do jornalista Euclides Cezar, conseguiu enfatizar a sua própria competência intelectual, como igualmente fez ao conduzir a narração de outras vidas, nessa e noutras publicações. Contou ainda, para se projetar em *Meio século de existência*, com os eventos apresentados no capítulo “Efemérides do Instituto” (de 1897 a 1937), no qual ele aparece como um dos principais articuladores da agremiação na década de 1930, período que ele mais se ocupou em documentar no livro.

Em outras circunstâncias, ainda que de forma pontual, soube falar de maneira mais direta sobre si mesmo. Ao retratar a turma de bacharéis formados em 1907, no artigo “Nossos perfis”, publicado na *Revista do Instituto do Ceará* entre 1929-1930, não deixou de oferecer pequenos comentários sobre a sua fase de estudante. Talvez como forma de justificar certos “tropeços” da juventude, assim se pronunciou: “[O] meu quinquênio acadêmico, de vida toda fugace e despreocupada, entremeada de uma bohemia própria da mocidade, [foi] passada nos mofados aposentos do antigo convento dos jesuítas, velho casarão da Praça do Collegio das eras monarchicas.” (SOUSA, 1929-1930, p. 298) [grifo meu] Logo a seguir, tratou de frisar a sua nomeação,

pelos calouros da Faculdade, como presidente honorário das suas festas, fato que o poeta Silveira de Carvalho, seu amigo, aproveitou para explorar em um poema:

“Se não fosse tão feio – já me disse –  
Ou se não me tomassem por pedante,  
Talvez meu curso repetisse.  
Gostei tanto da vida de estudante ...”

É por saberem disso que, ao deixá-la,  
Para que uns tempos lembre, imorredouros,  
O elegeram, há bem pouco, sem cabala,  
Presidente honorário dos calouros.  
(SOUSA, 1929-1930, p. 302-303)

Em momentos de adversidade, como enfrentou ao final de 1920, por ocasião do julgamento do assassino do Dr. Manoel Augusto de Oliveira, ex-juiz da comarca de São Bernardo de Russas e seu antecessor no cargo, foi igualmente muito direto ao descrever a sua situação. Para se defender das acusações de que teria, na condição de Presidente do Tribunal do Júri, favorecido o réu com uma pena branda de sete anos de prisão, Eusébio de Sousa publicou o julgamento no livro *Júri de Russas*, anexando documentos oficiais e cartas de pessoas idôneas (segundo ele), relativos ao caso. O trabalho foi oferecido aos filhos: “como lhes quero legar um nome limpo e honrado, dedico-lhes esta (...) sagrada defesa que fui obrigado a fazer, quando atacado na honra e dignidade de um cargo que, com sacrifício, desempenho perante a sociedade”. (SOUSA, 1921)

Eusébio procurou ainda publicar alguns dos seus relatórios e discursos sobre temas relativos ao desenvolvimento rural (SOUSA, 1937a, p. 153), proferidos na época em que residia no interior, e em *Memória sobre o município de Quixadá* não se furtou a comentar sua participação na organização das festividades do centenário da independência do Brasil no município. A coluna “Arquivo Público – Secção de consultas”, do jornal *O Nordeste*, foi posteriormente reunida e editada no primeiro tomo dos *Anais do Arquivo Público do Ceará* (1933), e depois separadamente em uma brochura preparada nas Oficinas Gráficas da Cadeia Pública de Fortaleza em 1933. (Sousa, 1937a, p. 156) Nesses *Anais*, aliás, consta juntamente o relatório que

preparou em 1932 para o Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Ceará, enumerando as suas ações à frente do Arquivo e Museu Histórico, bem como o Índice de sesmarias que ele havia elaborado. Em vários trechos dos *Boletins do Museu Histórico*, observa-se o destaque dado à sua atuação na repartição, através da divulgação de ofícios e correspondências trocados com instituições oficiais, jornais e pessoas de influência dentro e fora do Ceará, esclarecendo questões de "natureza histórica" ou recebendo elogios pelo seu desempenho como escritor e administrador público. A maior parte dos textos dos *Boletins* não traz o nome dos autores, o que favorece a suposição de que os artigos não assinados fossem seus.

Em 1946, quando sua carreira de jornalista e historiador já estava consolidada, Eusébio de Sousa foi um dos selecionados para constar no livro *Falam os intelectuais do Ceará*, de Abdias Lima – uma espécie de coletânea com várias entrevistas. Após um breve prefácio que justificava a sua escolha, o autor apresentava as perguntas que ele havia formulado, com as respectivas respostas, todas visivelmente redigidas de próprio punho pelo entrevistado, certamente pelas dificuldades de gravação e posterior transcrição das falas, enfrentadas na época. Nas páginas destinadas a Eusébio, depara-se com o seu texto mais autobiográfico. Nele relata sem reservas as suas primeiras tendências literárias, calcadas no jornalismo, confessando que a sua aproximação com a História teria acontecido depois que se formou bacharel e passou a residir no Ceará. Descreve o movimento intelectual do estado no início de sua carreira, valorizando os nomes do Barão de Studart e Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, além de apontar os seus autores prediletos, seus trabalhos mais atuais e a impressão pessoal sobre a Segunda Guerra Mundial com relação à literatura. No entanto, uma das questões que mais impressionam na sua escrita é a paixão devotada pelos estudos históricos, que ele associa sobretudo ao tempo pretérito:

(...) manifestei o gosto pelo estudo da história tornando-me então inveterado rebuscador de velharias, remexendo papéis antigos, carcomidos pela traça, o que para mim constitui grande prazer, pois, como disse alguém, há em todos os 'segredos' dos arquivos públicos uma recordação e um pouco de saudade que nos invade a alma quando revemos cousas antiquadas. A poeira que elas envolvem é mais suave, é mais macia que a poeira de todos os dias, tem algo de

grave, de solene, de recordativo... Daí a minha predileção pelas cousas do passado (...) à qual (...) hei empregado a maior soma de meus esforços, de minhas possibilidades intelectuais. (SOUSA in LIMA, 1946, p. 138)

Registrar e publicar as suas realizações não era, porém, o bastante para garantir que as suas reminiscências ganhassem reconhecimento social no presente e no porvir. Foi preciso estabelecer com afincos uma teia de relações legitimadoras da sua memória. Daí o intercâmbio constante, desde os primeiros anos da sua vida intelectual, com várias instituições de letras e ciências do país; a manutenção de seu vínculo com a imprensa como um assíduo colaborador sobre variados temas; o empenho em selecionar os nomes que prefaciariam seus livros, como Affonso de Taunay, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Mário Melo (entre outros); e o seu ingresso definitivo no Instituto Histórico do Ceará em 1928.

Além de ocupar o papel de grande centro produtor do conhecimento científico no estado, na ausência de uma Universidade local até o início da década de 1950, o Instituto do Ceará sempre manteve a prática de respaldar a produção dos seus sócios efetivos. (AMARAL, 2002, p. 26) Eles são reverenciados em vida e, especialmente, após a morte. Existe, para os finados, um ritual memorialístico que consiste na feitura de discursos que os homenageiam – seja por ocasião do sepultamento recente, pela posse dos novos eleitos para a cadeira vacante ou devido aos aniversários de morte, centenários de nascimento etc. – publicados na *Revista do Instituto* e lidos em sessões solenes, ressaltando nas biografias em pauta as suas virtudes pessoais e contribuições para a cultura. Percebe-se que, nesses rituais, os vivos “importantes” do momento sentem-se na obrigação de glorificar os mortos “ilustres”, pois também esperam em retribuição, conscientemente ou não, a consagração póstuma. O próprio Eusébio, em reunião ordinária da agremiação, propunha a organização da galeria de vultos cearenses e outros brasileiros notáveis (SOUSA, 1933c, p. 44), juntamente com a dos sócios falecidos do Instituto do Ceará, no Arquivo Público e Museu Histórico. (SOUSA, 1937a, p. 322-323) Anos mais tarde, seriam os seus colegas do Instituto os que mais se dedicariam a escrever sua biografia e render-lhe tributos.

O material biográfico sobre Eusébio de Sousa foi produzido após o seu falecimento<sup>24</sup> e coloca em relevo principalmente a sua vivência de homem público. Quase nada é dito sobre a sua vida particular. Afora os textos preparados para figurar em compêndios, que são mais objetivos, destacando apenas as principais obras escritas e os cargos burocráticos que ocupou, os demais se encaixam no perfil das biografias exemplares, apresentadas de modo linear, factual e pretensamente coerente, sem apontar as diferentes representações que porventura se formam acerca da atuação dos indivíduos, no transcorrer das suas existências<sup>25</sup>.

São identificadas quatro questões recorrentes nessas biografias. Uma diz respeito ao maior interesse do intelectual pela História e pelo jornalismo, relegando o Direito para segundo plano, como bem destacaram Antônio Martins Filho e José Bonifácio de Sousa:

Espírito empreendedor, o Dr. Eusébio não se amoldava muito a esse negócio de magistratura; era jornalista, gostava de incentivar o progresso e por acção as suas idéias. Por isso nossa terra lhe deve um bom número de serviços. (ALIANÇA ARTÍSTICA E PROLETÁRIA DE QUIXADÁ apud MARTINS FILHO, 1947, p. 204)

Sem descurar os deveres de juiz, não ocultava predileções inatas e cultivadas pelas pesquisas do passado. Em sua mesa de trabalho exemplares de memórias históricas e tomos da 'Revista do Instituto' quase sempre se superpunham aos volumosos autos submetidos ao seu preparo e julgamento, suscitando verdadeiro conflito de jurisdição entre o Direito e a História. Essa desavença era em Eusébio a manifestação do contraste que em todos nós existe entre os imperativos da realidade e as seduções do ideal. Não houve para o seu caso, termo de bem viver, e só encontrou remédio numa opção definitiva que o fez trocar, por fim, a balança de Témis pela pena de Clio (...) Encerrada sua carreira de magistrado, entregou-se com todo entusiasmo às pesquisas do passado. (SOUSA, 1950b, p. 353-354)

Outra questão está relacionada à intenção de Eusébio de Sousa de tornar-se "um digno sucessor do Barão de Studart" (LINHARES, 1948, p. 162), um dos mais respeitados historiógrafos do Ceará. (AMARAL, 2002, p. 36)

---

<sup>24</sup> As fontes para o estudo crítico da sua personalidade – basicamente artigos publicados na imprensa local – apontadas pelo próprio Eusébio em *Meio século de existência* (1937a, p. 157-158), infelizmente, não foram localizadas.

<sup>25</sup> "(...) as distorções mais gritantes [na tradição biográfica] se devem ao fato de que (...) imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e

Abílio Martins, em pequeno verso intitulado *Profecia*, graceja sobre a paixão de Eusébio de Sousa pelos assuntos históricos e sobre a influência de Studart sobre ele, sugerindo que o seu desejo seria o de superar o velho intelectual no futuro:

A mania que o vence  
É esfarinhar-se na História cearense  
Para, um dia, querer – vocês verão,  
Passar quináus, dar bolos no Barão.  
(Apud SOUSA, 1950b, p. 353)

A grande admiração que Eusébio nutria pelo Barão o moveu a escrever notas biográficas sobre ele, entre 1916 e 1918 (SOUSA, 1937a, p. 154), e oferecer-lhe a dedicatória de alguns dos seus trabalhos (como *Há cem anos e Meio século de existência*). O convívio entre ambos estreitou-se quando Eusébio passou de sócio-correspondente para sócio-efetivo do Instituto do Ceará, onde participou da Comissão de Redação da Revista e ocupou por longo tempo o cargo de Primeiro Secretário, posição que o tornara, nos anos 1930, o segundo homem na hierarquia institucional, abaixo apenas de Studart, o Presidente Perpétuo.

Segundo Leonardo Mota, foi Eusébio quem na verdade administrou o Instituto do Ceará na década de 30, demonstrando capacidade de organização semelhante à do Barão, que em decorrência da avançada idade foi aos poucos se afastando de algumas incumbências da agremiação<sup>26</sup>:

Sempre pensei e externei que a eleição de Eusébio de Sousa para o Instituto e sua escolha para o cargo de primeiro secretário foram conquistas esplêndidas para a douta corporação. Porque ele é desses homens que sabem querer. Quando forma um projecto, vai até a realização integral do mesmo, arrastando óbices e contratempos que entibiam ânimos um pouco menos voluntariosos. Com a precariedade de saúde do venerado Barão de Studart, Eusébio de Sousa avocou para si os encargos mais rudes da direção do Instituto. Aliás, isso é o que se observa nos grêmios de letras, esparsos pelo país. Não há nenhum deles que não possua um

---

limitado (...) Contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.” (LEVI, 1996, p. 169)

<sup>26</sup> Dois salões do Arquivo Público do Estado abrigavam o arquivo e a biblioteca do Instituto do Ceará, bem como a sua sede social, até o final da década de 30, embora as suas reuniões ordinárias fossem realizadas na residência do Barão de Studart até a época do seu falecimento, em 1937. (SOUSA, 1933c, p. 49) O fato de estarem imbricadas as duas instituições provavelmente permitiu que Eusébio conciliasse suas atividades em ambas.

consócio que seja “a alma” da sociedade. (Apud MARTINS FILHO, 1947, p. 206-207)

Alguns dos seus biógrafos realçam a dedicação particular às matérias relacionadas ao exército brasileiro, que lhe renderam, repetidas vezes, prêmios e reedições da Comissão Diretora da Biblioteca Militar, anexa ao Ministério da Guerra, por trabalhos como *Tiburcio – O grande soldado e pensador* (1937), *Sampaio – O patrono da infantaria* (1938), *Os tamborins* (1941) e *Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança* (1944).

Um último aspecto sempre evidenciado pelos biógrafos de Eusébio de Sousa foi o seu grande empenho como Diretor do Arquivo Público e Museu Histórico do Ceará – credencial que ele próprio tratou de ostentar continuamente na capa de todas as suas publicações a partir de 1932. Aguiar (1947, p. 212) apresenta os respectivos departamentos como “frutos do seu esforço e dedicação”. Andrade (1983, p. 25) ressalta o seu espírito de “guardião dos documentos cearenses” e Magalhães assevera que a escolha realizada pelo governo estadual para a função não poderia ser mais acertada, pois Eusébio teria ficado “num ambiente que lhe proporcionava satisfação (...) Nada mais dilecto à sua inclinação perquiridora que entregar-se a esta faina”. (MAGALHÃES, 1948, p. 375)

Todas as biografias sobre Eusébio evidenciam as suas qualidades de ser humano e estudioso. Apenas dois autores estabeleceram críticas relacionadas à sua forma de escrever a História, que não chegam a comprometer o mérito do seu trabalho como um todo. Martins Filho e Josa Magalhães redigiram os seus artigos em anos próximos (1947 e 1948), ambos na *Revista do Instituto do Ceará*, e são muito semelhantes na argumentação:

Não possuía preocupações estilísticas, nem tão pouco pruridos de erudição. Tornou-se, porém, um beneditino das letras históricas, perscrutando a voz da tradição, refletindo costumes, investigando arquivos, compulsando documentos, rebuscando o passado, narrando factos, focalizando personalidades, isto é, trabalhando e produzindo. (MARTINS FILHO, 1947, p. 209)

Não preencheu, porém, as condições que estabeleceu Oliveira Lima para um historiador moderno: ser esteta além de erudito (...) mas Eusébio de Sousa, sem orientar-se pelas operações analíticas, críticas e sintéticas da história científica, não deixou, porém, de uma

vez que outra, temperar as suas digressões com um pouco de espírito filosófico e algumas reflexões sociológicas. Pelos estudos dos factos atingiu o seu fim como historiador pragmático (...) É na fase pragmática que o passado tem aplicações no presente. (MAGALHÃES, 1948, p. 372-373)

Analisando mais amiúde a bibliografia de Eusébio de Sousa é que deparamos com outras versões sobre ele, como em *Júri de Russas* – relato que os seus biógrafos não citam, certamente porque retrata mais o seu percurso de juiz do que o de intelectual e, ao ser utilizado para bradar a sua defesa, foi paradoxalmente um testemunho das divergências que enfrentou. E os conflitos nem sempre são bem-vindos na fabricação de uma biografia modelar.

João Alfredo Montenegro, ao elaborar em 2003 o livro *Historiografia do Instituto do Ceará*, não se propôs a publicar biografias sobre os seus principais membros, mas a comentar o que, na sua visão, seriam os artigos mais importantes de cada um, publicados na revista da instituição. Eusébio de Sousa foi apresentado no período compreendido entre 1928 e 1942, apontado como o de “ascensão e queda da produção historiográfica do Instituto”, ao lado de Carlos Studart Filho e Hugo Vítor Guimarães. Aqui encontramos, também, uma análise mais contundente acerca do que Eusébio produziu, embora não abarque a totalidade da sua obra, cuja maior parte foi editada fora da agremiação:

Trata-se de um historiador menor, que longe está de apresentar o mesmo nível historiográfico de seu coetâneo, Carlos Studart Filho. Todavia merece ser estudado pelo grande manancial de dados históricos que conseguiu (...) reunir. Caracteriza-se por [ter] (...) uma narrativa que fica entre a historiografia científica e a crônica, pendendo por vezes ora para uma, ora para outra (...) Trata-se de uma estratégia discursiva que conduz à crônica, com amplos objetivos pedagógicos. (MONTENEGRO, 2003, p. 81)

Percorrendo diferentes jornais cearenses, das décadas de 1930 e 40, foi igualmente possível garimpar outros momentos de Eusébio não relatados por aqueles que se debruçaram sobre sua vida. É certo que não lhe faltaram elogios pela imprensa, mas o seu trabalho não chegou a passar incólume por alguns críticos, como nos fazem acreditar os seus biógrafos. Vejamos os artigos a seguir, impressos nos jornais *O Povo* e *Unitário*, respectivamente:

Diz-se que o ilustre historiógrafo sr. Dr. Eusébio de Sousa organiza o livro “Efemérides Cearenses” [sic] em que vai anotando acontecimentos de relevo da vida estadual. Ao que é sabido, o operoso diretor do Arquivo Público assinalou o dia primeiro do fluente mês [maio] como sendo aquele em que o Álvaro deu começo as suas revolucionárias vendas de maio. Não é exato. As referidas vendas, que tanto tem dado no gôte popular foram iniciadas no dia 2, em razão de a véspera ter sido consagrada às festas do Trabalho. Essa é a verdade histórica! E, de já, solicitamos ao dr. Eusébio ter cuidado com a data do encerramento das vendas de maio do Álvaro, as quais terminarão a 30 do corrente, de vez que o dia 31 cai num domingo. Nada de confusionismos! Há de ser com o respeito a cronologia que se contará a verdadeira História do Brasil. (Cochilos sobre datas históricas. Enganos de um vereador e um historiógrafo. O POVO, 15/05/1936, p. 8)

O Sr. Eusébio Sousa, que faz “história” a seu modo, se conseguir ser compulsado no futuro transformar-se-á numa verdadeira calamidade, por isso que claudica, sem o menor respeito aos coévos. Escrevendo sobre fatos atuais – “A Imprensa Cearense na República” – s.s grafa períodos como esse: “Nos dias atuais a imprensa de Fortaleza está representada por cinco órgãos – Correio do Ceará, Gazeta de Notícias, O Povo, O Nordeste e O Estado (...) bem feitos jornais que demonstram o esforço das brilhantes inteligências que os redatariam, dando-lhes feição moderna e atraente.” (...) Parece-nos que o autor do linguador é diretor do Museu Histórico do Ceará, que recebe diariamente o Unitário. Talvez devido à ótima organização do Museu, o Unitário não seja encontrado nas suas estantes. (O Sr. Eusébio Sousa claudica. UNITÁRIO, 05/03/1940, p. 3)

Numa enquete sobre os “vinte maiores cearenses”, patrocinada por Leonardo Mota em 1936, por meio de vários jornais locais e da Ceará Rádio Clube, Eusébio de Sousa foi convidado a votar, assim como outros membros da intelectualidade do Ceará. Inicialmente elegeu dezessete “vultos desaparecidos do cenário da vida”: Capistrano de Abreu, José de Alencar, Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, Farias Brito, Moura Brasil, Paulino Nogueira, Antônio Augusto de Vasconcelos, Oto de Alencar, Monsenhor Tabosa, Alberto Nepomuceno, General Tiburcio, General Sampaio, Juvenal Galeno, Júlio César da Fonseca Filho, Luiz de Miranda, Antônio Henrique Rabelo e Jovita Feitosa. Sobre a sua última escolha, talvez por se tratar de uma mulher, fez questão de justificá-la, dedicando alguns parágrafos à “afoita cabocla, nascida nos Inhamuns, [que] possuía de inflamado ardor patriótico, resolveu oferecer-se como soldado contra o ditador Solano Lopez” [na Guerra do Paraguai]. (A

RAZÃO, 03/10/1936, p. 6)<sup>27</sup> Depois deu seus três últimos votos para cearenses ainda atuantes: Clóvis Beviláqua, Barão de Studart e Leonardo Mota.

Dias antes de Eusébio anunciar a sua resposta por escrito ao concurso, no jornal *A Razão*, o Professor Ermínio Araújo emitiu o seu parecer n' *O Povo*, indicando apenas os nomes de José de Alencar, Farias Brito, Capistrano de Abreu e Clóvis Beviláqua, como os únicos cearenses dignos de menção honrosa, dada a projeção nacional que alcançaram. Aproveitou o ensejo para destilar sua ironia quanto à seleção realizada por outros colegas e à afeição de Eusébio de Sousa pelas coisas do passado:

(...) não se compreende, na verdade, que, numa mesma galeria, apareçam emparelhados com as nossas mais legítimas glórias apagados literatiços provincianos que nem valem a pena de menção. E o que é engraçadíssimo e épatani é que, com o trabalho das escavações, têm exumado verdadeiros “fósseis”, mais dignos de uma classificação paleontológica, do que propriamente literária (...) Por este lado, Leota, você tem prestado à arqueologia um serviço, e o Euzébio de Sousa, por sua vez, deve estar irradiante com o achado. (O POVO, 30/09/1936, p. 2)

A performance de Eusébio como historiador continuou sendo questionada ao montar o Museu Histórico do Ceará (MHC). O poema satírico *Muzeu*, assinado por Lúcio Várzea (provavelmente um pseudônimo), não faz alusão aos museus em geral, mas direciona-se explicitamente à formação e à disposição do acervo do MHC. A indicação mais direta àquela repartição refere-se à mesa em que foi assinada, em 1834, a sentença de morte de Joaquim Pinto Madeira, comandante de armas do Cariri. A peça foi doada em 1932, pela Prefeitura Municipal do Crato-CE. (SOUSA, 1933c, p. 21-22) De forma igualmente taxativa, cita também um caprino, certamente o Bode Yoyô, recolhido em 1935. (SOUSA, 1935b, p. 41-42) O poema foi publicado na “Coluna Sociaes”, do jornal *Unitário*, no dia 08/02/1936:

*Elle junta uma doida papelada.  
Junta o que presta e o que não vale nada.  
Junta o que póde e até o que não pode*

<sup>27</sup> Em *História militar do Ceará*, ele dedicaria a Jovita Feitosa um capítulo especial: “Uma heroína cearense”. (SOUSA, 1950a, p. 343-349)

*Meza em que se julgou Pinto Madeira,  
Cuia, colher de pau, quicé, chaleira...  
-Chaleira sim, e cobra e cabra e bode.*

*Entrou-lhe esta mania de bestunto.  
De querer ver o mundo todo junto.  
Dizem que começou a tal mania,  
Juntando compadria à compadria*

*Juntou depois o cômico ao dantesco.  
E a um carnaval juntou uma lapinha.  
Mas, antes disso tudo, ele já tinha  
O seu antigo Museu de compadresco*

Quem escreveu ou se empenhou para publicar o poema em destaque, se tinha o objetivo de fazer ecoar tal julgamento sobre o Museu Histórico, escolheu um local de visibilidade, já que a “Coluna Sociaes”, na qual foi veiculado, era um espaço lido possivelmente por muitos, pois nele se noticiavam os aniversários, falecimentos, viagens, casamentos e batizados, enfim, os eventos da vida cotidiana dos cearenses da época.

Na peleja dessas memórias conflitantes, emergem as disputas em torno dos lugares ocupados por Eusébio de Sousa. Entretanto, prevaleceram a *posteriori* aquelas memórias que ele foi pacientemente construindo sobre si e que os seus confrades do Instituto Histórico souberam reproduzir, apagando os vestígios dos conflitos. Assim sobressaiu o seu papel de jornalista, historiador competente e exímio Diretor do Arquivo Público e Museu Histórico do Ceará.

As primeiras homenagens que recebeu, por sua atuação no cenário cearense, ele conseguiu gozar ainda em vida, como a promovida pela Aliança Artística e Proletária de Quixadá, que organizou uma biblioteca com o seu nome (MARTINS FILHO, 1947, p. 203-204) e pelo próprio Museu Histórico que, um ano após o seu afastamento da diretoria, inaugurou, em uma das respectivas dependências, a sua foto. (O ESTADO, 05/06/1943)

Depois do falecimento, em 1947, os tributos redobraram. Vários jornais noticiaram o acontecimento e os detalhes do enterro. O féretro foi conduzido à mão, da sua residência na Rua 24 de Maio ao Cemitério São João Batista, pelos integrantes do Centro Pernambucano, fundado e presidido por ele há menos de um mês. Representantes de algumas instituições e empresas do estado acompanharam o cortejo e o sepultamento, bem como várias

autoridades civis, militares e eclesiásticas. O morto foi ainda agraciado com discursos e muitas coroas de flores, entre as quais figuravam as do Instituto Histórico e do grupo Severiano Ribeiro.

Além dessa notícia, os jornais também estamparam necrológios, textos e poesias de amigos e colegas próximos<sup>28</sup>. A família Sousa recebeu telegramas e cartas de condolências. A Assembléia Legislativa de Pernambuco declarou voto de pesar pela morte de seu filho pródigo e o Rotary Club de Quixadá propôs que uma das praças daquele município recebesse o nome de Eusébio, no que foi atendido pela prefeitura. A Câmara Municipal de Fortaleza lhe dedicaria a mesma honraria, no ano seguinte (1948)<sup>29</sup>, dando-lhe uma de suas ruas, localizada atualmente no Bairro José Bonifácio, em Fortaleza, área de classe média, mais apontada como Bairro de Fátima. Seu nome também batizaria uma das salas do Museu Histórico entre as décadas de 50 e 80, aparecendo nos catálogos que a instituição lançou no mesmo período. O retrato, por seu turno, continua a figurar no espaço museal, hoje na sala “Artes da escrita”.

Sua vontade de permanência encontrou obstáculos para sobreviver, mas chegou à atualidade, ainda que restrita aos familiares e a um pequeno grupo de intelectuais, seja através do legado cultural que deixou, dos biógrafos ou dos vários preitos que recebeu. As palavras do jurista cearense Eduardo

---

<sup>28</sup> No jornal *Gazeta de Notícias*: “Faleceu o Dr. Eusébio de Sousa. Convite-enterro”, 23/09/1947, p. 1; “Uma verdadeira consagração póstuma. O enterramento, ontem, do renomado historiógrafo, Dr. Eusébio de Sousa. Os que falaram ao baixar o corpo à sepultura”, 24/09/1947, p. 1; “Eusébio de Sousa por H. Espinosa”, 28/09/1947, p. 03; “Eusébio de Sousa por J. Euclides Miranda”, 28/09/1947, p. 3; “Homenagem à memória de Eusébio de Sousa”, 21/10/1947, p. 1; “Homenageada a memória de Eusébio de Sousa”, 22/10/1947, p. 3. No jornal *O Nordeste*: “O que é que há? No Ceará. Falecimento de Eusébio de Sousa”, 23/09/1947, p. 1; “O que é que há? No Ceará. Homenagem a Eusébio de Sousa”, 22/10/1947, p. 1. No jornal *O Povo*: “Coluna O Povo apresenta. De Hugo Vítor. Eusébio de Sousa”, 25/09/1947, p. 6; “Coluna Mundanismo. Eusébio de Sousa – Poema de Carlyle Martins”, 25/09/1947, p. 5; “O Rotary Club de Quixadá e a morte de Eusébio de Sousa”, 09/10/1947, p. 3; “Eusébio de Sousa por J. Euclides Miranda”, 22/09/1948; “Coluna O Povo apresenta. De Hugo Vítor. Eusébio de Sousa”, 23/09/1948, p. 3. No jornal *O Estado*: “O Dr. Eusébio de Sousa. Faleceu às 21 horas de ontem. Acometido de súbita enfermidade. Dados biográficos do ilustre historiador e homem das letras”, 23/09/1947, p. 1 e 7; “O sepultamento do dr. Eusébio de Sousa”, 24/09/1947, p. 4. No jornal *Unitário*: “Faleceu, ontem à noite, o dr. Eusébio de Sousa. Uma congestão cerebral vitimou o ilustre escritor pernambucano”, 23/09/1947, p. 3-4.

<sup>29</sup> O vereador Edmilson Pinheiro aprovou um requerimento seu nessa casa parlamentar, em 14/01/1948, destinado a sugerir os nomes de Leonardo Mota, Eusébio de Sousa, Quintino Cunha e Henrique Jorge como nomenclatura de ruas para Fortaleza. Cf. “Ruas de Fortaleza com os nomes de Leota, Eusébio, Quintino e Henrique Jorge”. *CORREIO DO CEARÁ*, 15/01/1948, p. 1.

Girão certamente poderiam ser de Eusébio de Sousa: “Ao escritor o que deve consolar não é o aplauso do momento; é a convicção de que na posteridade será lembrado e relido”. (Apud GIRÃO, 1997, p. 182)

### 1.3 – Os objetos da memória, por Eusébio de Sousa

Certamente como forma de estimular a emissão de documentos escritos e objetos para o Arquivo Público e Museu Histórico, Eusébio de Sousa realizou várias doações, tornando-as públicas através dos Documentos Oficiais da Interventoria, do *Diário Oficial do Ceará* e do seu relatório enviado ao Interventor Federal (1933).

No ano em que as atividades do Arquivo e Museu se iniciaram (1932), Eusébio foi mais generoso que muitos outros contribuintes. Enviou algumas fotografias: do local onde foi julgado Pinto Madeira, da casa onde nasceu Bárbara de Alencar, do antigo prédio da Assembléia Provincial do Ceará, dos jovens que participaram do “raid” pedestre Fortaleza - São Paulo (1923), da Igreja de Almofala (CE) e do autógrafo do Padre Mororó. Entre os documentos escritos que remeteu, figuravam um exemplar do jornal cearense *O Palmense*, dois títulos originais de nomeação de delegado e subdelegado de polícia firmados por Floro Bartolomeu, um original dos autos de embargo dos bens de Antônio Conselheiro em Quixeramobim (CE – 1871) e um folheto sobre a história da Igreja de Almofala. Também deslocou mapas, moedas (de cobre, carimbadas com o nome Ceará), um machado de índio e dois livros seus (*Álbum do Jaguaribe* e *Memória sobre o município de Quixadá*), perfazendo um total de dezenove itens, doados aos poucos, no transcorrer do período compreendido entre junho e dezembro do referido ano. (SOUSA, 1933c, p. 65; CEARÁ, 04/08/1932, 06/09/1932 e 05/12/1932)

Em 1933, conduziu outras treze ofertas. Novos documentos escritos foram encaminhados: a edição especial do *Diário Oficial da Bahia*, a ata lavrada por ocasião do assentamento da pedra fundamental da estação férrea de Quixadá e um impresso contendo o programa das festas cívicas do centenário de morte de Tristão Gonçalves. Enviou ainda álbuns de fotos de outros estados (Pará e Alagoas), dois folhetos de sua autoria (*A epopéia de*

*Santa Rosa e Numismática cearense*), fascículos sobre vultos proeminentes da História do Brasil e uma medalha de bronze do Cruzeiro Italiano na América Latina – 1924. (CEARÁ, 1933-1943, 06/02/1933 e 06/04/1933)

Analisando o precitado conjunto de doações feitas por Eusébio de Sousa, podem ser delimitadas algumas inferências sobre a concepção de museu histórico, idealizada por esse intelectual, mesmo considerando que muito desse acervo não ficou em exposição, como mapas, livros e registros escritos.

A maioria dos itens ofertados estava relacionada a personalidades cearenses, como Antônio Conselheiro (líder de Canudos). Entre os eleitos prevalecem os partícipes de movimentos políticos de envergadura ocorridos no Ceará, como Pinto Madeira (líder da chamada “Revolução de 1832”), Tristão Gonçalves e Padre Mororó (membros ativos da Confederação do Equador), Bárbara de Alencar (comparte da Revolução de 1817) e Floro Bartolomeu (articulador da Sedição de Juazeiro). Certos nomes já haviam sido referenciados por Eusébio através de seus escritos e agora passariam a ser conhecidos também por meio do discurso museológico. Entretanto, essa outra configuração discursiva não abandonaria as premissas que perpassavam a produção textual do intelectual. O saber histórico, no museu, deveria continuar comprometido com a exaltação dos homens e mulheres que ajudaram a “construir” o Ceará (e, por extensão, o Brasil) e a execração daqueles que seriam os “maus exemplos”, eivados de antipatriotismo.

Enaltecer determinadas conquistas materiais atribuídas aos cearenses em geral foi uma preocupação de Eusébio de Sousa que também afluiu do papel para o espaço museológico. Assim, o prédio da Assembléia Provincial do Ceará, um importante símbolo do poder constituído no Império, foi remetido ao museu por meio de uma fotografia. A empreitada dos “raidmen” de Fortaleza, igualmente registrada em foto, figura como um emblema dos progressos alencarinos, juntamente com as moedas com carimbo Ceará, que além de constituírem material de uma das áreas de interesse de Eusébio (a Numismática), indicavam os avanços do sistema monetário local.

O interesse em apresentar as origens mais remotas do povo cearense, quase imperceptível na sua obra, que se ocupa predominantemente dos fatos e personagens da época imperial e do início da República, acaba

emergindo através de duas peças que doou. Uma é o machado indígena, entregue sem registro que esclareça a sua descoberta. Outra é a fotografia da Igreja de Almofala (em Itarema), edificada no século XVIII na missão dos Tremembés e soterrada pela areia em 1897, tendo assim permanecido até o final da década de 1930. A construção, tombada em 1980 (IPHAN, 2004), indicava não apenas os traços da vida dos índios daquela localidade, mas igualmente a presença de missionários católicos durante a colonização portuguesa.

Esses objetos, ao ganharem o status de semióforos<sup>30</sup> com a sua destinação para o Museu Histórico do Ceará, apontam, quando inquiridos, os possíveis entendimentos de Eusébio de Sousa sobre as suas finalidades documentais, assim como outras peças que, embora não fossem de propriedade do intelectual, chegaram ao MHC através do seu empenho pessoal.

Foi o caso da imagem de Nossa Senhora da Assunção, primitiva padroeira da cidade de Fortaleza, cultuada com esse título até o último quartel do século XIX, sendo então substituída por Nossa Senhora da Conceição. (SOUSA, 1933c, p. 36-41) A santa, que estava guardada inicialmente na capela da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (nos anos 1930 a edificação abrigava o 23º Batalhão de Caçadores e hoje, a 10ª Região Militar), encontrava-se em 1932 sob a proteção da Igreja Matriz da Sé. Eusébio conseguiu a autorização do Arcebispo de Fortaleza para transferi-la ao Museu Histórico do Ceará, comprometendo-se em respeitar certas condições expressas pelo sacerdote, como a de colocar a imagem:

(...) em lugar digno, separada de outros objetos, em atenção Àquela que representa e de restituí-la à Arquidiocese, se no futuro for

---

<sup>30</sup> Segundo Pomian, há uma diferença sensível entre as coisas e os semióforos. Os primeiros “podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torná-las consumíveis, ou ainda proteger contra as variações do ambiente. Todos estes objetos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um lado estão os semióforos, objetos que não têm utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura. A actividade produtiva revela-se portanto orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; para o invisível, por outro; para a maximização da utilidade ou para a do significado. As duas orientações, embora possam coexistir em certos casos privilegiados, são todavia opostas na maior parte das vezes.” (POMIAN, 1984, p. 71)

organizado por ela um Museu Histórico Eclesiástico ou de cousas sagradas. (SOUSA, 1933c, p. 36)

Atente-se para a placa que aparece próximo ao ventre da imagem de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: SOUSA, 1933c, p. 38

A transferência da santa para o Museu foi acompanhada de polêmica, discutida por Eusébio de Sousa em artigo do jornal *Correio do Ceará* de 30/09/1932 e ampliada com fotos em seis páginas do seu Relatório de 1933. (SOUSA, 1933c, p. 36-41) Segundo os seus relatos (que não estão bem sistematizados), alguns indivíduos (a quem ele não identifica) afirmavam que a imagem conservada na Catedral da Sé não era a do antigo fortim: a “verdadeira” encontrava-se no sítio Jucurutuóca, em Mecejana (Fortaleza-CE), que pertencera ao falecido coronel Licínio Nunes de Melo. Outros questionavam se a santa retirada da Catedral para o Museu Histórico, ao invés

de Nossa Senhora da Assunção, não se trataria de Nossa Senhora da Conceição<sup>31</sup>.

Foto no sítio Jucurutuóca. O segundo homem da direita para esquerda é Eusébio de Sousa.



Fonte: SOUSA, 1933c, p. 37

Observa-se que as dúvidas levantadas insuflaram o brio do intelectual, que se viu obrigado a investigar a questão para validar os dados que acompanhavam esse objeto de antiga devoção. Daí o cuidado de expor em instantâneos a sua visita perquiridora a Jucurutuóca, bem como as duas imagens que geraram toda a controvérsia em pauta. Sua argumentação, ancorada nas fotografias, na entrevista com a viúva do antigo proprietário do sítio, num texto do respeitabilíssimo Barão de Studart e noutro do *Anuário Católico do Brasil*, era que existiam duas santas, com invocações diferentes, na ermida do quartel. A que fora para a Sé e depois para o Museu Histórico do Ceará, pela conformação de seu vulto, “de mão esquerda apoiada sobre o peito e mão direita estendida, olhos fitos aos céus” seria certamente Nossa

---

<sup>31</sup> Há uma contradição entre o que Eusébio de Sousa diz e a foto aqui divulgada. Na fotografia,

Senhora da Assunção. E a que estava na capela de Jucurutuóca, “de mãos postas” (SOUSA, 1933c, p. 38), seria Nossa Senhora da Conceição.

Para Eusébio de Sousa, o museu seria o lugar mais apropriado para a imagem, pois estando a mesma “sem culto algum de veneração”, possuía apenas o valor de “documentação histórica na evocação de uma época que passou, aurifulgente”. (SOUSA, 1933c, p. 36) Na sua compreensão, portanto, o objeto que iria para o Museu deveria perder completamente o seu valor de uso, ainda que este se prendesse ao campo dos valores transcendentais – opinião compartilhada pelo Arcebispo de Fortaleza, que aceitou ceder a peça para uma instituição leiga<sup>32</sup>.

Outro detalhe que chama a atenção no episódio sobre Nossa Senhora da Assunção é a pesquisa histórica empreendida por Eusébio, obstinada em atestar a procedência e a autenticidade da imagem. Esses parecem requisitos fundamentais no ato de presentear o MHC, como se pode averiguar nas relações de ofertas feitas ao Arquivo Público e Museu Histórico (divulgadas no *Diário Oficial*) e em vários artigos de jornal encaminhados por essas “repartições”, onde praticamente todos os objetos são acompanhados de informações que priorizam não apenas a sua descrição, mas sobretudo sua singularidade. Nossa Senhora da Conceição não serviria como documento histórico para Eusébio de Sousa, pois, além de ser cultuada pelos fiéis da Igreja local, não estava diretamente atrelada à ancestralidade da capital cearense, que surgiria e retiraria o seu nome da fortificação tomada pelos lusitanos das mãos dos holandeses, no período colonial. E mais uma vez, o interesse pelas origens do povo cearense aflorava entre os objetos que o intelectual buscou para o Museu.

No afã de conseguir mais “preciosidades” para o MHC, o seu Diretor idealizou ainda algumas “excursões históricas” a localidades do interior do Ceará, como nos relata Francisco Fernando Ribeiro da Silva, Agente Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, numa matéria para o jornal *O Nordeste* (09/09/1932), transcrita no relatório de Eusébio de Sousa. (SOUSA, 1933c, p. 23-27) Em uma dessas viagens, acompanhado do Desembargador Faustino de

---

as mãos da santa estão postas como Nossa Senhora da Conceição.

<sup>32</sup> Segundo matéria do jornal *O Nordeste* (31/12/1942, p. 1), a imagem retornou para o 23º Batalhão de Caçadores em 1942, por solicitação do seu comandante.

Albuquerque e do próprio Francisco Fernando, Eusébio dirigiu-se à cidade de Aquiraz. A primeira parada aconteceu no sítio de Tiburcio Targino (homem de grande influência local), onde se achavam as ruínas de um antigo hospício e igreja dos jesuítas. Dos escombros foram retirados e enviados para o Museu: uma laje de cerca de 20 kg, um tijolo e uma ponta de viga.

Arrancar partes de velhas edificações para preservá-las em museus históricos parecia uma prática comum. Segundo Aline Montenegro Magalhães, essa era uma atitude cara aos antiquários, que, sem se ocuparem da conservação real dos monumentos, guardavam consigo “pedaços” do passado. Gustavo Barroso, em visita à cidade mineira de Ouro Preto, no ano de 1926, retirou a aldrava que pendia da porta da casa que teria pertencido a Marília de Dirceu, para incorporá-la ao acervo do Museu Histórico Nacional. (MAGALHÃES, 2004, p. 90) Aliás, o MHN contava nos anos 20 com uma sala intitulada “Arcada das pedras”, destinada a abrigar, entre outras coisas, fragmentos de construções “históricas”. (REIS, 2003, p. 217) O Museu Histórico do Ceará recebeu como doação os fragmentos do alicerce de um antigo pelourinho; um pilar de alvenaria que foi retirado por “vândalos” do Largo do Seminário (Fortaleza), onde demarcava a passagem da Primeira Comissão Brasileira de Observações Magnéticas em 1903; os tijolos da antiga igreja de Almofala, “mandada edificar pela Rainha Dona Maria I, no século XVIII” (DIÁRIO OFICIAL, 19/09/1934, p. 3) e os do Palácio dos Governantes, situado na rua Conde D’Eu (Fortaleza), por ocasião da sua demolição. Observa-se, a partir dos exemplos, que não se guardava pedaço de “qualquer” edificação.

Prosseguindo sua visita ao município de Aquiraz, Eusébio e sua comitiva foram até a antiga Câmara Municipal e dela “confiscaram” a mesa de cedro usada na época colonial para os despachos dos capitães-mores, quando a localidade era a “capital” do Ceará. Da Igreja Matriz, algumas imagens e a cruz de prata utilizada nas procissões (pesando cerca de 25 kg) – oriundas da igreja dos jesuítas – também despertaram as atenções dos “turistas”, mas, se houve a intenção de removê-las, o intento não se concretizou. (SOUSA, 1933c, p. 27)

Em 1934, depois de uma nova intervenção do Diretor do Museu Histórico do Ceará, a “repartição” recebeu a lápide comemorativa da fundação da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, datada de 1817, após

negociações com o chefe da Região Militar em Recife e o Comandante do 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza. (SOUSA, 1935a, p. 37)

Os primórdios da nossa colonização novamente vêm à tona nessa seleção de vestígios materiais realizada por Eusébio de Sousa – parte das ruínas da igreja e hospício jesuítas, a mesa da Câmara de Aquiraz e a lápide da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção – cada qual associado a uma forma de poder institucionalizado (eclesiástico, político, militar). Por meio da escolha dessas peças e de outras consideradas anteriormente pelo intelectual, nota-se uma valorização da presença portuguesa católica em diferentes esferas administrativas da sociedade cearense, que ele também explicitaria num artigo do *Boletim do Museu Histórico* de 1935, ao tecer comentários sobre a lâmpada de prata, um outro objeto proveniente do hospício de Aquiraz:

A sua origem [da lâmpada], erroneamente até agora era atribuída aos holandeses. Os que assim pensavam talvez ignoram que esses intrusos, no seu período invasor, nada fizeram em prol do desenvolvimento material dessa terra conquistada (o Ceará), e nesse particular, decerto, nada teriam feito por serem elles, os holandeses, como herejes, increus, por demais intolerantes, não se preocupando de maneira alguma com as coisas dos templos catholicos. (SOUSA, 1935b, p. 37)

Curioso observar que esse debate em torno da atuação dos diferentes povos (europeus e nativos) na disputa pelo território cearense e da defesa do catolicismo português como propulsor da “civilização” nessas paragens se evidencia menos na produção escrita de Eusébio de Sousa (pelo menos até a época da criação do MHC), e mais na realização da triagem dos objetos que, na sua visão, deveriam figurar no Museu. Coincidentemente, é durante a sua fase de administrador do MHC que o *alter ego* “Vovô Ceará” é criado (1935), ressaltando em sua narrativa a “epopéia” lusitana amparada pela fé católica, no processo inicial da colonização do Ceará. (SOUSA, 1936)

Os roteiros do programa de rádio foram publicados com algumas ilustrações, como a da imagem de Nossa Senhora da Esperança, que teria acompanhado Cabral na viagem do descobrimento. O texto explicava a origem do Forte de São Thiago, construído por Pero Coelho, na primeira tentativa de colonização do Ceará. Ele teria recebido essa denominação porque a sua construção data de 25 de julho de 1604, “dia que a igreja católica consagra a

esse santo”. (SOUSA, 1936, p. 23) Também conclamava as crianças para o culto a Pero Coelho:

(...) como bons patriotas que presumo serem os meus netinhos, eu os concito a de pé, por alguns segundos, com a maior reverência, prestemos (...) uma homenagem póstuma ao notável colonizador que tentou fundar, com inauditos esforços, uma capitania no Ceará. Descubramo-nos, pois, respeitosos, diante daquele que, embora mal sucedido, abnegadamente, contribuiu para que outros desbravadores de nossa inculta região, se lhe seguissem em aventuras idênticas e se tornasse, por fim, o Ceará conhecido. (SOUSA, 1936, p.16)

Na ausência ou na impossibilidade da aquisição de certos objetos que para Eusébio seriam de valor histórico, “pela sua vinculação temática ou biográfica aos feitos ou figuras excepcionais do passado” (BEZERRA DE MENEZES, 1992, p. 4), como a lâmpada de prata do hospício jesuíta, outros deveriam ser transliterados com essas características para preencherem as salas do MHC. Dessa forma, o que para muitos era apenas “velharia” ou “entulho”, ao passar pelos “olhos de lince” do intelectual foi transmutado em peça de grande significação histórica, como aconteceu com um simples pedaço de laje, um tijolo e uma viga<sup>33</sup>.

Gustavo Barroso também mantinha essa prática de transformar “velharias” em objetos históricos, para reconstituir o passado a partir de fragmentos dotados de valor de época. Magalhães comenta o episódio em que Barroso foi satirizado em uma charge de Kalixto, montado num cavalo branco, vestido com o uniforme dos Dragões da Independência e recolhendo antiquilhas diversas numa carroça, para compor o acervo do Museu Histórico Nacional, com a seguinte fala: “o que se pode arranjar por aí não é rigorosamente histórico, mas não há dúvidas, eu escrevo lendas a propósito e elas ficam sendo”. (MAGALHÃES, 2002, p. 110)

Quando o Diretor do Museu não conseguia as peças que desejava por doação, outros expedientes eram usados, como a fabricação, a permuta e a compra.

---

<sup>33</sup> As novas concepções acerca da funcionalidade de um museu histórico também afirmam que qualquer objeto é portador de uma historicidade, não por sua pretensa relação com os homens e acontecimentos do passado, mas por sua possibilidade de suscitar problemas históricos, entendidos como “aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade”. (BEZERRA DE MENEZES, 1992, p. 4-5)

No caso da fabricação, podemos citar algumas telas a óleo, do artista cearense J. Carvalho, que prestou temporariamente os seus serviços ao Museu Histórico do Ceará. (SOUSA, 1935b, p. 41-44) Entre as suas obras, realizadas seguramente sob o olhar vigilante de Eusébio de Sousa, estão os quadros de algumas personalidades cearenses da época do Império, como Major Facundo, Boticário Ferreira e Dragão do Mar, que juntos ganharam inauguração pública, anunciada no jornal *Gazeta de Notícias*. (SOUSA, 1935b, p. 44) O retrato de maior notoriedade foi o do General Tibúrcio, especialmente inaugurado em cerimônia reservada, também documentada pela *Gazeta de Notícias* e *O Povo* (28/07/1935), “com a presença da elite das nossas classes armadas existentes em Fortaleza” (SOUSA, 1935b, p. 40) e com a banda de música do 23º BC. A data para o evento foi estrategicamente pensada por Eusébio, encaixando-se nas comemorações dos oitenta e quatro anos do assentamento de Tibúrcio como “Praça do Corpo Fixo da antiga Província do Ceará, com o desígnio de seguir para a Escola Militar do Rio de Janeiro”. (SOUSA, 1935b, p. 41)

Também em 1935, a pedido do governo do Ceará (na administração de Felipe Moreira Lima), o Museu Histórico mandou produzir e instalar em suas dependências uma placa de bronze em homenagem a Amélia e Clóvis Beviláqua. Por ocasião da viagem do casal ao Ceará, as autoridades locais montaram um comitê de recepção assentado numa extensa programação em que vários estabelecimentos culturais da capital foram escolhidos para abrir suas portas com atividades especialmente elaboradas para os ilustres visitantes, como divulgaram os diferentes jornais do estado. A visitação do casal Beviláqua ao Museu Histórico do Ceará estava previamente agendada e contou com o entusiasmo de Eusébio de Sousa, que não se furtou a apresentar em detalhes o acervo de sua repartição e pronunciar longo e caloroso discurso de inauguração da placa comemorativa, na presença de uma seleta platéia. (A RUA, 17/01/1935, p. 7)

Como exemplo de permuta se pode mencionar a confecção do busto do historiador cearense Capistrano de Abreu, trabalho em gesso de Antonico Borges Teles, retratado em matéria do jornal *O Nordeste* (24/05/1934) e no *Boletim do Museu Histórico do Ceará* (n. 2). O rapaz, iniciando a sua carreira artística e desejoso de ver o seu talento divulgado, procurou o Diretor do MHC

pedindo-lhe a oportunidade de realizar uma escultura que ficasse nas exposições da “repartição”. Eusébio, mesmo descrendo inicialmente das habilidades de Antonico, ofereceu-lhe o desafio de fazer o busto de Capistrano, a partir de uma fotografia de dimensões exíguas (12x19½). Executado o ofício e o mesmo sendo apreciado por artistas plásticos veteranos e um parente próximo do homenageado, o jovem ganhou não só a simpatia de Eusébio de Sousa, que passou a sugerir que o governo estadual custeasse seus estudos no campo artístico, como dele recebeu uma encomenda: o busto do Padre José de Anchieta, que seria exibido durante as comemorações do seu 4º centenário. O episódio retrata uma inusitada situação, na qual a troca se realiza não exatamente entre dois objetos. Também não se barganha diretamente a força produtiva pelos meios de sobrevivência. Troca-se trabalho por uma possibilidade de reconhecimento e ascensão profissional (incertamente acompanhada de bom retorno financeiro), vislumbrada por intermédio do Museu Histórico e de Eusébio de Sousa, fato demonstrativo do respaldo social que a “repartição” e o seu administrador possuíam.

Outra situação em que a permuta não foi explicitamente apresentada, mas certamente aconteceu, data de 1936. Os novos objetos, porém, não estavam necessariamente relacionados à evocação de determinadas personalidades gloriosas do passado cearense. Eusébio, em visita a algumas instituições públicas do Rio de Janeiro, adquiriu um conjunto de Medalhas da Graça, ofertadas por Gustavo Barroso na condição de Diretor do Museu Histórico Nacional. (A RUA, 26/05/1936, p. 3) Sabe-se que Barroso costumava ceder moedas e medalhas apenas quando a sua instituição dispunha de duplicatas, e essas eram, via de regra, trocadas somente para completar as lacunas das coleções do seu próprio Museu (VIEIRA, 1995, p. 102-103), consideradas as maiores do Brasil. (DUMANS, 1997b, p. 26-28) Sendo o Museu Histórico do Ceará possuidor de um medalheiro com muitas peças, tendo em vista as inúmeras doações desse tipo, é muito provável que essa transação tenha acontecido entre as duas “casas de memória”.

Foram encontrados três registros sobre a efetivação de compra de objetos para as exposições do MHC. Um foi datado em 1933 e diz respeito à aquisição de uma coleção de medalhas de Artur Valter Cabral (CEARÁ, 1933, p. 3) por 220\$000 (duzentos e vinte mil-réis). Outro se refere a uma coleção de

moedas nacionais que pertenciam ao senhor Alcides de Castro Santos (CEARÁ, 1933-1943, 05/02/1935, p. 01), sem o valor de compra estabelecido. Coincidentemente, essas duas negociações envolveram três membros da Sociedade Numismática Cearense (ulteriormente denominada Sociedade Numismática e Filatélica Cearense), fundada em 1935. Santos era presidente da associação e considerado um dos maiores numismatas do Ceará. Cabral foi durante algum tempo tesoureiro e Eusébio de Sousa editorava a *Revista Numária* (órgão da entidade). Presume-se, portanto, que essas compras podem estar relacionadas tanto com os interesses de Eusébio em recompensar os colegas por algumas doações efetuadas entre 1932 e 1935, ajudando a constituir a coleção de numismática da “repartição”<sup>34</sup>, bem como os de ampliar e diversificar os expositores do Museu Histórico do Ceará. Afinal, a numismática foi durante muito tempo vista como uma das ciências auxiliares da História (VIEIRA, 1989, p. 14), e Eusébio de Sousa por ela se mostrou muito interessado como pesquisador. (SOUSA, 1916; 1933)

O terceiro registro de compra para o Museu Histórico do Ceará foi efetuado através do Decreto n. 944 de 13/03/1933. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/06/1933, p. 5) Tratava-se de seis condecorações que pertenceram ao General Antônio Sampaio, cearense cuja atuação teve grande destaque durante a Guerra do Paraguai. O material estava sob o poder da sua única filha sobrevivente, Dona América da Conceição Sampaio, residente no Rio Grande do Sul. Os jornais que noticiaram o fato buscaram sublinhar o esforço do Interventor Federal Carneiro de Mendonça no sentido de obter as peças para o MHC e a nobreza da octogenária senhora ao enviá-las para a terra natal de seu progenitor:

Conhecida a sua identidade, o sr. capitão Carneiro de Mendonça procurou, por carta dirigida à mesma, avocar ao Estado a guarda das preciosas relíquias do grande batalhador. Não foi sem tempo. Dona América respondeu prontamente que há pouco havia recusado a oferta de um colecionador de raridades para a compra das valiosas medalhas. O interessado marcou o preço de 500\$000 [quinhentos mil-réis] para a transação. (A RUA, 10/04/1933)

---

<sup>34</sup> De acordo com o banco de dados constituído a partir da pesquisa sobre as doações do MHC, Artur Cabral realizou uma única oferta – uma cédula – em 1933, enquanto Alcides de Castro Santos doou, de 1932 a 1935, um total de 136 peças, entre moedas, cédulas e medalhas.

O gesto de D. América da Conceição Sampaio foi demais nobilitante, mandando para o Museu do Ceará as condecorações de seu pai, sem estipular preço, pois, segundo declara em carta que dirigiu ao sr. Interventor Federal, ser-lhe-ia impossível fazer venda do que desejaria doar de coração ao Estado, aceitando qualquer auxílio que evitasse deixar cair tais condecorações em mãos de um simples colecionador (...) Mas se nobre e eloqüente foi o gesto da respeitável senhora (...) não menos o foi o subsequente do governo, retribuindo à filha de Sampaio, a título de reconhecimento, a importância de dois contos de réis [2:000\$000]. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/07/1933, p. 5)

Essa compra envolve algumas questões de ordem simbólica que devem ser aqui discutidas. Em primeiro lugar, o fato de o estado do Ceará pagar, para garantir a preservação e a exibição pública de certos objetos, um valor muito superior ao proposto pelo próprio mercado de colecionadores de antiguidades, num evidente processo de “fabricação de um imortal”, tomando a expressão cunhada por Regina Abreu (1996). Afinal, não eram quaisquer peças que estavam sendo adquiridas: eram provas cabais dos atos de bravura de um cearense que teria morrido em plena guerra, para defender os interesses da sua pátria. Essas peças ganhavam as feições de “reliquia” (BAUDRILLARD, 2002; POMIAN, 1984), pela possibilidade que encerravam de restabelecer o contato com um herói do passado, cujas origens estavam fincadas no Ceará. Por essa razão, ganharam tratamento especial. Não foram simplesmente colocadas no mostruário de numismática do Museu Histórico do Ceará, como outras inúmeras medalhas, moedas e cédulas. Foram apresentadas à parte, em um quadro que lhes dava destaque, e seu registro visual ficou gravado em documentos oficiais, como os *Anais do Arquivo Público* e o relatório de Carneiro de Mendonça.

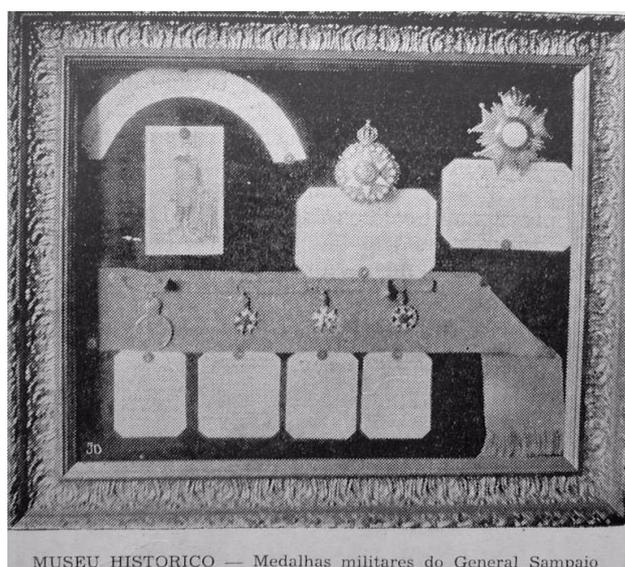
Outro aspecto interessante nessa aquisição é o papel atribuído ao Museu Histórico do Ceará como o guardião por excelência não apenas das memórias oficiais do estado, mas também das memórias particulares. É certo que Dona América fora obrigada a se desfazer das lembranças materiais de seu velho pai por razões econômicas, expressas em carta de agradecimento dirigida ao Interventor:

“Se muito grande foi a satisfação, nada menor a comoção ao receber a valiosa dádiva, de enorme e particularíssimo auxílio para a crise que

vinha atravessando (...) Metade desse donativo foi empregado em terreno adquirido para o meu eterno repouso”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/07/1933, p. 5)

No entanto, preferia saber da sua existência num Museu distante de seu estado de residência, onde ao menos seriam apreciadas por vários conterrâneos da sua família, a passá-las para um colecionador particular que talvez estivesse mais próximo, porém impedindo a contemplação das peças. Sua posição, longe de criticada, é compartilhada e festejada por aqueles que escreveram os artigos de jornal sobre o caso.

Um último ponto a ser considerado nesse acontecimento é a participação do Interventor Federal do Ceará. Teria partido de Carneiro de Mendonça a iniciativa de adquirir tais objetos? Quem havia revelado a identidade da filha de Sampaio ao Interventor? Um dos maiores interessados em feitos e personagens militares era Eusébio de Sousa, tanto que o General Sampaio foi uma das individualidades por ele escolhidas para biografar em 1938. Também era Eusébio um dos que mais ansiavam por apresentar, no Museu Histórico, verdadeiras “reliquias” de um compatriota. Permitir que o Interventor colhesse os louros ao transladar as condecorações de Sampaio foi, sem dúvida, uma manobra astuciosa que Eusébio de Sousa empregou a fim de consolidar as simpatias do chefe do poder estadual para a manutenção de sua “repartição”, cujo retorno financeiro era inexistente, podendo, contudo, ser vultoso o investimento simbólico.



Fonte: MENDONÇA, 1933, p. 59

Usando do seu “argumento de autoridade” em matéria de “natureza histórica”, nota-se claramente que Eusébio foi arregimentando, a partir de diferentes estratégias, vários objetos para a composição do acervo do MHC. No caso das doações remetidas por terceiros, observa-se que, na medida do possível, ele procurou direcioná-las em conformidade com a sua visão sobre as finalidades de um museu histórico, apontando e tentando reunir as peças que estariam pretensamente “dispersas” em instituições ou nas mãos de particulares.

Em matéria do jornal *O Nordeste*, de 19/01/1932 (escrita pelo intelectual ou por algum colaborador próximo), quando a criação do Arquivo e do Museu passou a ser anunciada, algumas peças já eram assinaladas como exemplares dignos de figurar em suas exposições, como os jarrões ornamentais do Passeio Público e a mesa na qual se realizou o julgamento de Pinto Madeira<sup>35</sup>. Posteriormente, eles seriam exibidos no Relatório de 1933 através de textos e fotos, junto com a mesa da antiga Câmara de Aquiraz, como “tesouros” adquiridos pelo Museu Histórico do Ceará, antes mesmo da sua inauguração.

Através da referida documentação é possível perceber outros objetos apreciados pelo intelectual. Precisamente no título “Aquisições”, ele vai listando as **ofertas oficiais** “de maior vulto e que estavam a reclamar um registro especial”. (SOUSA, 1933c, p. 28) Foram apresentadas, com um breve comentário, as doações da extinta **Escola de Aprendizes de Marinheiros** (móveis antigos, placas, canhões, objetos escolares, quadros emoldurados e retratos), da **Prefeitura Municipal de Fortaleza** (as cadeiras da Câmara Municipal no tempo da Monarquia, a bandeira do município de Fortaleza e os citados jarrões do Passeio Público), da **Prefeitura do Crato** (a mencionada mesa de Pinto Madeira), da **Prefeitura de Sobral** (um martelo, uma trolha e uma colher de pedreiro, todos de prata, com os quais o senador conselheiro

---

<sup>35</sup> Outros objetos citados foram: a cadeira do Padre Antônio Vieira (que em vão Eusébio tentou obter de Dom José Tupinambá da Frota); a Bandeira do 26º Batalhão de Voluntários da Pátria (ofertada pelos fortalezenses no dia do embarque dos soldados cearenses para a Guerra do Paraguai); as armas do Império incrustadas no portão da Faculdade de Direito de Fortaleza; os livros de tombo e a ata da abolição dos escravos da freguesia de S. Cruz. Nenhum desses foi localizado no acervo do Museu. (*O NORDESTE*, 19/01/1932, p. 5)

Jerônimo Figueira de Melo, sobralense e ex-presidente da província do Rio Grande do Sul, havia sido presenteado) e da **Prefeitura de Aquiraz** (a mesa da antiga Câmara, também já apontada).

Prosseguindo o seu relatório, o Diretor do MHC deu destaque para três **ofertas de particulares**. As demais foram simplesmente listadas, junto com outras ofertas oficiais, nos anexos da documentação. Duas doações deram nome ao título XXII do referido documento: “As bandeiras da Libertadora Icoense e da Padaria Espiritual”<sup>36</sup>. A primeira fora remetida pelas senhoritas **Adélia, Gércia e Alda Osório Sampaio**, ganhando maior destaque pela sua representação em foto. A segunda, presente de **Antônio Sales** (um dos mais afamados “padeiros”), era mais evidenciada pela publicação da carta que acompanhou a peça. A última oferta, remetida pelo Arcebispo de Fortaleza, foi a polêmica imagem de Nossa Senhora da Assunção. A santa ganhou título exclusivo, fotografias e várias páginas do relatório.

São claramente perceptíveis as intenções de Eusébio de Sousa no sentido de identificar a procedência dos objetos para valorizar os seus ofertantes e assim incentivar outros a contribuírem com doações semelhantes para o Museu Histórico. Contudo, uma questão implícita, mas relevante, deve igualmente ser observada: a preferência de Eusébio por determinados objetos que iam chegando ao Museu. Entre as inúmeras doações de ilustres e comuns, enviadas durante o ano de 1932 e verificáveis nos anexos do seu relatório (em que estão organizadas pelo nome dos ofertantes), o Diretor do MHC priorizou fotografar e explorar no texto do seu relatório apenas algumas, em detrimento de várias que já estavam sob a sua guarda. O mesmo procedimento foi averiguado nos *Boletins do Museu Histórico do Ceará* (1935-1936) e em vários jornais locais, no decurso de sua administração, em especial a *Gazeta de Notícias* e *O Nordeste*, através de matérias não assinadas, mas provavelmente endereçadas pelo intelectual ou por apoiadores da sua causa.

Essas peças que ganharam visibilidade através de diferentes publicações (relatório, boletins, jornais etc.), são também indicadoras das concepções de Eusébio de Sousa acerca das funções de um museu histórico,

---

<sup>36</sup> A Padaria Espiritual foi uma sociedade literária que existiu em Fortaleza, no período de 1892 a 1898, que procurava escapar do formalismo acadêmico, fazendo-se “conhecida na historiografia literária como uma sociedade de boêmios, jocosos, sarcásticos, e até revolucionários”. (CARDOSO, 2002, p. 16)

na medida em que ele colocava em relevo apenas o que considerava digno de pesquisa ou menção. Em geral, são objetos que evocam e celebram os eventos, instituições e pessoas que no passado teriam contribuído de diversas maneiras (política, militar, culturalmente etc.) para constituição e o engrandecimento do Ceará e da nação brasileira, cujas origens estariam atreladas à colonização portuguesa católica. Sem evidenciar os conflitos étnicos oriundos desse processo colonizador, apresentando o indígena como um ancestral muito distante, várias peças também atestariam o grau de civilização e refinamento que os cearenses teriam conquistado na sua aproximação com a Europa, sobretudo na época do Império, quando o Brasil vai ganhando os contornos de um país soberano<sup>37</sup>.

Debater essa seleção efetuada por Eusébio de Sousa, ao montar e publicar o acervo do Museu Histórico do Ceará, pressupondo inclusões e exclusões de objetos, é fundamental para percebermos como os *documentos*<sup>38</sup> são simultaneamente *monumentos*, produtos de uma sociedade que os fabrica e dita as suas condições de conservação ou de destruição, segundo os interesses e a correlação de forças de um dado momento. (LE GOFF, 1992) Também é essencial para percebermos como os estabelecimentos criados com a finalidade de construir saberes ou de preservar a memória social são também resultado das escolhas de certos indivíduos, circunscritos a um lugar de produção e a determinadas práticas sociais e analíticas historicamente condicionadas. (DE CERTEAU, 1982) Nem sempre essas instituições estiveram afinadas com “a multiplicidade de vivências e de lutas que se engendram sem cessar em toda e qualquer formação social” (LOUZADA, 1992, p. 16), mas sim preocupadas em estabelecer e perpetuar as experiências dos grupos dominantes como hegemônicas para o conjunto da sociedade, apagando os rastros dos conflitos e das contradições que elas carregam.

---

<sup>37</sup> Não se pode negar o trabalho intelectual do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) – situado no Rio de Janeiro – e dos demais Institutos Históricos fundados em outras regiões do país, no sentido de proverem essa idéia a partir da segunda metade do século XIX. (GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1995)

<sup>38</sup> O termo documento aqui é entendido no seu sentido mais amplo, proposto pela Escola dos Annales, incluindo os objetos que integram a cultura material. (LE GOFF, 1992, p. 539-540)

## CAPÍTULO 2 - EUSÉBIO DE SOUSA E O MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ

### 2.1 – Um Templo- Memória para os cearenses

O Museu Histórico do Ceará (MHC) foi concebido como uma das dependências do Arquivo Público do Estado do Ceará, órgão restabelecido pelo Decreto n. 479, de 03/02/1932 e regulamentado pelo Decreto n. 643 de 20/06/1932<sup>39</sup>. A primeira referência ao departamento aparece apenas nesse último decreto, mais precisamente no Capítulo VI, intitulado *Do Museu Histórico*, mas as notícias sobre a sua constituição começaram a despontar cinco meses antes na imprensa local. Através dos jornais foi possível observar, entre outros aspectos concernentes ao Museu Histórico, as disputas em torno de sua concepção. Nos primeiros artigos de *O Nordeste* sobre o MHC, o Dr. Clóvis Fontenelle, um dos membros do Conselho Consultivo do Estado do Ceará<sup>40</sup>, é apontado como o seu idealizador:

Dando parecer sobre o acto interventorial que manda reorganizar o Archivo Publico, o conselheiro Clóvis Fontenelle, sugeriu a instituição de um museu histórico do Estado, em que se recolhessem todas as preciosidades cearenses (...) Foi uma sugestão feliz e oportuna que coincide com o pedido dos ministros do Exterior e da Educação. (O NORDESTE, 13/01/1932, p. 10)

Tratamos, há pouco, em comentários às emendas propostas pelo conselheiro Clóvis Fontenelle ao projecto de organização do Archivo Publico, da criação do Museu Histórico como sua dependência. (O NORDESTE, 19/01/1932, p. 5)

O que sabemos, está para breve a instalação do Museu Histórico, recentemente creado pelo governo attendendo à justa aspiração do Estado, consubstanciada em emenda ao projeto de criação do Archivo Publico, pelo membro do Conselho Consultivo, dr. Clóvis Fontenelle. (O NORDESTE, 22/02/1933, p. 5)

---

<sup>39</sup>De acordo com Eusébio de Sousa, existiram tentativas anteriores de fundar o Arquivo Público do Estado, na época do Império e durante a vigência da República Velha, mas essas iniciativas não frutificaram, permanecendo apenas no âmbito das leis. (SOUSA, 1933c, p. 3-4)

<sup>40</sup> Os Conselhos Consultivos foram inaugurados em cada estado, após a Revolução de 1930, seguindo as diretrizes do Código de Interventores do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Eram compostos por cinco ou mais membros, nomeados por proposta dos Interventores e referendados pelo Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Os Conselheiros tinham por função assessorar a interventoria em todos os assuntos que dissessem respeito à vida econômica, política e administrativa dos estados e municípios, devido à confirmação da dissolução das Casas Legislativas nos planos federal, estadual e municipal. (SOUSA, 1994)

Apesar das menções iniciais ao Conselheiro Clóvis Fontenele no jornal *O Nordeste*, durante o primeiro mês de divulgação do Museu Histórico do Ceará, em janeiro de 1932, sua presença desaparece das matérias subseqüentes, vinculadas ao estabelecimento. Seu nome nem sequer é mencionado nos artigos de outros jornais, de 1932 aos anos posteriores. O Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, Interventor Federal no Ceará (de 1931 a 1934), é quem passa a ganhar todas as congratulações pela iniciativa de criar o Museu Histórico:

Folgamos em registrar que o povo do Ceará vai compreendendo o ato, por demais patriótico, do exmo. Sr. Capitão Carneiro de Mendonça, criando para o Estado uma repartição de que o mesmo se ressentia - o Arquivo Publico, com uma secção destinada ao Museu Histórico. (O POVO, 27/10/1932, p. 3)

As 14 horas do sabbado passado teve logar a solemnidade da instalação do Museu Histórico e do Archivo Publico (...) O dr. Eusébio de Sousa (...) fez num bello discurso (...) salientando o empenho do governo do dr. Carneiro de Mendonça em prol do estabelecimento (...) Fallou em seguida o desembargador Alvaro de Alencar que em nome do Instituto do Ceará agradeceu ao governo do Estado o gesto que este tivera oferecendo uma dependência do prédio para a Biblioteca do Instituto. (CORREIO DO CEARÁ, 11/01/1932, p. 2)

No domingo ultimo estive em visita ao Museu Histórico do Estado, o já importante departamento publico estadual creado pelo Exmo. Sr. Capitão Carneiro de Mendonça, administrador quem salvante honorosissimas exceções, cuida exclusivamente da governança do estado, relegando, para um lado, a política (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/04/1933, p. 5)

Enquanto se manteve em tal cargo, Carneiro de Mendonça usou o Arquivo e o MHC como uma "vitrine de realizações" do seu mandato, exibido aos visitantes ilustres que chegavam ao Ceará e nos relatórios oficiais enviados à esfera federal. Agiu como o principal patrono da repartição, fato não verificado com a mesma intensidade nas administrações posteriores, realizando ofertas de objetos pessoais ou outros, comprados com recursos públicos, divulgados não só nas listagens do *Diário Oficial*, mas também em espaços privilegiados dos diversos jornais locais:

O sr. Capitão Carneiro de Mendonça, num gesto expressivo, que muito denota o seu devotamento às coisas do Ceará, acaba de offerter ao Museu Historico um objeto relíquia de alta significação. Trata-se da caneta que se serviu no acto da assignatura do contracto

para construção do porto de Fortaleza. (O NORDESTE, 21/08/1933, p. 1)

A historia [das condecorações do Brigadeiro Antonio Sampaio] (...) no Museu Histórico do Ceará é comovente e enternecedora. O único descendente direto de Sampaio (...) dona America da Conceição Sampaio (...) reside atualmente em Porto Alegre. É talvez otogenaria. Conhecida a sua identidade, o sr. capitão Carneiro de Mendonça procurou, por carta dirigida à mesma, avocar ao Estado a guarda das preciosas relíquias do grande batalhador. (A RUA, 10/03/1933, p. 5)

Pelo decreto n. 944, de 14 de março do corrente ano, foi aberto o credito especial de 2:000\$000, como auxilio a d. America da Conceição Sampaio, pelo fato de, recusando vender a um particular, enviar para o Museu Histórico do Estado, as condecorações que pertenciam ao seu glorioso progenitor (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/07/1933, p. 5)

O sr. Capitão Carneiro de Mendonça conduziu ontem o major Juarez Tavora, ministro da Agricultura, a visitar o museu. S. Excias. hão de ter visto os preciosos trabalhos. (A RUA, 12 /04/1933, p. 9)

Além do Conselheiro Fontenele e de Carneiro de Mendonça, outro personagem ganhou destaque nas colunas jornalísticas do período sobre o Museu Histórico do Ceará, e na posteridade foi consagrado como o progenitor do empreendimento: Eusébio de Sousa. De forma unânime, em todas as publicações encontradas, ele é apontado como um homem capacitado para gerenciar a Instituição recém-fundada, sendo a escolha do Interventor Federal muito respeitada, apesar de não ser o indicado um especialista em museus <sup>41</sup>:

Dirigí-lo-á [Museu Histórico], consoante decreto já publicado, o illustre historiador, secretario do Instituto, dr. Eusébio de Sousa, que não tem medido esforços em dar-nos um departamento condigno do Ceará. (O NORDESTE, 22/02/1932, p. 5)

Realizar-se-á as 14 horas de hoje, a instalação definitiva do Archivo Publico do Estado em que figura uma secção destinada ao Museu Histórico (...) do qual é director o dr. Eusébio de Sousa, brilhante intellectual e historiador. (CORREIO DO CEARÁ, 07/01/1932, p. 2)

Em adequado edifício da Praça José de Alencar (...) foram instalados o Arquivo Publico e o Museu Histórico do Estado, ora sob

---

<sup>41</sup> “Até 1932, quando é criado o Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, não havia uma capacitação específica para o trabalho em museus. Os funcionários dessas instituições eram eruditos, generalistas e polígrafos, cuja formação passava pelo bacharelado em direito (...) ou pelo curso de medicina, botânica, zoologia, no caso de museus de ciências. A prática formava os especialistas”. (MAGALHÃES, 2002, p. 108)

a competente direção do Dr. Eusébio de Sousa. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/01/1933)

Para o nosso governo não haveria escolha mais acertada que a do dr. Eusebio de Sousa na direção do nosso Arquivo Público e Museu Histórico. Suas conhecidas e proclamadas aptidões para o estudo e pesquisa da vida cearense no passado, seu pleno conhecimento da complicada ciência das antiguidades, da numismática, da arqueologia, tomaram-no o homem para o cargo. Si essa escolha, como dissemos, foi motivo de justo conforto intelectual para o nomeado, a função muito se honra e beneficia com o seu desempenhante. (A RUA, 10/03/1933, s. p.)

O livro de ponto dos funcionários do Arquivo Público e Museu Histórico mostra que ambos foram instalados sob a supervisão de Eusébio no andar térreo do Palácio da Luz (à época sede do Executivo estadual, hoje Academia Cearense de Letras) no dia 7 de junho de 1932, em caráter provisório, pois tiveram sua inauguração oficial e visitação franqueada ao público só a partir de 7 de janeiro de 1933, após solenidade com a presença de várias autoridades. Nessa segunda data já haviam sido transferidos para um prédio alugado pelo governo estadual, onde antes funcionava o Educandário Cearense (O NORDESTE, 09/01/1933, p. 4), à Rua 24 de Maio, n. 238, esquina com a então Travessa Liberato Barroso, de frente à Praça José de Alencar (local onde foi construído posteriormente o Lord Hotel e hoje está o edifício Philomeno). Contudo, não permaneceriam neste endereço por muito tempo. No início de 1934, ganharam uma sede própria (que atualmente não existe mais), na Av. Alberto Nepomuceno, n. 332, em frente à Praça da Sé. O Arquivo permaneceria nessa localização até 1951<sup>42</sup> e o Museu Histórico, até 1957.

De acordo com o historiador Raimundo Girão, que nessa fase de fundação do Museu era prefeito interino da cidade de Fortaleza, Eusébio de Sousa conseguiu com Carneiro de Mendonça “a criação oficial daquelas peças que ele vinha juntando para formar um museu”. (Apud BARBALHO, 1998, p. 191) Informação semelhante foi veiculada no jornal *A Rua*, segundo a qual Eusébio já “possuía remarcável contingente de materiais para o seu início [do Museu]”. (A RUA, 10/03/1933) No relatório sobre o período de 7 de junho a 31 de dezembro de 1932, remetido à Secretária dos Negócios do Interior e da Justiça, a que o Arquivo Público e Museu Histórico estavam subordinados,

foram elencadas todas as doações que cada indivíduo ou instituição haviam efetuado até então para as duas repartições. Eusébio aparece nessa documentação como um dos maiores ofertantes, se compararmos o número de objetos que ele colocou à disposição, frente aos demais doadores. No entanto, não se justifica afirmar que uma das razões para a criação do Museu Histórico do Ceará resultou de uma necessidade de institucionalizar a sua coleção particular, tornando-a componente de um museu oficial. Avaliando a quantidade de objetos e documentos oferecidos por ele (dezenove itens no total), percebe-se que essa pequena coleção, por si só, não era suficiente para constituir um museu particular, nem figurar como referência em um museu público e oficial, principalmente se considerarmos que parte dela não foi destinada exclusivamente para as salas do Museu Histórico, sendo dividida com o Arquivo Público.

A preocupação com o “resgate da história pátria”, que perpassa a criação do MHC, coincide com a intervenção sistemática do Estado brasileiro na área cultural, logo após o episódio conhecido como a “Revolução de 1930”. Como argumenta Barbalho (1998, p. 34), “o nacionalismo predominante antes de 1930 [era] ‘retórico’ ou ‘literário’ em contraponto àquele praticado pelo novo regime, denominado como ‘nacionalismo como política de Estado’.” Não se pode negar que a fundação do Museu Histórico do Ceará, marcada pelo ineditismo do aparato do governo estadual, na gestão do Interventor Carneiro de Mendonça, está inserida neste contexto de investimentos de recursos públicos na criação de espaços simbólicos, nos anos 30, onde os intelectuais e os artistas pudessem pensar e trabalhar em prol da consolidação da História nacional e da cultura brasileira<sup>43</sup>.

Por outro lado, o apoio financeiro oficial, oferecido ao MHC, nem sempre foi satisfatório, talvez pela sua distância em relação aos centros de decisão do país, tornando a atividade de montagem e manutenção do Museu Histórico uma missão, especialmente para Eusébio de Sousa. Segundo o já

---

<sup>42</sup> O Arquivo foi desmembrado do Museu em 1951 e deslocado para o térreo do Palacete Senador Alencar, onde funcionava a Assembléia Legislativa do Estado (hoje Museu do Ceará).

<sup>43</sup> “Para os intelectuais brasileiros, que assumem a posição de porta-vozes da questão nacional, o Estado passa a ser o local natural de atuação (...) Esse vínculo não significa necessariamente uma perda de autonomia criadora por parte dos intelectuais. É preciso diferenciar sempre os que se servem sob o regime dos que servem para o regime”. (BARBALHO, 1998, p. 35-37)

mencionado relatório de 1933, expedido para a Secretária dos Negócios do Interior e da Justiça, o Arquivo Público e Museu Histórico receberam muitos donativos para formar seus respectivos acervos, a partir dos pedidos de seu Diretor, por intermédio da imprensa da terra e de circulares transmitidas aos prefeitos do interior do estado e a outras pessoas e instituições sociais.

Cópias dessas circulares estão presentes no relatório, bem como a interessante carta de Eusébio de Sousa a Dom José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, requisitando a secular cadeira do Padre Antônio Vieira, cuja resposta, divulgada também em *O Nordeste*, não foi favorável ao solicitante. D. José alegou que o Padre José Carneiro da Cunha, que guardava a "reliquia" na cidade de Viçosa, não desejava desfazer-se dela, mesmo em nome do estado. Referendando a idéia, que lhe parecia justa, o Bispo transcreveu em ofício as palavras do vigário, como um auxílio à sua própria argumentação:

A não ser por expressa determinação de v. excia., a quem devo irrestrita obediência, não me sinto bem em privar a Matriz de Viçosa de uma tão rara preciosidade, como muito bem diz o ilustrado sr. Diretor do Arquivo Público, porquanto existindo, desde muito, em Sobral, o Museu Diocesano [sic], criado por v. excia. e competindo-me, como pároco na Diocese, cooperar para o seu enriquecimento, nunca tive coragem de despojar a Matriz local de precioso móvel, cujo valor histórico v. excia é o primeiro a reconhecer, mas que, por nímia bondade, a que sou imensamente grato, tem-me feito a esmola de não me recomendar a sua entrega ao Museu Diocesano. (SOUSA, 1933c, p. 29)

Não foram encontradas maiores evidências sobre uma polêmica mais acirrada em torno desse episódio, que certamente caiu como um "balde de água fria" nas pretensões de Eusébio de Sousa. Mesmo no relatório de 1933, a descrição do fato ganhou um tom mais de comunicado às autoridades superiores, do que de queixume, ao contrário de outra parte do documento em que Eusébio tece várias críticas à falta de espírito patriótico de muitos prefeitos municipais do Ceará, que por força dos decretos referentes ao Arquivo Público e Museu Histórico, realmente tinham por obrigação contribuir com a remessa de objetos e documentos para a expansão desses Departamentos. (SOUSA, 1933c, p. 8)

Ainda comentando o acontecimento anterior, o jornal de orientação católica *O Nordeste*, em edição de outubro de 1932, não indica qualquer rusga entre os envolvidos:

Logo que foi instalado o Archivo Publico do Estado, com uma sessão destinada ao Museu Histórico, o seu respectivo diretor pleiteou a aquisição desse movel histórico [a cadeira do Padre Antônio Vieira] (...) dirigindo-se então ao exmo. S. d. José, prelado bispo de Sobral, a cuja diocese pertence Viçosa. Agora, s.s. recebeu um ofício da suprema autoridade diocesana desculpando-se por não poder atender ao pedido solicitado, pois o revdmo. Vigário de Viçosa não se pôde conformar com o afastamento, da sua matriz, de tão rara preciosidade. O Museu do Estado se vê assim privado dessa raridade histórica, no qual melhormente seria exposta á curiosidade publica. Entretanto, não se pôde absolutamente censurar a providencia tomada pela principal autoridade eclesiástica sobralense, quando plenamente justificada o nobre e patriotico intuito que influiu no seu amigo ao excusar-se á solicitação feita. Damos, a seguir, a íntegra dos ofícios trocados (...) Pelo contexto dos mesmos ver-se-á a elevação de vistas com que foi tratado o momentoso assunto pelas duas personalidades civil e eclesiástica. (O NORDESTE, 21/10/1932, p. 5)

É provável que Eusébio de Sousa não tenha provocado grandes controvérsias quanto ao assunto para não se indispor com os membros da Igreja Católica local, principalmente com uma figura tão proeminente à época como D. José, o verdadeiro interessado na permanência da cobiçada mobília na Diocese de Sobral. Adotando tal posição, ele também não confrontaria o próprio Interventor Carneiro de Mendonça, que pareceu omissos ao fato, devido a sua postura conciliatória com os grupos representativos da sociedade, buscando não intervir ostensivamente nos conflitos locais. (SOUZA, 1994)

Embora Eusébio não tenha logrado êxito em todas as suas investidas para a formação do acervo do Museu Histórico do Ceará, os contratempos enfrentados não barraram o andamento do projeto que ele estava capitaneando. Dezenas de doações foram parar em suas mãos. Computou-se um total de 469 objetos remetidos ao Museu só em 1932. Os donativos continuaram constantes nos dois anos seguintes, sofrendo uma queda mais brusca a partir de 1935. Não se sabe se houve realmente um decréscimo nas contribuições ao MHC após a “euforia” dos seus primeiros anos de funcionamento, ou se simplesmente elas perderam o seu grande espaço de

divulgação no *Diário Oficial* e nas colunas jornalísticas devido aos novos acontecimentos da sociedade da época. A documentação permitiu a montagem do quadro de doações abaixo, cujos números aproximados foram<sup>44</sup>:

ANO	NUMERO DE PEÇAS DOADAS
1932	469
1933	340
1934	249
1935	68
1936	13
1937	15
1938	3
1939	6
1940	-
1941	1

Além das circulares e cartas enviadas diretamente a determinadas instituições e “personalidades cearenses”, outra forma utilizada para mobilizar a sociedade na construção do acervo do Museu Histórico do Ceará era divulgar as solicitações de seu Diretor através dos jornais. No material de pesquisa disponível, esses pedidos foram encontrados apenas nos anúncios da Secretaria do Interior e da Justiça do Estado, divulgados em meio aos outros Atos Oficiais do Governo Provisório do Ceará, anexos ao final do jornal *O Povo*, nos anos de 1932 e 1933:

Em auxílio desta instituição [Arquivo Publico do Estado], que não pôde ser indiferente aos bons cidadãos, e do Museu Historico que lhe é anexo, esta Diretoria invoca o concurso de todas as pessoas que se interessam pelas tradições honrosas do Estado, esperando que se dignem remeter-lhe os documentos e informações que possuam ou possam obter concernentes á historia, aos homens e ás cousas do Ceará (...) Além de tais documentos e informações (...) todas as publicações antigas e modernas feitas por cearenses ou relativas ao Ceará, em geral, ou a qualquer de suas regiões e localidades, inclusive periodicos, leis orgânicas municipais, noticias sobre curiosidades naturais, templos, instituições, edifícios publicos,

<sup>44</sup> Fala-se em números aproximados porque nem sempre os documentos informavam a quantidade exata de bens ofertados ao acervo. Como exemplo, pode-se apontar o caso de “várias fotografias dos *raidmen* que fizeram o percurso Fortaleza-João Pessoa”, remetidas em 1934 ao MHC.

hospitais, asilos, fabricas, associações industriais, literárias e beneficentes, notas estatísticas, apontamentos biograficos de cearenses notaveis, lendas e tradições populares, etc. (CEARÁ, 1932-1933, 06/01/1932, p. 3 e 4; 11/01/1932, p. 6; 12/07/1932, p. 4; 13/01/1932, p. 5; 16/07/1932, p. 1; 18/07/1932, p. 3; 19/07/1932, p. 3)<sup>45</sup>

Para facilitar a localização e a doação de documentos e objetos considerados importantes para o Arquivo Público e Museu Histórico, buscou-se nomear Agentes Auxiliares para alguns municípios do Ceará e, posteriormente, para os estados do Rio de Janeiro e da Paraíba<sup>46</sup>. Os primeiros nomes propostos por Eusébio de Sousa para a função figuraram em seu relatório de 1932<sup>47</sup>. As escolhas recaíam preferencialmente sobre juizes de direito e vigários de paróquia<sup>48</sup>. De acordo com o intelectual, o critério adotado para as nomeações era:

(...) o da competência e o da mais escrupulosa idoneidade dos escolhidos para tão importante encargo, dada a sua responsabilidade (...) quando lhes cabe (...) a franquia dos arquivos e cartórios dos tribunais, repartições e estabelecimentos públicos estaduais e municipais e visita aos arquivos e cartórios dos conventos e associações particulares para melhor desempenho de sua comissão (...) [Os] juizes (...) e vigarios (...) [são] capazes de darem perfeito desempenho à honrosa incumbência, pela responsabilidade que tem em mãos, como depositários da maior soma de poder público em comarcas e paróquias. (SOUSA, 1933c, p. 19)

<sup>45</sup> O referido texto foi reproduzido em todas as datas assinaladas acima. Observe-se que ele conclama os cidadãos a enviarem para o Arquivo Público e Museu Histórico: livros, informações e documentos. Pelo exposto, o último termo abrange, portanto, todo e qualquer material que trouxesse evidências sobre os fatos, personagens e coisas relativas ao Ceará, incluindo assim os objetos.

<sup>46</sup> No período de 1932 a 1935, 40 municípios cearenses possuíam Agentes Auxiliares do Arquivo Público. Para tanto, vejam-se os *Diários Oficiais do Ceará* entre março de 1934 e janeiro de 1935. A nomeação de Agentes Auxiliares do Arquivo Público, em número máximo de três para cada município cearense (embora nem todos tenham feito uso desse número integralmente, tendo apenas um ou dois nomeados), era prevista nos artigos 11, 12, 13 e 89 do Decreto n. 643 de 20/06/1932, que regulamentava todo o funcionamento do Arquivo Público e, conseqüentemente, do Museu Histórico. No entanto, o *Diário Oficial do Ceará* (30/05/1934, p. 6) contém a informação de que o Rio de Janeiro possuía três Agentes Auxiliares, enquanto a Paraíba, ganhava apenas um.

<sup>47</sup> Grande parte dos nomes sugeridos por Eusébio de Sousa foi oficializada. Os que não constam entre as nomeações foram simplesmente cortados, e não substituídos por outros. Comparem-se os seguintes documentos: SOUSA (1933c, p. 61-62) e CEARÁ (1933-1943, 30/05/1934, p. 6).

<sup>48</sup> Outros profissionais, como farmacêuticos, advogados e intelectuais conhecidos, foram também arrolados como Agentes Auxiliares do Arquivo Público. (SOUSA, 1933c, p. 61-62)

As primeiras nomeações oficiais começaram a ser publicadas no *Diário Oficial* somente a partir de 1934, estendendo-se até 1935. A titulação, apesar de não implicar em vantagens financeiras diretas para o nomeado<sup>49</sup>, passou a ser divulgada de maneira a coibir uma prática que vinha ocorrendo até então: pessoas, sem qualquer vínculo firmado com o Arquivo Público e o Museu Histórico, identificando-se como seus Agentes Auxiliares, coletavam e desviavam materiais para fins desconhecidos. (CEARÁ, 1933-1943, 30/05/1934, p. 6)

Presume-se que essa situação tenha sido favorecida pelo próprio regulamento do Arquivo Público. No rigor da interpretação do texto legal, todo funcionário público, lotado no interior do estado, poderia ser investido das atribuições de um Agente Auxiliar da instituição:

Os fiscais das rendas do Estado, os inspetores regionais do ensino ou quaisquer outros agentes do Estado, quando comissionados no interior, ficam encarregados de procurar e obter quaisquer documentos importantes para a historia e geografia do Ceará, notícias certas sobre a vida de cearenses distintos, outras informações que interessam de alguma forma ao Estado, filiando-os aos intuitos do Arquivo Publico do Ceará, para onde devem endereçá-los.<sup>50</sup>

Foi considerando a lei que o Sr. Eurico Sidou, fiscal das exatorias da Zona Litoral de Fortaleza, em viagem à circunscrição de sua fiscalização, adquiriu certos itens e os encaminhou para o Museu Histórico do Ceará, acompanhados do seguinte ofício:

Ilmo. Sr. Diretor do Arquivo Publico.

Na conformidade do disposto no Art. 89 do Regulamento do Arquivo Publico, tenho a satisfação de passar às vossas mãos um fragmento de pau-Brasil, colhido nos tempos primitivos nas extintas matas do município de Cascavel, bem como, uma lamina de cem passagens de bondes de tração animal da antiga “Companhia Ferro Carril do Ceará”, que, como dinheiro, sob a antonomásia de borós, circularam nesta capital no período de 1894 e 1899, a fim de, caso mereçam algum valor histórico, terem a devida classificação nas

---

<sup>49</sup> Nenhum decreto, publicado em jornais, no Diário Oficial ou no conjunto das leis do Estado do Ceará, indica que os Agentes Auxiliares do Arquivo Público eram remunerados por tal ocupação.

<sup>50</sup> Artigo 89 do decreto n. 643, de 20 de junho de 1932, que expede o regulamento para o Arquivo Publico do Estado.

coleções dessa repartição. O Fiscal Euríco Sidou. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/09/1933, p. 6)

O procedimento do Sr. Sidou, noticiado no jornal *Gazeta de Notícias*, foi muito enaltecido, não apenas pela qualidade de um dos artigos doados, no caso o pedaço de pau-brasil – "secular madeira, padrão da nacionalidade, justamente a que fez esquecer o nome de Santa Cruz" – mas também pelo exemplo a ser seguido pelos demais funcionários do estado, quando comissionados no interior. Tal estímulo, porém, pode ter facilitado o desvio de materiais dos acervos públicos e privados, espalhados pelo território cearense.

Avaliando as informações do banco de dados formatado sobre as doações e os doadores do MHC, foi possível constatar que várias ofertas resultaram da atuação dos Agentes Auxiliares, mas não a maioria. O maior volume de objetos oferecidos, mais da metade do total contabilizado no período, partiu de Fortaleza. Em inúmeros casos não se conseguiu estabelecer relações diretas entre essas arrecadações e o trabalho realizado pelos Agentes Auxiliares da capital: Carlos Studart Filho, Hugo Vitor Guimarães e Fernando Ribeiro da Silva. Nenhum desses Agentes se destacou como um grande doador individual do MHC, mas alguns ofertantes, quando concretizavam uma transferência por intermédio deles, sempre os citavam na Relação de ofertas ao Arquivo Público e Museu Histórico do *Diário Oficial*. O mesmo acontecia com os demais Agentes Auxiliares que atuavam no estado e fora dele.

Do interior cearense, o número de artigos doados ao Museu Histórico foi bem menor se comparado às contribuições da capital, apesar da presença abundante desses assessores do Arquivo Público pelo Ceará. Com relação aos outros estados, o Rio de Janeiro e a Paraíba possuíam Agentes Auxiliares, mas apenas os cariocas enviaram algumas peças. São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul também remeteram alguns itens para o Museu, mesmo sem contar com a assistência do referido "profissional".

Eusébio de Sousa conhecia pessoalmente os indivíduos que escalou para tal função ou certamente recebeu recomendações, por parte dos seus correligionários, na hora de propor as nomeações. Sua predileção por juizes e padres, entre outras figuras que ocupavam posições sociais destacadas nos municípios onde residiam, denota uma visão elitista e excludente sobre a

apropriação dos diversos suportes de memória espalhados pelo interior do Ceará.

Fora os Agentes Auxiliares, muitos outros colaboradores do MHC também pertenciam a segmentos sociais mais favorecidos. Nas relações de ofertas ao Arquivo Público e Museu Histórico, as peças geralmente vinham acompanhadas de informações realizadas pelo ofertante. Quando se tratava de pessoa física, ela era identificada pelo nome completo e, na maioria dos casos, pela sua ocupação profissional. A partir dessas informações, buscou-se agrupá-los aqui, apesar das limitações impostas pelo material de pesquisa<sup>51</sup>.

Entre as autoridades civis figuravam o Interventor Federal, o Secretário Estadual dos Negócios do Interior e da Justiça, Desembargadores, Prefeitos, o Delegado de Limoeiro do Norte, o Inspetor Federal de Obras Contra as Secas, o Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, o Diretor do Museu Histórico Nacional (Gustavo Barroso) e o Agente Consular da Itália (em Fortaleza). Constavam entre as autoridades militares o Ministro da Marinha, o Capitão dos Portos do Ceará, o General Luís Sombra, o Major Virgílio Borba, Coronéis e Tenentes. E as autoridades eclesiásticas foram representadas pelo Arcebispo de Fortaleza, o Monsenhor Luís de Carvalho Rocha, o Cônego Joaquim Rosa e Padres.

Pode-se destacar a presença de muitos profissionais liberais como advogados, engenheiros, farmacêuticos e dentistas. Alguns se tornaram notórios como o Dr. João Jorge Pontes Vieira, Dr. Jorge Moreira da Rocha, Dr. José Lino da Justa, Dr. Raimundo Gomes de Matos e Dr. Hugo Catunda. Professores, intelectuais, artistas plásticos e músicos também contribuíram com o Museu Histórico. Entre os mais renomados estavam o Barão de Studart (do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará); os Professores Dias da Rocha, Joaquim Nogueira, Elvira Pinho, Alba Frota e Mozart Sólón. Podem-se ainda apontar outros grupos que remeteram objetos ao MHC: acadêmicos, funcionários públicos e estudantes colegiais.

---

<sup>51</sup> Cada ofertante foi enquadrado no banco de dados referente à pesquisa em apenas uma categoria. No entanto, muitos nomes poderiam aparecer em mais de uma, o que demonstra que essa classificação não é rígida. O Interventor Federal do Ceará, Carneiro de Mendonça, ocupava um cargo civil, embora ostentasse a patente militar de Capitão. Raimundo Girão foi listado como um intelectual, mas não podemos esquecer que também foi prefeito interino de Fortaleza durante parte do período analisado. Esses são dois exemplos, entre outros, que poderiam ser apresentados.

Várias instituições públicas foram doadoras: Governo Federal, o 23º Batalhão de Caçadores do Ceará, a Escola de Aprendizes de Marinheiros, as Prefeituras dos municípios do Ceará, o Museu Histórico Nacional, os Correios e Telégrafos e a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Em geral, mesmo quando um objeto era remetido por uma instituição pública, foram encontradas referências à(s) pessoa(s) que teria(m) conduzido a doação. Como exemplo figura a Escola de Aprendizes de Marinheiros, cuja oferta teria sido encaminhada com o apoio do Ministro da Marinha e do Capitão dos Portos do Ceará.

Instituições particulares também enviaram suas ofertas: Companhia Loyd's Register, Dumar & Cya, Casa Boris, Sociedade Capistrano de Abreu, Sociedade Numismática Brasileira, Sociedade de Geografia e História do Ceará.

Supõe-se que mesmo os que não notificaram a sua profissão, ao enviar a oferta ao Museu, eram membros de uma elite, se não sob o prisma político e econômico, pelo menos no aspecto intelectual. O próprio Eusébio de Sousa, em seu livro sobre a imprensa do Ceará, publicado em 1933, favorece essa hipótese:

Dizer-se que a capital do Estado do Ceará tem população calculada, aproximadamente, em 130.000 almas e o jornal que se rotula como sendo o de maior circulação, conseqüentemente, o de maior tiragem, registra a vendagem de pouco mais de mil exemplares – para uma edição de 3.000 no máximo, destinados a todo o Estado – na razão de treze jornais para mil habitantes, é reconhecer-se a causa única geradora do meio jornalístico, quasi nulo – o indiferentismo do povo para com sua imprensa, não dando o valor devido aos seus jornais e deixando de lhes cercar com o carinho e o estímulo necessários ao seu progredimento. (SOUSA, 1933b, p. 39-40)

Eusébio conhecia bem o tema em questão, pois desde as primeiras décadas do século XX atuava na imprensa. Por outro lado, não conseguiu perceber que havia uma complexa relação entre o número reduzido de jornais em todo o Ceará e o analfabetismo e a pobreza de grande parte da população. O intelectual escreveu em um momento em que a imprensa brasileira caracteriza-se:

---

(...) por pequenas empresas com capitais e negócios limitados e gestão improvisada, primando por suas posições políticas: o que se costuma chamar de “Imprensa de Opinião”. Esta Imprensa tinha características claramente apaixonadas, ultrapassando a simples função de “espelho da realidade” para tornar-se um instrumento ativo de opinião pública. Cada jornal parecia dirigir-se prioritariamente a um tipo de público e o jornalismo era quase um exercício literário. (ZICMAN, 1985, p. 91)

Participar dos jornais nessa fase, que durou aproximadamente até o final dos anos 1940, “significava prestígio, publicidade pessoal, fama”, mais do que retorno financeiro. (MESQUITA, 1983-1984, p. 138) Neste contexto, as críticas de Eusébio ao indiferentismo do povo cearense às atividades jornalísticas soam como um mero ressentimento (que despreza a conjuntura política e econômica) contra os indivíduos que nem podiam valorizar um dos seus ofícios do intelecto.

Poucos eram os leitores de jornal, então o principal veículo de divulgação sobre a constituição do Museu Histórico, numa época em que a única emissora de rádio do estado – a Ceará Rádio Clube (P.R.E.-9) – inaugurada em maio de 1934, ainda ensaiava os seus primeiros passos, restringindo sua transmissão basicamente a Fortaleza<sup>52</sup>. Tornar-se um leitor de jornal não requeria, necessariamente, uma extraordinária condição econômica ou status político, mas certamente exigia um certo grau de escolaridade. Portanto, esse era o perfil da maioria das pessoas que entregaram suas “reliquias” para a composição do acervo do MHC.

Observando o processo inicial de constituição do acervo do Museu Histórico do Ceará, conclui-se que ele se diferenciou, em alguns aspectos, da formação de outros museus de maior projeção no país, que também abrigaram

---

<sup>52</sup> O primeiro receptor de rádio do Ceará foi fabricado de forma amadora pelo cearense Clóvis Meton de Alencar, em 1922, captando irradiações que vinham do Rio de Janeiro e depois da Europa. (MENEZES, 2000, p. 146-148) Tempos depois desse episódio, em 28/08/1931, foi fundada a Ceará Rádio Clube – sob a supervisão de João Dummar – uma sociedade civil composta por amadores de radiotelefonia (entre eles, Eusébio de Sousa), com o objetivo de criar uma estação emissora de onda longa. Em setembro de 1933 a emissora se instalou e as suas atividades se iniciaram oficialmente em 30/05/1934. (CAMPOS, 1984, p. 7-8; DUMMAR FILHO, 2004, p. 122) No entanto, segundo Mozart Soriano Aderaldo (1998, p. 43-44), a primeira transmissão radiofônica do Ceará aconteceu no dia da inauguração da Coluna da Hora, em 31/12/1933, para aparelhos receptores fixados no referido monumento do centro da cidade. Somente em 1942, Dummar inaugurou o emissor de ondas curtas da PRE-9, que permitiria que a emissora ampliasse o seu raio de difusão. (DUMMAR FILHO, 2004, p. 122)

coleções históricas, como o Museu Histórico Nacional (MHN) e o Museu Paulista (MP).

Apesar das peculiaridades de cada um, o MHN e o MP incorporaram, no seu nascedouro, acervos museológicos preexistentes em – e provenientes de – outras instituições e mantiveram-se até os dias atuais no mesmo prédio de origem<sup>53</sup>. O Museu Histórico Nacional dispunha, como núcleo inicial, das coleções do Museu Militar do Arsenal de Guerra, do Arquivo Nacional e da Seção de Numismática da Biblioteca Nacional, incorporando depois o Museu Naval, todos situados no Rio de Janeiro. (DUMANS, 1997a) Já o Museu Paulista absorveu o acervo do Museu do Estado de São Paulo (1891), originado a partir das coleções do Museu Provincial de São Paulo (1887), do Museu Sertório e do Museu Pessanha (cujas datas de inauguração são desconhecidas). (ELIAS, 1997, p. 109-120; ALVES, 2001, p. 19) Surgido em 1893, O Museu Paulista abrigou inicialmente coleções de História Natural e Antropologia Física. Em 1922, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, voltou-se com maior ênfase para o estudo da história pátria. (BEZERRA DE MENEZES, 1992). Em virtude da mesma comemoração, em 1922, o Museu Histórico Nacional abriu suas portas pela primeira vez, no Rio de Janeiro, dedicando-se ao culto da história nacional (DUMANS, 1997a, p. 13-23), conseguindo posteriormente influentes mantenedores – como Getúlio Vargas – que estiveram sistematicamente presentes nas três primeiras décadas de existência da instituição. (WILLIANS, 1997)

O Museu Histórico do Ceará não foi agraciado com a mesma sorte: em seus primórdios, valeu-se de doações pontuais, dos segmentos sociais mais favorecidos da sociedade, para começar a formar o seu patrimônio, com relativo apoio dos Agentes Auxiliares; deslocou-se repetidas vezes de endereço, ao longo do seu percurso de 71 anos; e, para lástima do seu maior articulador, o Dr. Eusébio de Sousa, executou os seus trabalhos tendo que driblar várias aperturas financeiras, mesmo contando com a adesão do governo estadual para a sua criação.

---

<sup>53</sup> O MHN foi instalado em duas salas do antigo Arsenal de Guerra da Corte, ganhando maior espaço posteriormente, através de reformas do prédio que o acolhia. O MP foi organizado no edifício criado pelo arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi, como um monumento à proclamação da independência do Brasil. (ELIAS, 1997; DUMANS, 1997b)

## 2. 2 – A administração Eusébio de Sousa

As finanças do Museu Histórico do Ceará nunca foram suficientes para sustentar os projetos de Eusébio de Sousa, o que limitou as ações do Diretor no sentido de comprar objetos para as suas exposições, expandir os intercâmbios com outras instituições a fim de conseguir mais permutas ou manter artistas plásticos (na sua equipe de funcionários) que colaborassem com a sua prática de “culto aos personagens históricos”. A formação do acervo do Museu deveu-se maciçamente às doações – de pessoas e instituições diversas – que foram chegando a partir da campanha impetrada por Eusébio: “Por enquanto, poder-se-á dizer que o Museu Histórico está vivendo de esmolas, porque, em verdade se diga, o pouco que se tem conseguido é resultante de dádivas”. (SOUSA, 1933c, p. 5)

O Museu era obrigado a dividir verbas com o Arquivo Público, ao qual era anexado. As dificuldades orçamentárias das duas “repartições” foram anunciadas ao longo do relatório redigido por Eusébio de Sousa em fevereiro de 1933, mas extensamente descritas nas onze páginas finais, no título “Conclusão”, em que são enumerados os problemas mais graves que deveriam ser sanados pelo estado, para o pleno desenvolvimento das suas atividades: 1) a compra de um prédio para as suas instalações, a fim de evitar sucessivos deslocamentos que dispersassem a documentação, visto que o edifício da época era alugado; 2) a ampliação do quadro funcional, composto inicialmente por cinco membros (o Diretor, um auxiliar-arquivista, um auxiliar-datilógrafo, um porteiro e um servente<sup>54</sup>), todos em caráter interino (o servente chegou a trabalhar gratuitamente por quatro meses); 3) a montagem de uma oficina de encadernação para os papéis; 4) o aparelhamento mais adequado das salas, que haviam recebido, de outras instituições, estantes e prateleiras impróprias

---

<sup>54</sup> De acordo com o artigo 43 do Decreto n. 643 de 29/06/1932, existiam apenas os cargos de Diretor, auxiliar-arquivista, auxiliar-datilógrafo e servente-porteiro. (CEARÁ, 1933-1943, 05/07/1932) Entretanto, o Decreto n. 854 de 14/12/1932 desmembrou o cargo de servente-porteiro em dois: o de servente e o de porteiro.

para o acondicionamento do seu material<sup>55</sup>; 5) a aquisição de cópias dos documentos relativos ao Ceará que estivessem sob a posse do Arquivo Nacional. (SOUSA, 1933c, p. 50-60)

Comparando o relatório de Eusébio de Sousa (1933) com o relatório de Carneiro de Mendonça (onde são relatadas as ações da sua interventoria para a presidência da República), percebe-se que um diferencial entre os dois está na forma como o MHC é apresentado. Carneiro de Mendonça apenas evidencia o Museu nas fotografias que acompanham o seu texto, juntamente com outras que demonstram a organização do Arquivo Público como um todo, enquanto Eusébio procura enfatizar em seu depoimento tanto a fundação e a importância do Arquivo como do Museu, embora até priorize o segundo no que se refere ao registro fotográfico de algumas de suas peças. O Interventor ressalta mais os resultados pragmáticos do trabalho desenvolvido pelo Arquivo, no sentido de sistematizar a documentação oficial, e Eusébio valoriza principalmente o engrandecimento histórico-cultural que as duas “repartições” representavam para o Ceará, sem descartar o seu sentido mais utilitário. Todavia, o aspecto que mais distingue as duas falas reporta à abordagem dos problemas de ordem estrutural enfrentados, decorrentes da falta de maiores investimentos governamentais. Eusébio vai pontuando esses problemas, à medida que está requerendo – de modo solícito, sem confrontar o governo – providências e melhorias para a condução do seu ofício, enquanto o Interventor, ao contrário, apregoa apenas os seus esforços para a criação e posterior manutenção do Arquivo Público:

Ao par da instalação, o governo dotou o Arquivo do material necessário aos trabalhos à proporção que o permitiu a situação financeira do Estado. Apesar disto, em tempo mais próprio, poderão ser ampliados, com vantagem para o Estado, os serviços da mesma repartição. (MENDONÇA, 1933, p. 59)

---

<sup>55</sup> Uma matéria do jornal *A Rua*, publicada após a inauguração do Arquivo Público e Museu Histórico, noticiava que o prédio em si não estava propriamente adequado para as funções do Arquivo Público, pois “dentro talvez de pouco tempo suas proporções não comportaram o movimento e os materiais que forçosamente ir-se-ão acumulando no mesmo.” Também informava que as duas salas voltadas para acomodar a documentação administrativa e histórica “não estavam ainda completamente organizadas, faltando-lhes apenas a disposição de mobiliário e prateleiras, onde deverão ser guardados os fatos volumes (...) especializados das duas matérias”. (A RUA, 10/01/1933)

Em seu relatório, Eusébio procura creditar a insuficiência de verbas não ao descaso do estado, mas à difícil situação econômica vivida pelo Ceará como consequência da seca de 1932: “Não estará longe, porém, o dia em que melhoradas as condições financeiras do Estado, jugulada a crise climatérica que ora o asfixia, possa o mesmo atrair ao seu seio a copiosa documentação histórica que ainda se encontra esparsa ...” (SOUSA, 1933c, p. 5) É provável que essa afirmação seja mais um estratagema político do intelectual para reclamar das condições em que se encontrava, solicitando mais auxílios, sem afrontar o seu mantenedor maior. Afinal, segundo Kênia Rios (que estudou a movimentação dos flagelados no estado durante a seca de 1932), o fenômeno climático, longe de afugentar o capital estatal, tornou-o mais vultoso com a chegada de recursos federais para o seu combate. O dinheiro, aliado à mão-de-obra praticamente “gratuita” dos flagelados, contribuiu para impulsionar muitas obras públicas na capital cearense, além de afastá-la do “perigo” pretensamente representado pelos retirantes, com a criação de frentes de trabalho, políticas de emigração para outros estados e a construção de sete campos de concentração onde os sertanejos ficavam retidos. (RIOS, 2001)

Mesmo com o final da seca, as dificuldades orçamentárias do Arquivo Público e Museu Histórico continuaram durante a gestão de Eusébio de Sousa (1932-1942), embora certos problemas tenham sido parcialmente resolvidos.

Um deles diz respeito à instalação das “repartições” em um edifício próprio, situado na Av. Alberto Nepomuceno, em frente à Praça da Sé, no início de 1934. Foi, sem dúvida, uma conquista importante, se considerarmos que, ao serem idealizados, não se sabia nem ao certo onde ficariam: se no prédio que abrigava anteriormente a Guarda Cívica (O NORDESTE, 22/02/1932, p. 5) ou noutro, que havia sido a sede da Secretaria de Polícia e Segurança Pública. (CEARÁ, 1932-1940, Decreto n.749 de 08/09/1932) Provisoriamente acabaram implantados, em 1932, no andar térreo do Palácio da Luz e depois transferidos para a casa alugada na Rua 24 de Maio, onde ficaram até o final de 1933. Nesse ano, quando se anunciou pela primeira vez a nova mudança, o Arquivo e Museu iriam para a Rua Senador Pompeu, ocupando o casarão onde esteve instalada a Diretoria Geral da Agricultura. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/06/1933, p. 6) Esta mudança não se efetivou na época prevista (final de junho de 1933) e nem no endereço divulgado, como já foi esclarecido.

Folheando o *Diário Oficial* do período que corresponde à direção de Eusébio de Sousa, observa-se que, se as receitas do Arquivo Público e Museu Histórico não eram suficientes para todas as suas despesas, também não estavam entre as piores até 1937, quando comparadas às dos outros órgãos da Secretaria de Negócios do Interior e da Justiça, à qual estavam subordinados<sup>56</sup>. A solicitação de equipamentos foi razoavelmente atendida. A ampliação do quadro administrativo também ocorreu aos poucos. Em 1935 existiam sete funcionários, cujas colocações eram previstas no regulamento do Arquivo Público. Desse total, três eram “emprestados” de outros órgãos públicos. (SOUSA, 1935a, p. 1) Em 1937 foram computados dez servidores, embora nem todos efetivos. (CEARÁ, 1933-1943, 03/11/1937, p. 20) Em 1941 esse número manteve-se estável, com a substituição de alguns interinos. (CEARÁ, 1933-1943, 31/12/1941, p. 4) Certos cargos foram temporariamente criados e depois suprimidos; foi o que aconteceu com a vaga de pintor ofertada para J. Carvalho, com duração de seis meses<sup>57</sup> (CEARÁ, 1933-1943, 31/12/1941, p. 4), e a de fotógrafo<sup>58</sup>.

Os funcionários, em geral, executavam apenas funções burocráticas ou relativas à boa conservação física das “repartições”. A maioria não possuía nível superior, nem qualificação específica para o trabalho em instituições do gênero, fato que concentrava todo o gerenciamento intelectual nas mãos de Eusébio de Sousa. No Brasil, aliás, os dirigentes dessas instituições eram geralmente bacharéis de Direito ou Medicina, cuja prática diária nos museus os transformava em especialistas. (MAGALHÃES, 2002, p. 108) Nas primeiras décadas do século XX, nosso país carecia de cursos de formação para arquivos, museus e bibliotecas. Nos anos 30, o único existente para atender aos interessados nessas áreas era uma especialização, inicialmente de dois

---

<sup>56</sup> Verificar os *Diários Oficiais* das seguintes datas: 30/12/1933, 17/11/1936, 03/11/1937, 10/11/1937, 05/04/1938, 20/05/1938, 01/06/1938, 19/07/1938, 07/10/1938, 05/12/1938, 06/12/1938, 31/12/1938, 25/01/1939, 17/02/1939, 19/10/1940, 25/11/1941.

<sup>57</sup> Decreto n. 1559 de 10/05/1935 (*Diário Oficial*, 11/05/1935, p. 3) e Additamento ao dia 10/05/1935 (CEARÁ, 1933-1943, 20/05/1935, p. 2)

<sup>58</sup> No *Boletim do Museu Histórico do Ceará* (n. 2), o funcionário Francisco de Oliveira Campos aparece como fotógrafo. (SOUSA, 1935b, p. 1) O Decreto n. 796 de 19/06/1941 previa a extinção do cargo. (CEARÁ, 1933-1943, 20/06/1941, p. 1)

anos (depois três), oferecida a partir de 1932 pelo Museu Histórico Nacional, sob a coordenação de Gustavo Barroso. (MAGALHÃES, 2002, p. 108-109)

O Arquivo Público foi penalizado, no entanto, no que se refere às despesas com cópias ou com a compra de manuscritos e impressos raros, pois produzidos no Ceará de outrora. A cópia da Nobiliarquia Pernambucana (sobre a constituição das famílias tradicionais do Norte), realizada a partir de um exemplar que existia na cidade de Fortaleza, sob a guarda do Barão de Studart (SOUSA, 1933c, p. 17-18), foi um dos raros exemplos de divulgação desse tipo de investimento governamental. Aquisições dessa natureza, realizadas pelo estado, não passariam sem um registro de Eusébio de Sousa nos jornais ou noutras publicações às quais tinha acesso, sendo ele o beneficiário. Esse fato indica que grande parte da documentação escrita do Arquivo foi, como aconteceu com os objetos do Museu Histórico, predominantemente fruto de doações extra-oficiais ou da papelada que as instituições públicas do Ceará já estavam destinando para o expurgo.

A confecção dos periódicos das “repartições” igualmente não recebeu a devida atenção do governo. Os *Anais do Arquivo Público*, garantidos por decreto-lei, com a finalidade de “transcrever documentos inéditos e interessantes, trabalhos sobre história e geografia do Ceará dos funcionários da repartição, catálogos, índices respectivos dos documentos e outros” (Artigo 48, parágrafo XII do Decreto n. 643 de 29/06/1932) foram editados uma única vez durante a administração eusebiana. O mesmo decreto-lei previa que o Museu Histórico deveria lançar um “guia resumido para uso dos visitantes (...) com a descrição [sic] dos objetos mais interessantes e com esclarecimentos históricos”, além de “outras publicações especiais de caráter histórico ou cívico e reproduções de quadros ou de outros objetos”. (Artigo 69 e 70 do Decreto nº 643 de 29/06/1932) Eusébio conseguiu produzir somente três números do *Boletim do Museu Histórico*, em anos próximos (1935 e 1936), com um perfil que mesclava as duas propostas anteriores.

A manutenção da casa onde o romancista cearense José de Alencar teria nascido, doada ao Museu Histórico do Ceará em 1936, também recebeu poucas contribuições dos poderes públicos, incluindo a Prefeitura Municipal de Fortaleza, que na segunda administração de Álvaro Weyne (1935-1936) executou a compra do imóvel e empreendeu algumas reformas. O ato de

doação, noticiado em diferentes jornais (*Unitário, O Povo, O Nordeste e A Rua*) e registrado em “Dados e fatos para a História do Ceará” (MOTA, 1959, p. 250-251), revestiu-se de grande solenidade, com a presença de várias autoridades e com direito a discursos, uma banda de música da Força Pública, fotografias e farta mesa de comidas e bebidas. “Vários auto-ônibus, caminhões e inúmeros automóveis levaram os convidados” (A RUA, 21/04/1936) até o sítio Alagadiço Novo, próximo ao bairro Messejana, onde estava localizada a propriedade. Na ocasião, Eusébio demonstrou o desejo de “instalar um mostruário de coisas pertencentes ao notável escritor cearense” no pequeno imóvel. (O POVO, 22/04/1936) Contudo, passado o brilho da festividade, a casa de José de Alencar caiu em ostracismo. Os jornais e as autoridades a esqueceram. Em 1940, Eusébio de Sousa denunciava pela segunda vez naquele ano, através de um ofício ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça, o estado de deterioração da propriedade e pedia providências. (CEARÁ, 1933-1943, 20/05/1940) Outros registros sobre o abandono do local foram encontrados no jornal *O Nordeste*, dos anos de 1948 e 1949, quando o Instituto do Ceará passou a tomar para si a tarefa de lutar para reverter tal situação.

Realizando um balanço geral da administração Eusébio de Sousa à frente do Arquivo Público e Museu Histórico, conclui-se que o intelectual vivenciou vários momentos de tensão entre a idealização de projetos diversos e as possibilidades de concretização material dos mesmos. Para alguns, ele conseguiu apoio financeiro governamental, ainda que provisoriamente, enquanto outros foram engavetados ou aconteceram graças ao seu empenho pessoal, na busca de parcerias com a sociedade, como na montagem do acervo do MHC. Uma hipótese plausível, para as dificuldades orçamentárias enfrentadas, seria o descuido das elites políticas, econômicas e culturais do Ceará, verificado historicamente na conservação das suas próprias memórias. (RAMOS, 2004, p. 15-19) Afinal, um porta-voz empenhado elas possuíam. Não que produção de Eusébio de Sousa fosse diretamente ditada por esses interesses, mas é possível perceber que ela não destoava das concepções de história e memória desses setores sociais. Não por mero acaso, ele foi escolhido como o “guardião” do Arquivo Público e Museu Histórico do Ceará.

### 2.3 – Exposições do Museu Histórico do Ceará



Fonte: SOUSA, 1933c, p. 50

A foto enfoca o prédio que abrigou o Arquivo Público do Estado, durante o ano de 1933. A edificação, situada à época na Rua 24 de maio n. 238, continha oito salões amplos, alguns batizados por Eusébio de Sousa com o nome de proeminentes intelectuais cearenses já falecidos, “cuja memória deveria ser perpetuada”. (SOUSA, 1933c, p. 45) Dois desses salões receberam o nome de Antônio Bezerra de Meneses e foram destinados para acomodar o Museu Histórico do Ceará. Fotografias sobre algumas peças em exposição e sobre os espaços destinados ao MHC, nesse prédio, foram realizadas e podem ser encontradas em três documentos: no relatório de Eusébio de Sousa, no volume 1 dos *Anais do Arquivo Público do Ceará* e no relatório que corresponde a toda a administração de Carneiro de Mendonça<sup>59</sup>.

<sup>59</sup> No **Relatório de Eusébio de Sousa** foram publicadas as seguintes fotos: 1) os três jarrões do Passeio Público, em cima de um dos mostruários do Museu; 2) a mesa de Pinto Madeira; 3) a mesa da Câmara de Aquiraz; 4) a bandeira da Libertadora Icoense; 5) Eusébio de Sousa no sítio Jucurutuóca; 6) a imagem de Nossa Senhora da Assunção que estava no Museu Histórico; 7) a imagem de Nossa Senhora da Conceição do sítio Jucurutuóca; 8) a fachada do prédio do Arquivo Público e Museu Histórico. No **Anais do Arquivo Público (v. 1)** aparecem:

Embora o número de fotos tenha se mantido quase o mesmo nas três publicações, é possível observar sucessivas seleções na apresentação do Arquivo Público e Museu Histórico através desse material fotográfico.

No seu relatório de 15 de fevereiro de 1933 (SOUSA, 1933c, p. 1), enviado ao Interventor Carneiro de Mendonça, Eusébio priorizou mostrar, por meio de registros visuais, algumas peças doadas ao Museu e consideradas por ele de “grande significação histórica”. Três instantâneos escaparam dessa lógica. Dois foram produzidos no sítio Jucurutuóca em Messejana, retratando respectivamente Eusébio de Sousa e a santa da capela da referida propriedade, para comprovar a pesquisa realizada por ele sobre a autenticidade de Nossa Senhora da Assunção. O outro foi o da fachada do prédio do Arquivo Público, impressa aqui anteriormente. Os interesses de Eusébio ao elaborar o documento e escolher as fotos estão claros: atestar os resultados obtidos pela sua política de formação do acervo museológico, em meio às limitações orçamentárias daquela fase.

Alguns meses depois, o mesmo texto do relatório de Eusébio de Sousa, na íntegra, foi publicado no v. 1 dos *Anais do Arquivo Público do Estado*, com algumas fotografias tendo sido substituídas por outras. A vista externa do prédio do Arquivo Público e a maior parte das peças ofertadas continuava sendo evidenciada, menos a bandeira da Libertadora Icoense. A polêmica envolvendo Nossa Senhora da Assunção ficou gravada apenas no texto e numa foto da “verdadeira” imagem. Em compensação, o quadro de

---

1) os três jarrões do Passeio Público, em cima de um dos mostruários do Museu; 2) a mesa de Pinto Madeira; 3) a mesa da Câmara de Aquiraz; 4) a imagem de Nossa Senhora da Assunção que estava no Museu Histórico; 5) o quadro de medalhas do General Sampaio, adquiridas por Carneiro de Mendonça; 6) a seção de armas do Museu Histórico, vendo-se ao fundo vários canhões e um salva-vidas; 7) a sala de consulta “Conselheiro Tristão”, pertencente ao Arquivo Público; 8) sala Antônio Bezerra, vendo-se ao fundo a imagem de Nossa Senhora de Assunção e as bandeiras de Fortaleza e do Império Brasileiro; 9) a fachada do prédio do Arquivo Público e Museu Histórico. No **relatório de Carneiro de Mendonça** estão: 1) o salão da diretoria do Arquivo; 2) a sala de consulta “Conselheiro Tristão”; 3) a seção de armas do Museu Histórico, vendo-se ao fundo vários canhões e um salva-vidas; 4) outro ângulo da seção de armas; 5) sala de reuniões (provavelmente outro ângulo da sala Conselheiro Tristão); 6) sala Antônio Bezerra, vendo-se a imagem de Nossa Senhora da Assunção e o mostruário com os jarros do Passeio Público; 7) a seção pedagógica do Museu Histórico; 8) o quadro de medalhas do General Sampaio; 9) a sala Antônio Bezerra, vendo-se ao fundo a imagem de Nossa Senhora de Assunção e as bandeiras de Fortaleza e do Império Brasileiro.

medalhas do General Sampaio, adquirido pelo Interventor Federal Carneiro de Mendonça, que não constava do primeiro relatório, passou a ser estampado nessa segunda edição, assim como a foto de uma das salas de exposição do Museu Histórico e outra do Arquivo Público. Tais substituições indicam possíveis intervenções oficiais na publicação do relatório dentro dos *Anais do Arquivo Público*, que atingiria um público maior que a cúpula governamental. Os *Anais*, embora criados por decreto regulamentar, não tinham verba assegurada, como o próprio relatório de Eusébio de Sousa denunciava. (SOUSA, 1933c, p. 13-16) Tanto que o intelectual só conseguiu financiamento para um único número, durante os dez anos em que administrou a repartição.

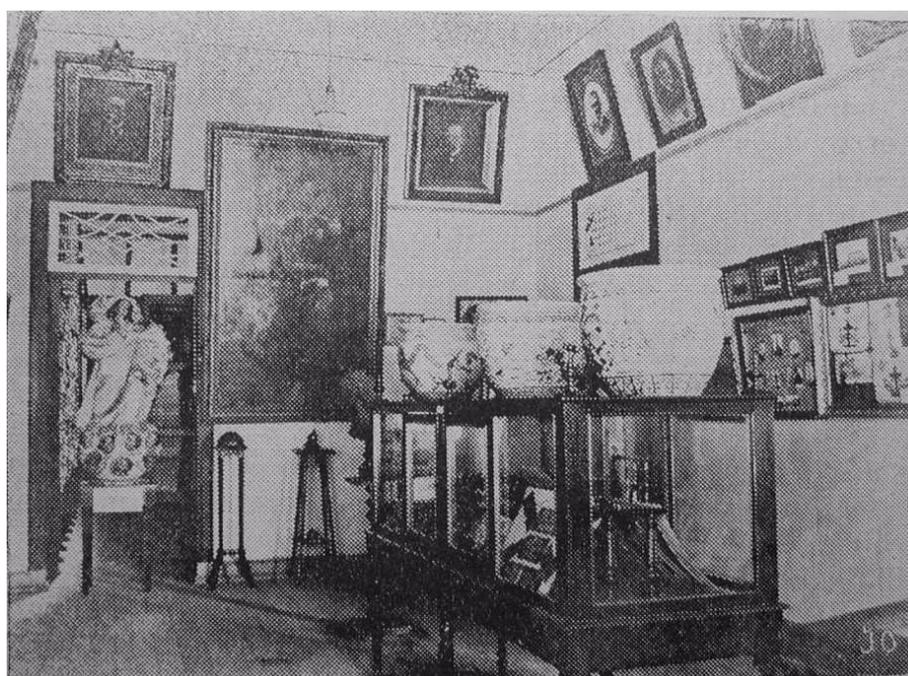
Já o luxuoso relatório de Carneiro de Mendonça, direcionado ao Presidente da República Getúlio Vargas, foi confeccionado um ano após o v. 1 dos *Anais do Arquivo*, em fins de 1934. Nessa fase, o Arquivo Público e o Museu Histórico já estavam localizados defronte à Catedral da Sé. Talvez, inexistindo na época uma fotografia da fachada do novo prédio, a antiga foi suprimida. Quanto às ofertas remetidas ao Museu, somente as condecorações do General Sampaio foram mostradas, tendo em vista que o próprio Interventor as teria comprado para a repartição. Percebe-se visivelmente que houve uma preocupação maior nesse documento em demonstrar a participação da Interventoria no aparelhamento do Arquivo Público e por isso as fotos escolhidas para ilustrá-lo apresentam as suas principais salas, em perfeita organização para os padrões da época. Todavia, essas fotografias ainda eram da sede anterior da repartição. Duas delas até aparecem nos *Anais* de 1933, período em que Eusébio de Sousa (através de seu relatório) e o jornal *A Rua* (10/01/1933) apontavam certas inadequações nas instalações. Esse fato demonstra a montagem de um discurso oficial que tentava mascarar as contradições vivenciadas na prática, a fim de apresentar à esfera federal um governo estadual eficiente e em harmonia com as demandas locais.

É a partir de algumas dessas fotos, especificamente as que se referem ao MHC, que se pode iniciar uma interpretação de como Eusébio de Sousa organizava as exposições. O primeiro instantâneo, reproduzido a seguir, recebeu nos *Anais do Arquivo* a seguinte legenda: “Dependências do salão principal do Museu Histórico (sala Antônio Bezerra), vendo-se ao fundo a imagem de Nossa Senhora da Assunção”. Já no relatório de Carneiro de

Mendonça lê-se apenas: “Um dos salões do Museu Histórico, vendo-se ao fundo a histórica imagem de Nossa Senhora da Assunção, padroeira da primitiva freguesia de Fortaleza”. O segundo foi impresso somente no relatório do Interventor Federal, acompanhado desta breve descrição: “Museu Histórico – Sala Antônio Bezerra”.



Um dos salões do Museu do Estado, vendo-se ao fundo a histórica imagem de N. S. da Assunção, padroeira da primitiva freguesia de Fortaleza



MUSEU HISTÓRICO — Sala Antonio Bezerra

Comparando as duas fotografias fica perceptível que elas retratam o mesmo recinto. Vê-se que a imagem de Nossa Senhora de Assunção, embora esteja ao fundo, aparece em ambas, numa base de sustentação somente para ela, por certo para atender ao pedido do Arcebispo de Fortaleza de colocá-la “em lugar digno, separada de outros objetos, em atenção Àquela que representa”. (SOUSA, 1933c, p. 36) A mesinha que dá suporte à santa, a porta que aparece atrás dela e que descortina um outro ambiente a partir da sua abertura (com uma estante alta, feita com várias subdivisões, cheias de pacotes ou caixas de papéis) são todos idênticos. O quadro ao lado direito da imagem também. A tela não está nítida devido às limitações técnicas do material fotográfico da época (fato que, aliás, se repete com outros objetos retratados no Museu), mas a moldura e a altura do quadro são muito parecidas. O espaço foi, no entanto, fotografado a partir de ângulos e distâncias diferentes. Sua organização também está diferenciada, a fim de destacar um maior número de objetos distintos, ali existentes.

Na primeira foto, aparecem em primeiro plano dois consoles, carregando pequenos objetos que não se pode definir com precisão (o da esquerda parece ostentar na parte superior um pequeno troféu e na parte inferior, uma lamparina, e o da direita, um pequeno sino na parte superior). Em segundo plano está, à esquerda, uma estante aberta com cinco prateleiras, quatro delas expondo variadas peças. A primeira, de cima para baixo, está vazia, mas em cada extremidade estão pendurados dois papéis que certamente têm a função de informar sobre as peças expostas no móvel. Descendo um pouco o olhar é possível identificar apenas dois capacetes em cada lado da segunda prateleira e na última uma solitária travessa (de louça?) bem ao centro. Não se vê o que está nas prateleiras intermediárias, mas nota-se que estão comportando objetos de tamanhos e formatos distintos. Ainda em segundo plano, à direita, foram colocadas quatro cadeiras. Sobre três delas estão estendidas bandeiras. Da direita para a esquerda vemos: a bandeira de Fortaleza; a bandeira do Império (com uma espécie de placa branca, talvez para identificá-la) e uma bandeira com o desenho de uma cruz. Em terceiro plano aparece a imagem de Nossa Senhora de Assunção. Na parede à sua direita surge a grande tela emoldurada, “cortada” pela metade, visto que o foco nesse instantâneo não a visava, e sim as peças que estão a sua volta. Tanto

numa como na outra parede, verifica-se a presença de outros quadros menores, que parecem agrupados de acordo com as suas proporções.

Na segunda foto, o destaque maior é o mostruário de madeira, cujas divisórias laterais são de vidro, permitindo ao visitante observar os objetos que estão em seu interior, o que infelizmente a própria foto não nos permite ver. Em cima do mostruário estão os três jarrões arredondados que pertenceram ao Passeio Público. Na parede ao lado direito (que a primeira fotografia não mostrava), surge um novo conjunto de quadros variados, reunidos por seu tamanho, e uma bandeirola que indica a existência de outra porta no recinto. Na parede atrás, a grande tela (que na primeira foto estava “cortada” ao meio) aparece por completo e, pelos traços esboçados, trata-se do retrato de corpo inteiro de um militar. Abaixo da tela estão dois consoles, um dos quais diferente do instantâneo anterior. Ao lado esquerdo da tela, a imagem de Nossa Senhora da Assunção e a porta aberta que evidencia um outro compartimento onde está a estante alta com documentos. Acima das duas portas da sala foram colocados vários retratos individuais, de “meio corpo”, todos emoldurados. Segundo se falava, as fotos ou pinturas de pessoas já mortas eram as que figuravam nos lugares mais altos das paredes.

A fotografia reproduzida a seguir foi retirada do relatório de Eusébio de Sousa (1933). Está sendo apresentada para verificarmos como o expositor dos jarros de porcelana do Passeio Público foi arrumado antes dessa última, bem como o seu entorno. Nos últimos jarros foram encostados três pequenos quadros, talvez representativos do logradouro público de onde as peças foram retiradas. Dentro do móvel, um único objeto pode ser identificado: um cartaz com várias cédulas coladas. Na parede ao fundo do mostruário, um quadro grande com o título “Monumentos Históricos de Fortaleza”.

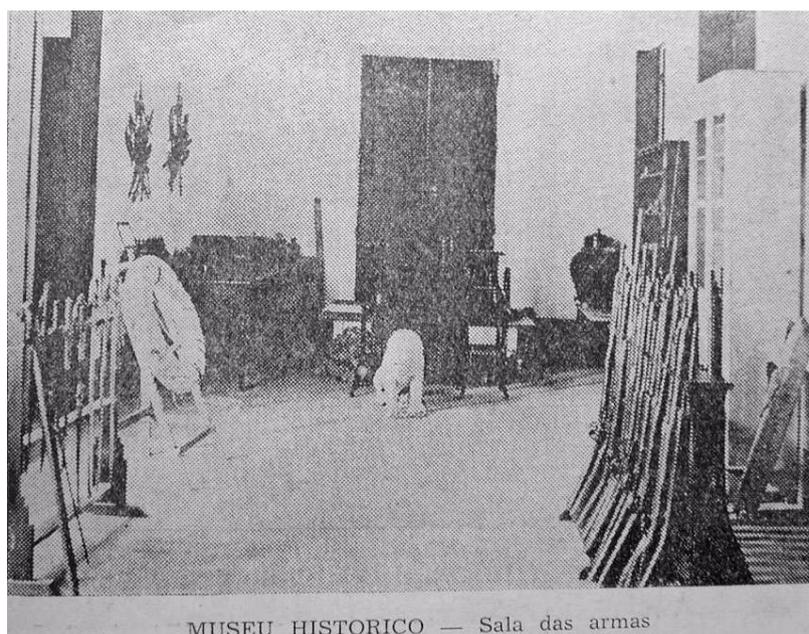


Fonte: SOUSA, 1933c, p. 21

As próximas fotografias são de um outro salão do Museu Histórico do Ceará. A primeira surge nos *Anais do Arquivo Público* (1933) com a seguinte legenda: “Secção de armas, vendo-se ao fundo vários canhões e um salva-vidas do paquete francês Guadalupe, torpedeado por um navio alemão, em águas brasileiras, por ocasião da grande guerra européia (1914)”. Já no relatório de Carneiro de Mendonça lê-se apenas: “Museu Histórico – sala das armas”.



MUSEU HISTORICO — Sala das armas



Além das peças já evidenciadas na legenda dos *Anais*, a primeira foto da sala de armas também apresenta, na lateral direita, um suporte com várias armas de grande talhe, em primeiro plano. No centro, logo atrás dos canhões e do salva-vidas, observa-se uma mesa baixa sobre a qual estão muitas balas de canhão. Circundando todos os objetos descritos figuram placas (possivelmente de identificação) presas por hastes que saem do chão. Em segundo e terceiro plano, ainda na lateral direita, vê-se uma estante com portas de vidro, uma espécie de gradil encostado à parede, uma vértebra de baleia em formato de arco e uma outra mesa baixa, no canto da parede, sobre a qual está um objeto cujos contornos lembram um pote de barro. Não se consegue verificar quais são os demais objetos da sala.

A segunda fotografia da sala de armas mostra o ambiente bastante modificado. Os canhões e sua artilharia, bem como as placas, foram subtraídos do compartimento. Apenas algumas peças estão na mesma posição, como o suporte de armas, a estante com porta de vidro e a mesa encostada na parede, sustentando o pote. Outros objetos, contudo, ficaram noutra disposição, como o gradil e o salva-vidas. Novas peças aparecem, embora não se possa descrever todas, por falta de nitidez da foto. A porta ao fundo que antes se encontrava aberta, manifesta pela claridade, agora está fechada e na sua frente surgiu uma mesa com cadeiras, que parece guardada por um animal de cor clara, que lembra um felino.



A foto anterior faz parte somente do relatório de Carneiro de Mendonça. Na parede ao fundo da sala pode-se ler a informação “Museu Histórico – Secção Pedagógica”, gravada também na legenda elaborada para a fotografia. Entretanto, no regulamento do Arquivo Público, bem como em outros documentos consultados, não se verificou referência específica sobre o trabalho desenvolvido por uma secção pedagógica. Alguns objetos podem ser reconhecidos. No primeiro plano à direita, o porta-chapéu que pertenceu ao Barão de São Leonardo. Ao final do recinto está a mesa da Câmara de Aquiraz. Varias peças circundam o móvel, mas não é possível identificá-las, com exceção da bandeira com a cruz, ao lado esquerdo. Essa sala era provavelmente uma extensão da chamada “sala de armas” ou da “sala principal” do Museu Histórico.

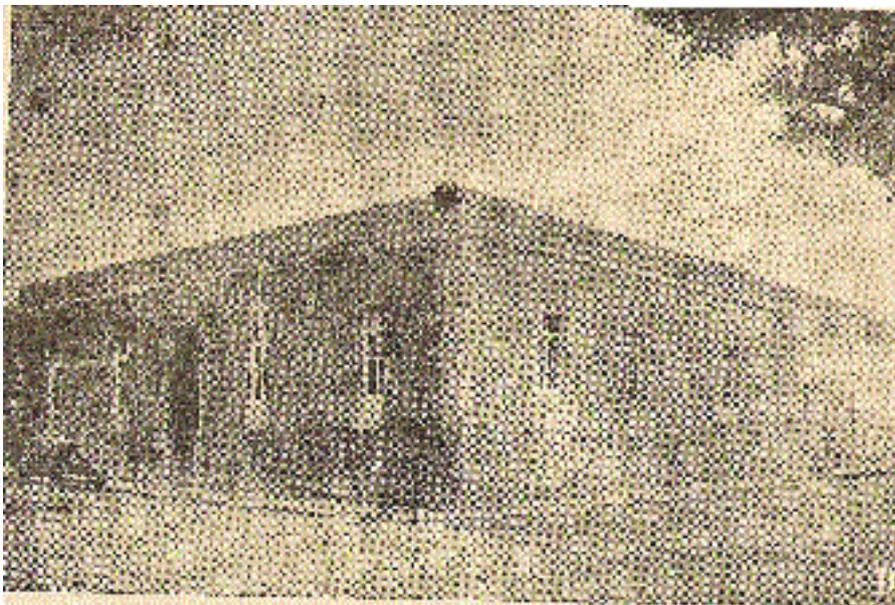
Percebe-se através desses diferentes instantâneos que os cenários foram especialmente preparados para serem fotografados – verdadeiros “teatros da memória” (SAMUEL, 1997) – o que significa dizer que a organização das salas não era exatamente aquela que vemos. A preocupação de quem conduziu a produção dessas imagens sobre o Museu e seu acervo foi a de evidenciar determinadas peças em detrimento de outras que ali já se encontravam (como artefatos indígenas, minérios, as ruínas do antigo hospício

jesuíta, os pedaços de pau-brasil e do oitizeiro do Rosário, os jacarés de bronze do Barão de Studart, entre outras), talvez para reforçar uma determinada concepção de museu histórico voltado para os artefatos do “glorioso” passado cearense. Por outro lado, poderíamos estar diante das recomendações de Gustavo Barroso, no sentido de separar o que deveria ser observado por uma platéia diversificada, daquilo que seria de interesse apenas de estudiosos:

Os objetos dignos de estudo são, às vezes, inferiores em aspecto aos dignos de exposição (...) é que os grandes técnicos europeus e norte-americanos denominam o Método do Duplo-Museu, isto é, da divisão do museu em duas partes: uma de escolha, destinada ao público em geral, outra de objetos medíocres, menos importantes, porém necessários aos estudos de escolas, épocas, individualidades, episódios, destinada ao uso particular dos especialistas (...) Um belo móvel, um lindo quadro, uma jóia delicada, causam melhor impressão ao visitante do que um fragmento de cerâmica antiga, uma arma danificada, um entulho arqueológico, embora quase sempre o valor científico, histórico e estimativo desses seja incomparavelmente maior. (BARROSO, 1951, p. 32)

A descrição das imagens fornece alguns indícios da organização do Museu Histórico do Ceará, mas não dá conta da dinâmica das exposições de todo o período da administração Eusébio de Sousa, que foram continuamente se modificando, movidas por estratégias de divulgação da repartição, inclusão de novos objetos no seu acervo e pela mudança de sede ocorrida em 1934.

Foto da fachada do prédio do Arquivo Público e Museu Histórico, na  
Av. Alberto Nepomuceno (Praça da Sé)



Fonte: SOUSA, 1937A, p. 367

Eusébio investiu em estratégias de divulgação do MHC, de modo semelhante ao que Gustavo Barroso realizou no Rio de Janeiro. Aliás, Barroso considerava de suma importância dar publicidade às ações museais, para induzir o público a freqüentar as “casas de memória”. (BARROSO, 1951, p. 25-26) O Diretor do MHC usou, além de publicações específicas como os *Anais do Arquivo Público* e os *Boletins do Museu Histórico*, a sua influência nos meios jornalísticos da terra. Nos primeiros anos da década de 1930, diferentes jornais (sobretudo a *Gazeta de Notícias* e *O Nordeste*) anunciavam os horários de visitação do MHC<sup>60</sup>, as suas novas exposições e a opinião de intelectuais sobre o bom funcionamento do estabelecimento<sup>61</sup>, como nesse artigo do *Unitário*:

<sup>60</sup> No início de 1933, vários jornais anunciavam que o Museu era aberto   visitação pública no expediente normal do Arquivo Público, mas também em alguns dias e horários extras, a saber: terç as, quintas e domingos, de 19 às 21 horas. Em outubro do mesmo ano, um novo calendário de visitas foi estabelecido: nos dias úteis, de 15 às 17 horas, e aos domingos, de 8 às 11 horas. (A RUA, 01/10/1933) Na capa dos *Boletins do Museu Histórico* de 1935 nota-se que esse agendamento foi mantido. Já em 1939, uma matéria do jornal *O Estado* (11/04/1939) denunciava o fato de o Museu não abrir mais aos domingos, o que talvez tenha impulsionado Eusébio a inaugurar o salão Floriano Peixoto nesse dia da semana. (O ESTADO, 30/04/1939)

<sup>61</sup> Os resultados dessa propaganda aparentemente se tornaram favoráveis em termos numéricos. Os jornais *O Nordeste* e *Correio do Ceará*, em anos distintos, apresentam as

Não há muitos dias, Fortaleza hospedou dois técnicos do Museu Nacional – os Srs. Drs. Ruy de Lima e Silva e Ney Vidal – ambos da seção de paleontologia desse importante departamento público da União (...)

O Dr. Lima e Silva, ao deixar Fortaleza, não escondeu sua admiração pelo que viu e observou no Museu Histórico do Estado, e no respectivo livro de visitas, consignou a sua impressão. Disse o notável engenheiro:

“Foi magnífica a impressão que me deixou o Arquivo Público e Museu Histórico do Ceará pela excelente organização que apresenta (...) Recentemente criado, é o Arquivo Público um attestado da cultura, da inteligência e do espírito emprehendedor dos nossos compatriotas cearenses. Parabéns ao seu Director pelo que de valioso já representa essa instituição” (...).

Por sua vez, o Sr. Ney Vidal, tendo retornado ao Rio de Janeiro (..) de Recife endereça ao Director do Museu Histórico do Estado o seguinte telegrama: (...)

“Antes de deixar o Nordeste cumpre-me dever testemunhar vossencia admiração pela organização intelligente e promissora do Museu do Ceará e sua direcção – Ney Vidal”

Não resta a menor duvida: são duas valiosas opiniões que muito recommendam o importante departamento estadual e de parabéns deve estar quem o dirige... (UNITÁRIO, 22/02/1935, s. p.)

No mês de fundação do Museu Histórico foi instalada na repartição uma mostra temporária de artefatos que não pertenciam ao seu acervo. O texto-convite foi publicado em quatro jornais, em datas aproximadas<sup>62</sup>. Todos os artigos ressaltavam a qualidade dos objetos de gesso e madeira fabricados por um menino de doze anos de idade, chamado Antônio Olímpio Ferreira, natural de Juazeiro do Norte (CE), assim como a presença de várias outras peças oriundas do citado município cearense. Vejamos a matéria da *Gazeta de Notícias*:

---

mesmas estimativas sobre a presença de visitantes no Museu Histórico até 1939. Segundo informam, 48.750 pessoas foram ao MHC no período de 1932 a 1938. Em 1939 chegou-se à marca de 6.350. As discrepâncias aparecem em 1940. Para *O Nordeste* (01/04/1944), até novembro do ano em questão verificaram-se 7.426 visitas. De acordo com o *Correio do Ceará* (28/02/1948), esse número passaria para 9.273. Uma divulgação oficial do próprio Museu aconteceu no *Boletim* n. 1, de 1935, segundo o qual a repartição teria recebido 1.705 visitantes em 1933 (ano de sua inauguração) e 3.291 pessoas em 1934. (SOUZA, 1935a, p. 52) O único livro de visitas do Museu que foi encontrado, referente ao período de 1935 a 1937, registrou 10.326 assinaturas. Muitas escolas visitavam a repartição, bem como alguns ilustres políticos da época e intelectuais, conforme registros do *Boletim do Museu Histórico do Ceará*, jornais locais e “Datas e factos para a História do Ceará”. (MOTA, 1957-1962)

<sup>62</sup> Cf. *O Povo* (21/01/1933, p. 2); *Correio do Ceará* (21/01/1933, p. 1); *O Nordeste* (23/01/1933, p. 4); *Gazeta de Notícias* (15/01/1933 e 22/01/1933).

Hoje, das 19 às 21 horas, o Museu Histórico, dependência do Arquivo Público do Estado, localizado à Rua 24 de maio, nº 238, desta cidade, abrirá as suas portas para a visita que, em determinados dias da semana, vem proporcionando ao público de Fortaleza.

Dentre os objetos expostos, serão apresentados pela última vez, desde que não se destinam às suas sessões, quando nenhum valor documentário e histórico possuem, interessantes trabalhos de estatuária em madeira e gesso idealizados e confeccionados por uma criança de 12 anos, residente em Joazeiro, os quais, nos seus mínimos detalhes, denunciam o senso artístico e pendor para a escultura de seu precoce autor.

Serão apresentados ainda alguns artefactos de borracha, couro e madeira (molduras) demonstrativos do grau de perfeição a que atingiu a indústria no populoso município caririense.

Nessa exposição figurará também perfeito modelo de um aeroplano, feito de madeira, imitando alumínio, trabalho do menor Antonio Ferreira Olímpio, residente nesta cidade, o qual por sua vez atesta a aptidão do seu jovem fabricante, humilde filho do povo, sem instrução alguma e conhecimentos especiais para tamanho mister. Está, pois, a merecer a atenção do público a exposição que ao mesmo proporcionará o Museu Histórico do Estado, na noite de hoje, na hora supra indicada. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/01/1933, s. p.)

Episódio similar se repetiu dois meses depois, quando os periódicos anunciavam a presença de belíssimos quadros esculpidos em madeira pelo artista popular quixadaense Jacinto Sousa<sup>63</sup>. Se, por um lado, favoreceu as pessoas que apresentaram os seus trabalhos, a visibilidade dada às mostras tinha, por outro, a incumbência de chamar a atenção sobre os horários de funcionamento do Museu e sobre outras possibilidades de fruição em seus salões, além de suprir uma carência relacionada aos poucos objetos disponíveis para a apreciação na fase de inauguração. Também são indícios de outras memórias que começam a disputar espaço dentro do MHC, apesar do direcionamento maior da sua Direção para o culto dos heróis da pátria e dos acontecimentos “notáveis”. Embora o comentarista da *Gazeta de Notícias* não tenha atribuído nenhum valor documentário e histórico aos objetos populares, a opção de colocá-los em exposição para atrair pessoas ao Museu denuncia o quanto eram alvo da curiosidade pública, talvez por serem considerados obras de uma inventividade “exótica” ou por representarem a “alma ingênua” da população cearense do interior, em contraposição ao processo de

---

<sup>63</sup> Cf. *O Nordeste* (04/04/1933, p. 8); *A Rua* (09/04/1933); e *Gazeta de Notícias* (02/04/1933 e 12/04/1933). Nessa última data, mais do que uma notinha, o jornal publicou uma extensa reportagem sobre as peças de Jacinto Sousa.

modernização verificado na capital. (RIOS, 2001; SILVA FILHO, 2002a e 2002b)

Esse tipo de exposição temporária foi se tornando rara à medida que mais peças foram, aos poucos, afluindo para o Museu Histórico do Ceará. A “propaganda” feita por Eusébio de Sousa acerca da sua repartição começou então a incidir sobre a apresentação dos “objetos históricos” recém-adquiridos, como se verifica já no título desse artigo: “A exposição de hoje, do Museu Histórico - Entre outras coisas interessantes estarão às vistas do público um canhão fabricado em 1612 e um búzio do célebre Antônio Conselheiro”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14/05/1933, p. 7) As apresentações especiais por vezes demandavam um melhor tratamento dado às peças e o fechamento e a reabertura dos salões do Museu, como relata o texto jornalístico abaixo:

Com a transformação por que passou dita área interna, o Museu conta hoje com a reprodução fiel, reduzida, de uma das antigas baterias – a de Princesa Carlota – do início do século XVIII (...) Na exposição de hoje, o Museu histórico apresenta ainda o valioso quadro “Fortaleza Liberta – 24 de maio de 1883” (...) Esta grande tela passou por uma radical limpeza, restauração da moldura etc, trabalho confiado ao apreciado artista conterrâneo sr. Gerson Farias; e mais o busto, em gesso, do notável historiador Capistrano de Abreu. (A RUA, 27/05/1934, p. 4)

Outras circunstâncias exploradas por Eusébio de Sousa para montar pequenas exposições e divulgar o MHC estavam associadas às datas comemorativas, quando episódios ou personalidades do passado eram homenageados. Um exemplo foi o evento de rememoração da execução da pena de morte de Pinto Madeira, ocorrida em 1834. O centenário teria mobilizado muitas pessoas, atraídas pela novidade, em que poderiam ser vistos:

(...) a mesa tosca, sobre a qual foi lavrada a sentença (...) e nella um clavinote “bocca de sino”, que era usado ao tempo da revolução [de Pinto Madeira]; várias photographias (...) e o importante livro do Archivo, com os atos originaes do Ministério da Guerra, abrangendo todo o período do movimento. (O NORDESTE, 30/11/1934, p. 2)

Apesar das evidências sobre a existência de exposições temporárias, o Museu Histórico do Ceará buscou manter seções permanentes de exposição

---

que não foram captadas nas fotografias sobre a repartição, como os mostruários de numismática, previstos desde a elaboração do regulamento do Arquivo Público e Museu Histórico (Artigo 59 do Decreto n. 643 de 20/06/1932). No início de 1933, a repartição já possuía uma vitrine com inúmeras moedas e medalhas de todos os feitos e épocas, além de grande número de cédulas do Ceará e borós (A RUA, 10/03/1933), elogiada também por outros jornais. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/04/1933) Sua coleção de Numismática parecia chamar tanto a atenção que, em 1937, “um audacioso gatuno, penetrando a noite no edifício do Museu Histórico, surrupiou talvez inconscientemente, além de uma moeda banhada a ouro, várias cédulas recolhidas”. (MOTA, 1960, p. 23) A *Revista Numária*, em 1939, registrava também a participação do Museu Histórico na Primeira Exposição Filatélica e Numismática do Ceará, realizada àquele ano no prédio da Escola de Farmácia e Odontologia, com um expositor que foi premiado. (NUMÁRIA, 1939, p. 53) No total ficaram em exposição:

(...) trezentas medalhas comemorativas do Brasil e mais de cem exemplares de cédulas do Império e da República, destacando-se a coleção completa de cédulas do Ceará emitidas em outubro de 1833, dos valores de 1\$, 2\$, 5\$, 10\$, 20\$ e 50\$ (este último raríssimo e único existente no Estado). (NUMÁRIA, 1939, p. 48)

A idéia de Eusébio de Sousa de constituir uma galeria de vultos cearenses e outros brasileiros notáveis (SOUSA, 1933c, p. 44) é uma manifestação de outro espaço mais estável que foi, aos poucos, se consolidando durante a sua gestão. Em 1944, o Museu já possuía uma coleção de retratos dos chefes do Governo do Ceará de 1824 a 1942 (O NORDESTE, 01/06/1944, p. 6), cujos originais foram cedidos em caráter provisório ao Palácio do Governo do Ceará, a fim de servirem de modelo para o artista plástico Otacílio de Azevedo completar a galeria dos antigos presidentes da província, prevista para ser inaugurada naquela instituição. (O POVO, 19/01/1946, p. 1) Uma reportagem de 1945, da *Revista Contemporânea*, assim se manifestaria ao descrever a parte do Museu dedicada aos retratos das individualidades célebres:

Começou nossa peregrinação por entre aquelas dezenas de bustos e retratos conservados com grandes cuidados (...) Bustos,

bustos e mais bustos: ali está o Marechal Deodoro da Fonseca, com seus enormes bigodes; o do venerado jesuíta, padre Anchieta, e muitas outras grandes figuras que vivem no Partenon da nossa História. E os retratos do General Sampaio (...) Tibúrcio, o Barão de Ibiapaba (...) Osório, Caxias, o velho marquês de Tamandaré! (CONTEMPORÂNEA, 1945, p. 35)

De acordo com o *Boletim do Museu Histórico* (n. 1), foi no prédio da Praça da Sé que o MHC passou a dispor de uma área reservada exclusivamente para as placas e os canhões (SOUSA, 1935b, p. 30 e 37) que começou a agregar em caráter permanente. Essa iniciativa de Eusébio manteve-se ao fim da sua administração, no mesmo edifício, em local aberto:

O terraço [lembra] uma Fortaleza. Lá estão expostos todos os mármores e placas de inscrição de diversas ruas e avenidas e praças de nossa capital, inclusive a placa de nossa primeira Salamanca. Encontro a reprodução fiel da bateria – já naquele tempo se falava em bateria! – “Princesa Carlota” – que em tempos idos, revolucionários, foi ilustrada na baía do Mucuripe. (O NORDESTE, 01/06/1944, p. 6)

Num pátio do Museu, sob a inclemência do sol e da chuva uma verdadeira praça de guerra. São vários canhões da “velha guarda” dispostos numa muralha de cimento armado. São peças de guerra bem curiosas. (CORREIO DO CEARÁ, 28/02/1948, s. p.)

Chegamos ao fim da escadaria do velho Museu Histórico do Ceará. À nossa frente, em circunferências, estavam as velhas baterias, antigas e enferrujadas peças de artilharia, símbolos da força e da vontade dos nossos antepassados. Silenciosas, elas pareciam dedos levantados para o céu, exigindo, numa mística impressionante, silêncio e respeito que se faziam necessários naquela casa venerada. (CONTEMPORÂNEA, 1945, p. 35)

O Diretor do Museu Histórico do Ceará começou a estabelecer uma vitrine de porcelanas, mas essa foi uma experiência que, ao contrário das anteriores, parece não ter alcançado o êxito desejado, ao menos no início da década de 1930. Os três jarrões que ornamentavam o Passeio Público eram sempre citados em vários artigos como grandes preciosidades desse expositor e da repartição pensada na sua totalidade. Divulgava-se com orgulho o fato de o sr. Mattarazzo, grande industrial italiano em São Paulo, ter oferecido 15:000\$000 (quinze contos de réis) pelas peças e, diante da recusa, ter aceitado pagar o preço que seus guardiões desejassem estipular. (O NORDESTE, 20/03/1934, p. 3) No entanto, os poucos exemplares de fina louça

conquistados pela repartição, embora logo apregoados (O NORDESTE, 04/10/1934, p. 3), não se mostravam suficientes para preencher um mostruário único, o que obrigava o seu organizador a colocá-los junto com a cerâmica indígena, num arranjo que Gustavo Barroso certamente desaprovava de acordo com as suas regras de arrumação dos espaços museológicos. (BARROSO, 1951, p. 32-37) Para muitos, tal combinação também deveria soar esdrúxula, a ponto de ser justificada em matéria denominada “O contraste na cerâmica do museu”:

A vitrine de cerâmica do Museu é sem dúvida, uma das principais secções do Departamento (...) A colecção apresenta, entretanto, um contraste que poderá parecer chocante aos que se distanciam da archeologia. É que, ao lado de um formoso Nevers, dos famosos jarrões de decorações orientaes, que jaziam esquecidos na fonte do Passeio Público, dos pratos pseudo-Sèvres do 2º Império, trazendo em dourado as iniciaes de Pedro II e o monogramma hialino de Caxias, depara-se-nos pequena malga indígena, encontrada na região do baixo-Jaguaribe, em Nova Hollanda. Trabalho em pedra, mas de admirável perfeição, denotando já o apuro dos nossos selvícolas na industria cerâmica da pedra polida (...) Contraste, pois, só aparentemente chocante. (O NORDESTE, 05/03/1934, p. 3)

A partir dos artigos de jornais e revistas, além das fotografias apresentadas ao longo do texto, pode-se inferir como Eusébio de Sousa procurava arrumar o Museu Histórico do Ceará. Muitas peças do MHC recebiam etiquetas de identificação (vide fotos) e, na medida do possível, eram reunidas a partir de uma certa similitude física ou funcional. Eram expostos grupos de objetos como: armas de fogo, canhões, moedas, medalhas, quadros, bustos, placas, louças. Não se observava, porém, maiores liames “históricos” ou cronológicos entre essas peças que constituíam os conjuntos. Por outro lado, existiam artefatos em exposição que eram únicos. Esses pareciam “soltos” em meio aos grupos de objetos, sem conseguir também estabelecer interações que formassem um discurso museográfico com base em recortes temáticos, ou de espaço e tempo. É o caso da imagem de Nossa Senhora de Assunção ou do salva-vidas Guadalupe, nas fotografias anteriores, e de outros objetos como no instantâneo abaixo.



Fonte: *Jornal O Povo*, 31/12/1941, p. 4

Essa fotografia, que ilustrou uma matéria feita pelo jornal *O Povo* sobre o Museu Histórico do Ceará, mostra o repórter sentado na antiga cadeira-padiola que servia de desembarque de passageiros no porto de Fortaleza, acariciando o Bode Yoyô, ao seu lado. No seu colo está o clarim que teria pertencido ao Beato Antônio Conselheiro (de Canudos) e atrás da cadeira avista-se a figura de proa da Barca Laura, que transportava escravos negros do Maranhão. Esses são exemplos de objetos dessemelhantes não apenas na forma, mas também nos seus usos simbólicos, expostos sem conseguir construir juntos uma coerência temática ou cronológica.

Pareciam raros os momentos em que as duas salas de exposição (ou parte delas) eram arrumadas para ressaltar, na sua totalidade, os períodos, os acontecimentos ou os personagens históricos consagrados pela historiografia oficial, como no centenário da execução da pena de morte de Pinto Madeira,

em 1934, quando foram reunidos objetos que lembravam o desfecho final da Sedição ocorrida em 1834 no Cariri (CE). Outra exceção à regra que marcou a organização do MHC nos anos 30, foi a criação do Salão Floriano Peixoto, em 30 de abril de 1939, pensado para celebrar outro centenário: o do nascimento do “Marechal de Ferro”. Nele foram apresentados “objetos, figuras, quadros e toda a documentação histórica que, porventura, se relacionasse com as armas brasileiras”. (O ESTADO, 30/04/1939) Tratava-se, pois, de um ambiente cujas peças, como os quadros de formatura e a bandeira da então extinta Escola Militar do Ceará, giravam em torno de uma temática: a consagração das forças armadas na consolidação da ordem interna do país.

A forma como Eusébio montou prioritariamente as exposições do Museu Histórico do Ceará lembra a formatação do Museu Histórico Nacional (MHN) na sua primeira fase de implantação, no período de 1922 a 1930, sob a direção de Gustavo Barroso. Conforme argumenta Aline Montenegro Magalhães, com base na análise do Catálogo de 1924, primeira publicação institucional voltada para a divulgação do MHN e suas coleções, os critérios de organização dos objetos em exposição não ficavam claros:

Parece que as peças eram dispostas de acordo com o tamanho das salas. Quando se observa, por exemplo, a Sala dos Capacetes, com antiguidades de várias épocas (...) fica difícil enxergar o caráter historiográfico das exposições ou a tentativa de reconstituição dos fatos ou personagens históricos com base na disposição espacial dos objetos (...) O que estava em jogo não era a constituição de um texto cronológico ou, no mínimo coerente, mas a possibilidade de impregnar o lugar de um determinado passado, de modo que ao visitante não restassem dúvidas sobre a época de reis, oficiais e nobres. Os objetos bastavam-se em si para dar conta dessa experiência, independentemente do lugar onde estivessem expostos. (MAGALHÃES, 2004, p. 40)

Em 1930, Barroso teria sido afastado do Museu Histórico Nacional por razões políticas, reassumindo suas funções apenas em 1932 e se perpetuando no cargo de Diretor até 1959. Nesses dois anos (1930-1932), o historiador do IHGB Rodolfo Garcia promoveu mudanças na organização das exposições e na denominação das galerias, passando a constituir uma narrativa cronológica e temática com os objetos, pautada nas concepções de uma história científica

do século XIX. Barroso, ao reassumir o cargo, deu continuidade ao trabalho de Garcia. (MAGALHÃES, 2004, p. 43-50)

Segundo Magalhães, o arranjo das exposições da primeira fase do Museu Histórico Nacional, que estimulava o olhar sobre os objetos isolados, atribuindo-lhes o sentido de relíquia, sem uma necessária ligação com outros artefatos que suscitassem os mesmos fatos, personalidades ou períodos, era uma marca da tradição antiquária.

A prática de colecionar antiguidades, em especial as da época clássica, surgiu inicialmente entre os humanistas da Itália do final do século XV, mas na segunda metade do XVI já havia se difundido em todas as direções geográficas e sociais (POMIAN, 1984, p. 76-77), e a partir do século XIX incorporaria também as antiguidades produzidas pelas modernas nações europeias. (GUIMARÃES, 2002, p. 88) Dentro dessa tradição colecionista, solidificada pelos antiquários, a “visualização do passado”, proporcionada pela presença dos vestígios materiais, possibilitava a compreensão das épocas pregressas que se pretendia estudar, pois os vestígios traziam as marcas do tempo ao qual pertenceram, como uma “parte” que se remete ao “todo”. Todavia, com a consolidação da História como ciência e a sua institucionalização como disciplina acadêmica no século XIX, essa herança antiquária passou a ser cada vez mais desconsiderada, quando não percebida como uma forma primária de conhecimento histórico. A supremacia das fontes escritas se estabeleceu como suporte primordial do trabalho do historiador. (GUIMARÃES, 2002 e 2003a)

O Museu Histórico do Ceará, na administração Eusébio de Sousa, parecia querer reinventar também a tradição antiquária, com o objetivo de fazer os seus visitantes cultuarem a “gloriosa” história cearense, anexando-a à da nação. Cada peça, individualmente, deveria ser capaz de comprovar a existência de acontecimentos e personalidades “extraordinárias” do pretérito, despertando através dos sentidos – especialmente da visão – um sentimento de amor e de pertencimento à história do Ceará. Nessa perspectiva, restava aos freqüentadores do MHC o ato de contemplar os objetos em exposição.

Apesar das intenções nobilitantes, os esforços de Eusébio de Sousa na organização do primeiro museu oficial nem sempre foram reconhecidos por todos os seus contemporâneos. O idealizador do poema “Muzeu”, por exemplo, não poupou comentários sarcásticos sobre o arranjo das exposições, acusando

o Diretor do MHC de não selecionar adequadamente os objetos. Incomodava a alguns, por exemplo, a presença da mesa em que se julgou o célebre Pinto Madeira junto a outras peças sem procedência mais nobre como uma “cuia, colher de pau, quicé, chaleira (...) e um bode [loiô]”. (O UNITÁRIO, 08/02/1936) Essas críticas não consideravam, porém, a imposição dos dispositivos políticos que obrigavam Eusébio a aceitar toda e qualquer doação<sup>64</sup>, que certamente era exibida em suas salas. Omiti-las talvez só tenha sido possível nos registros fotográficos e escritos sobre o MHC. Daí chamarem o seu trabalho de “mania de bestunto”, pois apesar do título de “histórico”, o que se via no geral era uma miscelânea de coisas que poderiam *a priori* dar a impressão de que Eusébio realmente queria “ver o mundo todo junto”, como os seus detratores proclamavam.

O certo é que não havia uma narrativa historiográfica ou pelo menos cronológica que entremeasse os objetos das exposições permanentes do Museu Histórico do Ceará. Não havia o “sentido histórico” que Eusébio realizava na sua produção escrita. A produção de um “texto tridimensional temático” também não seria firmada pelos diretores que o substituíram na década de 40. Tal formulação somente se concretizaria após 1951, quando o Instituto do Ceará assumiu a condução do Museu, organizando as salas a partir de assuntos variados. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 09/07/1958)

---

<sup>64</sup> No regulamento do Arquivo Público (Decreto n. 643 de 29/06/1932, parágrafo cinco do artigo 48), uma das atribuições do Diretor era: “Agradecer, por si e em nome do Governo, as ofertas de documentos e outros objetos feitos ao Arquivo e mandar publicá-las pela imprensa, mencionando também, no seu relatório anual, o nome do ofertante”. Segundo um comunicado da repartição, reiteradamente publicado nos *Documentos Oficiais do Governo Provisório* durante 1932, “a Diretoria do Arquivo Público mostrará, em tempo, público agradecimento, referindo os nomes dos distintos cidadãos que cavalheira e patrioticamente [realizaram suas ofertas], atenderem ao seu pedido, prestando tais serviços ao Estado”. Essas proposições oficiais o impeliam a receber todo tipo de doação e quem as enviava certamente desejava ver a sua peça não apenas citada em algumas linhas de jornal ou nos relatórios da burocracia pública, mas nas vitrines do Museu, à vista de todos.

## **CAPÍTULO 3 - AS DOAÇÕES PARA O MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ**

### **3.1 – Entre moedas e medalhas**

Contando com o apoio governamental, Eusébio de Sousa investiu vigorosamente numa política de arrecadação de objetos para formar o Museu Histórico do Ceará (MHC), mobilizando, a partir de 1932, muitas instituições e pessoas para a sua causa. O historiador Raimundo Girão assim comenta os resultados dessa empreitada:

(...) era inicialmente um museu geral. Tinha peças de todas as épocas, cearenses e até de outros Estados. (...) Então nós do Instituto passamos a administrar (...) Muitas peças que não tinham nada com a vida do Ceará foram retiradas (...) Aquelas peças outras tiveram outros destinos e o Museu hoje é um museu cearense, com proposta cearense. (GIRÃO apud BARBALHO, 1998, p. 53-54)

A despeito das “soluções” pensadas por Raimundo Girão, ao assumir o MHC em 1951, juntamente com o Instituto Histórico, o seu comentário é interessante na medida em que apresenta uma das características mais marcantes da repartição desde a sua fase inicial: a diversidade do acervo. Mesmo priorizando a aquisição dos vestígios materiais do pretérito, vinculados “a historia, aos homens e ás cousas do Ceará” (CEARÁ, 1932-1933, 06/07/1932, p. 3-4), o seu Diretor acabou recebendo ofertas dos mais diferentes períodos e lugares.

Essa variedade de objetos, que chegava como doação, era um indício de várias concepções acerca da função dos museus, que se emaranhavam na sociedade cearense e convergiam para um único ambiente (o Museu Histórico do Ceará), contrariando, em certo sentido, as expectativas da sua Direção e de uma tendência mundial à época, que apontava para uma maior especialização dessas instituições.

Como argumentam os estudiosos da cultura material, um único objeto pode conter em si mesmo vários usos e sentidos:

Um vaso não exprime apenas uma técnica ou uma função; pela sua forma, pela sua eventual decoração, corresponde igualmente a opções que são também de ordem supra-estrutural; pode, afinal, ter um significado social, testemunhando simultaneamente um sistema econômico. Mesmo se só a técnica e a função são de compreensão imediata e relativamente evidente, é preciso não esquecer os outros significados que o objeto encerra. (BUCAILLE e PESEZ, 1989, p. 45)

Partindo dessa premissa, que aponta a complexidade das relações entre sujeitos e objetos, procurou-se agrupar e analisar algumas peças segundo as possíveis significações embutidas no ato da sua doação. Embora se saiba que esses vestígios materiais, após adentrarem nos circuitos de exposição dos museus, podem ganhar outros significados, busca-se somente avaliar as intenções daqueles que conduziram os objetos para o MHC. A interpretação realizada acerca dessas ofertas baseou-se nas descrições procedidas a respeito dos objetos doados, na época em que eles ingressaram no Museu Histórico do Ceará, entre 1932 a 1942.

É preciso esclarecer que as classificações aqui estabelecidas não se configuram como camisas-de-força às quais os artefatos doados estão presos. Algumas ofertas podem transitar entre duas ou mais categorias aqui propostas. Uma medalha, por exemplo, pode ter sido ofertada simplesmente pelo seu “valor de época” ou pelo interesse do ofertante em ressaltar, no espaço museal, um determinado personagem cunhado no seu anverso, o que daria à peça uma feição biográfica. As fronteiras entre as categorias de objetos são, portanto, flexíveis, admitindo interseções.

O Museu Histórico do Ceará recebeu variados objetos, mas grande parte das ofertas registradas se referia aos itens fundamentais de uma coleção de numismática: moedas, medalhas, cédulas, vales de metal empregados como meio de remuneração e moldes para a fabricação de dinheiro. As peças procediam de épocas e nacionalidades diversas, mas a maioria pertencia ao Brasil Colonial e Imperial.

Nas matérias jornalísticas, cartas e circulares expedidas com o objetivo de solicitar as doações, não há nenhuma alusão à criação de coleções específicas dentro do Museu. Apenas no decreto n. 643 de 20/06/1932, que regulamentava as funções do Arquivo Público, aparece uma breve menção ao assunto, no artigo 59, do Capítulo VI, intitulado “Do Museu Histórico”: “O museu

se dividirá em duas secções, a primeira das quais formada de objetos históricos em geral, notadamente do Ceará, e a segunda de moedas, medalhas, selos e peças similares”. Aliás, o Museu Histórico Nacional, organizado no Rio de Janeiro a partir de 1922, também apresentava esse modelo de divisão em duas seções: a primeira cuidava dos objetos históricos e a segunda, da Numismática, Sigilografia e Filatelia. (REIS, 2003, p. 215)

Inaugurar e manter coleções de numismática num museu durante os anos 1930 parecia ainda uma atribuição intrínseca a este tipo de instituição. Desde a época do Renascimento, as moedas e medalhas eram artigos de coleção por excelência, encontrados não apenas em museus, como também em várias bibliotecas e arquivos da Europa, mesmo a partir de meados do século XVIII, quando as peças relacionadas ao estudo de História Natural passaram a ganhar maior relevo frente às demais. No Brasil, importantes estabelecimentos culturais dispunham de salas ou mostruários dedicados à numismática, como o Museu Nacional (1808), a Biblioteca Nacional (1810), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Arquivo Nacional (1838), o Museu Paulista (1893) e o Museu Histórico Nacional (1922). (VIEIRA, 1995) O Museu de Joaquim Antônio Alves Ribeiro e o Museu Rocha<sup>65</sup>, criados em fins do século XIX em Fortaleza, mesmo especializando-se em História Natural, possuíam coleções de moedas. (HITOSHI, 1965) O Museu Diocesano de Sobral (CE) também se preocupou com a formação de mostruários de numismática desde o seu início, nas primeiras décadas do século XX, contando hoje com mais de dezenove mil itens. (GIRÃO, 2004)

Gustavo Barroso, ao organizar o Museu Histórico Nacional, empenhou-se arduamente em instituir um amplo espaço para numismática, considerado desde o final da década de 1920 como o mais admirável do Brasil, através da aquisição de acervos existentes em outras instituições ou nas mãos de particulares. O primeiro curso de museologia do país, criado por ele em 1932,

---

<sup>65</sup> De acordo com o jornal *A Razão* (27/07/1929, p. 3), o Museu Rocha abrigou a maior coleção de numismática do Norte do país, ganhando um detalhado catálogo descritivo em 1911, mas ela foi vendida para a manutenção da própria Instituição. Eusébio de Sousa, em 1933, confirma em parte essa versão, ao afirmar que a maior coleção de “borós” pertencia ao naturalista: “Várias coleções existem, no Ceará, sendo a maior, pelo menos conhecida, a que pertenceu ao Museu Rocha e, posteriormente, foi cedida a outro colecionador”. (SOUSA, 1933a, p. 19) Em 1936, porém, Dias da Rocha estava entre os membros da Sociedade Numismática Cearense e foi aclamado como o presidente de honra da entidade. Figurava ainda entre os colecionadores

também contava com uma disciplina sobre o assunto<sup>66</sup>. (MAGALHÃES, 2002, p. 108) Vejamos um comentário seu proferido em 1929:

A Numismática ou ciências das medalhas e moedas tem merecido de todos os países uma proteção especial. Nas nações européias, ela constitui a preocupação de muitos sábios (...) As moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos de arqueologia e historia (...) Entre nós, tal ordem de estudos não tem sido desprezada e, embora poucos, os seus cultores se distinguem pelo amor dedicado ao assunto. (BARROSO apud DUMANS, 1997, p. 26)

Nem todos os doadores do MHC, que enviaram peças de numismática, eram especialistas. Por outro lado, um pequeno grupo começava a se formar em Fortaleza, fundando a revista *Numária*, cujo primeiro número foi lançado em setembro de 1935. Eram certamente pessoas com formação intelectual e situação econômica estabilizada. Conforme Segundo a edição de seu segundo número, o Ceará contava com apenas dez numismatas, o que era considerado um grande feito, tendo em vista ser o Ceará a “terra das secas”. (NUMÁRIA, 1936, p. 40)

É possível que os ofertantes “leigos” em numismática estivessem encaminhando os seus artigos seguindo uma lógica de organização percebida em instituições congêneres. Noutras palavras: doavam cédulas, moedas e medalhas porque viam o MHC como o local adequado para a exposição desse tipo de material, de acordo com as notícias de que deveriam dispor sobre museus.

Outros, porém, queriam ganhar projeção frente aos demais patricios. A vontade de aparecer publicamente se realizava através dos jornais que divulgavam os ofertantes e suas respectivas ofertas. A doação de uma

---

que dispunham de uma das maiores coleções do Ceará, com mais de mil peças. (NUMÁRIA, 1936, p. 40)

<sup>66</sup> O estudo de moedas antigas forneceu, durante a Idade Moderna, evidências significativas sobre épocas mais remotas, vinculando-se a diferentes áreas do saber, como nos lembra Vieira (1995, p. 94): “A Numismática ligou-se tradicionalmente ao estudo da História (de que foi considerada uma das suas disciplinas auxiliares), sobretudo da História Política, ajudando a estabelecer a cronologia de reinados e a datar fatos marcantes da política; à Economia, informando sobre o valor das moedas dentro dos diferentes sistemas monetários (...); à Arqueologia, contribuindo para auxiliar a datação de estratos e sítios arqueológicos; e à História da Arte, permitindo, através de seus tipos, uma análise da evolução dos estilos e o conhecimento de obras desaparecidas ou conhecidas somente por meio de fontes literárias”.

medalha comemorativa do tricentenário da chegada dos primeiros portugueses ao Ceará, enviada por Elvira Pinho, é um exemplo dessa situação. Enquanto o Capitão Arnulfo Pamplona, em 1934, ofertava um exemplar divulgado apenas no *Diário Oficial*, o jornal *Gazeta de Notícias* abriu uma matéria especial para comentar a doação de Elvira Pinho, enfatizando não exatamente o acontecimento gravado na peça, e sim o modo pelo qual a mesma foi adquirida por sua ofertante: como um presente da comissão promotora das festas do tricentenário, por intermédio do prefeito Guilherme Rocha, pelos serviços prestados por Elvira Pinho na organização e ensaios do corpo coral que cantou o Hino do Ceará, pela primeira vez no estado, na Assembléia Legislativa, sob a regência de Zacarias Gondim. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/06/1933, p. 6)

Além dos jornais, o desejo de exibição pública dos ofertantes também poderia se realizar por meio dos expositores do Museu. As medalhas proporcionavam seguramente a concretização desse ideal, pois os nomes dos doadores ou dos respectivos familiares poderiam estar cunhados no objeto, para a apreciação, como nos exemplos a seguir, com os respectivos anos de doação em parênteses:

- Medalha de bronze da Instituição de Santa Maria. Recordação da primeira comunhão recebida por José de Sá Viana (1934);
- Medalha que coube ao finado pai do ofertante, o major Alexandre Nunes de Melo, por atos de bravura nos combates em que tomou parte, como figura proeminente na Guerra do Paraguai (1933);
- Seis condecorações do General Sampaio, doadas por sua filha, Dona América Conceição Sampaio (1933).

A Sociedade Numismática Brasileira e alguns numismatas do Ceará remeteram várias peças ao Museu Histórico do Ceará. Talvez estivessem interessados em criar na repartição um núcleo de referência em numismática no estado. Afinal, o Arquivo Público do Ceará, onde estava situado o MHC, era uma instituição adequada para esses propósitos, visto possuir um recinto para reuniões e eventos, uma biblioteca de assuntos gerais e um acervo de numismática em formação, além de oferecer a possibilidade (apesar das dificuldades financeiras do estado) de editar estudos sobre o tema.

Através de alguns exemplares da *Numária* é possível perceber a movimentação do pequeno grupo de numismatas do Ceará (concentrados em Fortaleza), no sentido de demarcar a sua importância social<sup>67</sup>. A revista da entidade era apresentada como a segunda publicação especializada no Brasil e na América do Sul, organizada segundo as orientações da *Revista Numismática Brasileira*. No seu segundo número aparecem depoimentos de várias partes do país, acusando o seu recebimento e elogiando a criação do periódico e a qualidade dos seus artigos. Comemorava-se o fato de os colecionadores conterrâneos, embora poucos e vivendo em região tão pobre, acumularem juntos a soma de vinte mil moedas, aproximadamente. (NUMÁRIA, 1936) Nesse mesmo número, como em outros, várias matérias sobre a cunhagem de medalhas e moedas (priorizando a produção brasileira) eram assinadas por especialistas do Ceará e de outros estados. Divulgava-se a participação dos cearenses em encontros e exposições, bem como as premiações que eles e a *Numária* recebiam fora do Ceará. Após a fusão da Sociedade Numismática Cearense com o Clube Filatélico do Ceará, em 20/12/1938, a tônica da publicação continuou a mesma. Os intercâmbios com os “estrangeiros” eram ressaltados como forma de valorizar as atividades colecionistas desenvolvidas no Ceará, incluindo agora os selos.

Em 1939, a fim de relatar a montagem da Primeira Exposição Filatélica e Numismática Cearense, realizada no prédio da Escola de Farmácia e Odontologia do Ceará, a *Numária* transcreveu matérias de jornal sobre o evento e textos dos seus colaboradores. Um deles, ao comentar o sucesso do empreendimento, apontado como o primeiro do Norte do país, deixa escapar o quanto o grupo dos colecionadores e estudiosos da numismática e da filatelia continuava restrito e pouco valorizado em âmbito local, a despeito das suas estratégias de afirmação social, expressas através do órgão divulgador:

(...) dizer-se que o Ceará levou a termo uma exposição filatélica e numismática, é coisa que está a reclamar um registro especial não só quanto a sua própria natureza como ao ineditismo (...) Quando meses atrás se pretendeu realizar esse originalíssimo prélio, fomos

---

<sup>67</sup> Em decorrência do centenário do “Olho de boi”, primeiro selo postal brasileiro, o jornal *O Povo* publicou uma matéria de página inteira, em colaboração com a Sociedade Numismática e Filatélica Cearense. Um breve histórico sobre a entidade foi realizado, pontuando os vários números da revista *Numária*, desde o primeiro até o último, publicado em maio de 1942, totalizando quatorze. (O POVO, 31/07/1943, p. 6)

daqueles que auguraram o seu fracasso por motivos que ressaltam aos olhos dos espíritos mais otimistas. É por todos sabido a reconhecida frieza, mesmo descrença, com que sempre são recebidos os cometimentos da natureza daqueles que não interessam a coletividade e que do seu resultado nenhuma vantagem prática advém. Uma exposição de selos e de moedas, para muita gente uma “ridicularia” ou de nula importância, só poderia atrair ao seu núcleo meia dúzia de aficionados, justamente os que se dedicam ao instrutivo entretenimento do espírito, por isso mesmo fadada a incomum insucesso. Somente por absurdo acreditaríamos em sua aceitação pública. A experiência dos fatos levava-nos a assim pensar. Quanto nos enganamos redondamente! A 1ª Exposição Filatélica e Numismática do Ceará constituiu, em Fortaleza, um verdadeiro acontecimento. (NUMÁRIA, 1939, p. 45)

Os artigos da revista *Numária* que versavam especificamente sobre numismática ficavam presos ao comentário dos sistemas monetários adotados no país e à descrição das séries de moedas que foram cunhadas pelo Estado brasileiro, no intuito de prevenir os colecionadores da ação dos falsários. Na maioria dos textos, incentiva-se o estudo da história nacional como forma de aprimorar a organização das coleções particulares, garantindo a autenticidade dos seus componentes.

Os trabalhos de Eusébio de Sousa sobre o assunto, encontrados fora da *Numária*, tomam um percurso diferente. No seu livro *Numismática cearense*, editado em 1933<sup>68</sup>, o autor discorre sobre alguns exemplares de moedas e outros objetos que circularam no Ceará como dinheiro corrente, durante o Brasil Colônia e Império, entre eles o “boró”, o novelo de fio, a moeda quadrada e o “xem-xem”. Embora ele também tenha a preocupação em distinguir os exemplares verdadeiros dos falsos (vide o caso das moedas de cobre com carimbo Ceará ou Icó), nota-se a sua intenção de tomar essas peças – cujas ilustrações pertenciam às coleções de Alcides Santos e do Museu Histórico do Ceará – como fonte de pesquisa para uma história que enfoca aspectos da vida cotidiana. Esse procedimento destoa da prática habitual dos seus colegas numismatas que colaboravam na *Numária* e da sua própria produção como historiador, voltada principalmente para as biografias exemplares e os acontecimentos políticos e militares, fundamentada em documentos escritos e, às vezes, em depoimentos orais.

---

<sup>68</sup>O artigo intitulado “Numismática brasileira”, publicado por Eusébio em 1916, é uma introdução da *Numismática cearense*, de 1933, no qual ele desenvolve, sem as ilustrações, assunto relativo apenas aos “Carimbos do Ceará e do Icó”. (SOUSA, 1916)

Ao mesmo tempo, Eusébio de Sousa fazia estudos no âmbito de uma numismática mais tradicional. Num artigo do jornal *Gazeta de Notícias* (15/11/1933, p. 3), publicado novamente no *Boletim do MHC* (n. 1), sob o título “Uma medalha que precisa ser reconhecida”, o enfoque dos seus estudos de numismática se direciona para a celebração de um “ilustre” cidadão. Aqui Eusébio apresenta o resultado de uma pesquisa sobre as origens de uma peça cunhada em homenagem ao jornalista cearense João Brígido. Seu olhar deteve-se em assegurar a data exata em que ela foi fabricada, os responsáveis pela sua idealização e os motivos da homenagem. Um outro exemplar da medalha também se encontrava no Museu Rocha. (SOUSA, 1935a, p. 11-14)

Como foi visto, as doações para os expositores de numismática do Museu Histórico do Ceará seguiam uma tradição observada noutros estabelecimentos congêneres, embora tenham acontecido sob diferentes motivações. Para Eusébio de Sousa, essa seção poderia contribuir significativamente para o desenvolvimento de pesquisas sobre a história local, não se limitando à fruição dos curiosos ou aos estudos dos numismatas locais, mais voltados para a comprovação da autenticidade de suas coleções particulares.

### **3.2 – Objetos biográficos e anônimos**

Muitas ofertas endereçadas ao Museu Histórico do Ceará chegaram de modo personalizado. Nessa perspectiva, a peça não era apresentada “como artefato cultural, com certas características de estilo, confecção e usos historicamente engendrados. Não era propriamente a ‘coisa’ que entrava em pauta, e sim o dono da coisa”. (RAMOS, 2004, p. 6)

Essa característica marcou muitos objetos encontrados em vários museus históricos do país e, em geral, as biografias que suscitavam referiam-se aos vultos “exemplares” do tempo pretérito, mormente heróis vencedores ou, quando vencidos, considerados moralmente superiores. (BEZERRA DE MENESES, 1992, p. 4) No MHC não seria diferente. Havia, inclusive, uma certa predileção dos ofertantes pelo envio de peças que pertenceram às ilustres

figuras do século XIX, retratadas pela produção histórica escrita, como os membros da Família Imperial do Brasil.

A cadeira-padiola na qual teria desembarcado, no porto de Fortaleza, o Príncipe Gastão de Orleans (Conde D'Eu), é um exemplo de associação biográfica recorrente no acervo do MHC: aconteceu circunstancialmente, pelo simples contato da individualidade ilustre com um objeto que não lhe pertencia, mas passou a identificá-la. Aliás, a cadeira era duplamente “energizada” pelo toque de um outro notável visitante da cidade: o Papa Leão XIII. Não por acaso, a fotografia do objeto ilustrava uma das páginas do *Boletim n. 2 do Museu Histórico do Ceará* e foi mencionada em trabalhos como “Dactas e factos para a História do Ceará”. (MOTA, 1958, p. 165) A legenda a seguir, que acompanha a foto, sugere que a peça só passou a ter uma história justamente porque nela se sentaram célebres personalidades.

### Cadeira-padiola



Fonte: SOUSA, 1935b

Outra associação biográfica comum acontecia quando as peças se constituíam em preito, realizado em vida ou após a morte dos homenageados. Foi o caso de uma medalha de madeira, “comemorativa de Sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, cunhada em 1867” (SOUSA, 1933c, p. 64) e de uma medalha de bronze comemorativa da inauguração da estátua de Dom Pedro II em Fortaleza, no ano de 1913.

O espadim do Imperador (o ofertante não designou se o primeiro ou o segundo Pedro), galvanizado a ouro, comprado pelo Coronel Ernesto Diocleciano de Albuquerque num leilão de antiguidades, foi um dos poucos objetos que talvez tenham pertencido verdadeiramente à realeza, além de alguns registros visuais. Entre esses registros estão uma litogravura da família imperial, fotografias de Dom Pedro II com Dona Tereza Cristina e com outros membros da sua família e um quadro a óleo do referido Imperador.

Fotografias e quadros, por sinal, chegaram em profusão ao MHC. Situação análoga acontecia noutros museus históricos do país no início do século XX. Na Europa, muitos estabelecimentos congêneres surgidos desde o século XIX derivavam de museus de arte antiga. Esse traço comum (o recurso à imagem) entre as diversas instituições voltadas à preservação de uma memória histórica era imprescindível para exercerem a função celebrativa vislumbrada por seus organizadores e visitantes. No Museu Paulista, os bustos, as estátuas e as pinturas eram preferidos em relação às fotos, pois se acreditava que a arte era mais eficaz no sentido de fixar sínteses simbólicas de alto impacto, transmitindo valores cívicos. (BEZERRA DE MENESES, 1992, p. 22)

O mesmo não se verificou com a mesma intensidade no Museu Histórico do Ceará. Eusébio de Sousa recorreu ao expediente de mandar produzir retratos e bustos de certos personagens da História, desenhados de modo idealizado. É o caso do General Tibúrcio, apresentado num ambiente sóbrio, como um herói que voltou da guerra vestindo um impecável uniforme militar, ostentando várias medalhas por seus feitos meritórios e uma espada numa das mãos, apontada para o chão, pois não precisava mais ser empunhada, já que a pátria estava a salvo. Aliás, na segunda metade do século XIX, quando aconteceu a Guerra do Paraguai, da qual Tibúrcio participou, não se usavam mais as armas brancas em combate, e sim as armas de fogo. Todavia, a espada “está presente nas exposições públicas, é portada pelos oficiais de elite, o que significa que o Estado, na figura do Exército, reconstruiu através de um objeto (...) os sentidos de honra, de coragem e de poder forjados no interior de uma prática social”. (CARVALHO, 1992, p. 13)

Retrato do General Tibúrcio



*Fonte: SOUSA, 1935b*

As limitações orçamentárias impediram Eusébio de prosseguir com esse projeto. Precisou, então, valer-se da colaboração dos que se dispunham a compor com ele o acervo da repartição. Alguns doadores enviaram quadros a óleo, em geral retratos individuais, mas muitos optaram pela remessa de fotografias, seja porque eram mais acessíveis do ponto de vista financeiro, como da técnica fotográfica, amplamente disseminada na década de 30 no Ceará.

Entre outros objetos associados às figuras apontadas pela história escrita, estava um do período colonial, cujo registro encontramos apenas no jornal *A Rua*, ao final de uma entrevista com Eusébio de Sousa: um pedaço da forca usada para matar Tiradentes, existente no Museu Histórico Nacional. O exemplar foi oferecido pela Senhora Loura Wally Rosa. (*A RUA*, 26/05/1936, p. 3) Em entrevista realizada em junho de 2004 com Dona Altair, filha de Eusébio, soube-se que essa senhora era cearense e pertencia às relações da família Sousa. Como adquiriu uma parte da peça que existia no Rio de Janeiro é a

grande incógnita. O que interessa, de qualquer forma, é a intenção da sua oferta: fazer lembrar o mártir da República. Este é mais um artefato que passou por um processo de “sacralização”. Embora inexpressiva em sua materialidade, ao contrário da cadeira-padiola que muito nos poderia dizer sobre a sociedade que a produziu, onde funcionava como meio de transporte e símbolo de distinção social (BARBUY, 1992, p. 21), essa peça ganhou status de “reliquia” pela aproximação estabelecida com o herói morto, sobretudo por ter promovido a sua passagem para o além. Contudo, desacompanhada de qualquer informação ou orientação no espaço museal, jamais despertaria o olhar do visitante, que talvez apenas se perguntasse sobre o porquê da presença de um rele pedação de corda numa exposição.

Influente participantes da Confederação do Equador, no Ceará de 1824, foram lembrados pelos doadores. O episódio em si era lembrado apenas por uma medalha de bronze, comemorativa do centenário da Confederação, mandada cunhar pelo Instituto Histórico Pernambucano e por um termo de vereação extraordinária da vila de São José de Uruburetama (CE), que aderiu à insurreição. Bárbara de Alencar, a matriarca do clã que liderou o movimento político no Ceará, era suscitada por meio da fotografia que apresentava a fachada da casa onde ela teria nascido. O Padre Mororó era evocado por uma fotografia com sua assinatura<sup>69</sup>; Antônio de Oliveira Pluma, por um console do seu mobiliário; Tristão Gonçalves, por um “porte-monale” (provavelmente um “porte-monaie”, que em francês significa porta-moeda); e Frei Caneca, o líder pernambucano, por uma fotografia da fazenda Acauã, onde foi mantido preso.

Apesar das polêmicas que envolviam os protagonistas do famoso Milagre de Juazeiro do Norte (1889) – a Beata Maria de Araújo e o Padre Cícero Romão Batista – por uns louvados como santos, por outros detratados como embusteiros (RAMOS, 2000), eles obtiveram projeção em meio às doações encaminhadas ao MHC, a exemplo de uma fotografia da Beata e uma medalha, onde ela aparecia ao lado do Padre. O religioso era evocado em fotografias relativas ao episódio da Sedição de Juazeiro (1914), mas também

---

<sup>69</sup> Tratava-se certamente de um retrato, pois o processo de reprodução fotográfica foi criado somente em 1841 e começou a se desenvolver pelos sertões cearenses por volta de 1860. (RAMOS, 1999, p. 5 e 7)

através de alguns exemplares de louça, por ele utilizados. No ano de sua morte, em 1934, o Sr. Bartolomeu Dias doou um prato com o monograma “PC”. Na mesma época, Dona Mocinha, que cuidou durante anos do Padre, remeteu para o Museu três pratos com a gravação completa do seu ao centro. As peças enviadas por essa senhora faziam parte do aparelho que ele havia adquirido no Sul do país para a realização do banquete em homenagem à elevação de Juazeiro do Norte à categoria de cidade. A professora Alba Frota, em visita ao Horto, localidade de Juazeiro, recolheu alguns ex-votos e os enviou para o Museu em 1933. Eram provavelmente símbolos das graças alcançadas pelos romeiros, que ofereciam as suas preces ao “Padim Ciço”.

Outros personagens destacados pela produção histórica escrita foram lembrados através das doações remetidas ao Museu Histórico do Ceará nos anos 30, mas somente aqueles suscitados por um maior número de objetos foram aqui comentados. Contudo, não eram somente os mortos que ganhavam espaço no MHC. Os vivos ilustres também figuravam no acervo em formação, como o Presidente Getúlio Vargas. Algumas peças doadas reportavam a sua presença ao Ceará, como a fita simbólica cortada por ele na inauguração do açude Juarez Távora em 1933 e um quadro em miniatura retratando sua passagem em Quixadá, no mesmo ano. Uma fotografia remetia os observadores a sua posse na Presidência da República em 1934. Outros objetos estavam relacionados às iniciativas da administração do Presidente nos anos 30, como uma medalha de bronze, comemorativa do monumento Cristo Redentor, inaugurado no Rio de Janeiro em 12/01/1931, e as cinzas de vinte bandeiras de estados brasileiros que não estavam de acordo com os princípios do Estado Novo, inaugurado em 1937 por Vargas, sendo queimadas em solenidade pública na sua presença. A única peça encaminhada pelo próprio Vargas foi uma medalha de prata, cunhada a mando do governo provisório, comemorativa da Revolução de 1930, que permitiu sua ascensão ao poder. Na verdade, foi produzido um exemplar em ouro para o Museu Histórico Nacional, 21 de prata para os museus de cada unidade federada e 1000 em bronze para a venda aos colecionadores, segundo matéria ilustrada do *Boletim n. 1 do Museu Histórico do Ceará*<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Vargas concentrou suas atenções na manutenção do Museu Histórico Nacional, sobretudo durante a época do Estado Novo. Além de investir recursos públicos nas reformas propostas

Os doadores dos artefatos vinculados às grandes personalidades do pretérito e do tempo presente (que logo também se tornaria passado) certamente entendiam a História sob a mesma ótica de Eusébio de Sousa: como a Mestra da Vida. Assim, contribuía para que o Museu pudesse afirmar, através dos objetos, a valorização dos “bons” modelos a serem cultuados e imitados com vistas à edificação de um futuro melhor para a pátria, relegando ao esquecimento ou à execração pública aqueles encarados como os “maus” exemplos.

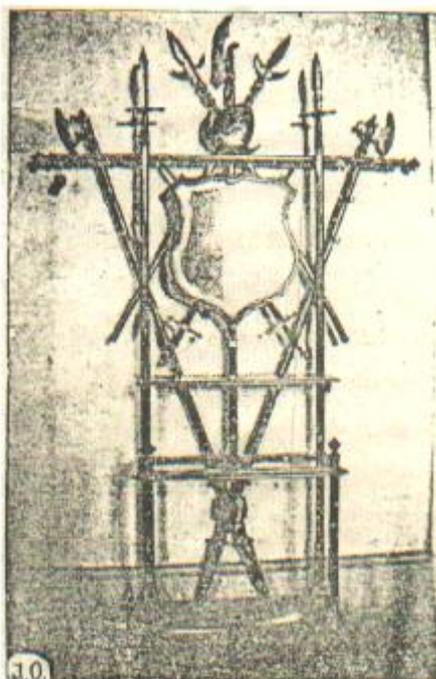
Mesmo os que não tiveram o nome destacado pela história escrita conquistaram o seu espaço no Museu Histórico do Ceará. Diante dos vestígios materiais selecionados, constata-se também uma preocupação, por parte de quem os doou, no sentido de compor uma imagem idealizada dos indivíduos lembrados, a fim de transformá-los em bons exemplos de conduta para os pósteros e em provas do progresso alcançado pela sociedade cearense, negando os discursos acerca do atraso econômico e social do Ceará.

Ao MHC foi enviado, em 1937, um porta-chapéu que havia pertencido ao Barão de São Leonardo, “cearense dos mais dignos de seu tempo, e figura de saliente desempenho na Guerra dos Balaios, sendo um dos benfeitores da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/06/1933, p. 3) O estilo do móvel – de fabricação estrangeira, feito todo de faia, em forma de panóplia, onde se vêem várias armas de estilo medieval – comprado pelo Barão numa viagem a Paris (STUDART, 1985), parecia ratificar as qualidades e a nobreza do seu antigo proprietário, assegurada na descrição do ofertante, o Prof. Mozart Sólton, além de apontar o seu gosto refinado.

---

por Gustavo Barroso nesse período, enviou inúmeras doações que permitiram a montagem da “Sala Getúlio Vargas” em 1945, que se constituiu como uma das maiores do Museu. Nesse processo, o MHN colaborou com a construção da imagem de Vargas como estadista eminente, herói nacional e patrono dos museus e se legitimou como parceiro de primeira linha do chefe do Estado. (WILLIAMS, 1997)

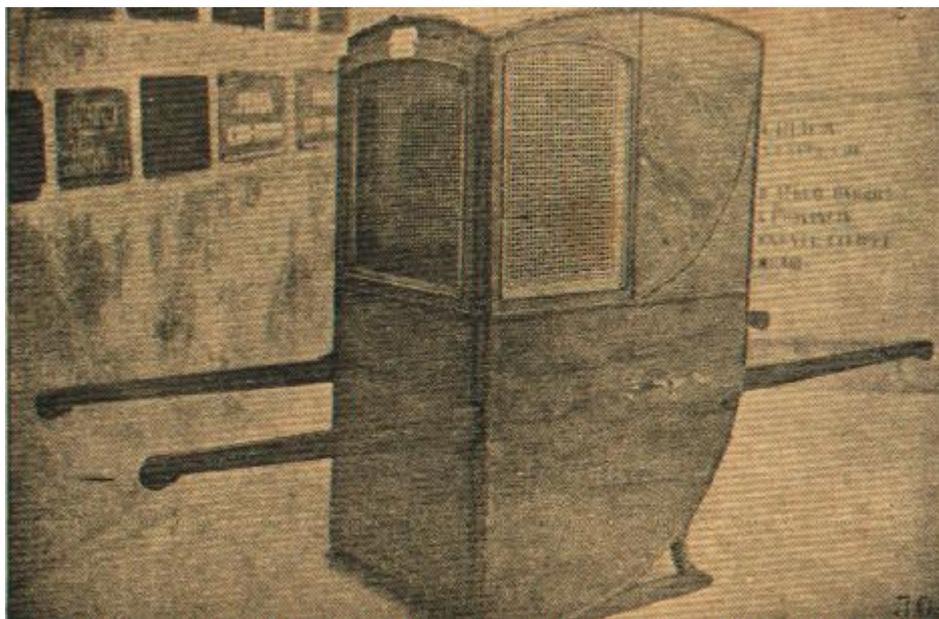
Porta-chapéu



Fonte: STUDART, 1985, p. 121

Em 1934, o Sr. José Sabóia de Albuquerque, Agente Auxiliar do Arquivo Público do Ceará em Sobral (CE), remeteu para a repartição uma cadeira-liteira que pertenceu a Dona Joaquina Figueira de Sabóia, casada com o coronel José de Sabóia, “vulto de grande relevo de seu tempo”. (CEARÁ, 1933-1943, 07/04/1934, p. 3) Além de privilegiar o seu sobrenome no ato da doação, esse colaborador do MHC remeteu uma peça que indica a projeção social dos seus antepassados, visto que esse meio de transporte, de uso estritamente urbano, existia apenas em pequeno número e só o possuíam as famílias mais abastadas. (BARBUY, 1992, p. 20) O Diretor do MHC divulgaria uma foto do objeto no *Boletim n. 2 do Museu Histórico do Ceará*, assinalando a sua concordância em provar um certo grau de refinamento e de opulência no modo de viver de algumas famílias cearenses. O mesmo sentido, aliás, verificase nas doações registradas sobre louças finas, como o prato-sopeiro que pertenceu ao casal Damásio Alves Ferreira e Francisca Bezerra de Menezes, de “tradicional família ipuense” (CEARÁ, 1933-1943, 19/09/1934, p. 3), ou o prato-travessa de fabricação inglesa “que pertenceu a Viscondesa de Icó, segundo a tradição”. (SOUSA, 1933c, p. 66)

### Cadeira-liteira



Fonte: SOUSA, 1935b

O Sr. Boularger Bruno, em 1934, fez questão de enviar um quadro emoldurado da bandeira do Brasil, em miniatura, rodeada por membros da sua família, elaborado por ocasião das festas do primeiro centenário da independência do Brasil, organizadas no Ceará em 1922. Notória é a sua intenção, na época da fabricação e na ação de entregar a peça ao Museu, de demonstrar o amor devotado à pátria, por ele e seus familiares, como dignos cidadãos brasileiros.

Algumas ofertas, entretanto, estabeleciam uma vinculação biográfica noutros termos, que não apenas o da comprovação das virtudes de alguns cearenses ou dos progressos materiais da sociedade local. O bengalão que pertenceu a Domingos Costa, conhecido por Domingão, plantador da Serra de Aratanha (CE) no último quartel do século XIX, doado pelo Prof. Mozart Sólton, o mesmo que remeteu o porta-chapéu do Barão de São Leonardo, possui uma intenção muito peculiar. Serve como pretexto para relatar as excentricidades do seu velho dono:

Domingão deixou tradição como o maior gastrônomo do seu tempo. Comia uma espetada de carne ao almoço, com um cacho de

bananas. Diz João Brígido, no seu livro o Ceará (lado cômico), que a voz de Domingão era tão pesada e retumbante que enchia toda a Serra de Aratanha. (A RUA, 26/05/1936, p. 3)

Conscientes da configuração do Museu Histórico do Ceará como um local de exibição, muitos doadores ostentavam através dos objetos, sob diferentes justificativas, os nomes de seus ascendentes ou de outros membros da elite local, para figurarem ao lado do panteão das celebridades referendadas pela história escrita, que também foram residir no Museu. Conferia-lhes, assim, a possibilidade de pertencer à história oficial do Ceará e do Brasil. Simultaneamente, também poderiam ganhar notoriedade a partir dos jornais e documentos oficiais por seu gesto patriótico de contribuir com a nova repartição estadual, bem como ao demonstrar os seus vínculos com os notáveis lá apresentados. Fica evidente, com esse tipo de ação, que ao Estado é delegado o poder de guardião das memórias individuais, uma vez que ele, através do Museu, conseguiria realizar a operação de fundir essas memórias particulares com a memória coletiva.

Apesar de Eusébio de Sousa dar prioridade à arrecadação de objetos do escol social, nos anúncios da Secretaria do Interior e da Justiça do Estado, que solicitavam as doações, incentivava-se, outrossim, o envio de quaisquer peças “concernentes a historia, aos homens e ás cousas do Ceará”, inclusive aquelas que denotassem as “lendas e tradições populares”. (CEARÁ, 1932-1933, 06/07/1932, p. 3-4) Embora poucos, certos objetos personalizados referentes aos homens do povo também foram remetidos para o MHC.

Entre essas peças está uma rabeca que pertenceu ao tocador Miguel Alves Bezerra, fabricada no ano de 1798 por Bernardo Alves Bezerra. Verificou-se a presença de um clarim, espécie de trombeta formada de um grande chifre de boi, que teria pertencido ao líder de Canudos, o Beato Antônio Conselheiro. O clarim havia chegado ao Coronel Brito (que o ofertou para o MHC) pelas mãos de um dos seguidores do Beato, chamado Vila Nova. Alguns objetos referentes ao bando de Lampião foram para o Museu, quais sejam: os retratos do grupo em suas andanças por Mossoró (RN) e Limoeiro do Norte (CE) no ano de 1927, num total de dezessete fotografias, doadas em 1933 por dois ofertantes de distintas cidades do interior cearense; um punhal de cabo de

prata e o ferrolho de um fuzil, usados no Ceará por Jararaca, um dos companheiros do Rei do Cangaço.

Gustavo Barroso, ao pensar a constituição dos museus no país, não descartava a importância de conservar a cultura material do “povo”, entendido como aqueles que seguem os que comandam e inauguram os feitos gloriosos da nação. Porém, uma instituição que guardasse os objetos populares seria classificada como folclórica ou ergológica (referente à antropologia cultural) e sua organização deveria acontecer em um espaço separado dos museus históricos, cuja função seria demarcar a edificação e os progressos da pátria, calcados na ação dos homens “excepcionais” e no desenrolar dos acontecimentos relacionados ao Estado, ao exército e à Igreja Católica. Apesar dessa postura excludente de Barroso, o Museu Histórico Nacional não deixou de receber artigos relativos à tradição popular, mas estes eram agrupados e expostos como pertences das figuras proeminentes da elite. Eram, via de regra, “troféus” de viagem ou “mimos” oferecidos aos ilustrados, numa estratégia de representação que privilegiava o doador e não o objeto em si, nem o lugar dele na narração da experiência histórica nacional. Peças das coleções Miguel Calmon e Getúlio Vargas encaixam-se nesse perfil. (ABREU, 1996, p. 200; MAGALHÃES, 2004, p. 34-36; WILLIAMS, 1997, p. 156)

Situação análoga não aconteceu no Museu Histórico do Ceará. As pessoas que enviaram peças populares, atendendo à convocação de Eusébio de Sousa, pareciam mais preocupadas em estabelecer outros sentidos para as suas doações, que não o vínculo com qualquer personalidade ilustre, como, por exemplo, determinar por meio dos objetos alguns traços singulares do povo cearense e brasileiro. Sob esse ângulo, os populares eram percebidos como um “outro” em posição de inferioridade e evadido de exotismo.

Como argumenta o historiador Michel de Certeau, uma característica que tradicionalmente desperta o gosto dos estudiosos e dos apreciadores diletantes do popular é a aparente distância que os afasta. Quanto mais longínquas, e por consequência menos temíveis, são as produções do povo, mais curiosas e geradoras de emoção elas se tornam. (DE CERTEAU, 1995) A rabeça que chegou ao MHC, assim como outros objetos populares não vinculados a qualquer biografia (peças de barro reproduzindo animais da fauna cearense e uma colher de pau ofertada como arte popular colonial), eram

artigos fabricados com material rústico. Alguns pertenciam a momentos distintos da inauguração do Museu Histórico do Ceará, tanto no tempo, como no espaço. Pouco circulando no cotidiano das grandes cidades, na década de 1930, certamente eram encarados como atestados da criatividade inventiva da população rude que ajudou os colonizadores europeus a fundar a sociedade local.

Os objetos relativos a Antônio Conselheiro e ao bando de Lampião provavelmente despertavam significados outros. Embora esses homens tenham até conquistado espaço na produção escrita de então, não o fizeram como figuras de conduta exemplar. Conselheiro era visto por muitos como “fanático religioso” e os homens do cangaço como “bandidos”. De Certeau (1995) afirma que as ações populares perturbadoras de uma determinada ordem transformaram-se também em alvo de interesse dos curiosos e dos folcloristas, com o propósito de circunscrevê-las para desqualificá-las. Levar para o Museu um clarim com o qual o beato “chamava os seus fiéis às festas e os fanáticos à luta” (A RUA, 26/05/1936, p. 3), ou as armas transportadas pelos cangaceiros, correspondia aos interesses de confirmar o propalado atraso social e a violência nos quais esses sertanejos estavam mergulhados. Nesse sentido, os textos grafados com objetos, meticulosamente selecionados e apresentados nos espaços museais, tornavam-se estratégias complementares ou ainda mais eficazes do que qualquer discurso impresso ou retórico. Paradoxalmente, o museu era encarado como local de consagração e de execração pública.

Eusébio de Sousa enviou e incentivou a emissão de objetos com vinculação biográfica para o Museu Histórico do Ceará. Mesmo priorizando a cultura material dos círculos oficiais do poder, recebeu os objetos do “povo”. Avaliando em conjunto essa mostra de peças personalizadas que foram endereçadas à repartição, cabe aqui uma interrogação: seriam todos eles realmente objetos biográficos?

Na definição de Violette Morin, objetos biográficos são os que sintetizam uma vida. Envelhecem com o seu dono e se incorporam à sua vivência, de tal modo que dão a impressão da continuidade do seu portador, mesmo na sua ausência. Diferem completamente dos artefatos protocolares, que seguem a moda, indicam status, mas logo se deterioram, sem terem

interagido mais proficuamente com quem os possuiu. (Apud BOSI, 1995, p. 441-443)

Peter Stallybrass (1999) realiza uma análise sobre os artefatos que vai ao encontro das proposições de Morin e nos mostra como são complexas as relações entre os homens e as coisas: bem mais do que mercadorias, que comportam “valores de uso” ou “valores de troca”, os objetos podem se transformar em verdadeiras extensões do corpo de quem os possuiu, ganhando marcas físicas e simbólicas desses, como as roupas que vão se moldando à forma de uma determinada pessoa, recebendo puimentos e cheiros na medida em que são usadas, transformando-se em signos de distinção social durante sua vida útil e em suportes que carregam a memória daqueles que as vestiram.

Muitos dos objetos que ingressaram no Museu Histórico do Ceará eram, na verdade, “objetos biografados”, conforme conceito elaborado por Francisco Régis Lopes Ramos (2004). Talvez tenham testemunhado a existência do personagem ao qual estavam associados, mas não necessariamente poderiam expressar os traços característicos da sua individualidade. Carregaram o segredo inconfessável de serem apresentados como objetos biográficos, embora tenham adquirido esse sentido somente ao passarem pelas mãos dos seus ofertantes ou daqueles que dirigiam a repartição noutros tempos, como Eusébio de Sousa. Retomar as trajetórias desses artefatos personalizados, antes e após adentrarem nos museus, torna-se então fundamental para que os sinuosos jogos de poder que se operam nessas instituições, sob o discurso de “preservação”, sejam analisados.

Nem todas as ofertas direcionadas ao Museu Histórico do Ceará, todavia, eram personalizadas. A descrição de muitas delas enfatizava apenas o período em que o objeto foi criado ou utilizado, em geral bem anterior ao momento da sua entrega à repartição. Quando não era possível precisar datas ou o contexto histórico em que os mesmos foram usados, referências à sua condição de “primeiro” ou de “antigo” aparecem como justificativa suficiente para explicar a sua remessa ao acervo em formação, como nos casos a seguir:

- Caixa de xarão da época do Primeiro Reinado;
- Espelho antigo, sem descrição;
- Destroços de um antigo bacamarte “boca de sino”;

- Sino da primeira capela de Cascavel - CE, datado de 1739;
- Medidas antigas de litro de cobre e seus múltiplos;
- Bala de um antigo canhão de pequeno calibre;
- Máquina de costura "Grover Baker SN", primeira do gênero que veio para o Brasil e para a cidade de Sobral – CE.

Essas descrições valorizavam apenas o “valor de época” das peças, isto é, a áurea de antiguidade que as circundava. Para alguns doadores, portanto, o Museu Histórico do Ceará era visto como o “lugar das coisas velhas” – percepção que parece ainda persistir no senso-comum atualmente (CHAGAS, 2002, p. 21) – devendo agregar e preservar os fragmentos do pretérito (literalmente, como o do antigo bacamarte), sem atrelá-los necessariamente aos eventos e às personagens consagradas pela historiografia ou às figuras de proeminência social.

Eusébio de Sousa parecia também estimar alguns desses objetos, que ilustraram os *Boletins do Museu Histórico* ou foram comentados em artigos de jornal (vide o sino de Cascavel, a bala de canhão e a máquina de costura), ao contrário do que fazia Gustavo Barroso, que chegou a rejeitar artefatos antigos porque os mesmos não apresentavam vínculos biográficos ou temáticos com os grandes feitos do passado e nem valor artístico endossado pelos cânones estéticos das academias de arte. (MAGALHÃES, 2004, p. 33-34)

Sino da Capela de Cascavel



Fonte: SOUSA, 1935b

Trechos da narrativa publicada por Juvenal Jurema no jornal *A Razão*, sob o título “Um copo histórico”, em que um homem de vivência urbana (Ricardo Nunes de Sena) e um “matuto” (Lexandra) do Riacho das Emburanas (Ceará) travam diálogo, são indícios da visão de objeto histórico relacionado aos vestígios materiais antigos, e do Museu Histórico do Ceará como o local mais adequado para guardá-los:

Ricardo tem um grande amor às coisas históricas, rumando como era de prever, sobre esse ramo de atividade. A certa altura da conversação, “Lexandra” adianta que possuía um copo que já andava nos seus 40 anos. Referido objeto vivia no fundo do bahú, (que por sua vez não deixa de ser também uma preciosidade) (...) O que sabemos é que o Ricardo tentou meter na cabeça dura, que só pau-ferro como é a do “Lexandra”, que o copo questionado era uma memória histórica e que por isso não devia continuar por mais tempo escondido, quando podia muito bem brilhar no museu histórico de Fortaleza, ao lado de tanta coisa preciosa que ali ostentava sob as vistas cuidadosas e patrióticas do ilustre dr. Eusébio de Sousa. (A RAZÃO, 23/06/1936, p. 6)

Esse interesse dos indivíduos pelos objetos antigos, mesmo os que não estão vinculados a nenhum episódio “especial”, induzia a uma nostalgia das origens perdidas e a um valor dado à autenticidade das coisas pretéritas, como argumenta Baudrillard (2002, p. 84): “Quanto mais velhos são os objetos, mais eles parecem nos aproximar de uma era anterior, da divindade, da natureza, dos conhecimentos primitivos etc.” Já a autenticidade está relacionada ao momento original da criação das coisas. Daí o entusiasmo de muitos doadores do MHC em oferecer o “primeiro” exemplar, fabricado ou usado, de um determinado objeto.

Na medida em que os objetos antigos conseguem sustentar uma elisão do tempo passado com o presente, eles se transformam em mitológicos: “É a ansiosa curiosidade por nossas origens que justapõe aos objetos funcionais, signos de nosso domínio atual, os objetos mitológicos, signos de um reinado anterior. Pois queremos a um só tempo pertencer a nós mesmos e pertencer a um outro qualquer”. (BAUDRILLARD, 2002, p. 91) Nessa perspectiva, pode-se dizer que o ato de doação desses objetos antigos estimulava a comparação dos procedimentos e realizações técnicas anteriores à década de 30, quando o

Museu é inaugurado, levando à constatação dos progressos e melhoramentos alçados pela sociedade de então.

Outros contribuintes do Museu Histórico do Ceará, entretanto, poderiam perceber os museus simplesmente como uma espécie de depositários daquilo que não interessava mais a ninguém, isto é, de inutilidades, associadas em muitos casos às coisas antigas. Pensando assim, por que não contribuir com o Museu organizado pelo estado, já que não se estaria cedendo nada de realmente valioso? Provavelmente dentro dessa lógica, os destroços de um antigo bacamarte boca de sino, um ferrolho que serviu em antiga construção rural e um estribo de ferro de estilo colonial foram doados. Observa-se, através de trechos de jornal, como essa idéia era presente na época de fundação do MHC:

Quadros, utensílios, documentos, livros, móveis, bandeiras, jóias, uma infinidade de inapreciáveis objectos de reminiscência histórica jazem por ahi como inutilidades, velharias sem importância, estragando-se pela traça, pela acção destruidora do tempo e pelo descuido da burocracia. (O NORDESTE, 13/01/1932, p. 10)

Então [com a criação do Museu Histórico do Ceará] não teremos mais o desprazer de ver as nossas relíquias históricas dispersas aqui e alli, esquecidas por toda parte, como coisa sem importância, velharias sem significação. (O NORDESTE, 22/02/1932, p. 5)

Os mais díspares artefatos ou fragmentos de artefatos, que antes eram guardados por razões afetivas como relíquia particular, muitas vezes sem uso de ordem prática, ou simplesmente como velharias inúteis, sem significação alguma para o possuidor, encostadas nos porões das casas ou das repartições privadas ou públicas, ao serem ofertados ao Museu Histórico e expostos ao público, ganhavam uma legitimidade representativa, transformando-se em “objetos históricos”. Afinal o MHC, por meio do Dr. Eusébio de Sousa, tinha o poder “mágico” de transmutar simples objetos velhos em documentos “autênticos” de um tempo que não existia mais.

### 3.3 – A memória entre o passado e o futuro

Algumas temáticas consagradas pela escrita da história, de âmbito nacional e local, do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX<sup>71</sup>, tornaram-se motivos para valorizar certas doações enviadas ao MHC.

A colonização do Brasil e do Ceará, em especial, foi um desses temas. Dois diferentes doadores tiveram a iniciativa de oferecer um fragmento do mundo natural, de valor mercadológico nulo para a época de doação (1932-1933), mas rico de uma simbologia relativa aos primórdios da nossa nacionalidade: um pedaço de pau-brasil. Um deles teria sido colhido no Ceará, “nos tempos primitivos, nas extintas matas de Cascavel”. Segundo o jornal que anunciava a oferta, aquela madeira de cor abrasada fora a responsável, por sua abundância na costa litorânea, na época do descobrimento português, pelo abandono do nome Santa Cruz, sugerindo que a nova designação ensejaria o início da nossa história, conduzido pelos lusitanos. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 03/09/1933, p. 6)

A chegada da primeira expedição portuguesa em solo cearense, organizada por Pero Coelho de Sousa em 1603, aparece como o momento fundador da colonização da capitania, cravado em medalhas comemorativas, cunhadas em 1903 pelo Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras e Centro Literário. A distribuição das peças fez parte das comemorações do tricentenário do acontecimento, procedidas nos salões da Assembléia Legislativa Estadual. (AMARAL, 2002a, p. 50) Dois exemplares foram remetidos ao Museu Histórico por contribuintes distintos, que participaram das festividades.

Os fortins construídos pelos lusitanos puderam ser rememorados por meio de alguns fragmentos que sobreviveram ao tempo, como canhões, e de outras peças especialmente produzidas para lembrar a existência das fortificações, como cópias das plantas que ensejaram a sua edificação, quadros pintados, lápides comemorativas, fotografias ou a reprodução de

---

<sup>71</sup> A afirmação está baseada na produção intelectual desenvolvida no âmbito dos Institutos Históricos criados em vários pontos do Brasil desde o século XIX, pois esses foram espaços privilegiados de construção sistemática do saber e da narrativa historiográfica brasileira, vinculada naquele momento prioritariamente aos acontecimentos e personalidades do tempo pretérito (Cf. AMARAL, 2002a; GUIMARÃES, 1988; SCHWARCZ, 1995)

canhões. Nesse último caso, há o exemplo da bateria Carlota Joaquina, construída originalmente em 1801 na Baía do Mucuripe (CE) e reproduzida em tamanho reduzido pelo engenheiro César da Rocha Carneiro, que ofereceu seus serviços ao MHC. (A RUA, 27/05/1934, p. 4)

Os palmos de pau-brasil, a medalha e as peças referentes aos fortins são objetos que notoriamente deveriam remeter os seus observadores à exaltação da vitória do projeto colonizador português no Brasil frente aos demais povos europeus e também aos grupos indígenas. A seleção das referidas peças estava atenta com as propostas museológicas que Eusébio de Sousa buscava implementar no MHC e que muito se assemelhavam com as de Gustavo Barroso no Museu Histórico Nacional, com um diferencial: enquanto Barroso conseguiu excluir a presença de índios e negros no acervo da sua Instituição<sup>72</sup>, Eusébio recebeu muitos artefatos elaborados pelos povos nativos, como arcos, flechas, cachimbos, machados, vasos e urnas funerárias, que foram remetidos por diferentes indivíduos. Alguns objetos pertenciam a tribos localizadas fora do Ceará, mas outros foram encontrados no território cearense a partir de escavações procedidas em diferentes localidades, às vezes para instalar cacimbas.

Embora houvesse uma desproporção para menos, na visibilidade oferecida às peças tribais nos jornais ou nos documentos oficiais, se comparadas aos demais objetos que se relacionavam com as ações dos setores dominantes que direta ou indiretamente mantinham vínculos com um ideal europeizante de nação para o Brasil, não se pode dizer que o Diretor do MHC as tenha desprezado por completo. Ele mesmo chegou a doar um machado indígena para a repartição e mandou publicar, no *Boletim n. 2 do Museu Histórico*, duas fotos de vasos de barro achados após a prospecção de terrenos no Crato e em Limoeiro do Norte (CE).

Além dos doadores “leigos”, existiam também intelectuais que enviaram peças que diziam respeito às comunidades nativas, como os

---

<sup>72</sup> “(...) não foi encontrado nada que pudesse representar negros, índios ou mestiços como membros integrantes da nação. O que de alguma forma poderia representar esses grupos tinha seu sentido atrelado às ações dos setores dominantes. A sala ‘Abolição e Exílio’, por exemplo, expunha alguns instrumentos de tortura de escravos que, embora comprados pelo próprio Barroso, estavam vinculados às representações das ações benéficas do Estado Monárquico, entendidas como uma missão no processo de extinção da escravidão”. (MAGALHÃES, 2004, p. 33)

membros da Sociedade Cearense de Geografia e História, entre os quais podemos citar José Waldo Ribeiro Ramos, Hugo Catunda, Joaquim Alves, Domingos Braga Barroso e Florival Soraine. Em companhia do jornalista Gastão Justa e do Dr. Paulo Sanford – um conhecedor da região da Serra do Corrente, no município de Sobral (CE) –, este grupo de estudiosos foi averiguar, em 1937, a descoberta de vasos de cerâmica indígena, envolvidos por tecido de palha de palmeira, contendo alguns ossos fossilizados, encontrados no referido local por um campônio, mais precisamente na Pedra da Canastra. Constatado e recolhido o achado, ele foi depositado como doação no Museu Histórico do Ceará. (O POVO, 18/01/1937, p. 2)

A moderna antropologia do início do século XX passou a considerar os artefatos indígenas dentro de um enquadramento relativista, que censurava a concepção universalista e evolucionista da cultura, dominante em meados do século XIX<sup>73</sup>, para propor um entendimento etnográfico centrado na idéia de “culturas”, no plural. Por este enfoque, como nos aponta Gonçalves, as peças eram estudadas:

(...) a partir de suas funções ou significados em totalidades sociais e culturais [singulares]. Importava, assim, pensá-los no contexto do cotidiano das diversas sociedades ou culturas estudadas, enquanto demarcadores simbólicos de identidades e processos socioculturais, ou ainda, como partes significativas de processos rituais ou de cosmologias. (GONÇALVES, 1999, p. 22)

Eusébio de Sousa e os demais ofertantes dos artigos tribais não pareciam considerar essas questões. Essa hipótese emergiu com a análise da produção escrita e da atuação de Eusébio na organização do MHC, como também da concepção de antropologia esboçada nas entrelinhas do comentário realizado acerca da descoberta na Pedra da Canastra:

O cemitério indígena recém explorado veio revelar a ciência contemporânea novos aspectos para o estudo do homem cearense, ante o perfeito estado de conservação dos crânios, o volume de maxilares inferiores, o estado de fossilização de alguns e a variedade

---

<sup>73</sup> Na época predominavam variadas teorias para explicar as diferenças culturais, muitas baseadas em conceitos como “meio” e “raça”. Apesar de distintas, tinham como denominador comum a aceitação do evolucionismo. Esse postulado previa que todas as sociedades surgiam a partir de um estágio “simples” ou “primitivo” – como viviam as comunidades indígenas – e evoluíam naturalmente para patamares mais “complexos” – como os países europeus – sendo necessário descobrir os nexos entre os diferentes povos e as leis que presidiam o progresso das civilizações. Esses estudos acabavam por hierarquizar as culturas. (ORTIZ, 1985)

dos tecidos de palha de palmeira encontrados nas urnas funerárias. Ante a importância das questões que falam de perto à antropologia brasileira suscitadas pelos restos indígenas encontrados, fazemos o seu registro, deixando aos estudiosos do assunto a sua apreciação. (O POVO, 18/01/1937, p. 2)

O comentário em questão privilegia menos as peças tribais que os fósseis humanos, mas esse é um dado relevante para pensarmos. Na avaliação de quem escreveu o texto, os estudos antropológicos ainda estariam voltados para esclarecer a origem e o desenvolvimento dos povos, tomando como principais “documentos” não os vestígios da produção das comunidades “primitivas”, mas principalmente os restos mortais dos seus membros. Essa visão sobre as atribuições da antropologia, seguramente partilhada pelos protagonistas do episódio de 1937, remonta às concepções do século anterior, quando a disciplina era entendida como um ramo das ciências naturais, desenvolvendo áreas (frenologia e a antropometria) que privilegiavam a análise dos comportamentos humanos sob um prisma biológico, e disputava espaço com a arqueologia e a paleontologia, consideradas “afins” na época. A etnologia, depois chamada de antropologia cultural, é que se ocupava dos estudos sobre as diferenças culturais, mas numa perspectiva comparativa, evolucionista e hierarquizadora. (SCHWARCZ, 1995)

Presume-se que os artefatos das comunidades nativas que chegavam ao MHC eram vistos pelos ofertantes (leigos ou intelectuais) como “arte primitiva” ou “curiosidades exóticas”, descontextualizadas dos seus locais de origem, representando um ancestral distante no espaço e no tempo, ou ainda como atestados de um estágio de “evolução inferior” e, portanto, distinto da nação brasileira, que conseguira galgar certos patamares de desenvolvimento graças às influências da civilização européia.

Outros objetos foram certamente mais valorizados por Eusébio de Sousa e por vários ofertantes para compor no Museu um retrato das glórias pretéritas do Ceará e, por extensão, do Brasil. Entre os quais estão os referentes à Guarda Nacional, organizada em 1831, em pleno Governo Regencial, sob o argumento de “defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império, manter a ordem e tranqüilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras de costas”. (SOUSA, 1950a, p. 81) Os fardamentos completos ou alguns itens que

compunham os uniformes da Guarda Nacional (como botões, chapéus, esporas de metal, espadas etc.) foram entregues ao MHC por parentes de ex-oficiais e também por homens de prestígio na sociedade cearense, como Jorge Moreira da Rocha e o Coronel Juvenal de Carvalho. O último, por sinal, viu suas ofertas registradas em matéria de jornal que alardeava o valor histórico e artístico de uma das peças:

O venerado cavalheiro (...) vem dotando o Museu do Estado de valiosos objetos, dentre os quais, anteriormente, a farda e o kepi de coronel da Guarda Nacional, de alto valor. Ante-ontem, s.s teve mais um gesto dignificante: ofertou ao Museu espada adquirida com a patente do último posto do oficialato daquela milícia honorária. A espada é um mimo de arte, com bainha metálica argento-dourada, trazendo na lâmina a inscrição “viva o Brasil” entre motivos de desenhos. Magnificamente conservada, representa, na sessão bélica do Museu, uma das suas mais distintas peças. (O NORDESTE, 16/04/1934, s. p.)

A Sedição de Pinto Madeira, deflagrada entre os anos de 1831 a 1832, na região sul do Ceará<sup>74</sup>, foi uma das temáticas da época da Regência evidenciadas através de algumas peças, lembrando as disputas que se desenrolaram em várias partes do país entre grupos monarquistas e outros de tendência liberal. O Diretor do MHC não apenas escreveu relatos sobre o episódio, como se empenhou pessoalmente para adquirir objetos que o rememorassem, demonstrando através dessa aquisição a vontade de enfatizar o vigor do governo cearense em instituir a ordem, mas também um certo compadecimento cristão com a morte de Pinto Madeira. Alguns clichês

---

<sup>74</sup> Pinto Madeira era um latifundiário da vila de Jardim, uma das localidades cearenses defensoras das idéias monarco-absolutistas no século XIX. Como “capitão de ordenanças” escoltou para a prisão, do Icó (Ce) para Fortaleza, os cearenses que participaram da Revolução Pernambucana de 1817, entre eles vários membros da família Alencar, oriunda do Crato. Em 1824, liderou as tropas imperiais contra os partícipes da Confederação do Equador no Ceará, entre os quais os Alencares. Por sua atuação, recebeu de Dom Pedro I o posto de “coronel” e “comandante geral das armas do Crato e Jardim”. Com a abdicação do Imperador (1831), a vila do Crato (reduto dos ideais liberais e republicanos) solicitou, junto ao Governo Regencial, a cassação da sua patente militar e a deliberação de sua prisão pela Câmara Municipal. Para resistir às pressões, Pinto Madeira liderou um movimento armado contra os cratenses e a favor da restauração de Dom Pedro ao Império Brasileiro, com o apoio do Padre Antônio Manuel de Sousa. O Governo da Província do Ceará, consoante com os interesses da Regência, combateu o levante, solicitando reforços do Rio de Janeiro. Os rebeldes renderam-se e Pinto Madeira foi preso, julgado e condenado à morte por fuzilamento (MONTENEGRO, 1976).

fotográficos sobre o evento<sup>75</sup> e um clavinote “boca de sino” suscitavam as cenas de batalha entre as vilas de Crato e Jardim. O livro de atas, com os originais do Ministério da Guerra, dava conta de vários episódios do movimento, como o envio de medicações e armamentos do Rio de Janeiro para as tropas legalistas situadas no Crato. A mesa em que a sentença de morte de Pinto Madeira foi assinada e a fotografia da casa onde o seu julgamento aconteceu pareciam ser os mais expressivos registros materiais do acontecimento, pois freqüentemente eram comentados (principalmente a mesa) em diferentes documentos escritos sobre o MHC. Recordavam, segundo o parecer de Eusébio de Sousa (1950, p. 261), “a vítima indefesa do presidente José Martiniano de Alencar”, antigo inimigo político de Madeira nos movimentos revoltosos de 1817 e 1824, que na época do júri teria usado a influência do seu cargo para conduzir os resultados, apesar das garantias de vida asseguradas aos sediciosos, no ato da sua rendição.

O desempenho do Ceará na defesa da pátria, consolidando o Estado brasileiro após a sua independência em 1822, era ressaltado com os objetos que evocavam a participação dos cearenses na Guerra do Paraguai: o retrato de Jovita Feitosa (a jovem que se travestiu de homem para lutar como soldado); a bandeira do Império (sob a qual inúmeros homens teriam se alistado voluntariamente para compor o exército); e as medalhas de mérito militar, que alguns receberam por seus atos de bravura e benemerência durante o conflito. Até os fragmentos de uma escova de metal dourado, que pertenceu a um ascendente veterano da Guerra, de nome desconhecido, figuraram entre as peças destinadas ao Museu Histórico, talvez para lembrar os inúmeros combatentes anônimos que arriscaram as suas vidas ao lado dos poucos que se tornam célebres. Diferentes ofertantes remeteram esses objetos, entre intelectuais, estudantes e familiares de ex-oficiais que participaram do acontecimento.

Os heróis cearenses daquela guerra obtiveram um espaço maior entre as ofertas. Tiburcio Ferreira de Sousa podia ser focado a partir de

---

<sup>75</sup> Essa informação provém de uma matéria do jornal O Nordeste intitulada “As comemorações de 4ª feira, pela passagem do centenário da morte de Pinto Madeira” (30/11/1934: 02). Como foi visto na nota nº 05 desse capítulo, o processo de reprodução fotográfica foi criado somente em 1841, deixando uma interrogação sobre a procedência desse material, que não se encontra

algumas peças do seu mobiliário, de um autógrafo e de um retrato seu que o MHC mandou confeccionar, além das fotografias da praça em Fortaleza que recebera o seu nome e a sua estátua. Antônio Sampaio era igualmente apresentado num retrato ofertado para a repartição e por meio das suas condecorações, adquiridas com todo o aparato oficial do Governo do Ceará. A apresentação dos heróis consagrados, contudo, não inibiu os familiares de outros ex-combatentes, como o Tenente Coronel José da Silva Guimarães, de enviarem os retratos de seus parentes e de associarem o nome de família ao patriótico gesto de servir à nação.

Os temas “escravidão e abolição” foram evidenciados entre as peças ofertadas. A figura de proa da Barca Laura foi remetida ao MHC e divulgada em matéria do jornal *O Povo* (1941) como um exemplo dos martírios da servidão negra. Remonta à memória do levante de escravos que matou os tripulantes da referida embarcação, na saída de São Luiz (MA) rumo ao Rio de Janeiro. Os rebelados foram presos e trazidos sob escolta para Fortaleza, sendo fuzilados na antiga Praça dos Mártires (atual Passeio Público) em 1839. Já o reclame de um negociante negreiro do Ceará, chamado Manoel José de Oliveira, é anunciado em edição do jornal *A Rua* (1933) como uma peça “curiosa” por seu “anacronismo”, dada a distância temporal do fato.

De acordo com os registros encontrados, esses dois objetos, cujos ofertantes não foram identificados, eram os únicos existentes no acervo do MHC, nos anos 30, que recordavam diretamente a presença de negros escravos no passado da sociedade local, mas não como seus elementos constituintes. Cada um, ao seu modo, servia como contraponto para enfatizar as ações “benevolentes” da elite cearense e o seu pioneirismo na abolição da escravatura negra, anos antes da Lei Áurea (1888), reforçando o epíteto de “Terra da Luz”<sup>76</sup>, quando colocados ao lado dos objetos referentes às entidades abolicionistas locais.

---

mais no acervo do Museu. Os ofertantes dessa e outras peças, com exceção da mesa e da foto da casa onde o julgamento de Pinto Madeira aconteceu, não foram localizados.

<sup>76</sup> A extinção da escravidão negra no Ceará aconteceu inicialmente no município de Acarape (atual Redenção), em 1º de janeiro de 1883. Fortaleza tomaria posteriormente a mesma resolução em 24 de maio do mesmo ano. Em 25 de março de 1884, o Ceará oficialmente teria abolido a escravatura. No entanto, existem registros da existência de escravos na província cearense em 1886. (NEVES, 1995, p. 13 e 15)

A Sociedade Perseverança e Porvir, a primeira desse gênero criada no Ceará, em 1879, foi apresentada num quadro dos seus sócios fundadores. A Sociedade Cearense Libertadora, agremiação fundada a partir da Perseverança e Porvir, também apareceria através de um outro quadro emoldurado que continha várias fotografias dos seus membros reunidos em conjunto, e de um “botão de punho da abolição”, assim chamado por conter a gravação da primeira página do jornal *O Libertador*, seu órgão de divulgação. José do Amaral, considerado um dos mais atuantes abolicionistas cearenses (GIRÃO, 1988, p. 88), teria encomendado em Paris vários exemplares da peça para comemorar a vitória redencionista de 1884. (O NORDESTE, 02/10/1934, p. 3) Já a Sociedade Libertadora Estudantal e a Sociedade Libertadora Icoense tiveram seu registro inscrito no Museu através das bandeiras que ornamentavam as suas sessões. Esses objetos foram encaminhados ao MHC por distintos doadores, alguns com parentesco provável com os antigos donos dessas “reliquias”. Foi o caso das senhoritas Adélia, Gércia e Alda Osório Sampaio, que enviaram a flâmula da Libertadora Icoense que havia pertencido ao farmacêutico e abolicionista de Icó, João Jacinto Sampaio.

Francisco José do Nascimento – o líder da greve dos trabalhadores do mar, no ano de 1881, que teria impedido a partir de então que os cativos fossem comercializados, por via marítima, de Fortaleza para outras províncias do Brasil, recebendo por isso o título de “Dragão do Mar” e muitas homenagens no Rio de Janeiro<sup>77</sup> – foi o único abolicionista retratado isoladamente no MHC<sup>78</sup>. Na falta de outras peças expressivas que pudessem evocar esse personagem, Eusébio de Sousa mandou produzir

---

<sup>77</sup> Raimundo Girão dá detalhes sobre essas homenagens, mas contesta a liderança de Francisco José do Nascimento, conhecido à época como o “Chico da Matilde”, na greve dos jangadeiros de 1881. O movimento teria se iniciado com os abolicionistas Pedro Artur de Vasconcelos e José do Amaral, contando com a colaboração do liberto José Luís Napoleão, chefe de capatazia do porto de Fortaleza, que na sua modéstia indicou Francisco José do Nascimento como o líder oficial dos trabalhadores do mar. (GIRÃO, 1988, p. 105-109)

<sup>78</sup> Eusébio de Sousa abre um capítulo especial em *Tibúrcio: o grande soldado e pensador* para discorrer sobre a atuação abolicionista do General. (SOUSA, 1937b, p. 146-154) Raimundo Girão comenta brevemente essa outra faceta do “herói” cearense da Guerra do Paraguai. (GIRÃO, 1988, p. 135) Foram destinadas ao Museu Histórico do Ceará algumas peças que teriam sido de sua propriedade, bem como Eusébio teria encomendado um quadro para retratá-lo. Entretanto, percebe-se que o discurso vinculado ao personagem no Museu, através dos *Boletins* da repartição e dos jornais locais, só enfatiza a sua ação militar.

uma pintura a óleo desse "homem de cor, que exercia as funções de Prático da Barra e encarregado do serviço de lanchas do comendador Luís Ribeiro da Cunha". (GIRÃO, 1988, p. 108) Afinal, segundo os registros localizados, existia no acervo somente um autógrafo do Dragão do Mar, doado em 1938 pelo filho de João Cordeiro (outro cearense de destaque na causa abolicionista), acompanhado de uma breve carta entregue às vésperas do cinqüentenário de assinatura da Lei Áurea:

Com imensa satisfação devolvo ao Ceará, confiando à guarda de seu Museu, o autógrafo do intrépido "Dragão do Mar" – Francisco José do Nascimento. À comemoração do 50º aniversário de 13 de maio, que não representa para o Ceará senão a legalização de um Estado "de fato", graças à intrepidez dos abolicionistas da Terra da Luz, associo-me com todo entusiasmo. São Paulo, 15 de abril de 1938 – Juarez B. Cordeiro. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07/05/1938, p. 3)

A confecção dessa tela pressupõe algumas questões simbólicas que precisam ser explicitadas. Ressalte-se inicialmente o empenho de Eusébio, apesar das limitações financeiras, em fabricar peças para o acervo em formação, a fim de completar o que para ele seriam "lacunas" nas salas de exposição, como a ausência de objetos relativos aos grandes vultos consagrados pela historiografia, que deveriam constar obrigatoriamente do Museu, a exemplo do Dragão do Mar. Aliás, visualizar no espaço museal o que já estava consolidado na escrita parecia ser a expectativa de outros indivíduos, como Juarez Cordeiro. Depois, a preocupação do intelectual com o uso de suportes imagéticos, dentre os quais a pintura, que seria capaz de sintetizar e transmitir com precisão a sua noção de História, "Magistra Vitae", cujo objetivo maior seria o de formar patriotas.

O ápice da exaltação ao abolicionismo no Ceará foi formalizado, porém, com o quadro "Fortaleza Liberta", do artista plástico cearense José Irineu de Sousa, encaminhado ao Museu Histórico do Ceará por Raimundo Girão, quando o mesmo ocupava a Prefeitura de Fortaleza em 1932. Com 265cm de altura por 265cm de largura, a tela registrava o momento em que a abolição da escravatura negra foi oficialmente regulamentada no dia 24 de maio de 1883 na capital cearense, em solenidade especial ocorrida no salão principal da antiga Assembléia Provincial (prédio que atualmente abriga o

Museu do Ceará). A obra mereceu um longo estudo de Eusébio de Sousa, denominado “Um quadro histórico”, cuja finalidade era não a de descrever o objeto, mas o de construir o seu sentido de relíquia histórica.

Observe o brasão do império como detalhe da moldura, que posteriormente foi trocada por outra.



Fonte: SOUSA, 1935b

Segundo Eusébio de Sousa, o quadro foi realizado durante os seis meses posteriores ao evento, com inauguração pública no Paço Municipal de Fortaleza, em 8 de dezembro de 1883, onde ficou alojado até ser deslocado para o Museu Histórico em 1932<sup>79</sup>. Embora ele tenha sido financiado pelo Governo Provincial do Ceará, na administração do Dr. Satyro de Oliveira Dias, Eusébio defende a idéia de que o artista não fora contratado para a feitura do mesmo, mas idealizou-o por vontade própria. Sua hipótese se apoiava em alguns ofícios do governo em que o pagamento, estimado em 5:000\$000 (cinco contos de réis), foi anunciado após a sua exposição, em 15/12/1883, e efetivado somente a partir de 14/02/1884, sendo dividido em doze prestações iguais, pagas mensalmente. Este detalhe, aparentemente pitoresco, vai se somando a outros para solidificar, na narrativa de Eusébio de Sousa, a autenticidade da obra e o patriotismo do artista. Além de sublinhar o altruísmo

<sup>79</sup> Na década de 1970, a tela teria sido instalada no Palácio da Abolição, ornamentando o salão de recepção do Governo. (GIRÃO, 1988, p. 163) Atualmente encontra-se no Museu do Ceará.

de José Irineu ao dedicar meses de trabalho sem remuneração certa, atendendo em seu ateliê “as individualidades mais em evidencia no grande prélio abolicionista que então se debatia” (SOUSA, 1935b, p. 21), para lhes garantir a semelhança fisionômica no quadro, o intelectual ressalta o fato de o pintor ser “essencialmente cearense” (traçando sua biografia e comprovando a sua naturalidade com a transcrição da respectiva certidão de casamento civil) e ter sido testemunha ocular do ato redentorista, o que permitiria, na sua visão, documentá-lo “tal como aconteceu”.

Para reforçar o seu discurso acerca da precisão artística e histórica do quadro, Eusébio realizou várias citações literais de uma série de quatro artigos do jornal *O Libertador*, publicada por ocasião do lançamento de “Fortaleza Liberta”, em que são apontadas as fisionomias destacadas em meio ao aglomerado humano retratado. Da multidão, que aparece comprimida no salão da Assembléia Provincial, sob a vigilância de Dom Pedro II, presente num grande quadro próximo à mesa coordenadora da solenidade, vislumbram-se os alunos do Ateneu Cearense e a bandeira da Libertadora Estudantal. Muitas das personalidades mais cuidadosamente desenhadas eram, salvo raras exceções como o “Dragão do Mar”, membros das elites cearenses. Algumas participavam ativamente das sociedades abolicionistas do Ceará, outras não.

Com base nas transcrições e comentários de Eusébio de Sousa sobre os referidos artigos do jornal *O Libertador*, o historiador Raimundo Girão identificou posteriormente (utilizando também outras fontes de pesquisa não especificadas) noventa e um rostos, apresentando uma breve biografia sobre cada um. (GIRÃO, 1988, p. 164-170) Entre os nomes mais conhecidos figuram, além do Dragão do Mar, os de Nogueira Accioly, João Cordeiro, Confúcio Pamplona, João Brígido, Antônio Felino Barroso (pai de Gustavo Barroso), Maria Tomásia, Elvira Pinho, Adolpho Herbster, José do Amaral, Monsenhor Bruno, Barão de Studart, General Tibúrcio, Antônio Bezerra de Menezes e Justiniano de Serpa. Comparando essa relação de nomes com os trechos do jornal *O Libertador*, citados por Eusébio, nota-se que Girão cometeu algumas omissões, como a ausência de Dias da Rocha. Num aspecto, todavia, os dois autores concordam, mesmo escrevendo em épocas distintas: para ambos, o fato histórico chega aos olhos do apreciador do quadro como se a ele tivesse assistido.

Embora a tela “Fortaleza Liberta” não tenha sido confeccionada especialmente para o Museu Histórico do Ceará, foi a repartição que enfatizou a sua condição de documento histórico, através de alguns dos seus diretores, como Eusébio de Sousa e Raimundo Girão, que a percebiam no sentido cientificista de prova: a precoce abolição da escravidão aconteceu em Fortaleza e as suas nuances foram capturadas pelo pincel de José Irineu<sup>80</sup>.

As temáticas referentes às primeiras décadas do período republicano pouco se destacaram no conjunto de ofertas remetidas ao MHC, com exceção da Sedição de Juazeiro, desenrolada em fins de 1913 e o início de 1914, na região do Cariri (CE)<sup>81</sup>. O canhão usado pelos rabelistas e tomado pelos homens de Floro Bartolomeu parecia ser o objeto que mais falava sobre o confronto. Além do próprio artefato bélico, doado pela Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, uma bala da sua artilharia e algumas fotografias da peça, remetidas por diferentes pessoas, foram encaminhadas ao MHC. A procedência do objeto, comentada pelo jornal *Gazeta de Notícias*, revelava indícios da idéia que muitos faziam sobre as tropas carirenses:

Estará em exposição o célebre canhão (...) decantado em “prosa e verso”, e cuja existência era posta em dúvida por muita gente boa, não passando até agora de lenda a sua história. Esse canhão, como

---

<sup>80</sup> Do mesmo modo que a famosa tela de Pedro Américo, vulgarizada como “O Grito do Ipiranga”, foi concebida para demarcar uma imagem fundante da nação, calcada na glorificação de Dom Pedro de Alcântara, servindo hoje como documento não para o entendimento da Independência do Brasil em 1822, mas da memória que dela se construiu em fins do século XIX. (BEZERRA DE MENESES, 1992, p. 25), a obra “Fortaleza Liberta” certamente não foi capaz de captar e congelar nem a solenidade oficial de abolição da escravatura e nem o andamento do movimento abolicionista na capital cearense, em toda a sua dinâmica, marcada pelas contradições de interesses e visões de mundo, por se tratar de uma experiência humana, sujeita a múltiplos significados. Contudo, é realmente uma documentação preciosa para analisarmos as tentativas de construção de uma memória hegemônica acerca da abolição da escravatura negra no Ceará, que contribuiria para a consagração do seu título posterior de “Terra da Luz”.

<sup>81</sup> Foi um confronto armado que resultou na deposição do Presidente do Estado do Ceará, Franco Rabelo, em 1914. O conflito se desenvolveu entre as tropas de Rabelo, oriundas, sobretudo, de Fortaleza, e as tropas amotinadas em Juazeiro do Norte, lideradas por Floro Bartolomeu, com o apoio do Padre Cícero. De acordo com Ramos (2000, p. 362), “para a história política do Ceará, a ‘Sedição de Juazeiro’ é mais um conflito entre as classes dominantes, mais uma luta pelo poder, constituída por interesses particulares e de grupos políticos ou econômicos. Para os que lutaram em defesa de Juazeiro, a ‘Guerra de 14’ assumia vários significados. A multidão dos combatentes era composta por uma massa muito heterogênea. Muitos acreditavam que se tratava de uma guerra em nome de Deus (...) Além disso, entre devotos ou não, muitos combatentes eram cangaceiros ou ‘capangas’ dos coronéis do Cariri. Para esses, o conflito significa mais uma luta entre os potentados, na qual deveriam exercer suas profissões, manifestando habilidades para atirar no inimigo e defender-se do pipocar de balas”.

é sabido, fabricado ao seu tempo numa oficina mecânica da capital, indo para o teatro da luta, caiu em poder dos fanáticos do Padre Cícero Romão Batista, tendo sido, há pouco mais de anos, apreendido com a vitória da revolução outubrina. Recolhido ao quartel do 23º BC, recentemente foi mandado para o Museu Histórico, após prévio entendimento com as autoridades superiores. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02/04/1933)

O estigma de “fanáticos” prevalecia sobre os indivíduos que lutaram contra as forças de Rabelo. O fato de vencerem os combates, apesar da superioridade bélica dos adversários representada pelo canhão, parecia também incomodar muitos dos que narraram os eventos da Sedição, como Eusébio de Sousa (1950, p. 309), mas se fazia incontestável diante dessa presença material. Novamente estamos diante de indícios que apontavam os artefatos, no espaço museal, como uma comprovação da existência dos fatos estabelecidos pela tradição escrita.

Os demais objetos referentes à Sedição de Juazeiro tratavam de outros meandros do conflito. Algumas fotografias estabeleciam os papéis ocupados por Floro Bartolomeu e Padre Cícero durante as operações de guerra: enquanto o chefe político aparecia entre os “cabras” armados e entrincheirados (O NORDESTE, 01/06/1944, p. 6), o religioso se ocupava em distribuir suas bênçãos nas vésperas de tudo acontecer. (CEARÁ, 1933-1943, 13/11/1933) Certos retratos lembravam aqueles que sucumbiram ao confronto, como o Capitão J. da Penha, militar rabelista morto na localidade de Miguel Calmon (SOUSA, 1950, p. 309), ou o Coronel Franco Rabelo, obrigado a renunciar ao seu cargo de Presidente estadual. Seus momentos de glória estavam sugeridos noutros dois instantâneos enviados ao Museu Histórico, datados de 1912, que registravam o movimento armado que depôs Nogueira Accioly do governo do Ceará, permitindo a sua ascensão ao poder.

Outras temáticas do tempo pretérito emergiam a partir da descrição dos objetos destinados ao Museu Histórico do Ceará, mas apenas os mais recorrentes foram aqui comentados. Essas doações já permitem uma avaliação das percepções de Eusébio de Sousa e de alguns dos seus contribuintes sobre as funções desse novo espaço que se constituía em Fortaleza. Muitos objetos endereçados ao MHC eram vistos como relíquias: além de “comprovarem” a existência de um determinado passado por estarem velhos (LOWENTHAL, 1998, p. 164), eram investidos de uma aura “sagrada”, como se pudessem

encerrar a alma dos mortos (BAUDRILLARD, 2002, p. 88) ou aproximar a única aparição de uma realidade pretérita, por mais recente que ela pudesse ser. (POMIAN, 1984) Cabia ao MHC o papel de guardião dessas relíquias, através das quais as tradições gloriosas do passado cearense deveriam ser revividas e integradas ao passado nacional, como uma continuação das tradições européias. A população pobre composta por Índios, negros e mestiços não era a principal construtora desse passado idealizado, reservado aos brancos que ocupavam os mais altos degraus na hierarquia social. Vez por outra esses “passageiros de segunda classe” eram lembrados, mas geralmente para reafirmar a superioridade dos setores dominantes da sociedade. Além disso, a visão dos objetos no Museu parecia assegurar a realidade efetiva dos fatos históricos que eram disseminados por meio da escrita historiográfica. Visão e escrita pareciam complementar-se na tarefa de tornar o passado uma certeza, uma dimensão conhecida no momento presente, passível de ser experimentada sensorialmente, dentro dos termos de uma tradição antiquária. (GUIMARÃES, 2002)

Entretanto, nem só de passado era constituído o acervo do Museu Histórico do Ceará. Embora a maioria das ofertas que o compunham fosse de origem antiga, entre elas se encontravam peças contemporâneas à fundação e a organização da repartição, como os objetos recolhidos durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, ocorrida no ano de 1932. Vejamos suas descrições, transcritas consoante foram encontradas na documentação pesquisada:

- Dois cantis. Um foi apreendido pelo ofertante na cidade de Itu, quando o mesmo foi sargento do primeiro batalhão provisório do Ceará nas operações de guerra. Outro teria sido usado pelos voluntários paulistas e também adquirido na campanha, por outro doador;
- Três capacetes de aço de ex-combatentes das forças paulistas, ofertados por três diferentes pessoas;
- Uma carteira de cigarros “09 de julho” usada pelos revolucionários paulistanos;
- Cartuchos de guerra deflagrados na revolução de 1932;

- Um curativo de emergência, acondicionado em caixa de metal, usado por um revoltoso paulista;
- Dois distintivos de metal, distribuídos pelos reacionários paulistas;
- Um emblema usado pelas mulheres de São Paulo, durante o movimento sedicioso paulista;
- Um emblema feito de aço, em formato miniatura de capacete, usado pelos reacionários paulistas;
- Um exemplar de metal do novo escudo do estado de São Paulo, distribuído por ocasião da rebelião paulista de 1932;
- Estilhaços de bombas e granadas usadas pelas forças constitucionalistas;
- Duas granadas de mão adquiridas por dois ofertantes distintos, por ocasião da revolta de 1932 em São Paulo;
- Um lança-granada apreendido pelo primeiro batalhão no combate na Fazenda Santa Helena, durante o movimento sedicioso paulista;
- Uma medalha comemorativa da Revolução de São Paulo (1932);
- Uma medalha de bronze distribuída em São Paulo, durante a revolução de 1932.

Os diversos setores da classe dominante paulista, em 1932, exigiam a constitucionalização do Brasil como forma de retornar ao centro das decisões do poder, do qual foram alijados após a ascensão do governo de Getúlio Vargas em 1930. Ao deflagrarem a Revolução Constitucionalista, todavia, não contaram que os Interventores do Norte do país – entre eles Carneiro de Mendonça, do Ceará – apoiassem Vargas ostensivamente, para impedir que a hegemonia política do Sul prevalecesse, como ocorreu durante vários anos da chamada República Velha (1889-1930). Segundo Simone de Souza, a Revolução Constitucionalista ganhou espaço diário na imprensa do Ceará, informando a opinião pública dos perigos que representava para o estado a vitória dos revoltosos. Carneiro de Mendonça mandou organizar um batalhão provisório de soldados cearenses, que se deslocou para São Paulo no intuito de colaborar militarmente com as forças federais. (SOUZA, 1994, p. 329-332)

De acordo com Kênia Rios, houve uma intensa campanha de alistamento por todo o sertão, arregimentando soldados para combater os

constitucionalistas do estado bandeirante. O Theatro José de Alencar, situado em Fortaleza, serviu de palco para programações culturais em prol da campanha articulada por Carneiro de Mendonça e também como alojamento para os voluntários que chegavam de todo o Ceará e depois partiriam rumo ao fronte. Muitos cearenses, compreendendo vagamente as finalidades de toda essa movimentação, aceitavam partir para o combate como forma de escapar da seca que assolava o Nordeste naquele ano. Era a oportunidade de viajar e, principalmente, fugir da fome. Outros, bradando a defesa da pátria, entendiam aquela ocasião como uma oportunidade única de sair do anonimato e ter seu nome completo nas páginas jornalísticas de todo o país. (RIOS, 2003)

Um segundo batalhão chegou a ser organizado na capital, mas não partiu. Antes da sua saída, o final do conflito foi anunciado, juntamente com a vitória das forças varguistas, das quais os cearenses faziam parte. No entanto, os combatentes do 1º Batalhão que participaram das batalhas e regressavam para a sua terra natal trouxeram na bagagem “souvenires” da guerra, alguns dos quais logo enviados para o recém-inaugurado Museu Histórico do Ceará.

Arrancados no calor da luta com os “inimigos”, recolhidos entre os destroços do campo de batalha ou obtidos como produtos do saque<sup>82</sup> – não importava a procedência – o que interessava certamente era atestar, através desses objetos “made in São Paulo”, a vivência do conflito em terras distantes e a submissão do “outro”. Essas peças conquistadas acabaram ganhando o contorno de “troféus”, evocando a adesão e a vitória do Ceará no combate aos revoltosos paulistas, como o insólito curativo de emergência enviado para o Museu Histórico – vestígio corporal do opositor, “preso” e deslocado para longe do seu território, numa caixa de metal.

Doar esses objetos ao Museu do estado, com exposições abertas ao público, daria maior visibilidade a esses “testemunhos verídicos” da valentia e da solidariedade dos cearenses ao chefe da nação, preservando-os para a posteridade, de modo a impedir o esquecimento. Não à toa, alguns desses artigos foram encaminhados pelo próprio Carneiro de Mendonça e eram

---

<sup>82</sup> Esses eram critérios observados por Gustavo Barroso para definir os “troféus de guerra”, que para ele eram de suma importância no estabelecimento de um museu de história, preocupado em rememorar as glórias da nação, obrigatoriamente calcadas na exaltação dos feitos militares ou militarizados. No entanto, Barroso priorizou coletar “troféus de guerra” relativos ao passado,

descritos como coisas do “movimento sedicioso” ou dos “reacionários” paulistas.

Outras doações encaminhadas para a administração de Eusébio de Sousa também não estavam antenadas com o culto das tradições passadas. Ao contrário, elas correspondiam aos anseios do poder constituído em ostentar, no espaço museal, alguns feitos do tempo presente, considerados representativos dos progressos técnicos alcançados pela sociedade cearense. Como exemplos dessas ofertas, podemos citar: o projeto de reconstrução do Porto de Fortaleza, que por determinação oficial foi exposto no MHC, com divulgação anunciada em jornais (GAZETA DE NOTÍCIAS, 07/04/1934, p. 4) e no *Diário Oficial* (CEARÁ, 1933-1943, 09/04/1934, p. 4); uma caneta chapeada a ouro, com a qual o Interventor Carneiro de Mendonça assinou, no Ministério da Aviação, o contrato das obras do Porto; a fita simbólica cortada na inauguração do prédio dos Correios e Telégrafos, na Praça Capistrano de Abreu, em Fortaleza, no dia 14/02/1934; dois quadros com as fotografias do grande reservatório do Cedro (Quixadá-CE), retiradas em 1934 pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas; e a fita simbólica cortada em 16/09/1933, no município de Jaguaribe Mirim (CE), por Getúlio Vargas, ao inaugurar o açude Feiticeiro com o nome de Juarez Távora.

As duas últimas doações são vinculadas a dois lugares de represamento de água situados no interior do Ceará. Para um estado acostumado à escassez dos recursos hídricos, propalada pelos seus governantes como causa exclusiva das intempéries da natureza, é significativo o fato de terem essas ofertas sido remetidas pelo Interventor Federal Carneiro de Mendonça e pelo Inspetor Federal de Obras Contra as Secas, respectivamente. No Museu, esses objetos funcionariam como “provas”, para os coevos e pósteros, do empenho das grandes autoridades públicas, inclusive do Presidente Vargas, em trabalhar conjuntamente, usando todo o aparato técnico disponível, para evitar “a destruição das lavouras, a morte do gado, a ruína dos pequenos proprietários, o êxodo rural por falta de perspectivas de vida, a hipertrofia demográfica da capital e sua região metropolitana”, garantindo a prosperidade do Ceará. São doações que legitimam as ações

---

enquanto o Museu Histórico do Ceará acabou recebendo dos seus apoiadores “troféus” do tempo presente. (DUMANS, 1997a; BITTENCOURT, 1997; CASTRO, 1997)

governamentais frente à seca, escamoteando um “intricado universo de relações paternalistas e neopatrimoniais conhecido por indústria da seca”, ainda em vigência hoje. (SILVA FILHO, 2001b, p. 4)

Vale lembrar que a fita de inauguração do açude, cortada por Getúlio Vargas, remete-nos à homenagem realizada por Carneiro de Mendonça ao cearense Juarez Távora, considerado um dos articuladores da chamada “Revolução” de 1930 no Norte do país. (SOUZA, 1994) A homenagem ajudava no estabelecimento de uma memória oficial que exaltava as figuras associadas aos fatos então recentes da vida política do Brasil, que culminaram com a ascensão de Vargas ao poder central, instituindo as Interventorias nos estados. Permitia, assim, o conagraçamento de três personalidades vivas que se beneficiaram diretamente desses acontecimentos políticos.

Vejamos agora o caso das peças referentes à reforma do porto de Fortaleza e à construção do edifício dos Correios e Telégrafos. Segundo Kênia Rios, a solicitação desses serviços constava na pauta diária dos jornais de Fortaleza no início da década de 1930, como uma reivindicação da sociedade local. O novo porto significaria um incremento no câmbio de mercadorias entre o Ceará, os demais estados brasileiros e o estrangeiro, além de facilitar o fluxo do turismo. A construção do “elegante e majestoso edifício para os Correios e Telégrafos” viria a substituir o “imundo” Mercado de Frutas da Praça Capistrano de Abreu, que tanto denegria a imagem dos fortalezenses perante os seus visitantes. A autora argumenta que esses e outros pedidos de obras para a capital eram abundantes e raramente ficavam frustrados nesse período, apesar das estiagens. Os governantes do período souberam habilmente capitalizar os recursos federais enviados para combater a seca de 1932, além da farta mão-de-obra praticamente “gratuita” dos flagelados vindos do interior do estado, nas edificações e nas reformas urbanas. (RIOS, 2001, p. 19-28)

Os objetos referentes ao porto (como o projeto de reforma e a caneta que promoveu a assinatura do contrato das obras) foram doados pelo Secretário do Interior e da Justiça no exercício da Interventoria Federal e por Carneiro de Mendonça, enquanto a fita simbólica do prédio dos Correios e Telégrafos foi ofertada pelo Diretor do referido órgão. Novamente está impresso, nessas peças, o interesse do poder público, capitaneado

principalmente pelo Interventor Federal no Ceará, em demonstrar os seus esforços para atender às exigências do “povo”.

Carneiro de Mendonça não era cearense. Fora escolhido pela Presidência da República após os conflitos entre os tenentes que fizeram a “Revolução de 30” e os primeiros Interventores civis nomeados para governar vários estados do Brasil. Dentro das propostas tenentistas, o Interventor deveria governar sem interferências das forças estaduais. Por isso, ele deveria ser, como Carneiro de Mendonça, militar e estrangeiro. (SOUZA, 1994, p. 326-328) Procurando controlar as possíveis resistências ao seu governo, tratou de constituir sobre a sua pessoa um retrato de homem empreendedor, bem relacionado com outras esferas governamentais, em sintonia com os anseios de modernidade da sociedade local e capaz de encarar as adversidades climáticas. Os objetos aqui enfocados, juntamente com os “troféus” de guerra conquistados durante a Revolução Constitucionalista (um capacete de aço, um lança-granada e um emblema usados pelas mulheres paulistas) e enviados por ele ao Museu, reforçam essa intenção. Concomitantemente, o Interventor também buscava afirmar a sua preocupação com a preservação das tradições do passado da nação e do Ceará, ao incentivar a criação de uma “casa de memória”, remetendo objetos como as condecorações de um herói de guerra (General Sampaio), uma urna de prata usada nas eleições imperiais da província cearense, duas medalhas comemorativas do centenário do Distrito Federal, duas medalhas distribuídas aos participantes da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922 e cédulas brasileiras.

O Museu Histórico do Ceará era imaginado por alguns dos seus colaboradores, entre os quais certas autoridades públicas como Carneiro de Mendonça, exercendo uma função metonímica: deveria juntar, guardar e cultuar os resquícios de um passado iluminado, mas também selecionar no presente os pedaços “dignos” de sobreviverem à decomposição ocasionada pelo tempo e pela memória. Os objetos selecionados para compor o seu acervo seriam atestados concretos de uma realidade que se queria apresentar sem contestações como verdadeira e legítima, numa tentativa de podar, voluntária ou involuntariamente, a pluralidade de experiências e concepções de mundo que trouxessem à tona as disparidades sociais e os conflitos. Nesse intuito de eternizar alguns feitos ou figuras em detrimento de outros, o museu

era entendido como um lugar de exibição por excelência, com platéia assegurada. Existia por certo uma crença na sua imortalidade, como se a repartição estivesse a salvo dos contratempos políticos ou da renovação dos intelectuais.

Na concepção de homens como Eusébio de Sousa e Carneiro de Mendonça, o Museu era o lugar onde se buscava ligar, simultaneamente, o presente ao passado e ao futuro, numa perspectiva preconizada desde o século XIX, quando o saber histórico se institucionaliza como ciência. Foi a partir desse momento, como argumenta Guimarães, que nas análises daqueles que passaram a se debruçar sobre a História, todos começamos a ser considerados como:

(...) o resultado das ações de homens que não conhecemos e que viveram muito antes de nós, mas que, não obstante, “causaram” este presente em que vivemos. Nossos destinos parecem inexoravelmente marcados pelo passado assim como o das gerações futuras o serão pelo nosso presente, tornado, então, ele mesmo passado. (GUIMARÃES, 2003b, p. 15-16)

Os personagens e acontecimentos patrióticos do passado cearense, recordados por meio dos objetos ofertados, estavam relacionados com a construção do território brasileiro e a defesa de sua independência, através das guerras externas e lutas civis, e com a formulação de uma identidade nacional. As doações do tempo presente pareciam indicar uma continuidade dessa herança deixada pelo pretérito, mas com outros direcionamentos: se, por um lado, os cearenses da década de 1930 ainda se preocupavam em melhor definir a identidade da nação, através da criação de espaços culturais como o Museu, por outro tinham a obrigação, igualmente patriótica, de manter a soberania do país e garantir o seu futuro através dos progressos técnicos, que permitiriam ao Brasil figurar ao lado das grandes nações “civilizadas”.

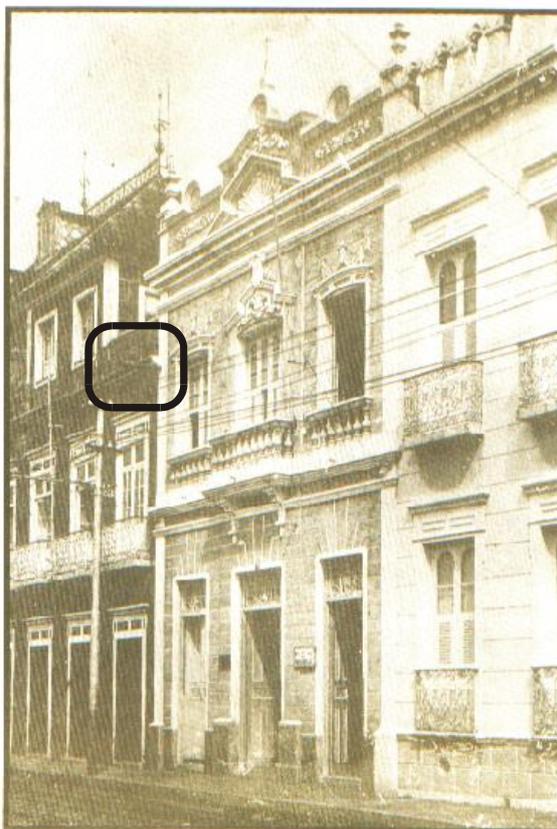
### **3.4 – Memórias de Fortaleza**

O Barão de Studart doou em 1932, para o MHC, duas cédulas e 199 moedas, originárias de diversos períodos e nacionalidades, indicando uma

faceta que os seus biógrafos não exploraram: era um numismata, ainda que não tenha se filiado à Sociedade Numismática Cearense<sup>83</sup>.

No mesmo ano, fez também uma inusitada oferta, que de modo algum se referia à historiografia oficial: dois jacarés de bronze, retirados da sua residência na Rua Barão do Rio Branco n. 82, no centro de Fortaleza. As peças eram, na verdade, canaletes no formato dos referidos répteis, conectados às calhas das platibandas para escoar a água das chuvas que caíam no telhado.

A residência do Barão de Studart é a primeira da esquerda para a direita. Observe-se, em destaque, um dos jacarés de bronze.



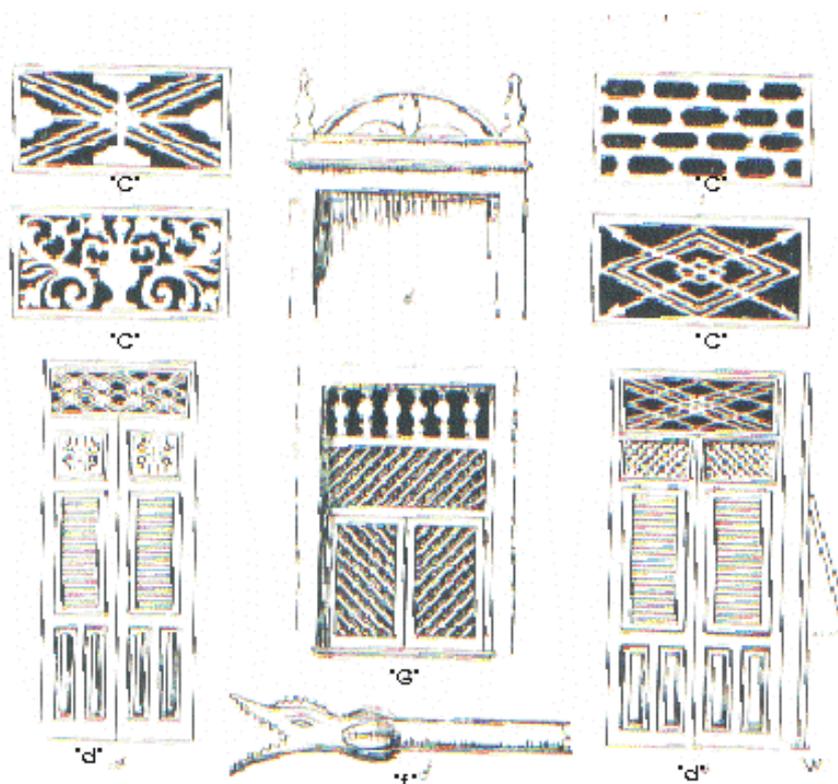
Fonte: LOPES, 1999, p. 96

Observando fotos de antigas construções da capital cearense, provenientes da virada do século XIX para o XX (LOPES, 1999 e 2000), percebe-se que esses utensílios eram muito comuns. José Wash Rodrigues,

---

<sup>83</sup> Em “Numismática brasileira”, Eusébio faz referências às pesquisas do Barão de Studart sobre o assunto. (SOUSA, 1916, p. 426) Em *Numismática cearense*, ele menciona a coleção

ao realizar suas incursões por muitas cidades do país, nas primeiras décadas do século passado, desenhando variados aspectos da arquitetura civil brasileira (casas, plantas, portas, janelas, azulejos, grades, rótulas etc.) e reunindo os seus trabalhos em livro, afirmava que as “anteportas [letras “d” e “g”], as bandeiras [letra “c”], e as gárgulas [letra “f”] formam um conjunto peculiar e característico da cidade de Fortaleza” (RODRIGUES, 1979, p. 310), ilustrando-as, como podemos observar a seguir.



Fonte: RODRIGUES, 1979, p. 31

Segundo Corona e Lemos (1972, p. 238), as gárgulas eram ornamentos que geralmente representavam animais ou suas carrancas. Foram muito utilizados em fontes ou nas fachadas de antigas edificações do Brasil. Através delas se fazia o escoamento das águas. O que Rodrigues aponta como um traço típico da arquitetura fortalezense não é, portanto, a presença das gárgulas, e sim o seu formato.

No romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, encontra-se uma passagem na qual essas figuras aparecem incorporadas à paisagem de

---

completa do Barão, de cédulas emitidas no Ceará em virtude da lei de 03/10/1833. (SOUSA, 1933a, p. 14 e 35)

Fortaleza no início do século XX e ao aguardado espetáculo promovido pelas chuvas, numa terra acostumada às secas:

Enfim caiu a primeira chuva de Dezembro (...) Conceição, comovida, pálida, de lábios apertados, a testa encostada ao vidro da janela, acompanhava a queda da água no calçamento empoeirado, o lento gotejar das biqueiras e de um jacaré da casa de frente, que deixava escorrer pequenos riachos por entre os dentes de zinco. Na solenidade do momento ninguém se movia nem falava. Só a Maria, a preta velha da cozinha, irrompeu pelo corredor, acorrou-se a um canto e engulhando lágrimas e mastigando rezas, resmungava: - O inverno! Senhor São José, o inverno! Benza-o Deus! (QUEIROZ, 2002, p. 132)

Fossem eles de bronze, cobre ou de zinco (materiais comumente usados para sua confecção), os jacarés não eram exclusividade apenas dos fortalezenses, como supunha Rodrigues. Passeando por Fortaleza ou pelo interior do Ceará, ainda hoje encontramos alguns sobreviventes. Em 1933, o jornal *Correio da Semana*, publicado em Sobral, deu espaço para um dos seus cidadãos reivindicar a manutenção desses equipamentos, que a Prefeitura Municipal insistia em retirar, aplicando multas para os que se negassem a cooperar com a nova determinação:

Ora, esse serviço de abrir, parede abaixo, canos para o escôto das águas pode trazer vários inconvenientes, e atropelos, inclusive o de obrigar o proprietário a rasgar novamente as calçadas (...) e isto vae acarretar novas e não pequenas despesas. Si não for assim, sobre as calçadas correrão verdadeiros riachos. Seria muito mais razoável prohibi-los nas novas construções ou nas futuras remodelações das fachadas, como se costuma fazer em toda parte. Não havemos de querer, por um requinte de vaidade, que não entende nem com a hygiene, nem com a segurança, nem com a esthetica da cidade, que Sobral seja mais progressista neste particular, que muitíssimas cidades do paiz, onde há mais indústria e mais progresso. Tudo tem o seu tempo. E este será para a queda dos jacarés, quando se fizerem novas casas ou novas fachadas. Assim, pelo menos nos parece. (CORREIO DA SEMANA, 21/10/1933, p. 4)

Jacaré do sobrado da família do escritor cearense Adolfo Caminha, situado na rua Cel. Alexanzito, no centro da cidade de Aracati (CE)



Foto produzida pelo arquiteto Francisco Augusto Sales Velloso (2003)

A solicitação de retirada dos jacarés dos frontispícios e a sua substituição por condutores embutidos nas paredes (chamados de algerozes) também aconteceu em Fortaleza, meses antes da publicação do artigo supracitado. A medida foi determinada pelo Decreto Municipal n. 70 de 13/12/1932, mais conhecido como o *Código de Posturas de 1932*, que visava, entre outras questões referentes à vida na cidade, a padronizar as construções públicas e particulares, regulamentando os seus usos<sup>84</sup>. Esse documento estabelecia em detalhe a forma como as edificações deveriam ser erguidas ou reformadas. O capítulo IX do Título “Construções”, que tratava particularmente do escoamento de águas pluviais, assim se pronunciava sobre os jacarés:

---

<sup>84</sup> Os códigos anteriores, datados do final do século XIX, preocupavam-se igualmente com a construção e a reforma dos prédios. No artigo cinco, parágrafo três, do código de 1879, há pela primeira vez uma observação sobre o escoamento das águas da chuva. Fazia-se necessário “dar esgoto as águas da coberta por meio de canos embutidos nas paredes ou por serpentões”. O termo serpentões se refere aos canaletes em forma de répteis, como os jacarés.

Art. 174 – São proibidos jacarés ou serpentões para o escoamento das águas pluviais do telhado em edificações no alinhamento das vias públicas.

§ Único – Nenhuma obra poderá ser feita em prédio com beirais, jacarés ou serpentões, sem que estes sejam retirados.

Na mesma documentação, no Capítulo III do Título “Da Polícia de Trânsito, dos Costumes e da Tranqüilidade Pública”, encontramos outra referência aos equipamentos, que novamente os interdita sem explicar o(s) porquê(s):

Art. 412 – Ficam proibidos nas zonas central e urbana os jacarés ou serpentões que deitem águas pluviais sobre as ruas, sendo os proprietários obrigados a retirá-los dentro de noventa dias, a contar da vigência deste código, sob pena de multa de 50\$000 por unidade.

Conforme Corola e Lemos (1972, p. 238), as gárgulas foram trocadas pelos algerozes porque elas resolviam de modo muito precário o escoamento das águas pluviais dos telhados, que eram despejadas de uma grande altura sobre as calçadas.

O Barão de Studart, meses antes da decretação do novo Código, retirou os utensílios da sua casa e os remeteu ao Museu Histórico do Ceará, ainda em formação no ano de 1932. A doação dessas peças ao Museu Histórico do Ceará estaria relacionada ao desejo de perpetuar sua memória pessoal no espaço museal? Pouco provável, se considerarmos que outros objetos relacionados à sua vivência de filantropo e homem de letras e ciências poderiam melhor apresentá-lo para a posteridade.

No início dos anos 30, a capital cearense e a sua população cresciam e pareciam tomadas por uma síndrome de “modernização”, apesar dos momentos de estiagem. Na corrida em direção ao progresso, a capital alencarina ganhou dos poderes públicos, em 1932, um plano de direcionamento urbano e um novo código de posturas, como já foi visto. Na infra-estrutura urbana, aconteceu a implantação da rede de telefonia automática, a substituição dos paralelepípedos pela pavimentação de concreto nas ruas e avenidas do centro (a fim de comportar a ampliação dos veículos motorizados circulantes), a instalação dos primeiros semáforos e da iluminação pública elétrica. A cidade ganhou novos logradouros públicos, edifícios, lugares

de lazer e uma rádio (Ceará Rádio Clube – PRE-9). Em torno da Praça do Ferreira, considerada o coração da cidade, novos cinemas surgiam, juntamente com a Coluna da Hora (símbolo do triunfo do capitalismo, cujo tempo é regado pelo relógio) e o primeiro arranha-céu de Fortaleza, o Excelsior Hotel. (RIOS, 2001; SILVA FILHO, 2002a e 2002b)

Em meio a essas transformações que modificavam a paisagem e as sociabilidades, a Fortaleza provinciana que o Barão de Studart tanto prezara e onde erigira parte considerável da sua reputação como médico e intelectual começava a definhir. Como não era possível resgatar a “sua” cidade por completo, ao menos “frações” dela deveriam ser conservadas. De forma obstinada, ele agarrava-se aos signos de outrora, que ainda coexistiam com as inovações da década de 1930. Persistia em trajar cartola, fraque e pincenê, apesar de inadequados ao clima quente do Ceará e aos ditames da moda, chegando a ser motivo de troça por parte da população. (AMARAL, 2002b; SILVA FILHO, 2002c) Nesse contexto de mudanças bruscas, parecia antever o fim dos jacarés. E no intuito de preservar uma das tradições da arquitetura cearense, não mais adequada segundo as novas normas de convívio, ou de conservar certos indícios de um passado feliz (vivido apenas por um reduzido número de eleitos), enviou os jacarés para o Museu Histórico do Ceará. Eram eles que, da residência do Barão, no perímetro central da urbe, assistiam com o renomado intelectual ao esmaecimento de uma outra Fortaleza, da qual também fizeram parte.

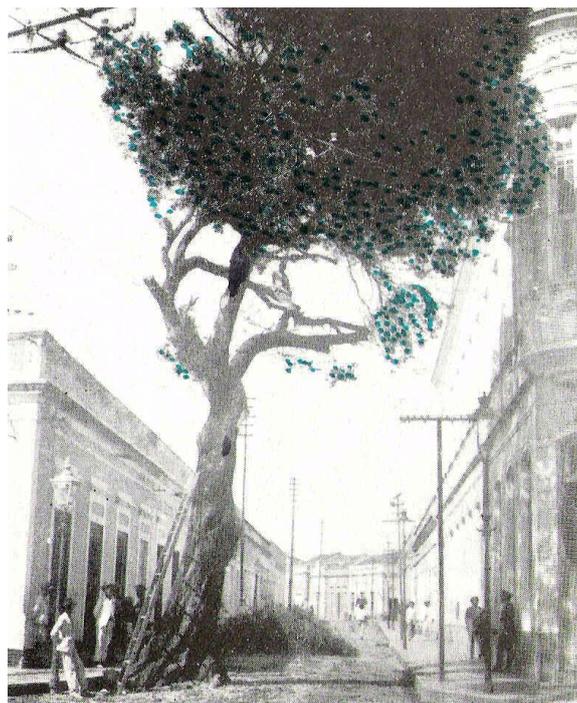
O desejo de guardar resquícios do passado de Fortaleza, no MHC, pode ser observado igualmente com a doação de uma outra peça “esquisita”, por se tratar não de um artefato, mas de um fragmento do mundo natural: um pedaço do oitizeiro<sup>85</sup> que vivia no cruzamento das ruas Guilherme Rocha e General Bezerril, entre a capela do Rosário e a Cooperativa de Crédito Popular São José (hoje inexistente), no centro da cidade.

---

<sup>85</sup> Os pedaços de pau-brasil, apesar de não serem resultado do trabalho humano, ao menos estavam vinculados às origens da nacionalidade brasileira, segundo uma historiografia mais tradicional. Interessante observar que mesmo na atualidade, alguns espaços, como o Museu de Redenção (CE), mantêm “pedaços” da natureza em exposição, dando-lhes um sentido “histórico”. No caso em questão, trata-se do galho de um tamarindeiro, que jaz seco na praça da igreja matriz da cidade, completamente sem folhas ou frutos. De acordo com as informações do Museu, os escravos negros eram nele amarrados e comercializados. Já os palmos de pau-brasil e do oitizeiro do Rosário não foram preservados.

Segundo Eusébio de Sousa, a árvore era também conhecida como o “Oitizeiro do Instituto”, por fazer “ângulo com o antigo edifício da Biblioteca Pública, onde o Instituto do Ceará teve a sua primeira sede”, e também porque “à sua copa, amiudadamente, reuniam-se os sócios da antiga associação de letras históricas em agradáveis palestras”. (SOUSA, 1937a, p. 263)

### O oitizeiro do Rosário



Fonte: AZEVEDO, 1992, p. 328

Capitaneando um projeto de remodelação e racionalização do espaço urbano (PONTE, 1995, p. 46-47), o Prefeito Álvaro Weyne, em seu primeiro mandato (1928-1930), mais precisamente no ano de 1929, mandou cortar a aludida árvore, em nome das reformas que estava empreendendo. Tal atitude acabou causando grande polêmica. Duas correntes surgiram: uma que louvava a ação da Prefeitura em nome das então recentes normas de urbanismo e outra que a condenava veementemente pelo descaso com as coisas de outrora. (SOUSA, 1937, p. 263) O poeta Otacílio de Azevedo, em suas memórias publicadas em livro, cuja primeira edição data de 1975, demonstra sua associação ao segundo grupo:

Assisti, em 1929, revoltado, à derrubada do célebre Oitizeiro (...) A cada foçada, soltavam-se lascas que se vinham juntar à ramagem, no chão. Aqueles ramos retorcidos pareciam sentir, convulsos, a dor que lhes causava a afiada sêgure... Grande número de pessoas idosas achava-se ali, aturdido. Rebelava-se contra aquele ato de vandalismo. A antigüíssima árvore, inofensiva (...) Velhos de cabelos brancos que haviam brincado, quando meninos, à sombra acolhedora do Oitizeiro do Rosário deixavam escapar dos lábios murchos, verdadeira saraivada de impropérios e inúteis protestos. Aos poucos, porém, a onda de rebelados, sem forças, foi-se desfazendo, frágil demais para tentar qualquer reação (...) A grande copa, afinal, rolou por terra com fragor, num dilúvio de folhas. Uma brisa correu - talvez o último alento da árvore. Depois foi o tronco, cortado cerne, com o auxílio de machados. Por fim, só restaram as raízes retorcidas... Mandara abater a nobre árvore o prefeito Álvaro Weyne, depois de - magro consolo! - mandar tirar-lhe uma fotografia. Acreditamos que o ilustre edil sofreu também ao tomar essa decisão. O verdadeiro algoz do Oitizeiro foi o progresso, em nome do qual se cometem crimes... O velho Oitizeiro já não era mais um intruso, um trambolho que impedia o embelezamento da cidade que crescia. Começavam a aparecer os automóveis que deveriam transitar por todas as artérias da cidade. A queda do Oitizeiro do Rosário marcou o desmoronamento de mais uma tradição, para dar lugar às correrias desenfreadas dos novos habitantes da pacata urbe - os bêbados de gasolina! (AZEVEDO, 1992, p. 117-118)

O cronista João Nogueira, por seu turno, ao se referir ao mesmo acontecimento, impôs uma dramaticidade ainda maior ao seu relato (produzido em 23/05/1929) e, ao contrário de Azevedo, não foi nada condescendente com o prefeito Weyne, apesar do seu programa de arborização, que mandara plantar cerca de quatrocentos pés de “ficus benjamin” nas praças e nas principais ruas da capital, oficialmente com objetivos higiênicos e estéticos (PONTE, 1995, p. 47):

O nosso estimado Prefeito acaba de praticar um grande crime (...) [ou] tenha feito coisa pior: cometido um pecado mortal, mandando matar o mais antigo dos seus munícipes, este inocente e querido oitizeiro (...) Cortada a fronde e já reduzido ao tronco e a dois galhos principais, nos pareceu um supliciado a quem houvesse dilacerado o corpo e cortado as mãos e que, em último arranco, levantasse os braços para o céu clamando vingança (talvez perdão) para os seus matadores. Pobre oitizeiro! O teu crime foi teres vivido muito e te alimentado do passado, falando a língua antiga do Ceará que já não entende esta geração de calças largas e saias curtas. (...) O nosso Antônio Sales já declarou que a mão que nunca plantou uma árvore deixou de fazer um dos mais úteis e belos gestos da vida. Que dirá agora o poeta, da mão que matou uma árvore secular, em plena florescência da vida e que assistiu aos primórdios da Fortaleza? É verdade que o nosso operoso Prefeito há plantado inúmeros ficus benjamin, os quais, quando crescerem, não só arrebenarão as

calçadas pelo desenvolvimento das raízes, mas também tornarão tenebrosas as nossas célebres noites de escuro. Melhor fora que arborizasse somente as praças, como sempre se fez, e deixasse as ruas desentupidas (...) Quer uma tradição muito antiga que o oitizeiro da capela tenha servido de baliza as sumacas e jangadas que demandavam o nosso porto, ao tempo em que Fortaleza era uma aldeia pobrezinha espalhada pelas areias do mar. (NOGUEIRA, 1980, p. 157-158)

Nogueira prossegue a sua crônica mencionando outras árvores antigas destruídas pelo avanço do “progresso” e lembrando que intelectuais renomados, como Antônio Bezerra e João Brígido, já haviam dedicado algumas linhas sobre o pé de oiti, relatando episódios anteriores a 1929, quando ele conseguiu alguns protetores que impediram as tentativas da Prefeitura Municipal de cortá-lo, em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX, para alinhar a rua onde ele estava fincado.

Raimundo Girão, em texto denominado “Árvores que falam” – publicado pela primeira vez em 1959, na obra *Geografia estética de Fortaleza* – amplia as considerações de Nogueira acerca desses seres centenários que a cidade não poupou e apresenta um breve comentário de Antônio Bezerra acerca da sua experiência pessoal com o oitizeiro:

Na minha infância (...) sofri por diversas vezes castigos para derribar a pedradas os frutos dele que eram saborosíssimos. Eu dava alma e vida por um oiti daqueles. Pois bem: apesar do respeito que infundia a sua longevidade, da frescura agradável que derramava sua imensa copa, da majestade de sua imponente perspectiva, dos encantos e poesia de que era enriquecida a sua história, foi condenada a ser derribada [em 1884]... (Apud GIRÃO, 1979, p. 116)

As palavras de outros intelectuais são citadas por Girão para demonstrar que a insatisfação pelo ato cometido por Álvaro Weyne foi compartilhada por homens esclarecidos, como o poeta Alberto de Oliveira, que cantou a queda do oitizeiro do Rosário em versos, alguns destacados a seguir:

A grande árvore cai. A ramaria forte  
Treme em cima, dançando uma dança de morte  
Rompeu-lhe o alburno agora e vai-lhe o coração  
O atro golpe. Uma a uma as fibras rangem; fala,  
Ringe, arqueja o madeiro e pouco a pouco estala  
A mortal vibração.

E da ruína estupenda o lúgubre alarido

Foi de ermo em ermo e foi de bosque em bosque ouvido  
 Tudo, da grimpa excelsa ou da planura, o vai.  
 E o rio, o cedro e a rocha, o enho e a palmeira, pondo  
 O olhar nos céus, tremeu àquele excídio hediondo.  
 É crime sem igual! (Apud GIRÃO, 1979, p. 118)

Para Girão, “de nada, porém valeria a reação do povo e dos amantes da tradição contra o Decreto do Prefeito Álvaro Weyne que, em 1929, reduziu o oitizeiro a lascas, depois de mandar fotografá-lo”. Ele retomaria esse tema noutro livro de sua autoria, *Fortaleza e a crônica histórica*, editado inicialmente em 1983, assim se pronunciando: “Eu alcancei o oitizeiro e o recorde, como faz toda pessoa ou coisa a quem se quer. Era ele uma peça marcante na paisagem da cidade. Menos uma árvore, menos um adorno, menos um motivo de sua tradição ao doce olhar para trás dos que não desprezam o passado”. (GIRÃO, 2000, p. 71)

Numa das suas obras de memórias, batizada de *Coração de menino*, lançada em 1939, Gustavo Barroso também abre um título especial para discorrer acerca do velho pé de oiti. Depois de um rápido comentário em que associa uma passagem da sua infância à árvore, ele vai endossando o coro dos descontentes com a sua derrubada, mas o diferencial na sua forma de narrar está na maneira como vai sendo costurada, em extremo lirismo, a história do oitizeiro com a da própria Fortaleza e alguns dos “ilustres” habitantes e visitantes que por ela passaram, como nesse trecho selecionado:

Em 1929, achando-me no Ceará, vi, com grande dor no coração, o machado municipal, obediente às necessidades materiais do tráfego urbano, deitar abaixo essa árvore augusta. Velho oitizeiro, contemporâneo da fundação da minha cidade natal (...) Quando nasceste, brotando tímido do solo arenoso, a vila do Forte compunha-se duma única rua torcicolosa, emparelhada ao curso do Rio Pajeú. Aqui e ali, dela saía um beco de mocambos e casebres de taipa. A capela do Rosário, caiada de novo, dava-te as costas com desdém. Cresceste. A capela tornou-se igreja e a tua copa chegou ao beiral do seu telhado. Por cima dos cercados e das ateiras, vias para os lados do Garrote a histórica cúpula de verdura do Cajueiro do Fagundes, que o governador Luís da Mota Féo e Torres quis pôr abaixo, recuando diante do povilêu assanhado e feroz (...) Tu continuaste a crescer, a deitar raízes, a aumentar a fronde, no meio de casebres barrigudos e escuros. Viste a displicência do viajante Koster, sentado ao luar, numa roda de calçada da praça vizinha. Ouviste o taciturno murmurar do governador Sampaio. Avistaste o governador Rubim vendendo apressadamente as alfaías antes de regressar a Portugal. E estremeceste às rudes vozes de comando de Conrado Jacob de Niemeyer, depois de vencida a revolução de 1824

(...) Oitizeiro velho, conhecia toda a gente e toda a gente te conhecia. Devia ser no teu tronco rugoso que o Padre Verdeixa amarrava o seu cavalo, quando ia em voz alta insultar debaixo das sacadas do Palácio o Presidente Padre José Martiniano de Alencar. É possível que certa noite te tivesse agitado a ramaria a trepidação do estrondoso bacamarte que matou o Major Facundo. Decerto tuas folhas mais altas presenciaram por cima dos telhados o enforcamento dos réus no largo à entrada do desaparecido beco do Cotovelo (...) No século XVIII, o povo revoltara-se para salvar um cajueiro. No século XX, os povos não se revoltam mais por causa duma árvore que viveu com eles... Os povos aos poucos perderam a alma. (BARROSO, 2000, p. 94-95)

Analisando mais atentamente as falas desses diferentes autores, percebem-se as visões discrepantes com relação à forma de participação da população fortalezense frente ao caso “oitizeiro do Rosário”. Nogueira e Barroso a acusam de apática e pouco interessada pelas coisas do passado. Azevedo e Girão são mais tolerantes, argumentando que os protestos de nada adiantaram diante do processo inexorável de modernização que a capital atravessava, representada entre outras coisas pelo aumento do trânsito de veículos. O que une a todos, todavia, é a posição de porta-vozes da tradição, num momento de mudanças paisagísticas e comportamentais vivenciadas em Fortaleza. (SILVA FILHO, 2002a e 2002b)

O Instituto Histórico do Ceará, vale ressaltar, também lançou seu grito de protesto quando, em reunião do dia 20 de maio de 1929, “pelo consenso unânime de seus pares”, resolveu “lamentar o desprezo do poder público pelas tradições e relíquias existentes em Fortaleza”. (SOUSA, 1937a, p. 263)

Eusébio de Sousa, sendo membro do Instituto, tratou de registrar essa atitude da agremiação em *Meio século de existência*, abrindo uma nota para contextualizar a longa existência do pé de oiti e os fatos que quase o levaram à morte antes de 1929, como escreveram Nogueira e Girão. Na legenda que acompanhava a reprodução da foto da árvore, o seu tom lastimoso se fez sentir: “O célebre e tradicional ‘Oitizeiro do Instituto’, erroneamente mandado derribar pela Prefeitura Municipal (...) com a pretendida justificativa de que a sua permanência no local onde existia era contrária às regras de urbanismo”. (SOUSA, 1937a, p. 264)

O jornalista Hugo Vitor, Agente Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, encaminhou o palmo de oitizeiro para o Museu Histórico do Ceará

em 1932. As doações dos jacarés do Barão e do oitizeiro anunciavam a vontade de alguns cidadãos de preservar um determinado passado sobre a capital cearense e de denunciar, de modo dramático, os atos que tiravam do presente os traços desse passado. Assim, foi se estabelecendo no Museu um conjunto de tensões em torno dos sentidos da memória, numa cidade que passava por transformações vinculadas ao ideal de progresso. “Antes de ser o lugar de ‘preservação da memória’, o museu é um território de ‘construção da memória’, disputa em torno do que deve resistir à corrosão do tempo”. (RAMOS, 2004, p. 7)

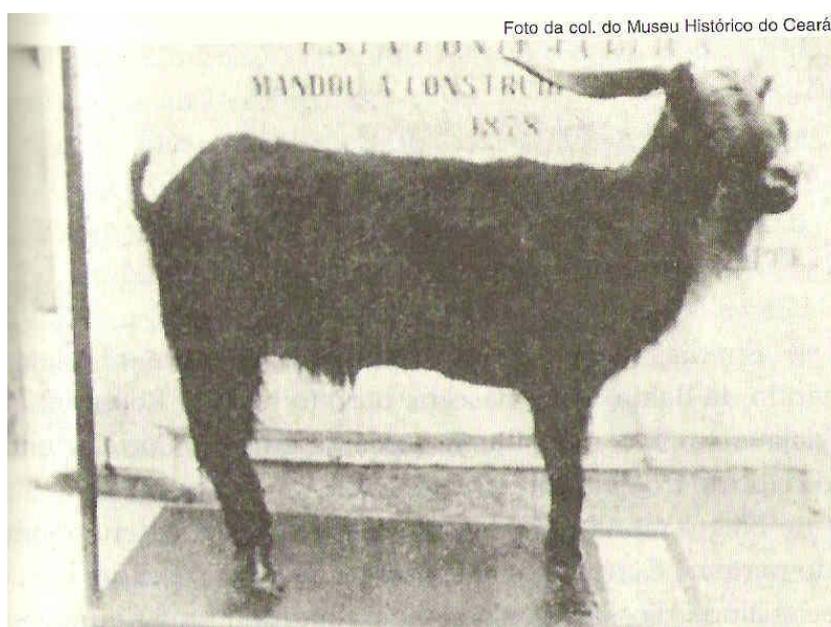
Outra “esquisitice” do mundo natural, sem vínculos com a produção historiográfica oficial, ofertada ao Museu Histórico do Ceará na administração de Eusébio de Sousa, foi o Bode Yoyô. Até os dias atuais ele permanece em exposição, fazendo muito sucesso e suscitando a criação de livros, músicas, curtas-metragens, premiações e “lembrancinhas” (camisetas, blocos de anotação, borrachas, etc.). Ficou tão famoso a ponto de ter o seu próprio rabo furtado do Museu em 1996. (O POVO, 26/04/2002)

Muitos dos que escreveram sobre o caprino afirmam que ele se tornou uma figura bastante conhecida em Fortaleza, nas décadas de 1910 e 20, ao perambular solitário, todos os dias, da Praia do Peixe (hoje Praia de Iracema) ao centro da cidade, retornando sempre ao seu local de partida. Daí a presumida origem do seu nome. Adentrava em vários estabelecimentos, usufruindo a benemerência de todos, seguindo uma vida de boêmio. Apesar das suas estripulias, ou mesmo por conta delas, gozava de livre trânsito nas ruas, não sendo molestado pelos fiscais da Prefeitura. Tanta popularidade fez que ele tivesse suas aventuras narradas por alguns dos conterrâneos que o conheceram de perto e por visitantes que passavam pela capital. Com o avançar da idade teria sido obrigado a viver recluso, na medida que perdia a agilidade dos movimentos e o tráfego de veículos da capital aumentava. Morreu em 1931, foi empalhado e ganhou alguns necrológios em jornais locais, sendo doado tempos depois para o Museu Histórico do Ceará. (Cf. SOUSA, 1935b, p. 41-43)

Grande parte das narrativas sobre as peripécias do animal partiu de uma mesma matriz, que foi sendo reproduzida em épocas diferenciadas, por outros autores: a crônica “Bode Yoyô” de Raimundo de Menezes, publicada

inicialmente no jornal *Gazeta de Notícias*, depois lida no programa “Coisas que o tempo levou” da Ceará Rádio Clube (PRE-9), e por fim editada em livro homônimo do programa radiofônico, juntamente com outros pequenos textos. O livro ganhou três edições (1938, 1977 e 2000), obtendo muito sucesso.

Segundo Raimundo de Menezes, o caprino chegou a Fortaleza trazido por um flagelado da seca de 1915 e foi comprado pela firma Rossbach Brazil Company, num ato de caridade. (MENEZES, 2000, p. 184) Ao falecer, a empresa teria sido a responsável pelo seu embalsamamento e ulterior envio para o MHC.



Fonte: MENEZES, 2000, p. 185

O historiador Raimundo Girão, nos anos 80, em entrevista concedida ao *Ceará em Revista*, fala também sobre as traquinagens do caprino e a sua popularidade, mas retruca a informação de Menezes no que se refere aos seus proprietários, afirmando que o Bode pertencia a José Magalhães Porto, um dos sócios da Iona Alfândega, empresa comercial cujos armazéns também ficavam – como os da Rossbach – nas imediações da Praia do Peixe. (CEARÁ EM REVISTA, 1984, p. 7) Curiosamente, tempos antes, no *Boletim n. 2 do Museu Histórico*, fizera-se a transcrição de um artigo do jornal *Gazeta de Notícias*, de 09/07/1935, que funde as duas versões: Yoyô pertenceria à primeira empresa

citada, mas foi doado ao Museu Histórico do Ceará pelo Coronel José Magalhães Porto. (SOUSA, 1935b, p. 41-42)

A despeito desse desencontro de informações acerca da sua procedência, o Bode Yoyô continuou ganhando espaço nos artigos de jornais e revistas da terra, além das atenções dos freqüentadores do MHC, no decorrer das décadas, mais do que qualquer outra peça. Porém, as controversas começaram a acompanhá-lo. Para uns, ele era adorado, seja por recordação dos tempos em que as suas peraltices eram acompanhadas de perto ou por uma curiosidade gerada pelas histórias dos mais velhos:

O muito saudoso e estimado Bode Yoyô... Quem não se lembra daquele inefável cidadão de longas barbas e olhar tranqüilo, que percorria as ruas de Fortaleza, numa eterna e inofensiva vagabundagem, entrando aqui e ali, nos cafés, nos botequins, nos fréges, de 1\$500 o prato, nas igrejas, nas repartições públicas, nas casas comerciais? ... Quem não se lembra e não queria bem ao Bode Yoyô? Indivíduo dotado de um refinado sentimento de cavalheirismo, ele era igualmente respeitado e querido em toda a cidade (...) Hoje o seu esqueleto, depois de cuidadosamente embalsamado, encontra-se no Museu Histórico. É uma última homenagem dos homens á sua tão interessante e pitoresca vida, vida de bode que sempre se distinguiu do comum dos mortais. Os garotos que vão hoje ao museu contam, dele, ainda, muitas aventuras de indivíduo manso e pacífico, neste mundo de criaturas desorientadas e enlouquecidas. Sim, porque Yôyô, além de um grande filosofo, foi também, um fervoroso amigo das crianças. (O POVO, 31/12/1941, p. 1)

O encarregado do Arquivo começou a fechar as janelas. Corri para onde estava o “Bode Yoyô”, que sem duvida é uma das mais notáveis reminiscências que ali se conservam. Desde criança que meus avós contavam-me as celebres proezas do “Bode Yoyô”. Foi uma das curiosidades de Fortaleza, parte integrante da vida da cidade, em cujas vias perambulava, servindo de alvo ás piadas da garotada. Apesar dos pesares, o “Bode Yoyô”, ainda conserva sua pôse inquebrantável e seu respeitabilíssimo cavanhaque... É um tipo nobre. Traços fisionômicos de quem reivindica sangue azul... (O NORDESTE, 01/06/1944, p. 6)

Outros, porém, não enxergavam com afabilidade a presença do personagem no acervo e nas exposições do museu oficial do estado. Além de detratarem a sua imagem de animal cordial, consideravam um insulto o fato de um “bode” estar figurando entre as “raridades históricas” do Ceará, culpabilizando-o, inclusive, pelo afastamento de uma clientela mais seleta:

O nosso Museu Histórico era um depósito de velharias. Basta dizer que até o corpo embalsamado de um bode ali se encontrava, o “Bode Yoyô”, que vivia nas ruas de Fortaleza, ameaçando todo mundo... (O NORDESTE, 04/07/1955, p. 1)

Outro dia, por exemplo, cerca de 106 pessoas, em poucas horas, foram às salas do Museu. E isso porque, num descuido, deixaram que da rua se visse a figura venerada, se assim podemos dizer, do famoso Bode, uma atração de ruas nos tempos passados dessa Fortaleza. O Bode Yoyô está agora, mais retraído, por que sua presença é sempre um sinal de grande frequência para os “saudosistas”. E muita gente num Museu para ver um bode pode ser um insulto aos respeitáveis velhos dos retratos que figuram nas paredes. (CORREIO DO CEARÁ, 28/02/1948)

O objetivo, talvez, que maiores atenções despertava dos curiosos que por lá apareciam, era Bode Yoyô, capricho empalhado que metia medo aos meninos e provocava recordações dos velhos que o conheceram nesta cidade... Por esta razão notava-se ausência de pessoas ao Museu, que na verdade de museu possuía apenas o nome já que pouquíssimas eram as peças dignas de figurar em uma instituição assim que lá se encontravam. (O ESTADO, 03/07/1955, p. 3)

Uma questão difícil de responder diz respeito à preservação dessa inusitada peça na qual o Bode Yoyô se transformou. O que teria levado os seus proprietários, não importa quem foram, a empalhá-lo? Por que ele foi destinado ao Museu? Seria apenas para saciar o gosto pelo pitoresco, como sugere a matéria da *Gazeta de Notícias*? Para demarcar uma identidade cearense assentada na irreverência e na comicidade? (PONTE, 1999) Ou para rememorar uma Fortaleza ainda de características provincianas, numa ilusão nostálgica de que o passado foi sempre melhor que o presente?

Percebe-se que as opiniões divergentes acerca do Bode Yoyô só ganharam relevo anos depois de sua doação, mais exatamente a partir da década de 40, mas esse debate não aparece nos jornais ou na documentação oficial durante a fase de implantação do MHC. A manchete de um artigo da *Gazeta de Notícias* de 09/07/1935 (comentado anteriormente) alardeava a nova conquista da repartição: “O Bode Yoyô será exposto hoje no Museu Histórico do Estado”. Segundo o seu comentarista, a exposição daquele dia sairia da sua “norma costumeira, com a interessante documentação histórica a ser apresentada aos visitantes: o Bode Yoyô, uma das curiosidades de Fortaleza”. (SOUSA, 1935b, p. 41) Essa nota indica que Eusébio de Sousa

provavelmente não considerava o caprino uma peça de grande valor histórico, mas foi incitado a aceitar a doação.

Essa aceitação por ser interpretada com base em duas hipóteses. Uma está relacionada à sua política de arrecadação de objetos, que o obrigava a divulgar o nome do ofertante e a qualidade da oferta na imprensa local, de acordo com o próprio regulamento do Arquivo Público e os decretos expedidos sobre o assunto. Depois, como podemos verificar em certas citações dos jornais, mesmo os detratores do afamado animal reconheciam nele um grande chamariz de pessoas, embora não se possa afirmar que era o único ou o principal. Para um museu cuja missão educativa era confessa, nenhum atrativo poderia ser descartado, já que o público era a razão de sua existência.

A partir dessas considerações, podemos concluir que a doação do Bode Yoyô é mais um indício da variedade de objetos que chegaram ao Museu Histórico do Ceará, estabelecendo embates pela construção de determinadas memórias sobre o passado e o presente.

### **3.5 – A diversidade das doações**

Para Eusébio de Sousa, a função dos museus de história seria exhibir os legados tangíveis do passado e do presente que possibilitassem a rememoração e a celebração dos feitos e fatos considerados de grande envergadura para a pátria, em geral vinculados aos atos oficiais do Estado, do exército, da Igreja ou das agremiações políticas e intelectuais da sociedade. O primeiro museu oficial do Ceará, rotulado de “histórico”, acabou recebendo muitos objetos antigos e do tempo presente, mas vários não se encaixavam nesse perfil idealizado por seu Diretor. Doações como os jacarés de bronze, um palmo de oitizeiro, um bode, os objetos “anônimos” ou “populares” são exemplos desse “desvio”; ainda assim, estavam relacionados à memória da capital alencarina ou associados às origens do “povo cearense”. Vale ressaltar, por outro lado, que havia a remessa de coisas que não estabeleciam nenhuma ligação direta com a vida do homem em sociedade, como amostras de diferenciados minerais (cristais, pedras, rochas), garrafas com areia do Morro do Timbau (divisa do RN e CE), fósseis (animais e vegetais), ossos humanos e

um quadro fotográfico reproduzindo duas irmãs xifópagas nascidas em Barbalha (CE) e operadas no Rio de Janeiro.

Considerando a organização do Museu Histórico Nacional, então o maior referencial em museologia histórica do país, no qual Eusébio se fundamentou, presume-se que as coisas da natureza, que porventura lá chegassem, seriam deslocadas para os museus de ciências naturais. Os minerais para as seções de mineralogia, os fósseis para as áreas de paleontologia, o caso das xifópagas conduzido para os estudiosos de biologia ou medicina etc.

Em épocas anteriores, no entanto, não existia essa acentuada especialização das coleções públicas e particulares. Nos “gabinetes de curiosidades” que proliferaram na Europa desde o século XVI, “*naturalia* e *artificialia* conviviam lado a lado na mesma vitrine e por vezes no mesmo objeto, como [era] o caso de taças, caixas, jóias, etc., para as quais os minerais e conchas se prestavam muito bem”. (KURY e CAMENIETZKI, 1997, p. 57) Tudo era uma miscelânea de coisas: de objetos fabricados pela mão humana e de espécies da natureza considerados belos, pitorescos, exóticos ou com propriedades curativas; de relíquias de santos; de partes de seres míticos, como chifres de unicórnios e esqueletos de sereias; de criaturas com características monstruosas, como fetos deformados ou com membros duplicados. (KURY e CAMENIETZKI, 1997, p. 58)

Nos museus europeus de História Natural, que paulatinamente substituiriam essas “câmaras de maravilhas” a partir do final do século XVIII, as excentricidades foram aos poucos sendo expurgadas. Privilegiava-se a aquisição de espécimes minerais, da fauna e da flora, assim como os artefatos confeccionados por comunidades “selvagens”, que eram classificados para a exposição de acordo com os padrões científicos estabelecidos então pelas ciências da natureza, de que a antropologia fazia parte<sup>86</sup>, mas aceitavam-se também os mais variados objetos produzidos pelas sociedades ditas “civilizadas”.

No Brasil, esse bricabraque se formou na fundação do Museu Nacional (1818), no Museu Paraense (1866) e no Museu Paulista (1893), dando lugar a

---

<sup>86</sup> Os estudos de antropologia, arqueologia e paleontologia nasceram diretamente atrelados às ciências físicas e biológicas. (Cf. SCHWARCZ, 1995, p. 53)

expressões como “História Natural do Homem” ou “História Natural Pátria”, mostrando como as divisões disciplinares não eram tão definidas. (ALVES, 2001, p. 16; LOPES, 2001, p. 71) Somente no século XX é que esses museus científicos começaram a se reestruturar: se antes abrigavam tudo, agora começavam a deslocar suas coleções específicas para museus específicos. Neste contexto é que surgiu o Museu Histórico Nacional, cujas diretrizes voltadas para o culto da história pátria influenciaram os demais museus de história que foram sendo abertos por todo o país, entre eles o Museu Histórico do Ceará. (ABREU, 1996, p. 163)

Inicialmente, é possível pensar que essa noção de museu histórico destinado não só para as coisas dos homens, mas também da natureza, acontecia por uma carência no Ceará de instituições gabaritadas em história natural. No entanto, desde o final do século XIX, Fortaleza contou com três delas: o Museu de História Natural de Joaquim Alves Ribeiro (1873), o Museu Provincial do Gabinete Cearense de Leitura, que funcionou de 1875 a 1885; e o Museu Rocha, funcionando de 1894 até 1953, enquanto o seu proprietário, o Professor Francisco Dias da Rocha, gozou de saúde para mantê-lo. Essa terceira entidade, embora de caráter privado, recebendo minguadas ajudas oficiais, conseguiu arregimentar, até o ano de 1908, nada menos que dez mil espécimes distribuídos nas áreas de botânica, zoologia, fitopatologia, mineralogia, etnografia e arqueologia. Sua respeitável coleção era conhecida por vários naturalistas do país e do exterior, com os quais Dias da Rocha mantinha regular correspondência, além da troca de publicações e de exemplares em exposição. Devido aos seus préstimos, chegou a ser homenageado muitas vezes por seus colegas de ofício, que batizaram várias espécies novas com o seu sobrenome. (HITOSHI, 1965) Seu amigo e colaborador, Antônio Bezerra de Menezes, assim se referia ao Museu Rocha:

Aquela instituição científica, sim, científica, pois que ela o é hoje, muito embora de propriedade particular, não consta de mera acumulação de raridades, de objetos curiosos, artigos nunca vistos; mas de ricas coleções sistematicamente acondicionadas e dispostas de conformidade com as regras estabelecidas nos grandes museus de história natural. Tudo ali está de tal forma exposto, exibindo-se admiravelmente aos olhares de todos, que atrai, surpreende e produz no visitante a mais agradável impressão. (Apud HITOSHI, 1965, p. 227)

Muitos doadores talvez não soubessem da existência dos antigos gabinetes de curiosidades, nem sobre as finalidades dos museus de história natural, que já existiam em certo número em várias regiões do Brasil desde o século XIX e seguramente não visualizavam a especialização cada vez maior dos museus que se iniciava como uma tendência mundial a partir do século XX. O que se percebe é que acreditavam que esse novo espaço museal criado na capital cearense estava apto a aglutinar, entre outras coisas, fragmentos do mundo natural, com os seus exotismos para o olho humano, como também as curiosidades elaboradas pelo homem. E assim foram remetendo coisas como pedras, fósseis, o retrato das xifópagas cearenses, uma vértebra de baleia, a fotografia ampliada da gruta de Ubajara (CE), os destroços de alguns aviões sinistrados em terras cearenses, um par de botões feitos de cabelo de cavalo por um criminoso recolhido à penitenciária de Recife, um revólver antigo, retirado de um criminoso no ato do homicídio, entre outras.

Estudar a historicidade da formação do acervo do Museu Histórico do Ceará, que se instituiu nos anos 30 em Fortaleza, é, portanto, entrar em contato com um movimento coletivo de contornos indefinidos, uma rede de tensões e diferenças que não permite uma delimitação precisa. Não se trata de uma coleção formada a partir dos interesses de um indivíduo, com uma definição acabada para o espaço museológico. Eusébio de Sousa tentou impor a sua feição ao MHC, mas a repartição acabou se formando de modo mais ou menos coletivo, com propostas variadas para a constituição de parâmetros que norteariam a classificação dos objetos que deveriam ir para um museu histórico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De juiz de Direito à “beneditino das letras históricas”. Eusébio de Sousa trilhou caminhos que o permitiram ser assim reconhecido por seus biógrafos, vivendo profissionalmente do seu interesse pelos estudos históricos e ajudando a criar vários lugares de memória, como o Museu Histórico do Ceará, primeira repartição museológica oficial do Estado, inaugurada em 1933.

Um novo equipamento para uma sociedade que se pretendia moderna, sobretudo na capital Fortaleza, seu cartão postal. Sua paternidade foi disputada por homens como o Interventor Carneiro de Mendonça, que emprestando o apoio da máquina estadual para a sua fundação, parecia expressar o desejo de modernização de vários segmentos sociais, que provocava transformações na paisagem e nas sociabilidades. Nesse contexto, as tradições do tempo passado pareciam muito distantes. Um sentimento de ruptura com o pretérito era alardeado por Eusébio e pelos jornais, exigindo a criação de um Museu que se empenhasse em estabelecer os laços de continuidade com as épocas pregressas. O MHC surge, então, como o fruto de um paradoxo: expressão da modernidade que se volta incessantemente para o futuro, mas que olha para trás em busca das suas origens perdidas.

Na posição de “guardião das memórias” do passado cearense, Eusébio de Sousa procurou reinventar, na sua produção escrita e no Museu, esse tempo pretérito, enfatizando prioritariamente as ações “gloriosas” de homens que não quebraram seus vínculos com a antiga metrópole européia, de tradição católica. Homens que deveriam servir de exemplo de devoção à pátria para os seus pósteros, atuando nas esferas do Estado, do Exército, da Igreja e das agremiações políticas e intelectuais.

O apoio governamental emprestado para a fundação do Museu Histórico do Ceará não foi suficiente para que Eusébio montasse sozinho o acervo da Repartição. Conclamando os seus compatriotas nessa empreitada patriótica de valorizar o passado, conseguiu contar com inúmeras ofertas de objetos de pessoas e instituições de vários lugares do Ceará e do país.

Os contribuintes do MHC, em geral membros dos setores mais favorecidos da sociedade, ansiavam por ganhar projeção pública frente aos demais patrícios, seja através dos expositores do Museu ou através da imprensa e da documentação oficial, como colaboradores de uma iniciativa inédita e proclamada como patriótica, conforme se anunciava.

No período em que Eusébio de Sousa dirigiu o Museu Histórico do Ceará, entre os anos de 1932 a 1942, há o registro oficial de mais de mil doações. Número pouco expressivo se considerarmos o espaço temporal de uma década, o que talvez denote um desinteresse gradativo dessas elites locais com a manutenção de suas memórias num espaço público, passada a euforia da “novidade” de instalação desse equipamento cultural moderno. No entanto, mesmo não contando com um número mais expressivo e nem portando muitos objetos de extremo valor material (prataria, louças finas, jóias etc) como aconteceu com o Museu Diocesano de Sobral, o movimento de arrecadação de peças para o MHC acabou gerando um acervo muito diversificado, que fugiu certas vezes dos parâmetros estabelecidos por seu Diretor, na medida em que alguns doadores tratavam o espaço museológico como um lugar de exibir curiosidades.

Desse modo, o acervo do Museu Histórico do Ceará se constituiu como um variado conjunto de indícios sobre maneiras igualmente variadas de compor sentidos da memória: memória de moedas e medalhas; memórias sobre o passado mais distante ou presente; memórias de militares, políticos, intelectuais, populares; memórias de pedaços de Fortaleza; memórias do cotidiano... Um caleidoscópio de objetos, fazendo inúmeras vias de ligação entre passado, presente e futuro.

## FONTES

### \* Obras de Eusébio de Sousa.

SOUSA, Eusébio de. *Catecismo Constitucional do Estado do Ceará*. Fortaleza: Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, 1913.

\_\_\_\_\_. Numismática Brasileira. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*. Recife: t. 44, 1916. p. 419-426.

\_\_\_\_\_. *Jury de Russas*. Recife: Oficinas Gráficas da Penitenciária e Detenção, 1921.

\_\_\_\_\_. *Álbum do Jaguaribe*. Belém: Empresa Graphica Amazônia, 1922.

\_\_\_\_\_. *Há cem anos*. Factos da Confederação do Equador no Ceará. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1924.

\_\_\_\_\_. Pesquisas históricas. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 40, pp. 55-68, 1926.

\_\_\_\_\_. *Memória Histórica sobre o município de Quixadá*. Fortaleza: Tipografia Moderna, 1927.

\_\_\_\_\_. Os Nossos perfis. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typografia Minerva, t. 43-44, p. 297-303, 1929 –1930.

\_\_\_\_\_. Os monumentos do Ceará. Referência Histórico-Descritiva. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 46, 1932, p. 51-103.

\_\_\_\_\_. *Numismática cearense*. Fortaleza: Gráfica Urânia, 1933a.

\_\_\_\_\_. *A Imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais*. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1933b.

\_\_\_\_\_. *História do Ceará para crianças (contada pelo rádio)*. Fortaleza: [s.n.], fasc. 1, 1936a.

\_\_\_\_\_. *Meio Século de Existência*. Subsídio para a história do Instituto do Ceará –1987/1937. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1937a.

\_\_\_\_\_. *Tibúrcio*. O grande soldado e pensador. Fortaleza: Gráfica Urânia, 1937b.

\_\_\_\_\_. *Gustavo Sampaio*. Narrativa histórica. Fortaleza: DEIP, 1942.

\_\_\_\_\_. *Tribunal de Apelação do Ceará*. Síntese Histórica. Dados biográficos (1874-1945). Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas, 1945.

\_\_\_\_\_. *História Militar do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1950a.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Edição Original. In: MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o tempo levou*. 3. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 23-26 (/ Coleção Clássicos Cearenses).

#### \* **Textos sobre Eusébio de Sousa.**

AGUIAR, Osvaldo. Discurso (sobre Eusébio de Sousa). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 61, p. 210-215, 1947.

ANDRADE, F. Alves de. Centenário de Eusébio de Sousa (vulto e estudos do Homenageado). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 97, p. 19-27, 1983.

GIRÃO, Raimundo e SOUZA, Maria Conceição. Eusébio de Sousa. *Dicionário da Literatura Cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1987. p. 216.

GIRÃO, Valdelice. Eusébio Néri Alves de Sousa. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza: t. 111, p. 179-182, 1997.

LINHARES, Mário. Eusébio de Sousa. *História Literária do Ceará*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1948, p. 162-163.

MAGALHÃES, Josa. Recepção de Novos Sócios. [Discurso da posse de] Josa Magalhães. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 62, p. 369-377, 1948.

MARTINS FILHO, Antônio. A operosidade excepcional de Eusébio de Sousa. In: *Revista do Instituto Histórico*. Fortaleza: t. 61, p. 197-209, 1947.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Revista Valor*, Fortaleza, a. 10, n. 29, p. 135-147, 1947.

MENEZES, Raimundo de. Eusébio de Sousa. In: *Dicionário Literário Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos Editores S.A., 1978, p. 1215.

MONTENEGRO, João Alfredo. Eusébio de Sousa. In: \_\_\_\_\_. *Historiografia do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC, 2003, p. 81-88.

SOUZA, Eusébio de. Eusébio de Sousa. In: LIMA, Abdias. *Falam os Intelectuais do Ceará*. Fortaleza: [s.n.], 1946. p. 135-141.

SOUZA, José Bonifácio de. Discursos de recepção de novos sócios. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 64, p. 352-354, 1950b.

SOUZA, J. Galante de. Eusébio de Sousa. In: \_\_\_\_\_. *O teatro no Brasil*. Subsídios para uma bibliografia do teatro no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, t. 02, 1960. p. 524.

### \* Documentos oficiais

SOUSA, Eusébio de. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça do Estado pelo Diretor do Arquivo Público, referente ao período de 07 de junho a 31 de dezembro de 1932*. Fortaleza, [s. n.], 15/02/1933 (1933c).

MENDONÇA, Carneiro de. Organizações culturais e históricas. In: \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Federal Capitão Roberto Carneiro de Mendonça, referente ao período de 22 de setembro de 1931 a 05 de setembro de 1934*. Fortaleza: Imprensa Oficial. p. 53-62.

CEARÁ. *Documentos Oficiais do Governo Provisório do Ceará*. Interventor Capitão Roberto Carneiro de Mendonça. Fortaleza: Anexos do jornal *O Povo*, 1932-1933.

\_\_\_\_\_. *Leis do Estado do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1932-1940.

\_\_\_\_\_. *Diário Oficial do Estado do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1933-1943.

LIVRO DE PONTO DOS FUNCIONÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO / MUSEU HISTÓRICO. Aberto no dia 07 de junho de 1932 e encerrado em junho de 1933.

LIVRO de Visitas do Museu Histórico do Ceará (1935-1937).

LIVRO de Tombo do Museu Histórico do Ceará (1959).

FORTALEZA. *Código de posturas do município* (1865, 1875, 1879, 1932).

### **\*Publicações do Arquivo Público e Museu Histórico do Ceará.**

SOUSA, Eusébio de (Org). *Anais do Arquivo Público do Estado do Ceará*. Fortaleza: Gráficas da Cadeia Pública, a. 1, t.1, 1933d.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Museu Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, n. 1, a. 1, 1935 (A).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Fortaleza: Imprensa Oficial, a. 1, n.2, 1935b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Fortaleza: Imprensa Oficial, a. 2, n.3, 1936b.

CASTRO, Manoel Sedrim de & MEDEIROS, José Hortêncio de. *Monografia do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: SECULT, 1972.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). *Catálogo do Museu Histórico e Antropológico do Ceará - 50 Anos*. Fortaleza: 1983.

REIS, Clóvis de Matos & OLIVEIRA, Raimundo Eufrásio. *Monografia do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: SECULT, 1976.

### **\* Crônicas e memórias.**

ADERALDO, Mozart Soriano. A primeira irradiação radiofônica. In: \_\_\_\_\_. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*, 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1998, p. 43-46.

AZEVEDO, Otacílio de. O Oitizeiro do Rosário. In: \_\_\_\_\_. *Fortaleza Descalça*. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 1992, p. 117-118.

BARROSO, Gustavo. O Oitizeiro do Rosário. In: \_\_\_\_\_. *Coração de Menino*. 3. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000, p. 92-95.

CAMPOS, Eduardo. *50 anos da Ceará Rádio Clube*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1984.

DUMMAR FILHO, João. *João Dummar, um pioneiro do rádio*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2004.

GIRÃO, Raimundo. Árvores que falam. In: \_\_\_\_\_. *Geografia Estética de Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Ed. BNB, 1979. p.109 –120.

\_\_\_\_\_. *Fortaleza e a crônica Histórica*. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC, 2000. p. 70-71.

MENEZES, Raimundo de. O bode Yoyô. In: \_\_\_\_\_. *Coisas que o tempo levou...* 3 ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000. p. 183-185 (Coleção Clássicos Cearenses).

MOTA, Leonardo. Datas e Factos para a História do Ceará (continuação da obra de igual título do Barão de Studart). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 71-76, 1957-1962.

NOGUEIRA, João. O Oitizeiro da Capela do Rosário. In: \_\_\_\_\_. *Fortaleza Velha: crônicas*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980. p. 157-161.

### \* **Jornais Cearenses**

A RAZÃO (1936 -1938).

A RUA (1933 – 1936).

CORREIO DO CEARÁ (1940, 1948, 1949).

CORREIO DA SEMANA (SOBRAL - 1933).

GAZETA DE NOTÍCIAS (1929, 1933, 1935, 1938, 1945,1947).

O ESTADO (1937-1939; 1941; 1943, 1947, 1955).

O NORDESTE (1932 – 1936; 1939; 1942; 1944, 1947, 1955).

O POVO (1932-1938; 1941-1943, 1947, 1990, 1996, 2002, 2004).

UNITÁRIO (1935-1936, 1940, 1947).

### **\* Revistas**

CONTEMPORÂNEA. Fortaleza: [s. n.], a. 7, n. 43, p. 35-36, jul. 1945.

CEARÁ EM REVISTA. Fortaleza: Secretaria de Comunicação Social, Governo do Ceará, a. 1, n. 3, p. 06-07, out. 1984.

NUMÁRIA. Órgão da Sociedade Numismática Cearense. Fortaleza: [s. n.], a. 1, n. 2, 1936.

NUMÁRIA. Publicação da Sociedade Filatélica e Numismática Cearense. Fortaleza: [s. n.], a. 4, n. 10, 1939.

NUMÁRIA. Publicação da Sociedade Filatélica e Numismática Cearense. Fortaleza: [s. n.], a. 5, n. 11, 1940.

### **\*Obras de referência**

ALMANACH ESTATÍSTICO, ADMINISTRATIVO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: 1932-1942.

AVOLIO, Gelssa Ciardi e FAURY, Mara Lúcia. *Dicionário Michaelis*. Português-Francês/Francês-Português. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

AZEVEDO, Miguel Ângelo de. *Cronologia Ilustrada de Fortaleza*. Roteiro para um turismo histórico e cultural. Volume I. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC; Banco do Nordeste, 2001.

BARROSO Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, v. 1 e 2, 1951.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT). *Catálogo de Jornais da Hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel*. Fortaleza: 1998.

CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT). *Jornais cearenses em microformas*. Catálogo Geral. Fortaleza: 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GIRÃO, Raimundo e SOUZA, Maria Conceição. *Dicionário da literatura cearense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1987.

### **\*Entrevista**

Entrevista realizada com Dona Altair Osório de Sousa, filha de Eusébio de Sousa (Junho/2004).

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco; Lapa, 1996.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. As malvadezas da identidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 18., 1995, Recife. *Anais...* Recife: ANPUH, 1995.

ALMEIDA, Adriana Mortara & VASCONCELOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 104 –116.

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado\_* Ciência, política e poder. O Museu Paulista (1893-1922). São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Política e Intelectuais no Instituto do Ceará*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002a.

\_\_\_\_\_. *Barão de Studart: Memória da Distinção*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002b. (Coleção Outras Histórias).

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e Cultura no Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

BARBUY, Heloísa. Entre liteiras e cadeirinhas. In: BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. (Org.). *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992. p. 19-21

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. 5. ed. In: ADORNO, Theodor W. *Teoria da Cultura de Massa*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.221-254.

BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano T. (org). *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani; ARIZA DA CRUZ, Rita de Cássia (org). *Turismo. Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BITTENCOURT, José Neves. Observações sobre um museu de história do século XIX: O Museu Militar do Arsenal de Guerra. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 211-245,1997.

BOSI, Ecléa. Objetos. In: \_\_\_\_\_. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 9ª edição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995, pp.441-443.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. *Escrita singular*. Capistrano de Abreu e Madre Maria José. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2003 (Coleção Outras Histórias).

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean Marie. Cultura Material. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 16, 1989. p.11-47.

BURKE, Peter. A museificação dos museus. *Folha de São Paulo*. São Paulo: 2 jun. 1996. Caderno Mais!

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Imagens da vida, trabalho e arte. Um estudo de caso de documentação museológica: a coleção de imaginária do Museu Dom José (Sobral-Ceará-Brasil). Lisboa: *Cadernos de*

*Sociomuseologia*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1998.

CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual*. Biscoito fino e travoso. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002. (Coleção Outras Histórias).

CARVALHO, Vânia Carneiro de. A História das armas ou a história nas armas? In: BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. (Org.). *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992. p. 11-14

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Do troféu de guerra ao copo de geléia: a dessacralização do acervo dos “templos da memória”. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 247-261, 1997.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura Eclética de Fortaleza. In: FABRIS, Ana Tereza (org). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Ed. Usp, 1987, p. 209-256.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. *Ciências & Letras*. Porto Alegre: n. 31, p. 15-19, jun. – jul. 2000.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUZA, Simone (Org). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 135-161.

CORONA; LEMOS. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

\_\_\_\_\_. A beleza do morto. In: \_\_\_\_\_. *A cultura no plural*. São Paulo: Editora Papirus, 1995. p.55-85.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 129-143.

DUMANS, Adolfo. A idéia de criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 13-23, 1997a.

\_\_\_\_\_. O Museu Histórico Nacional através de seus 25 anos de existência. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 24-34, 1997.

ELIAS, Maria José. Um museu para São Paulo. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 109-120, 1997.

ELKIN, Noah Charles. 1922: O Encontro do efêmero com a permanência. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 121-140, 1997.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo: v. 10, p.73-90,1993.

FERNANDES, Lia Sílvia Peres. Acervo - um sentido a partir da classificação. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.34, p. 191-146, 2002.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima. *História e ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade. *O Nordeste: trajetória de um jornal católico*. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social da UFC) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

GINSBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-179.

\_\_\_\_\_. Estranhamento. Pré-História de um procedimento literário. In: \_\_\_\_\_. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-41.

GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne. *Acervo do Museu Dom José*. Disponível em <[http:// bethânia.uvanet.br/museu](http://bethânia.uvanet.br/museu)>. Acesso em: 04 mar. 2004.

GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza. *Revista do Instituto Histórico*, Fortaleza, t. 57, p. 205-222, 1943.

\_\_\_\_\_. A abolição no Ceará. In: *Da senzala aos salões* (Coletânea). Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, p. 75-183, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro, n. 08, p.21-34, 1999.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

\_\_\_\_\_. Expondo História. Imagens construindo o passado. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.34, p. 71-86, 2002.

\_\_\_\_\_. Memória, História e Historiografia In: BITTENCOURT, José Neves et al. *História representada*. O dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003a, p. 75-83.

\_\_\_\_\_. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da Universidade - UFRGS, 2003b, p.9-24.

HITOSHI, Nomura. Um grande naturalista cearense: Francisco Dias da Rocha. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: t. 83, p. 224-249, 1965.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. Os vários lugares do Museu. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 18 maio 2003. Caderno Três, p. 4.

IPHAN. *Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala*. Disponível em <<http://www.iphan.gov.br/>> . Acesso em: 04 mar 2004.

LOUZADA, Nilson Moulin. Diferentes suportes para a memória. In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 13-16.

KURY, Lorelai Brilhante; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 57-85, 1997.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, 1983. p.423-477.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992. p. 535-549.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 167-182.

LOPES, Marciano. *Fortaleza Antiga*. Praças, ruas, esquinas. Fortaleza: Editora ABC Fortaleza, 1999.

\_\_\_\_\_. *Mansões, palacetes, solares e bangalôs de Fortaleza*. Editora ABC Fortaleza, 2000.

LOPES, Maria Margaret. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p.55-76, 2001.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*. São Paulo: n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. O que se deve saber para escrever história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.34, p. 107-130, 2002.

\_\_\_\_\_. Cultuando a saudade... Sobre antiquário e escrita da história no Museu Histórico Nacional. In: BITTENCOURT, José Neves et al. *História representada*. O dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003a, p. 97-112

\_\_\_\_\_. Culto da Saudade. Um estudo sobre a escrita da história nas exposições do Museu Histórico Nacional (1922-1955). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. *Anais Eletrônicos...* João Pessoa: ANPUH, 2003b. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MERLEAU PONTY, Maurice. O olho e o espírito. In: CHAUI, Marilena (Org). *Merleau-Ponty*. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 85-111. (Coleção Os Pensadores)

MESQUITA, Vianney. Para a história da grande imprensa no Ceará. *Revista da Comunicação Social*, Fortaleza: v. 13-14, p. 131-150, 1983-1984.

MONTENEGRO, João Alfredo de S. *Ideologia e conflito no Nordeste rural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MORENO, Márcia Rejane Bitu. *Museu do Ceará*. Relatos da administração de um bem cultural. 1988. Fortaleza: Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1998.

NEVES, Berenice Abreu de Castro. *A escravidão no Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, 1995.

\_\_\_\_\_. *Do mar ao museu: a saga da jangada São Pedro*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias).

NOBRE, Geraldo. *A Imprensa do Ceará na República*. In: GIRÃO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antônio (Orgs). *O Ceará*. Fortaleza: Ed. Instituto Histórico, 1966, p. 329-341.

NORA, Pierre. *Entre História e Memória – A problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo: p. 7-28, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POMIAN, Krzystof. *Coleção*. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, 1983. p. 51-86.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Epoque*. Reformas urbanas e controle social (1860-1930), 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

\_\_\_\_\_. *A cidade remodelada*. In: SOUZA, Simone de (Org). *Fortaleza, a gestão da cidade. Uma história político-administrativa*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995. p. 37-47.

PORTO ALEGRE, Maria Silvia et al. As coleções indígenas no Museu do Ceará. REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 19., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABA, 1994.

QUEIROZ, Rachel. *O Quinze*. 73 ed. São Paulo: Arx, 2002.

RAMOS, F. Régis Lopes. *Imagens do Padre Cícero: sagrado e profano*. Fortaleza: Museu do Ceará, 1999.

\_\_\_\_\_. Juazeiro e Caldeirão. In: SOUZA, Simone (Org). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000. p. 345-380.

\_\_\_\_\_. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. *Trajetos*. Fortaleza: v. 1, n. 01, p.109-131, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Danação do Objeto*. O museu no ensino de História. Fortaleza: 2003a. [Texto não publicado].

\_\_\_\_\_. *Entrevista com Valdelice Girão*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003b. [Texto não publicado].

\_\_\_\_\_. *Rodolpho Theófilo e Capistrano de Abreu*. Algumas memórias no Museu do Ceará. Fortaleza: 2004 (mimeo). [Texto não publicado].

REIS, Cleber José das Neves. Uma “marca” barroseana. A primeira exposição permanente do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.35, p. 213-226, 2003.

RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará*. Isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.(Coleção Outras Histórias).

\_\_\_\_\_. A cidade cercada: festa e isolamento na seca de 32. In: SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Seca*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002. p.105-129. (Coleção Fortaleza: História e Cotidiano)

\_\_\_\_\_. *Engenhos da Memória*. Narrativas da seca no Ceará. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

ROCHA, Francisco Dias da. *Boletim do Museu Rocha*. Fortaleza: Livraria Araújo, v. 2, 1911.

RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979.

SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. *Projeto História*. São Paulo: n.14,p. 41-81, 1997.

SANTOS, Myriam S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário social. *Sociedade e Estado*. Brasília: v. 15, n. 2, p. 271-302, Jun.-Dez., 2000.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Ceará, 2001a (Coleção Outras Histórias).

\_\_\_\_\_. *Construção de temas para visitas escolares orientadas*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001b. [Texto não publicado].

\_\_\_\_\_. *Roteiro temático para professores*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001b. [Texto não publicado].

\_\_\_\_\_. *Paisagens do consumo*. Fortaleza no tempo da segunda grande guerra. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Ceará, 2002a (Coleção Outras Histórias).

\_\_\_\_\_. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: SOUZA, Simone e NEVES, Frederico de Castro (Orgs). *Comportamento*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002b, p. 59-96. (Coleção Fortaleza: História e Cotidiano)

\_\_\_\_\_. Pós-fácio: Um Barão e muitas histórias. In: AMARAL, Eduardo Lúcio. *Barão de Studart*. Memória da Distinção. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Ceará, 2002c (Coleção Outras Histórias).

SIMOND, Gilbert. Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida In ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Edições Liberdade, 1998, p. 253-266.

SOUZA, Simone de. As interventorias no Ceará (1930-1935). 1. ed. In: \_\_\_\_\_. (Coord). *História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 1994, p. 321-346.

\_\_\_\_\_. O município e a centralização política (1930-1945). In: \_\_\_\_\_ et al. *Fortaleza, a gestão da cidade. Uma história político-administrativa*. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995, p. 53-63.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memórias, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

STUDART, Newton Jacques. *Os barões do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará (IOCE), 1985.

SUANO, Marlene. *O que é Museu*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

TELLES, Ângela Cunha da Mota. Mostrar, estudar, celebrar. Apontamentos sobre a história das atividades educativas do Museu Histórico Nacional, 1922-1968. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 187-210, 1997.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; CPDOC, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et. al. *A Pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.

VIEIRA, Rejane Maria L. et al. Uma grande coleção de moedas no Museu Histórico Nacional? *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.27, p. 91-111, 1995.

WILLIAMS, Daryle. Sobre patronos, heróis e visitantes: o Museu Histórico Nacional (1930-1960). *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.29, p. 141-186, 1997.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo: n.4, p. 89-102, 1985.

# **ANEXOS**

# Objetos remetidos ao Museu Histórico do Ceará (1932-1942)

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1935	Álbum de fotos	Dr. Gilberto Câmara	Artista plástico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De todas as maquetes dos artistas que se inscreveram na concorrência da estátua de José de Alencar, erguida na Praça José de Alencar, além de vários perfis do escritor.						
1	1934	Almofariz	Dr. Gustavo Barroso	Diretor do Museu Histórico Nacional	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Pertenceu ao Boticário Ferreira.						
1	1932	Amstras de minérios	Dr. Carlos Furtado Lobo	Agente Auxiliar do Arquivo em Campo Grande	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Campo Grande - Ms
<b>OBSERVAÇÕES</b> Existentes no Município de Campo Grande.						
2	1935	Arcos e flechas	Sr. Teodor Zisemer	Não Identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Vários, usados pelos índios do Purús (AM).						
2	1934	Armas(Diversas)	-----	-----	Relatório Carneiro de Mendonça (fotos)	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> -----						
1	1932	Autógrafo	Dona Maria Amália de Castro	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Com retrato de Joaquim Liberato Barroso. Doado por intermédio do Agente Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, sr. Fco. Fernando Ribeiro da Silva.						
1	1932	Autógrafo	Dona Maria Amália de Castro	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Com retrato do engenheiro Antônio Lassance Cunha. Doado por intermédio do Agente Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, sr. Fco. Fernando Ribeiro da Silva.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Autógrafo	Dona Maria Amália de Castro	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Com retrato do Conselheiro João Rocha Moreira. Doado por intermédio do Agente Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, sr. Fco. Fernando Ribeiro da Silva.						
1	1932	Autógrafo	Dona Maria Amália de Castro	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Com retrato do Brigadeiro Tibúrcio F. de Souza. Doado por intermédio do Agente Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, sr. Fco. Fernando Ribeiro da Silva.						
1	1938	Autógrafo	Sr. Juarez B. Cordeiro	Filho de João Cordeiro	Jornal A Gazeta	São Paulo - SP
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Dragão do Mar, doado pelo filho de João Cordeiro (um abolicionista cearense). A sua oferta foi acompanhada de carta.						
1	1934	Bala	Sr. Waldemar de Queiroz Matos	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De metal, feita para canhão.						
1	1934	Bala	Sr. Benedicto Prata	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De um canhão que figurou na Revolução do Acre e caiu em poder dos bolivianos, sendo depois tomado pelas forças revolucionárias, sob o comando de Plácido de Castro, com a rendição de Porto Acre (24/01/1903).						
1	1932	Bala	Prefeitura de Juazeiro do Norte	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Juazeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Encontrada nos campos de operações da Revolução de 1914 (Juazeiro do Norte -Ce).						
1	1933	Bala	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De canhão grosso calibre, pesando 4 Kg e 150 gramas, achada no quintal da residência da nferitante, na praia Formosa, chamada Casa Entrada da Barra.						
1	1933	Bala	Dr. Ademar Benévolo	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	São Paulo - SP
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De um antigo canhão de pequeno calibre. Doado por intermédio de Elvira Pinho.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
4	1932	Balanças com conchas de metal	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Na lista de objetos doados pela Escola de Aprendizes, surgiu a referência ao Capitão dos Portos e ao Ministro da Marinha.						
1	1934	Banda de Uniforme	Coronel Juvenal de Carvalho	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do uniforme de oficial superior (coronel) da antiga Guarda Nacional.						
1	1932	Bandeira	Sr. Antônio Sales	Jornalista/Escritor	Relatório de Eusébio de Sousa; Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da Padaria Espiritual. Doação acompanhada de carta. A bandeira pertenceu à esposa de Rodolfo Teófilo. Com a morte dela, Teófilo entregou a bandeira à Antônio Sales. Sutilmente, Sales demonstra o desejo de ser enterrado com a peça.						
1	1934	Bandeira	Sr. Felipe Cavalcante	Acadêmico de Agronomia	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Com emblema do Brasil Império.						
1	1932	Bandeira	Sr. Genésio Ramos Alcantara	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Ceará.						
1	1934	Bandeira	Sr. Descartes da Silva Braga	Não identificada	Diário Oficial; Boletim Museu .	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De seda, bordada a fios de ouro, que pertenceu à Libertadora Estudantal.						
1	1932	Bandeira	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Município de Fortaleza.						
1	1932	Bandeira	Senhoritas Adélia, Gércia e Alda Osório Sampaio	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório; Jornal A Rua	Icó - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da Sociedade Libertadora Icoense. Pertenceu ao farmacêutico João Jacinto Sampaio, um abolicionista de Icó.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Bandeira	-----	-----	Relatório Carneiro de Mendonça (fotos)	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

Com uma cruz ao centro, feita de vermelho

1	1934	Bandeira	Sr. Paulo Eleutério	Secretário Pépetuo do Instituto Histórico do Pará	Diário Oficial	-----
---	------	----------	---------------------	---	----------------	-------

**OBSERVAÇÕES**

Do Império. Sob as dobras dessa bandeira foram alistados os voluntários cearenses para a Guerra do Paraguai. Pertenceu ao Prof. José Euletério da Silva, de Granja (Ce).

1	1939	Bandeira	Coronel Alcebíades Dracon Barreto	Diretor do Colégio Militar	Jornal O Estado	-----
---	------	----------	-----------------------------------	----------------------------	-----------------	-------

**OBSERVAÇÕES**

Do recém-extinto Colégio Militar do Ceará.

1	1936	Bengalão	Prof. Mozart Solon	Professor	Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
---	------	----------	--------------------	-----------	--------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Pertenceu a Domingos Costa, conhecido por Domingão, plantador da Serra de Aratanha, no ultimo quartel do seculo XIX. Era o maior gastrônomo do seu tempo. Comia uma espetada de carne ao almoço com um cacho de bananas. Diz João Brigido, no seu livro “O Ceará” (lado cômico), que a voz de “Domingão” era tão pesada e retumbante que enchia toda a Serra.

1	1933	Bloco de calcareo sacaroide	Sr. Aristides Chagas Moreno	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Quixadá - Ce
---	------	-----------------------------	-----------------------------	------------------	---	--------------

**OBSERVAÇÕES**

Mármore tirado de uma pedreira existente na fazenda Vidéo, de propriedade do doador.

1	1932	Bloco de steatite	Sr. Pio Saraiva Leão	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Redenção - Ce
---	------	-------------------	----------------------	------------------	--	---------------

**OBSERVAÇÕES**

Conhecida vulgarmente por pedra-sabão.

1	1935	Bode Yoyô	Coronel José Magalhães Porto	Militar	Jornal A Gazeta; Boletim Museu; Jornal O Povo	Fortaleza - Ce
---	------	-----------	------------------------------	---------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Morreu em 1931 e foi embalsamado pela Firma Rossbach Brasil Company, sua proprietária, segundo alguns registros. Outros apontam que a proprietária do caprino era a Iona Company.

1	1934	Bolsa	Sr. Valdir de Laebmann	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	-------	------------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Comemorativa, com o retrato do Marechal Deodoro da Fonseca.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Botão de metal	Sr. Felipe Cavalcante	Acadêmico de Agronomia	Diário Oficial	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

Da farda imperial do Brasil.

1	1934	Botão de punho	Sr. Francisco Barcelos	Não identificada	Jornal O Nordeste; Diário Oficial	-----
---	------	----------------	------------------------	------------------	-----------------------------------	-------

**OBSERVAÇÕES**

Chamado de "botão de punho da abolição", por nele conter a gravação da primeira página do Jornal O Libertador. Esse e outros botões de punho foram encomendados em Paris por José do Amaral, em comemoração da vitória abolicionista de 1884. Era de ferro esmaltado.

1	1932	Bússola de metal	Escola de Aprendizizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	------------------	---	-------------------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Na lista de objetos doados pela Escola de Aprendizizes, surgiu a referência ao Capitão dos Portos e ao Ministro da Marinha.

1	1934	Busto	-----	-----	Relatório Carneiro de Mendonça (fotos)	-----
---	------	-------	-------	-------	--	-------

**OBSERVAÇÕES**

-----

1	1934	Busto	Sr. Antonico (Antonio) Borges Teles	Artista plástico	Jornal O Nordeste	Fortaleza - Ce
---	------	-------	-------------------------------------	------------------	-------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De Anchieta, feito pelo mesmo artista do Busto de Capistrano de Abreu. Foi preparado para a Semana Anchieta - em comemoração ao 400º aniversário de nascimento de José de Anchieta - organizada pelo Arquivo Público-Museu Histórico e Instituto do Ceará, com o apoio da Igreja Católica local e do Governo do Estado do Ceará.

1	1934	Busto	Sr. Antonico (Antonio) Borges Teles	Artista plástico	Jornal O Nordeste; Boletim Museu; Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
---	------	-------	-------------------------------------	------------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De Capistrano de Abreu. O ofertante solicitou a permissão para esculpir qualquer personalidade que Eusébio de Sousa quizesse ver nas galerias do Museu.

1	1935	Busto	Dr. Gilberto Câmara	Artista plástico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	-------	---------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Detalhe em gesso da maquete vitoriosa do busto de José de Alencar, de autoria de Humberto Cozzo (estátua existente na praça do Marquez do Herval, hoje José de Alencar).

1	1932	Cabo de madeira de revólver	Sr. José Júlio Barbosa	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	-----------------------------	------------------------	------------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Conduzido por um dos pilotos do hidro-avião Junkers-218, que empreendeu o raid Cuba-Rio de Janeiro. Explodiu em 25/01/1923, quando decolava da cidade de Aracati, rumo ao sul. Morreram os pilotos Werner Junkers e Hermem Mueller.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Cachimbo indígena	Sr. Afonso Medeiros	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Encontrado na escavação de uma cacimba em Pacoti.						
1	1934	Cadeira-liteira	Dr. José Sabóia de Albuquerque	Agente Auxiliar do Arquivo em Sobral	Diário Oficial; Foto no Boletim Museu Histórico	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Pertenceu a Dona Joaquina Figueira de Sabóia, casada com o Coronel José Sabóia, vulto de grande relevo no seu tempo. Os Sabóia são uma família tradicional de Sobral.						
1	1934	Cadeira-padiola	Casa Bóris	Estabelecimento particular	Dactas e Factos para a História do Ceará; Cronologia Ilustrada de Fortaleza; Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Foi adquirida em 20/02/1934. Nessa cadeira desembarcaram, no porto de Fortaleza: 1) Em 1889, o Príncipe Gastão de Orleans (Conde D' Eu); 2) Em 1904, o Embaixador da Santa Fé, o Papa Leão XIII, Núncio Dom Júlio Tonti.						
6	1932	Cadeiras da Câmara Municipal de Fortaleza	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Mobiliário da época monárquica.						
1	1934	Caixa com cápsulas de espoletas	Sr. Eurico Sidou	Fiscal das exatarias da zona litoral - Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Cápsulas usadas nas armas coloniais, encontradas nas ruínas do reduto de Ponta Grossa (Aracati-Ceará).						
1	1934	Caixa de xarão	Sr. Valdir de Laebmann	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Com pedra e copos para o jogo de dama e gamão, da época do Primeiro Reinado.						
1	1934	Candeia	Sr. Heráclito Costa	Agente Auxiliar do Arquivo em Limoeiro do Norte	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De sebo, em metal, usada nos tempos coloniais. Foi adquirida pelo ofertante na cidade de Icó.						
1	1934	Candelabro	Sr. Balthazar Barreira	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De louça, usado em casa de família de trato, no tempo do Império.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Caneta	Coronel Miguel Soares	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

De osso, com espátula.

1	1934	Caneta	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Diário Oficial; Jornal O Nordeste	Fortaleza - Ce
---	------	--------	------------------------------	---------------------	-----------------------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Chapeada a ouro, que serviu para a assinatura, no Ministério da Viação, do contrato das obras do porto de Fortaleza.

1	1933	Canhão	-----	-----	Jornal A Gazeta; Jornal A Rua	Camocim-Ce
---	------	--------	-------	-------	-------------------------------	------------

**OBSERVAÇÕES**

Antigo, de ferro, vindo de Camocim, onde se encontrava depositado nas oficinas da Estrada de Ferro de Sobral. Foi encontrado pelo dr. Privat, engenheiro da ferrovia, no morro de Jericoacora, supondo-se haver pertencido ao antigo Fortim ali existente, havendo quem afirme datar a sua existência do ano de 1612.

1	1933	Canhão	Prefeitura de Juazeiro do Norte	Estabelecimento oficial	Jornal A Gazeta	Fortaleza - Ce
---	------	--------	---------------------------------	-------------------------	-----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Usado na Rebelião de Juazeiro do Norte em 1914. Foi decantado em prosa e verso. Sua existência era posta em dúvida até chegar ao Museu. Foi fabricado em Fortaleza, caindo em poder dos fanáticos do Padre Cícero, sendo apreendido há poucos anos, com a vitória da revolução outubrina. Ficou recolhido no 23° BC e depois enviado ao Museu após prévio entendimento com as autoridades superiores.

1	1936	Canhão	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
---	------	--------	-------	-------	-------------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Coronada pertencente às antigas fortificações do Mucuripe.

1	1936	Canhão	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Aracati-Ce
---	------	--------	-------	-------	-------------------------	------------

**OBSERVAÇÕES**

De um dos fortes que guarneciam o baixo Jaguaribe.

1	1937	Canhão	Dom José Tupinambá da Frota	Bispo de Sobral	Jornal A Rua	Sobral - Ce
---	------	--------	-----------------------------	-----------------	--------------	-------------

**OBSERVAÇÕES**

Pequeno canhão que refletiu a intentona acontecida na cidade de Sobral em 1840. A reportagem que cita a peça foi escrita em 1937, mas talvez ela tenha sido doada antes da referida data.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1935	Canhões	-----	-----	Boletim Museu Histórico; Jornal A Rua	Paracuru - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De ferro. Não se sabe sobre a origem dos canhões. Provavelmente pertenceram à antiga fortificação do Parazinho. Foram encontrados na Praia do Paracuru (Ceará). São citados no texto "Os canhões de Paracuru", escrito por Antônio Sales para o Correio do Ceará e republicado no volume nº 01 do Boletim do Museu Histórico do Ceará (1935). Sales os descreve como peças que fizeram parte da sua memória afetiva, já que na sua infância e juventude, os canhões ficavam em frente a sua casa, na praia de Paracuru.						
3	1935	Canhões	-----	-----	Boletim Museu Histórico; Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Faziam parte da antiga Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. São citados no texto "Os canhões de Paracuru" escrito por Antônio Sales para o Correio do Ceará e republicado no volume nº 01 do Boletim do Museu Histórico do Ceará (1935). No mesmo boletim, os canhões são também citados no texto "A antiga lápide da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção".						
2	1932	Canhões	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório; Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Material: Metal, ferro e madeira.						
1	1933	Cantil	Sr. Eduardo de Abreu Machado	Funcionário do Colégio Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Fabricado em São Paulo e apreendido pelo ofertante na cidade do Itu (SP), quando foi sargento do Primeiro Batalhão Provisório do Ceará, em operações de guerra no momento revolucionário paulista (1932).						
1	1932	Cantil	Tenente Raimundo da Costa Nogueira	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Usado pelos voluntários paulistas e adquirido na campanha contra a Revolução Paulistana de 1932, pelo ofertante.						
1	1934	Capacete	Waldo Weyne	Estudante	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De aço. De um ex-combatente das forças paulistas, na intentona de 1932, em São Paulo.						
1	1932	Capacete	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De aço. Dos revolucionários paulistas na Revolução de 1932.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Capacete	Tenente Raimundo da Costa Nogueira	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De aço. Usado pelos voluntários paulistas e adquirido na campanha pelo ofertante.						
4	1934	Caracas de Cajazeira	Sr. João Francisco do Nascimento	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Serviram de modelo para as medalhas- prêmio da Exposição Agropecuária, realizada em Fortaleza no ano de 1933.						
1	1934	Carimbo de cobre	Encarregado do Arquivo da Assembléia Legislativa do Ceará	Encarregado do Arquivo da Assembléia Legislativa do Ceará	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do tempo do Império.						
1	1933	Carteira de cigarros "9 de julho"	Sr. José Abreu do Nascimento	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Usada pelos revolucionários de São Paulo.						
2	1933	Cartuchos de guerra	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Deflagrados na revolução de 1932.						
2	1934	Cartuchos de Fuzil	Sr. João Gualberto Marinho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Usados na Revolução de Princesa (PB) em 1930.						
1	1932	Cédula	Sr. José Gois Ferreira	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República Brasileira, no valor de 200\$000, já recolhida.						
1	1932	Cédula	Sr. José da Ponte e Horta	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Brasileira, do Império, no valor de 5\$000.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Cédula	Dr. Raimundo Girão	Intelectual	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Banco de Portugal, no valor de 5 escudos-ouro, emitida em virtude da lei de 13/01/1925.						
1	1934	Cédula	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
No valor de 20\$000, emitida pelo Governo do Rio Grande do Sul.						
1	1933	Cédula	Sr. Hugo Catunda	Educador	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da República Brasileira, no valor de 5\$000.						
1	1934	Cédula	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Jornal O Nordeste	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De 20\$, emitida pelo RS, com efígie de Assis Brasil.						
1	1934	Cédula	Sr. Constantino Neri Camelo	Agente Auxiliar do Arquivo pelo interior do Ceará	Diário Oficial	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Recolhida, da República Brasileira, valor de 200\$000.						
1	1933	Cédula	Sr. Melquíades de Oliveira Lima	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Império do Brasil, valor de 1\$.						
1	1933	Cédula	Sr. Artur Cabral	Numismata	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Império do Brasil, no valor de 5\$000.						
1	1933	Cédula	Dr. João Vitoriano	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Império, no valor de 5\$000. Doada por intermédio do Agente-Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, F. Fernando.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1935	Cédula	Dr. João Jorge Pontes Vieira	Advogado	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> No valor de 50\$000, emitida por RS, em 31/10/1930.						
1	1932	Cédula	Sr. José Bastos de Oliveira	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República do Brasil, no valor de 100\$. Já estava recolhida.						
1	1933	Cédula	Sr. José Fernandes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Santana do Acaraú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Império do Brasil, no valor de 1\$000.						
1	1933	Cédula	Dr. João Vitoriano	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Austriaca, no valor de 10.000 côroas. Doada por intermédio do Agente-Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, F. Fernando.						
1	1932	Cédula	Dr. Daniel Lopes	Desembargador	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República de Portugal.						
1	1932	Cédula	Senhora Belina Castro	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República Brasileira, no valor de 500\$000.						
1	1932	Cédula	Senhorita Altair Osório de Sousa	Filha de Eusébio de Sousa - Funcionária do Museu Histórico do	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República Brasileira, reputada falsa, no valor de 100\$000.						
2	1932	Cédulas	Barão de Studart	Historiógrafo	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Recolhidas do Império e República, nos valores de 2\$000 e \$500.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1933	Cédulas	General Dr. Luís Sombra	Militar-Tesoureiro da Sociedade Capistrano de Abreu	Diário Oficial	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Brasil República, nos valores de 1\$ e 2\$000. O ofertante é Agente-Auxiliar do Arquivo no Rio de Janeiro.						
3	1933	Cédulas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Brasil Colonial e Império, de vários valores e datas.						
2	1934	Cédulas	Dr. José Ramalho de Alarcon Santiago	Farmacêutico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Das repúblicas da Argentina e da Bolívia, nos valores de 10 pesos e 5 bolivianos.						
6	1933	Cédulas	Dr. Raimundo Gomes de Matos	Intelectual	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República e do Império, nos valores de \$500, 1\$000, 2\$000, 10\$000 e 100\$000.						
6	1932	Cédulas	Sr. José Barbosa Lima	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; O Povo; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Ceará, emitida em virtude da lei de 1833, nos valores de 1\$000, 2\$000, 5\$000, 10\$000, 20\$000 e 50\$000. As cédulas têm a assinatura do Major Facundo.						
3	1932	Cédulas	Dr. Carlos Câmara	Intelectual	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República Brasileira e do Império, nos valores de 1\$000, 10\$000 e 20\$000.						
2	1932	Cédulas	Coronel Manuel Freire de Andrade	Militar	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República, uma reputada falsa e a outra já recolhida.						
3	1932	Cédulas	Sr. Daniel Lopes	Desembargador	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Império, nos valores de 1\$000, 2\$000 e 10\$000.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
6	1932	Cédulas	Sr. Daniel Lopes	Desembargador	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República Brasileira, nos valores de \$500, 2\$000, 5\$, 10\$, 200\$ e 500\$000.						
12	1935	Cédulas	Sr. Joaquim Quariguazy da Frota	Agente Auxiliar do Arquivo em Acaraú	Diário Oficial	Santana do Acaraú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Recolhidas do Tesouro Nacional, emissão da República, de vários valores.						
2	1935	Cédulas	Dr. George de Cerqueira Cavalcanti	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da Província do Ceará, valores 5\$ e 1\$000, emitidas em virtude da lei de 03/10/1833.						
1	1934	Chapa de metal	Sr. Teodorico Medina	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Um dia de serviço, no valor de \$500, do sítio Jardim (Guaiúba-Ce), de propriedade do sr. José Correia de Melo.						
1	1934	Chapéu armado	Dr. José Sabóia de Albuquerque	Agente Auxiliar do Arquivo em Sobral	Diário Oficial	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De oficial superior da Guarda Nacional.						
1	1934	Chave	Coronel Felino Barroso	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do antigo cofre dos órfãos da Província do Ceará.						
1	1932	Chave	Sr. Vicente Lopes Araújo	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do armazem do sítio Genipapo, situado na Serra da Meruoca, pertencente ao coronel Antônio Viriato de Medeiros.						
1	1934	Chave	Dr. Raimundo Gomes de Matos	Intelectual	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Garangeu. Primitivo boticão de dentes.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Chave	Dr. Raimundo Gomes de Matos	Intelectual	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De Garangeu. Primitivo boticão de dentes.						
2	1938	Cinzas de 20 bandeiras	Sr. Abreu Mota	Não identificada	Jornal A Gazeta	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Bandeiras que não estavam de acordo com os princípios do Estado Novo. Foram queimadas em solenidade pública, na presença de Getulio Vargas.						
1	1933	Clarim de Antonio Conselheiro	Coronel Francisco Brito	Fazendeiro	Jornal A Gazeta; Jornal O Povo; Jornal A Rua	Crato - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Grande chifre de boi. Espécie de Trombeta. Foi dado ao Coronel Brito por um dos seguidores de Conselheiro, chamado Vila Nova, filho de Assaré.						
1	1934	Clavinote	-----	-----	Jornal O Nordeste	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Boca de sino, usado por ocasião da "revolução" de Pinto Madeira.						
1	1934	Colher de pau	Sr. Valdir de Laebmann	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da época colonial. Arte popular cearense.						
1	1934	Console	Sr. Dias da Rocha	Diretor do Museu Rocha	Diário Oficial; Jornal O Nordeste	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da mobília de Antônio de Oliveira Pluma, co-partícipe na Confederação do Equador, no Ceará. Pluma foi condenado à morte pela "Comissão Matuta", reunida em Icó (Ce), no ano de 1824, mas conseguiu fugir, estabelecendo-se tempos depois como Promotor de Baturité (Ce). O console é uma espécie de mesa em que se colocavam jarras ou pequenos objetos de curiosidades e ornamentos.						
1	1934	Console	Sr. Balthazar Barreira	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Usado em casa de fino trato ao tempo do Império.						
1	1933	Cruz de metal	Coronel Miguel Soares	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Distribuída aos congregados do Apostolado do Coração de Granja (1904).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Curativo	Sr. José Abreu do Nascimento	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Acondicionado em caixa de metal, usado pelos revoltosos paulistas de 1932.						
1	1934	Destroço	Sr. Horácio Marques	Agente Auxiliar do Arquivo em Tauá	Diário Oficial	Tauá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De um antigo bacamarte conhecido por Boca de Sino.						
1	1934	Destroço	Sr. Horácio Marques	Agente Auxiliar do Arquivo em Tauá	Diário Oficial	Tauá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De um fuzil da coluna Prestes, por ocasião de sua passagem no território cearense, em 1924.						
2	1934	Destroços	Sr. Salgado Filho e Cya	Representante do Loyd's Register	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da asa do hidro-avião Savóia Marchetti, sinistrado no dia 28/02/1934, nas praias de Soure (Ce).						
1	1932	Destroços	Sr. José Júlio Barbosa	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Das asas do hidro-avião Junkers-218, que empreendeu o raid Cuba-Rio de Janeiro. Explodiu em 25/01/1923, quando decolava da cidade de Aracati, rumo ao sul. Morreram os pilotos Werner Junkers e Hermem Mueller.						
1	1934	Destroços	Sr. Vicente Cunto	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do hidro-avião Savóia Marchetti, sinistrado no dia 28/02/1934, nas praias de Soure (Ce).						
1	1934	Destroços	Sr. Francesco de Francisco di Angelo	Agente Consular da Itália em Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Duas lâmpadas a cores, que constituíam os sinais de navegação do hidro-avião Savóia Marchetti, sinistrado no dia 28/02/1934, nas praias de Soure (Ce).						
2	1933	Distintivos de metal	Dr. César Kaiat	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Distribuídos pelos reacionários paulistas, por ocasião da rebelião de agosto de 1932.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Dito do avião Sampaio Correia	Dr. Livino de Carvalho	Desembargador-Agente Auxiliar do Arquivo em Barbalha	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

O primeiro avião que pousou em águas brasileiras, pilotado pelo cearense Pinto Martins.

1	1933	Documento escrito	Coronel Joaquim A. Cavalcante	Militar	Diário Oficial; Jornal A Rua	-----
---	------	-------------------	-------------------------------	---------	------------------------------	-------

**OBSERVAÇÕES**

Curioso reclame de um negociante negreiro, chamado Manoel José de Oliveira Figueiredo, bastante conhecido na província do Ceará.

1	1939	Documento escrito	Raimundo de Laor	Não identificada	Jornal O Nordeste	-----
---	------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	-------

**OBSERVAÇÕES**

Termo de Veriação Extraordinária da Câmara Municipal da Vila de São José de Uruburetama, antiga Vila da Imperatriz (Ce), escrito em 02/10/1824, aderindo à Confederação do Equador.

1	1933	Emblema	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	---------	------------------------------	---------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Usado pelas mulheres de São Paulo, durante o movimento sedioso paulista.

1	1933	Emblema	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
---	------	---------	--------------------	------------------	---	-------------

**OBSERVAÇÕES**

Miniatura de capacete, feito de aço, usado pelos reacionários de São Paulo, na intentona de 1932.

2	1934	Emblemas	Coronel Ignácio de Almeida Fortuna	Militar	Diário Oficial	Granja - Ce
---	------	----------	---------------------------------------	---------	----------------	-------------

**OBSERVAÇÕES**

Maçônicos, que pertenceram a antiga loja existente na cidade de Granja (Ce), no primeiro quartel do século XIX.

2	1934	Emblemas	Clube de Futebol	Estabelecimento particular	Diário Oficial	Limoeiro do Norte - Ce
---	------	----------	------------------	----------------------------	----------------	------------------------

**OBSERVAÇÕES**

De prata e ouro, que pertenceram ao Clube Esportivo ofertante.

1	1932	Escudo	Dr. Carlos Studart Filho	Intelectual - Agente Auxiliar do Arquivo em Fortaleza	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	--------	--------------------------	---	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Do estado de São Paulo. Exemplar de metal, distribuído por ocasião da rebelião de São Paulo, em 1932.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Espada	Sr. Horácio Marques	Agente Auxiliar do Arquivo em Tauá	Diário Oficial	Tauá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Estilo rabo de galo, usada no Primeiro Império.						
1	1934	Espada	Coronel Juvenal de Carvalho	Militar	Jornal O Nordeste	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do último posto da Guarda Nacional.						
1	1933	Espada	Dr. Jorge Moreira da Rocha	Advogado	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Pertenceu ao Coronel Joaquim Ribeiro da Silva, comandante superior da Guarda Nacional e major honorário do Exército, com serviços prestados na Revolta dos Balaios e na Guerra do Paraguai.						
1	1934	Espadim	Dr. José Sabóia de Albuquerque	Agente Auxiliar do Arquivo em Sobral	Diário Oficial	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Imperador. Peça galvanizada a ouro, adquirida pelo coronel Ernesto Diocleciano de Albuquerque, em um leilão de objetos antigos.						
1	1933	Espelho	Sr. Eliomar Saraiva	Colegial do Instituto São Luiz	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Antigo.						
2	1934	Esporas de metal	Coronel Juvenal de Carvalho	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Complemento do uniforme de oficial superior (coronel) da antiga Guarda Nacional.						
2	1935	Estampas	Dr. José Pires de Carvalho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Reproduzindo duas cenas históricas da declaração da guerra do Brasil à Alemanha (1917).						
4	1933	Estampas	Museu Histórico Nacional	Estabelecimento oficial	Diário Oficial	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b> Reproduzindo os retratos dos Viscondes de Maranguape e de Niterói, Barão de Loreto e Marquês de Lages.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1934	Estilhaços de bombas e granadas	Sr. Boulanger Bruno	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Adquiridos por ocasião da rebelião de São Paulo, em 1932, e usados pelas forças constitucionistas.						
1	1935	Estribo	Sr. Joaquim Pereira Pinto	Não identificada	Diário Oficial	Itapipoca - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Antigo, estilo colonial, encontrado em Macaquinho (Itapipoca - Ceará).						
2	1933	Estribos	Sr. Manfredo de Oliveira Lima	Agente Auxiliar do Arquivo em Limoeiro do Norte	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De ferro.						
4	1933	Ex-votos	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Colhidos no Horto de Juazeiro do Norte (Ceará).						
1	1934	Fardamento	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Diário Oficial	Recife - Pe
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da Guarda Nacional. Completo, incluindo espada, da Guarda Nacional em Sobral, pertencente ao falecido pai do ofertante, Coronel Antônio Regino do Amaral.						
1	1934	Ferrolho	Sr. Melquíades de Oliveira Lima	Não identificada	Diário Oficial	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Serviu em antiquada construção rural.						
1	1934	Ferrolho de Fuzil	Sr. José Lage	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Pertencente ao bandoleiro Jararaca, do grupo de Lampião.						
1	1941	Figura de prôa	-----	-----	Jornal O Povo	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Uma cara de mulher comum, que pertenceu a barca Laura, um navio negreiro. Em junho de 1839, partiu de São Luís rumo ao Rio de Janeiro. Nessa viagem aconteceu um levante de negros, que mataram os tripulantes do navio. Alguns dos rebelados foram presos e trazidos sob escolta para Fortaleza, onde foram fuzilados na antiga Praça dos Mártires (hoje Passeio Público), em 12/10/1839.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1933	Fita simbólica	Dr. Livino de Carvalho	Desembargador-Agente Auxiliar do Arquivo em Barbalha	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Por ocasião da inauguração das estações de Juazeiro e Crato, da Rede Ferroviária Cearense.						
1	1934	Fita simbólica	Diretor Regional dos Correios e Telegrafos	Diretor Regional dos Correios e Telegrafos	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Cortada na inauguração do prédio dos Correios e Telegrafos, na Praça Capistrano de Abreu (Fortaleza-Ce), no dia 14/02/1934.						
1	1933	Fita simbólica	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Cortada no dia 16/09/33, no município de Jaguaribe-Mirim (Ce), pelo Dr. Getúlio Vargas, ao inaugurar o açude Feiticeiro com o nome de Juarez Távora.						
2	1933	Fósseis	Sr. Manuel Leopoldo Cavalcante	Agente Auxiliar do Arquivo em Quixadá	Documentos oficiais do Governo Provisório	Quixadá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Várias espécimes da Lagoa Coronel, encravada em Laranjeiras (Quixadá- Ceará).						
1	1933	Fóssil	Sr. José Abreu do Nascimento	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De peixe. Original da cidade do Crato.						
1	1933	Fóssil	Sr. Raimundo Magalhães	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De peixe.						
1	1932	Fotografia	Sr. Pio Saraiva Leão	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Redenção - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da cheia do Jaguaribe (Ce).						
1	1933	Fotografia	Dr. Joaquim B. de Holanda Cavalcante	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do célebre canhão de Juazeiro do Norte, apanhada na cidade do Crato.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Fotografia	Sr. Constantino Neri Camelo	Agente Auxiliar do Arquivo pelo interior do Ceará	Diário Oficial	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Padre Antônio Tomaz.						
1	1933	Fotografia	Sr. Raimundo Andrade e Silva	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De um grupo na povoação do Embau (SP), por ocasião da propaganda republicana realizada na comunidade por Campos Sales.						
1	1936	Fotografia	-----	-----	Boletim Museu Histórico	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Vista da antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (Ce), com o passadiço mandado construir pelo coronel Bentemuller.						
1	1936	Fotografia	-----	-----	Boletim Museu Histórico	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do canhão de um dos fortes que guarneciam o baixo Jaguaribe.						
1	1932	Fotografia	Sr. José Antônio de Barros Leal	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Santa Quitéria - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Dom Pedro II em família.						
1	1932	Fotografia	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Antigo Prédio da Assembléia Provincial, na Praça Caio Prado.						
1	1932	Fotografia	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Jovens cearenses que emprenderam o raid terrestre Fortaleza-São Paulo (1923).						
1	1935	Fotografia	Dr. Ubyrajara Negreiros	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em miniatura, de quadro contendo a oficialidade do 11º Batalhão de Infantaria aquartelado em Fortaleza, no ano de 1891.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Fotografia	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Com autógrafo do Padre Mororó.						
1	1933	Fotografia	Sr. Luís G. Brígido Bastos	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Vista da missa campal de 03/05/1900, na Matriz da Sé, comemorando a passagem do século.						
1	1932	Fotografia	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Igreja de Almofala (Ce).						
1	1932	Fotografia	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Casa em que Pinto Madeira foi julgado.						
1	1932	Fotografia	Senhora Amelia Armand	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Canhão de Juazeiro do Norte (da revolução de 1914), rodeado por um grupo de jagunços.						
1	1932	Fotografia	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Casa onde nasceu Bárbara de Alencar.						
1	1932	Fotografia	Tenente Hermogenes de Aquino Pereira	Militar	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Palácio do Governo, no dia seguinte ao bombardeio da Escola Militar do Ceará (que visou a deposição do governador José Clarindo de Queiroz em 16/02/1892).						
1	1935	Fotografia	Sr. Silveira Marinho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, em 1934.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Fotografia	Dr. Virgílio Firmeza	Agente Auxiliar do Arquivo no Crato	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Crato - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Hospital Santo Antônio dos Pobres, de Iguatu (Ce), quando em construção, vendo-se sobre os alicerces o Dr. Carlos Gouveia, seu fundador e dirigente.						
1	1933	Fotografia	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da chegada da caravana pró-Maurício de Lacerda no Ipu (Ce).						
1	1933	Fotografia	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da inauguração da estação de Poti.						
1	1933	Fotografia	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do primeiro trem que percorreu a estrada de Sobral, de Camocim ao Ipu (Ce).						
1	1932	Fotografia	Dr. Virgílio Firmeza	Agente Auxiliar do Arquivo no Crato	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Crato - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Apanhada pelo ofertante no Crato.						
1	1933	Fotografia	-----	-----	Jornal A Rua; Jornal A Gazeta	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da beata Maria de Araújo.						
1	1936	Fotografia	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do alicerce de uma das antigas baterias do Mucuripe.						
1	1934	Fotografia	Sr. Constantino Neri Camelo	Agente Auxiliar do Arquivo pelo interior do Ceará	Diário Oficial	Ubajara - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Ampliada, da Gruta de Ubajara (Ce).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Fotografia	Dr. Virgílio Firmeza	Agente Auxiliar do Arquivo no Crato	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De missa campal celebrada em 1925, em comemoração ao 50º aniversário do Seminário do Crato (Ce).						
1	1933	Fotografia	Dr. Livino de Carvalho	Desembargador-Agente Auxiliar do Arquivo em Barbalha	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Sampaio Correia, primeiro avião que pousou em águas brasileiras, pilotado pelo cearense Pinto Martins.						
1	1933	Fotografia	Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça	Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Emoldurada, do governo do Ceará (administração do Desembargador José Moreira da Rocha).						
1	1934	Fotografia	Sr. Edgar Bizerril Fontenele	Não identificada	Diário Oficial	Viçosa - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do antigo sacrário de madeira, obra de arte do tempo colonial, existente na Igreja Matriz de Viçosa (Ce).						
1	1933	Fotografia	-----	-----	Jornal A Rua	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da praça general Tibúrcio.						
1	1933	Fotografia	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Em ponto grande, de D. Pedro II e D. Tereza Cristina .						
1	1934	Fotografia	Sr. Edgar Bizerril Fontenele	Não identificada	Diário Oficial	Viçosa - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Estampa do Dr.Sebastião Gonçalves da Silva, vice-presidente da Província do Ceará (1867).						
1	1935	Fotografia	Dr. Luiz Vieira	Inspetor Federal de Obras contra as Secas	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da casa da fazenda Acauã, onde Frei Caneca esteve preso .						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Fotografia	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Rui Barbosa e senhora.						
4	1934	Fotografias	Sr. Vicente Pichinini	Não identificada	Diário Oficial	Riacho do Sangue - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do açúde público Riacho do Sangue-Ceará (1915-1917).						
3	1933	Fotografias	Sr. Teodorico da Costa Barros	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Reproduzindo o canção que refletiu as lutas de Juazeiro do Norte (1913) e flagrantes das benções do revdm. Padre Cícero nas vésperas da Intentona						
9	1933	Fotografias	Sr. Falemon da Famalira	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do interior do Ceará.						
13	1934	Fotografias	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Representando aspectos antigos de Fortaleza.						
7	1933	Fotografias	Prefeitura de Juazeiro do Norte	Estabelecimento oficial	Jornal A Gazeta; Documentos oficiais do Governo Provisório	Juazeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Flagrantes da Rebelião de Juazeiro do Norte (Ceará-1914).						
3	1933	Fotografias	Sr. Manfredo de Oliveira Lima	Agente Auxiliar do Arquivo em Limoeiro do Norte	Documentos oficiais do Governo Provisório	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Sobre a passagem de Lampião, em Limoeiro do Norte (Ce), no dia 15/06/1927.						
2	1933	Fotografias	Sr. Nestor Santos Vieira	Estudante	Documentos oficiais do Governo Provisório; A Gazeta	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Flagrantes do movimento revolucionário libertador do Ceará, em prol da candidatura Franco Rabelo (1911-1912).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
4	1933	Fotografias	Dr. Livino de Carvalho	Desembargador-Agente Auxiliar do Arquivo em Barbalha	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Inauguração da estação da Rede Ferroviária Cearense no Crato.						
14	1933	Fotografias	Senhorita Tercina Holanda	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Quixadá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Grupo de Lampião em sua passagem por Mossoró e Limoeiro do Norte.						
19	1932	Fotografias	Prof. Joaquim da Costa Nogueira	Professor	Relatório de Eusébio de Sousa; O Povo; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> São ampliações a mão livre, feitas a craion, de fotografias tiradas por Antonio Bezerra de Menezes. Eram 36, mas foram conservadas 19. Tratam de aspectos do Ceará de 1892. Figuraram na Exposição de Chicago (1892).						
2	1935	Fotografias	Sr. Manoel Albano Amora	Acadêmico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De José Gil Amora e Dr. Gil Amora.						
10	1933	Fotografias	Sociedade Capistrano de Abreu	Estabelecimento particular	Documentos oficiais do Governo Provisório	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Capistrano de Abreu.						
7	1933	Fotografias	Sr. J. Carvalho	Artista plástico	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De vistas do Ceará.						
2	1934	Fotografias	-----	-----	Jornal O Nordeste	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Vários clichês sobre a "revolução" de Pinto Madeira.						
2	1934	Fotografias	Dr. Romulo Campos	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da casa da Fazenda Fechado, que pertenceu a José Antônio de Fechado (Canindé-Ce), ora bacia hidráulica do Açude General Sampaio (Agosto de 1933).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
39	1933	Fotografias	Sr. José Braga Mendes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da cidade de Fortaleza.						
2	1934	Fotografias	Sr. Constantino Neri Camelo, Aquiles A. e Haley C.	Empreendedores do raid pedestre José Américo	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Várias fotografias dos raidem que fizeram o percurso Fortaleza-João Pessoa.						
2	1933	Fotografias	Sr. Emanuel Pinheiro Maia	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da casa de detenção de Crateus, por ocasião de seu novo prédio, em 1931.						
1	1933	Fragmento de madeira petrificada	General Dr. Luís Sombra	Militar-Tesoureiro da Sociedade Capistrano de Abreu	Documentos oficiais do Governo Provisório	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b> Encontrado no extinto município de Mulungu (Ce). O doador é um Agente-Auxiliar do Arquivo Público no Rio de Janeiro.						
1	1934	Fragmento de minério	Sr. Constantino Neri Camelo	Agente Auxiliar do Arquivo pelo interior do Ceará	Diário Oficial	Santana do Acaraú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Encontrado nas mediações do Serrote da Rôla, em Santana do Acaraú-Ceará.						
1	1934	Fragmento de uma escova de metal dourado	Waldo Weyne	Estudante	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Pertenceu a um ascendente veterano da Guerra do Paraguai.						
1	1934	Fragmento de uma pedra	Sr. Paulo Aragão	Agente Auxiliar do Arquivo em Sobral	Diário Oficial	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do alicerce do antigo pelourinho.						
1	1933	Fragmentos de bandeira	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Dos 18 de Copacabana.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
3	1933	Fragments de cristal de rocha	Sr. João Brasileiro	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> -----						
1	1933	Fuzil usado	Sr. Fausto Candido	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Quixadá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Manulcher.						
1	1935	Granada	Sr. Antônio Gomes da Silva	Músico do 23º BC	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De avião, colhida pelo ofertante nas trincheiras de Queluz (Revolução Paulista de 1932).						
1	1932	Granada	Prefeitura de Juazeiro do Norte	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Juazeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Encontrada pelo Tenente Arnaldo, na Revolução de 1930, no sítio Serrinha (Juazeiro do Norte-Ce).						
1	1933	Granada	Tenente Aderson Aquino Pereira	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De mão, de fabricação paulista, adquirida no 4º R. I. de Itaúna, por ocasião da revolta de São Paulo (1932).						
1	1933	Granada	Sr. Eugenio Nunes de Sousa	Estudante	Documentos oficiais do Governo Provisório	São Paulo - SP
<b>OBSERVAÇÕES</b> De mão, da Revolução de São Paulo.						
2	1935	Granadas	Dr. Luiz Vieira	Inspetor Federal de Obras contra as Secas	Diário Oficial; Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Colhida pelo ofertante (um engenheiro) no local da Guerra de Canudos.						
1	1934	Guarrafa com areia	Senhorita Ana Ramalho de Oliveira	Não identificada	Diário Oficial	Russas - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do morro do Timbau (Pertence à praia de mesmo nome, divisa entre o Ceará e Rio Grande do Norte).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Imagem de Nossa Senhora da Assunção	Arcebispo Metropolitano	Padre	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

Requisitada por Eusébio de Sousa. Pertenceu a antiga capela existente na Fortaleza de N. S. da Assunção. Depois foi transladada para o quartel do 23º BC em 1942, segundo artigo do Jornal O Nordeste (31/12/1942).

1	1932	Insígnias	Coronel Vicente Lopes de Araujo	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	-----------	---------------------------------	---------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Concedidas ao graduado

2	1933	Insígnias e adornos	Coronel Ignácio de Almeida Fortuna	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Granja - Ce
---	------	---------------------	------------------------------------	---------	---	-------------

**OBSERVAÇÕES**

De uma loja maçônica que existiu na vila de Granja (Ce).

2	1932	Jacarés de Bronze	Barão de Studart	Historiógrafo	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	-------------------	------------------	---------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Foram retirados da residência do Barão, na rua Barão do Rio Branco n.82.

3	1932	Jarros de Porcelana	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Relatório Eusébio de Sousa; O Nordeste; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	---------------------	-------------------------	-------------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Jarrões ornamentais que ficavam no Passeio Público (Fortaleza-Ce). Louça de Sévres. São apontados como preciosidades. Matarazzo pediu para comprá-los, mas o seu pedido foi negado pela Prefeitura de Fortaleza.

1	1934	Kepi	Coronel Juvenal de Carvalho	Militar	Diário Oficial; Jornal O Nordeste	Fortaleza - Ce
---	------	------	-----------------------------	---------	-----------------------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Do uniforme de oficial superior (coronel) da antiga Guarda Nacional.

1	1932	Lage pesando 20 kg , tijiolo e viga	Dr. Eusébio de Sousa / Desembargador Faustino de	Diretor do Arquivo e Museu Histórico / Desembargador	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Aquiraz - Ce
---	------	-------------------------------------	--	--	--	--------------

**OBSERVAÇÕES**

Os ofertantes, acompanhados do Agente Auxiliar do Arquivo em Fortaleza (Fco. Ferando Ribeiro da Silva), conseguiram as peças junto as ruínas do antigo hospício e igreja dos jesuítas.

2	1934	Lâminas de selos	Sr. João Guerra Neto	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	------------------	----------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De consumo do Estado do Ceará, de diferentes valores. Vários selos.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Lança-granada	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

Apreendido pelo Primeiro Batalhão Cearense no combate da Fazenda Santa Helena, durante o movimento sedioso paulista (1932).

1	1934	Lápide	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Jornal O Nordeste; Boletim Museu	Fortaleza - Ce
---	------	--------	----------------------	---	----------------------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Comemorativa da fundação da extinta Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção. Foi doada por intermédio do Sr. Chefe da Região Militar em Recife e do Comadante do 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, sr. Manuel Colares Chaves.

1	1935	Litogravura	Dr. Luís Pacífico Caracas	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	-------------	---------------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Da Família Imperial.

1	1934	Livro de atas	-----	-----	Jornal O Nordeste	-----
---	------	---------------	-------	-------	-------------------	-------

**OBSERVAÇÕES**

Com os atos originais do Ministério da Guerra, abrangendo todo o período da "revolução" de Pinto Madeira. Contêm as assinaturas do Ministro Conde do Rio Pardo e do General Lima e Silva. A documentação aponta a cassação da patente militar de Pinto Madeira, a relação de medicamentos e munições, bem como os preços das patentes dos oficiais.

1	1933	Machado colonial	Sr. Eduardo de Abreu Machado	Funcionário do Colégio Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	------------------	------------------------------	--------------------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Achado com objetos indígenas no município de Campos Sales (Ce).

1	1933	Machado de índio	Sr. Atauhalpa J. Alencar	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	------------------	--------------------------	------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De pedra. Segunda doação de um mesmo tipo de objeto, pela mesma pessoa.

1	1933	Machado de índio	Sr. Atauhalpa J. Alencar	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	------------------	--------------------------	------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Encontrado na fazenda Pedra Branca, em Pacatuba (Ce).

1	1935	Machado de índio	Sr. Joaquim Pereira Pinto	Não identificada	Diário Oficial	Itapipoca - Ce
---	------	------------------	---------------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

-----

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Machado de índio	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> -----						
1	1932	Machado de índio	Senhorita Zuila Nogueira Lima	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Encontrado nas escavações procedidas no Sítio Campestre, em Quixadá (Ce).						
3	1933	Machados de índio	Sr. João Brasiliense	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De pedra.						
1	1936	Mapa (cópia)	-----	-----	Boletim Museu Histórico	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do estabelecimento holandês na Barra do Rio Ceará.						
1	1936	Mapa (cópia)	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da planta do Forte Shoonenborch, construído pelos holandeses no Ceará.						
1	1936	Mapa (cópia)	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da planta da Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção ou Porto do Ceará. Original: Coleção Barão de Studart.						
1	1936	Mapa (cópia)	-----	-----	Boletim Museu Histórico	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Porto do Mucuripe na Capitania do Ceará. Original: Coleção Barão de Studart.						
1	1936	Mapa (cópia)	-----	-----	Boletim Museu Histórico	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da planta do Porto e da cidade de Fortaleza em 1831. Original: Arquivo Nacional.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Máquina de costura	Sr. Hugo Cavalcante	Não identificada	Jornal O Povo (1937); Diário Oficial	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Máquina "Grover Baker SN". Foi a primeira do gênero que veio ao Brasil, sendo adquirida por um comerciante sobralense no ano de 1848. Foi também a primeira máquina de costura da cidade de Sobral, segundo matéria do Jornal O Povo de 1937.						
1	1934	Medalha	Sr. Vicente Pichinini	Não identificada	Diário Oficial	Riacho do Sangue - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Comemorativa da Fundação do Cruzeiro do Sul.						
1	1932	Medalha	Sr. Alcides Montano	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze, comemorativa da inauguração da estátua de D. Pedro II, em Fortaleza, no ano de 1913.						
1	1933	Medalha	Sr. Vicente Nogueira Sales	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze, comemorativa do governo do Dr. Silvério Neri, no Estado do Amazonas.						
1	1932	Medalha	Dr. João Pedro Serraine	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De cobre, comemorativa do bicentenário da fundação da cidade de Vila Rica (MG - 08/06/1711-1911).						
1	1935	Medalha	Padre Joaquim Horta	Padre	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze, do quinquagésimo aniversário da fundação da Sociedade de S. Vicente de Paulo - 1833/1883.						
1	1933	Medalha	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze, cunhada em Montévideu, por ocasião do primeiro centenário da República Oriental do Uruguai (1830-1930).						
1	1932	Medalha	Cônego Joaquim Rosa	Padre	Documentos oficiais do Governo Provisório	Maranguape - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze, comemorativa do jubileu episcopal de D. Joaquim Arcoverde, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro (1890-1915). O doador era Agente Auxiliar do Arquivo.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Medalha	Sr. Pedro Riquet	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em prata, comemorativa da passagem do primeiro centenário do nascimento de José de Alencar, cunhada no RJ, de 1929.						
1	1933	Medalha	Sr. Alexandre Wulfes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Comemorativa da revolução de São Paulo de 1932.						
1	1933	Medalha	Coronel José Frederico Rodrigues de Andrade	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De bronze, alusiva ao Marechal Hermes da Fonseca, ano de 1908.						
1	1935	Medalha	Sr. Alcides Santos	Numismata	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De bronze, comemorativa do IV Centenário Anchietano (1534-1934), oblação da Sociedade Numismática Brasileira de São Paulo.						
1	1934	Medalha	Coronel João Batista Lopes	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De bronze, comemorativa do monumento Cristo Redentor, inaugurado no Rio de Janeiro, em 12/10/1931.						
1	1933	Medalha	Sr. José Nunes Hitzschy de Melo	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Que coube ao finado pai do ofertante, major Alexandre Nunes de Melo, por atos de bravura nos combates em que tomou parte, como figura proeminente na guerra contra o Paraguai (1866-1870).						
1	1932	Medalha	Dr. José Lino da Justa	Médico	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Medalha de Bronze, comemorativa da Exposição Internacional (1922).						
1	1934	Medalha	Sr. F. A. Fraga	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De bronze, cunhada em homenagem ao Barão de Mauá.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Medalha	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Bronze, do Cruzeiro Italiano da America Latina.						
1	1933	Medalha	Sr. Edilberto Corrêa de Melo	Aluno do Colégio Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De metal branco, comemorativa do centenário da independência do Brasil (1822-1922).						
1	1934	Medalha	Sr. Meneleu Pontes	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De bronze, da Instituição de Santa Maria. Recordação da Primeira Comunhão recebida por José de Sá Viana.						
1	1932	Medalha	Prof. Joaquim da Costa Nogueira	Professor	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De madeira, comemorativa de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, cunhada no ano de 1867.						
1	1933	Medalha	Major Virgílio Borba	Militar	Jornal A Gazeta; Boletim Museu; Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em homenagem a João Brígido. Houve uma pesquisa para saber sua origem, segundo o Boletim do Museu Histórico do Ceará.						
1	1932	Medalha	Sr. Francisco Fernando Ribeiro da Silva	Agente Auxiliar do Arquivo em Fortaleza	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Padre Cícero e da Beata Maria Araújo.						
1	1934	Medalha	Capitão Arnulfo Pamplona	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Comemorativa do tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. Foi mandada cunhar pelo Instituto do Ceará, Academia Cearense e Centro Literário.						
1	1933	Medalha	Governo Provisório da República	Governo Provisório da República	Boletim Museu Histórico	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b> Foi cunhado um exemplar em ouro para o Museu Histórico Nacional; 21 medalhas em prata para os museus de cada estado e 1000 em bronze, para colecionadores.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Medalha	Sr. João Gualberto Marinho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

Comemorativa de um ano de serviço da Casa Pratt.

1	1933	Medalha	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
---	------	---------	--------------------	------------------	---	-------------

**OBSERVAÇÕES**

De bronze, cunhada em Recife, por ocasião do primeiro centenário da Revolução de Pernambuco (1817-1917).

1	1933	Medalha	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
---	------	---------	--------------------	------------------	---	-------------

**OBSERVAÇÕES**

De bronze, cunhada pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, por ocasião do primeiro centenário da Confederação do Equador.

1	1933	Medalha	Senhora Elvira Pinho	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório; Jornal A Gazeta	Fortaleza - Ce
---	------	---------	----------------------	------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Em alumínio, comemorativa do tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará. Referida medalha foi oferecida a Dona Elvira Pinho pela comissão promotora das festas do tricentenário da vinda dos primeiros portugueses (31/10/1903), por intermédio do prefeito municipal de então, coronel Guilherme Rocha, pelos serviços por ela prestados na organização e ensaios do corpo coral que cantou pela primeira vez, no Estado, o Hino do Ceará, no Paço da Assembléia, sob a regencia do provector e saudoso professor de musica Zacarias Gondim.

1	1934	Medalha	Casas Dumar & Cya	Estabelecimento particular	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	---------	-------------------	----------------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Prêmio de um ano de serviço da Casa Pratt.

1	1935	Medalha	Sr. João Xerez Frota	Não Identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
---	------	---------	----------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De alumínio, de curso na Alemanha, valor 2 centavos.

1	1933	Medalha	Sr. Alberto Amaral	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Recife - Pe
---	------	---------	--------------------	------------------	---	-------------

**OBSERVAÇÕES**

De bronze, distribuída em São Paulo, durante a revolução de julho de 1932.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1934	Medalhas	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Diário Oficial; Jornal O Nordeste.	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze, comemorativa do centenário do Distrito Federal.						
3	1932	Medalhas	Sr. Francisco Barbosa	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De mérito militar, de prata e bronze, concedidas por atos de bravura e benemerência, praticados na campanha do Paraguai, pelo Coronel Antônio Barbosa Leite.						
5	1934	Medalhas	Sr. João Francisco do Nascimento	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Prêmio da Exposição Agropecuária realizada em Fortaleza (1933).						
2	1932	Medalhas	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De Bronze, que foram distribuídas aos expositores de produtos na Exposição Internacional de 1922, no RJ.						
6	1933	Medalhas	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Jornal A Gazeta; A Rua	Porto Alegre - Rs
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Condecorações militares do Brigadeiro Antonio de Sampaio. Pertenciam à Dona América da Conceição Sampaio, filha do Brigadeiro, residente em Porto Alegre. Foram doadas por intermédio do Interventor Federal Carneiro de Mendonça. Dona America recebeu dois contos de réis pelas peças.						
2	1933	Medalhas	Monsenhor Luís de Carvalho Rocha	Padre	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Lembrança do Congresso Eucarístico da Bahia (1933).						
5	1934	Medalhas	Sr. João Francisco do Nascimento	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
-----						
1	1933	Medalhas (conjunto)	-----	-----	Diário Oficial	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Medalhas vendidas por Artur Valter Cabral ao Arquivo Público, pelo valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis)						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1936	Medalhas (conjunto)	Dr. Gustavo Barroso	Diretor do Museu Histórico Nacional	Jornal A Rua	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b> Conjunto de medalhas de Graça.						
3	1934	Medalhões	Sr. Francesco de Francisco di Angelo	Agente Consular da Itália em Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Bronze. Retratavam: 1) Raphael e Fornarina; 2) Tasso, Ariosto, Petrarca e Dante; 3) Mussolini.						
4	1932	Medidas antigas de litro de cobre e seus múltiplos	Sr. Genésio Ramos Alcantara	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> -----						
1	1932	Mesa	Prefeitura de Cascavel	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Cascavel - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cedro-jacarandá, que pertenceu a Câmara da Vila de Aquiraz.						
1	1932	Mesa	Prefeitura de Crato	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Jornal A Rua	Crato - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Onde a setença de morte de Pinto Madeira foi assinada.						
1	1933	Mesa	-----	-----	Jornal A Rua	Icó - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Pertenceu à antiga Câmara Municipal de Icó nos tempos áureos da Princesa do Sul-Leste.						
1	1933	Mobília do General Tibúrcio	Senhora Argentina Spinosa	Funcionária da Escola Normal Pedro II	Jornal A Gazeta; Boletim Museu	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Duas cadeiras de braço e duas comuns.						
1	1934	Moeda	Sr. Eurico Sidou	Fiscal das exatarias da zona litoral - Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do tempo do Império, ano 1851, valor 2\$000.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1935	Moeda	Sr. Manoel Rocha	Não identificada	Diário Oficial	Soure - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, Brasil Colonial, 1816.						
1	1933	Moeda	Sr. Luiz Gouveia	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De prata, do Brasil Império, no valor de \$200, ano de 1868.						
1	1932	Moeda	Dr. José Lino da Justa	Médico	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Cobre Colonial, valor de 20 réis, ano 1719.						
1	1933	Moeda	Sociedade Numismática Brasileira	Estabelecimento particular	Documentos oficiais do Governo Provisório	São Paulo - SP
<b>OBSERVAÇÕES</b> De bronze, comemorativa da data de fundação da Sociedade Numismática Brasileira, 19/01/1924.						
1	1935	Moeda	Sr. José da Silva Barros	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De prata, do Império, ano de 1856.						
1	1933	Moeda	Sr. Joaquim Delphino Pinheiro	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, brasileira, colonial, no valor de 40 réis e com a contramarca Ceará.						
1	1934	Moeda	Sr. Vicente Pichinini	Não identificada	Diário Oficial	Riacho do Sangue - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De níquel, no valor de \$400, emitida por ocasião do quarto centenário da capitania de São Vicente.						
1	1934	Moeda	Sr. Bartolomeu de Oliveira	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, do Brasil Colônia, encontrada no quintal da casa da residência do ofertante.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Moeda	Sr. Alcides Santos	Numismata	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, do Brasil Colonial, no valor de 37 e meio réis, ano de 1818.						
1	1932	Moeda	Sr. Orestes Rocha Bastos de Oliveira	Escolar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da República Peruana, no valor de 10 centavos.						
1	1932	Moeda	-----	-----	Documentos oficiais do Governo Provisório	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Boró, no valor de \$180, que circulou na cidade de Pereiro.						
1	1934	Moeda	Sr. Benedicto Prata	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, do valor de 0\$20, Brasil Império.						
1	1932	Moeda	Senhora Adrelina de Lagos Fernandes Bastos	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Boró, no valor de 40 réis, emitido em Baturité-Ceará (1893), pela comissão do comércio, composta pelos srs. Bernadino Proença, Raimundo Maciel, João Ramos da Silva, João Pontes Medeiros e Fco. Antônio Marques de Oliveira.						
1	1932	Moeda	Sr. Ezequiel Menezes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Aracati-Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Boró, no valor de 200 réis, emitido pela Câmara Municipal de Soure (Ce) e emoldurado em pequeno quadro.						
1	1932	Moeda	Coronel Freire de Andrade	Militar	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Boró, no valor de \$100, que circulou na cidade de Pereiro (Ce).						
1	1933	Moeda	Sr. Elias Rocha	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De prata, brasileira, \$200, 1855.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Moeda	Sr. Eurico Sidou	Fiscal das exatorias da zona litoral - Fortaleza	Jornal A Gazeta	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Lâmina de cem passagens de bonde (de tração animal) da Companhia Ferro Canil do Ceará, que sob a antonomásia de borós, circularam em Fortaleza entre 1894-1899.						
1	1932	Moeda	Sr. Francisco Fernando Ribeiro da Silva	Agente Auxiliar do Arquivo em Fortaleza	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De cobre, do Primeiro Império.						
1	1933	Moeda	Sr. Atauhalpa J. Alencar	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De cobre, do Brasil Império, no valor de 20 réis, contramarca Ceará.						
1	1934	Moeda	Sr. Eurico Sidou	Fiscal das exatorias da zona litoral - Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De prata, do Brasil República, no valor de \$500, ano de 1908.						
1	1934	Moeda	Sr. Antony de Alencar Santiago	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De prata, americana, correspondente ao ano de 1958.						
1	1934	Moeda	Sr. José Isidoro Dias	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
No valor de \$100, emitido pela Câmara Municipal de Fortaleza.						
1	1933	Moeda	Sr. Esmerino Gomes Parente	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De prata, do Brasil Colonial.						
1	1932	Moeda	Coronel Vicente Lopes de Araujo	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De cobre, do Brasil Colonial, no valor de 20 réis, ano de 1753.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Moeda	Sr. João Lopes Meireles	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Paracuru - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De cobre, do Brasil-Colônia, no valor de \$020, ano de 1752.						
2	1932	Moedas	Dr. Eusébio de Sousa	Diretor de Arquivo e Museu Histórico do Ceará	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De cobre, carimbadas com o nome Ceará.						
199	1932	Moedas	Barão de Studart	Historiógrafo	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
120 moedas estrangeiras e 79 nacionais.						
6	1933	Moedas	Dr. Raimundo Gomes de Matos	Intelectual	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Brasileiras, reputadas falsas, de vários valores.						
32	1932	Moedas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Dezessete de prata e quinze de cobre, do Brasil Colonial e Imperial.						
4	1932	Moedas	Coronel Freire de Andrade	Militar	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Nacionais, antigas.						
2	1932	Moedas	Sr. José Barbosa Lima	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Borós da Câmara Municipal de Soure (Ce), no valor de \$200. Cada emissão foi autorizada por lei municipal de 14/06/1896.						
18	1933	Moedas	Sr. Abner de Vasconcelos	Desembargador	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De vários valores e datas, brasileiras e estrangeiras.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
15	1932	Moedas	Sr. Hilario Rodrigues da Silva	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, do Brasil Império.						
10	1934	Moedas	Dr. Lirio Calou	Não identificada	Diário Oficial	Barbalha - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De prata, Brasil Colonial, várias datas e valores.						
49	1932	Moedas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De prata e cobre, referentes ao período colonial.						
2	1933	Moedas	Sr. José Fernandes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Santana do Acaraú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, nos valores de \$20, ano de 1737.						
4	1934	Moedas	Sr. Djalma de Lima Botelho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Nos valores de \$200, \$500 e 1\$000, emitidos em Acaraú e Massapê (Ce).						
6	1934	Moedas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Prata, do Brasil Colonial.						
2	1932	Moedas	Sr. Vicente de Castro	Político	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Brasileiras, do período colonial, nos valores de \$320. Foram emitidas em 1753 e 1768.						
27	1933	Moedas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, do Brasil Colonial e Império, nos valores de 10\$, 50\$ e 10\$000 (essa última emitida pelo Banco Emissor da Bahia).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
8	1933	Moedas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Ditas de prata, do Brasil Colônia e Império, nos valores de \$30, \$60, \$300, \$320 e 1\$200.						
12	1933	Moedas	Sr. Lopicino Maia	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre e níquel, do Brasil Imperial e República, de diversos valores.						
8	1934	Moedas	Sr. Alcides Santos	Numismata	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De cobre, de várias datas e valores, do Brasil Colonial e Impérial.						
8	1933	Moedas	Sr. Euleutério Marcos	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Borós, emitidos no Ceará, em diversas épocas.						
5	1934	Moedas	Sr. F. A. Fraga	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De níquel, do Brasil República, no valor de 20 réis, emitidas em 1920.						
37	1934	Moedas	Sr. Manuel Renovação Meira	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De prata e níquel, de vários valores e datas, Brasil Império e República.						
1	1935	Moedas (coleção)	-----	-----	Diário Oficial	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Moedas nacionais vendidas por Alcides Santos, grande numismata cearense, para o "engrandecimento do medalheiro do Museu Histórico do Ceará" (segundo consta no Diário Oficial). O governo autorizou a compra, mas o valor pago não é divulgado.						
2	1934	Mostruários	Coronel João Batista Lopes	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Envidraçados, para as secções do Museu Histórico do Ceará.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
3	1932	Objetos de prata com inscrições e incrustações.	Prefeitura de Sobral - Tenente Floriano da S. Machado	Estabelecimento oficial/Militar	Relatório Eusébio de Sousa; O Nordeste; Documentos oficiais do Governo Provisório	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Martelo, Trôlha e Colher de Pedreiro. O jornal O Nordeste fala em pá (e não em trôlha). Presentes dados ao Senador Conselheiro Jerônimo Martiniano Filgueira de Melo, sobralense, quando ocupava a presidência da província do RS (1878).						
10	1937	Ossos e crânios humanos	Comissão da Sociedade de Geografia e História do Ceará	Estudiosos	Jornal O Povo	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Vários ossos (mais de dez) encontrados na Serra da Canastra e analisados por José Waldo Ribeiro Ramos, Hugo Catunda, Joaquim Alves, Domingos Braga Barroso, Horival Soraine (membros da Sociedade de Geografia e História do Ceará), Gastão Justa e Paulo Sanford. Esse material foi posteriormente transferido para o Museu do Instituto Histórico do Ceará, segundo artigo publicado por Thomaz Pompeu Sobrinho na Revista do Instituto (Ce).						
1	1933	Par de botões	Sr. João Albuquerque	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Artisticamente feitos de cabelo de cavalo. Trabalho do criminoso Antônio Silvino, recolhido à Penitenciária de Recife.						
1	1932	Peça de bronze (modelo)	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Na lista de objetos doados pela Escola de Aprendizes, surgiu a referência ao Capitão dos Portos e ao Ministro da Marinha.						
2	1934	Peças de barro	Sr. Manfredo de Oliveira Lima	Agente Auxiliar do Arquivo em Limoeiro do Norte	Diário Oficial	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De barro, reproduzindo animais da fauna cearense. Várias peças.						
1	1936	Pedaco da forca de Tiradentes	Senhora Loura Wally Rosa	Não identificada	Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Que pertencia ao Museu Histórico Nacional.						
1	1932	Pedaco de oitiseiro (um palmo)	Sr. Hugo Victor Guimarães e Silva	Jornalista/Escritor	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Famoso oitiseiro da rua Guilherme Bizerril, em frente ao Crédito Popular São José e atrás da Igreja do Rosário. Foi abatido na administração Álvaro Weyne (1929).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1932	Pedaço de pau-brasil	Sr. José Júlio Barbosa	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

-----

1	1933	Pedaço de pau-brasil	Sr. Eurico Sidou	Fiscal das exatarias da zona litoral - Fortaleza	Jornal A Gazeta	Cascavel - Ce
---	------	----------------------	------------------	--	-----------------	---------------

**OBSERVAÇÕES**

O ofertante passou a ser considerado Agente-Auxiliar do Arquivo. Entregou as doações seguidas de um bilhete.

2	1935	Pedaços de minério	Sr. Joaquim Pereira Pinto	Não identificada	Diário Oficial	Itapipoca - Ce
---	------	--------------------	---------------------------	------------------	----------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Colhidos na fazenda Lagoa do Mucambo, Itapipoca-Ceará.

1	1933	Pedra de Mármore	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	------------------	-------------------------	-------------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Com inscrição gravada, retirada da antiga fonte pública existente na praça Benjamin Constant, mandada construir pelo presidente da antiga província, Dr. José Julio de Albuquerque Barros (Barão de Sobral) no ano de 1878.

1932	Pedras da Mina do Bom Jesus	Dr. Álvaro G. de Alencar	Desembargador	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
------	-----------------------------	--------------------------	---------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Mina de ouro.

1	1935	Pilar de alvenaria	Sr. Domingos Gouveia	Não identificada	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
---	------	--------------------	----------------------	------------------	-------------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Construído no antigo Largo do Seminário (Fortaleza), no ano de 1903, pela Primeira Comissão de Observações Magnéticas Brasileira, chefiada pelo então capitão-tenente Américo Silvado. Foi criminosamente arrancado do seu primitivo local e encontrado no quintal de uma casa, situada na praça Cristo Redentor, próximo ao Largo do Seminário. O pilar de alvenaria, juntamente com uma placa de latão (de forma elíptica) contendo algumas inscrições realizadas pela Comissão, deveriam ser conservados para marcar o ponto de observação dos estudiosos, como para facilitar a identificação e a reocupação do local posteriormente.

1	1933	Placa	Prefeitura de Ipu	Estabelecimento oficial	Documentos oficiais do Governo Provisório	Ipú - Ce
---	------	-------	-------------------	-------------------------	---	----------

**OBSERVAÇÕES**

De ágata, com o nome do Dr. João Tomé, retirada da praça do mesmo nome, em virtude do Decreto n. 751, de 09/09/1932.

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Placa	Dr. Gustavo Barroso	Diretor do Museu Histórico Nacional	Diário Oficial	Fortaleza - Ce

**OBSERVAÇÕES**

Com o nome Antônio Felino, retirada da antiga avenida Caio Prado, no Passeio Público, na qual figuravam o nome de todos os amigos do presidente.

1	1935	Placa	Governo do Estado do Ceará	Estabelecimento oficial	Boletim Museu Histórico; Jornal A Rua; Jornal O Nordeste; Jornal O Povo	Fortaleza - Ce
---	------	-------	----------------------------	-------------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De bronze, mandada colocar no Arquivo Público e Museu Histórico por ocasião da visita de Clóvis Beviláqua e Dona Amélia de Freitas Beviláqua ao Ceará, em 1935. O casal percorreu as salas do Arquivo Público e Museu Histórico e escreveu suas impressões sobre as Repartições no livro de visitas.

1	1935	Placa	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
---	------	-------	-------	-------	-------------------------	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De latão, em forma elíptica, contendo algumas inscrições realizadas pela Primeira Comissão de Observações Magnéticas Brasileira, chefiada pelo então capitão-tenente Américo Silvado. Foi colocada no Largo do Seminário (Fortaleza), no ano de 1903, juntamente com um pilar de alvenaria, para marcar o ponto de observação dos estudiosos, como para facilitar a identificação e a reocupação do local posteriormente. Para maiores informações sobre as inscrições, ver a troca de correspondência entre o Museu Histórico do Ceará e Observatório Nacional, publicados no Volume nº 01 do Boletim do Museu. Não se descrevem os detalhes acerca da chegada da placa ao Museu.

2	1932	Placas	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	--------	---	-------------------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

De bronze, retiradas de pontes reconstruídas no trecho da primeira rodovia Fortaleza-Terezina (Soure).

2	1932	Placas	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	--------	---	-------------------------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Pertenciam aos salões da Escola de Aprendizes de Marinheiros.

1	1933	Porta-chapéu	Prof. Mozart Solon	Professor	Jornal A Gazeta; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	--------------	--------------------	-----------	--	----------------

**OBSERVAÇÕES**

O primitivo dono do móvel foi o Barão de São Leonardo, benemérito da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e figura proeminente na Guerra dos Balaios.

1	1933	Porta-tinteiro	Sr. José Braga Mendes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
---	------	----------------	-----------------------	------------------	---	----------------

**OBSERVAÇÕES**

Fabricado nas oficinas da Estrada de Ferro de Baturité (Ce).

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Porte Monale	Descendentes do Coronel Pedro de Queiroz Lima	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Quixadá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Certamente era um "porte-monaie", que em francês significa porta-moeda. Pertenceu a Tristão Gonçalves (líder da Confederação do Equador no Ceará) e foi ofertada ao Coronel Pedro de Queiroz Lima pela viúva de Tristão, Dona Ana Triste.						
1	1934	Prato	Sr. José Euclides Coelho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Sopeiro, pertenceu ao casal Damásio Alves Ferreira e Francisca Bezerra de Menezes, de tradicional família ipuense, falecido o primeiro em 1862 e a segunda em 1855						
3	1934	Pratos	Dona Mocinha	Governanta do Padre Cícero	Jornal O Nordeste	Juazeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De louça branca, que trazem ao centro a gravação do nome do Padre Cícero. Era parte do aparelho adquirido no sul, pelo Padre, para o banquete realizado em homenagem à elevação de Juazeiro do Norte à categoria de cidade.						
3	1935	Pratos	Padre Manoel Hermes Monteiro	Padre	Diário Oficial	Icó - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De louça antiga, de uso no Brasil Império.						
2	1934	Pratos	-----	-----	Jornal O Nordeste	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Pseudo-Sèvres. Um trazendo em dourado as iniciais de Pedro II e o outro o monograma hialino de Caxias.						
1	1932	Prato-Travessa	Sr. Genésio Ramos Alcantara	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De louça, fabricação inglesa, que pertenceu a Viscondesa de Icó, segundo a tradição.						
1	1934	Prato-Travessa	Sr. Bartolomeu de Oliveira	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Com o monograma P.C.						
1	1932	Prensa de ferro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Na lista de objetos doados pela Escola de Aprendizes, surgiu a referência ao Capitão dos Portos e ao Ministro da Marinha.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1934	Projeto de construção do porto de Fortaleza	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> -----						
1	1934	Punhal	Sr. Manuel Santana	Não identificada	Diário Oficial	Maurity - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Cabo de prata, pertencente a um dos asseclas do grupo do Lampeão, adquirido na ocasião de sua passagem no território cearense, no ano de 1925.						
1	1933	Punhal-revólver	Arquivo Público do Ceará	Estabelecimento oficial	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De caráter original. Apreendido pela polícia.						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Alexandrino de Alencar.						
1	1934	Quadro	Sr. Antônio Fernandes Jardim	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Com os retratos em conjunto dos fundadores da Sociedade Libertadora Cearense.						
1	1934	Quadro	Coronel João Batista Lopes	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Emoldurado, contendo uma perspectiva do cais que forma o atual Porto da Draga (Fortaleza-Ce), construído pela empresa Ceará Harbour Corporation .						
1	1934	Quadro	Sr. José de Castro Menezes	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Feita em pau roxo incrustada em faia.						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Imperador Pedro II.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Quadro	Major Virgílio Borba	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Cópia de um desenho do estabelecimento holandês na Barra do Rio Ceará, entre 1637 - 1654, atribuído ao pintor Franz Post.						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional.						
1	1934	Quadro	Coronel João Batista Lopes	Militar	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Emoldurado, contendo a Comissão de Profissionais da Ceará Harbour Corporation, que construiu a Alfândega do Ceará (15/06/1891).						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Marechal Osório.						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Saldanha da Gama.						
1	1932	Quadro	Sr. Emílio Mamede	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Reprodução fotográfica do Congresso Constituinte Cearense.						
1	1934	Quadro	Sr. Boulanger Bruno	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Emoldurado, da Bandeira do Brasil em miniatura. Figurou nas festas do primeiro centenário da independência, no Ceará. No quadro, a bandeira está rodeada por pessoas da família do ofertante.						
1	1934	Quadro	Comando do 23º BC	Estabelecimento oficial	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Modelo de balas, de diversos calibres, usadas pelas carabinas Winchester.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Quadro	Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça	Secretário dos Negócios do Interior e da Justiça	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Quadro a óleo, emoldurado, com o retrato de Floriano Peixoto. É de autoria de José Irineu de Sousa, o mesmo autor de Fortaleza Liberta. Foi transferido do Museu Histórico do Ceará para a Assembléia Legislativa do Ceará, segundo matéria do jornal O Povo de 27/01/1950.						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da Marinha Greenhalgh.						
1	1932	Quadro	Dr. Álvaro G. de Alencar	Desembargador	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Quadro fotográfico da Faculdade de Direito do Ceará (1906).						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Marinheiro Marcílio Dias.						
1	1932	Quadro	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Almirante Tamandaré.						
1	1933	Quadro	Sr. Antônio Rodrigues Furtado	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Litográfico, da Marinha de Guerra Brasileira (1911).						
1	1933	Quadro	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do Dr. Antônio Caio da Silva Prado, presidente da antiga província do Ceará. Estava no edifício da extinta municipal de Porangaba.						
1	1932	Quadro	Prefeitura de Fortaleza	Estabelecimento oficial	Boletim Museu Histórico; Jornal A Rua.	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Fortaleza Liberta. Autor: José Irineu de Souza. Passou por restauração e limpeza a cargo do artista cearense Gérson Farias.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1935	Quadro	Dr. José Pires de Carvalho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Fotográfico, reproduzindo a reunião de chefes de polícia dos Estados do Norte, em dezembro de 1926, em Recife, presidida pelo então Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Estácio Coimbra, para acertar medidas contra o cangaceirismo.						
1	1933	Quadro	Viúva João Arruda	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Baturité - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da primeira diretoria do Clube Militar da Guarda Nacional do Estado do Ceará, fundada em 07/09/1907. Doado por intermédio do Agente-Auxiliar do Arquivo Público em Fortaleza, F. Fernando Ribeiro.						
1	1933	Quadro	Dr. Jorge Moreira da Rocha	Advogado	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Da Sociedade Perseverança e Porvir, com o retrato dos fundadores da Sociedade Cearense Libertadora .						
1	1935	Quadro	Sr. Francesco de Francisco di Angelo	Agente Consular da Itália em Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Reproduzindo a passagem do boxeur Primo Carnera, por Fortaleza, em 1934.						
1	1934	Quadro	Sr. Francesco de Francisco di Angelo	Agente Consular da Itália em Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Reproduzindo cortejo pontifício na Basílica de São Pedro, em Roma.						
1	1935	Quadro	Coronel Assis Holanda	Militar	Diário Oficial	Quixadá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Em miniatura, da passagem de Getúlio Vargas por Quixadá (Ceará), em setembro de 1933.						
1	1935	Quadro	Sr. Francisco Correia de Souza	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Reproduzindo as xiphopagas Maria Francisca e Francisca de Lourdes, nascidas em Barbalha (Ce), fato que repercutiu em todo o Brasil, sendo as mesmas operadas no Rio de Janeiro, pelo Dr. Chagas Prevost.						
3	1934	Quadros	Sr. Francesco de Francisco di Angelo	Agente Consular da Itália em Fortaleza	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Flagrantes do desastre do hidro-avião Savóia Marchetti, sinistrado no dia 28/02/1934, nas praias de Soure (Ce).						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1934	Quadros	-----	-----	Jornal O Nordeste	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Referentes à Marinha de Guerra Nacional.						
11	1933	Quadros	Tenente Lins Fialho	Militar	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Quadros alegóricos de feitos da armada brasileira, em várias épocas.						
2	1934	Quadros	Dr. Luiz Vieira	Inspetor Federal de Obras contra as Secas	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Com as últimas fotografias do grande reservatório do Cedro (Quixadá), retiradas recentemente pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.						
4	1939	Quadros	Coronel Alcebíades Dracon Barreto	Diretor do Colégio Militar	Jornal O Estado	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da formatura da primeira e da última turma do então recém-extinto Colégio Militar do Ceará.						
8	1932	Quadros	Escola de Aprendizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Jornal A Rua	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Emoldurados, que compõem a galeria dos menores que conquistaram o Prêmio Marcílio Dias.						
1	1934	Rabeca	Sr. Manfredo de Oliveira Lima	Agente Auxiliar do Arquivo em Limoeiro do Norte	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Fabricada no ano de 1878 por Bernardo Alves Bezerra. Pertenceu ao tocador popular Miguel Alves Bezerra.						
1	1934	Reprodução	-----	-----	Jornal A Rua	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Reduzida, de uma das antigas baterias - a da Princesa Carlota - existente no começo do século XIX, na Baía do Mucuripe (Ce), ordenada a sua construção, nesse tempo (1801), pelo governador Bernardo Manoel de Vasconcelos. A reprodução foi executada pelo engenheiro Cesar da Rocha Carneiro, que ofereceu seus serviços à diretoria do Arquivo Público do Ceará, para a sua construção.						
1	1933	Retrato	Sr. Tomaz Correia	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Ipú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em cartão, do General Antonio Sampaio.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1935	Retrato	Sr. J. Carvalho	Artista plástico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da estação Central, vinte anos antes.						
1	1933	Retrato	General Dr. Luís Sombra	Militar-Tesoureiro da Sociedade Capistrano de Abreu	Diário Oficial; Jornal A Gazeta	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Capistrano de Abreu.						
1	1935	Retrato	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Antônio Rodrigues Ferreira - "O Boticário Ferreira" - antigo presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, e que, nesse caráter, relevantes serviços prestou à cidade de Fortaleza. A tela é de autoria do artista plástico cearense J. Carvalho.						
1	1934	Retrato	Comando do 23° BC	Estabelecimento oficial	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Emoldurado, de Prudente de Moraes.						
1	1935	Retrato	Sr. J. Carvalho	Artista plástico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Canindé.						
1	1933	Retrato	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Dom Frei Vidal, bispo de Olinda, com assinatura autografada.						
1	1935	Retrato	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Major João Facundo de Castro Menezes, personagem política, no antigo regime, de grande projeção, assassinado em Fortaleza, às 19:30, do dia 08/12/1841. Quadro de autoria de J. Carvalho.						
1	1933	Retrato	Senhorita Alba Frota	Professora	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em ponto pequeno, do Coronel Franco Rabelo.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1933	Retrato	Sr. J. Carvalho	Artista plástico	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em cartão, de J. da Penha.						
1	1933	Retrato	Sr. Miguel Soares	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Dr. Pedro Augusto Borges, ex-presidente do Estado do Ceará e senador da República.						
1	1932	Retrato	Sr. José Casimiro de S. Pessoa	Não identificada	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Jovita Feitosa.						
1	1934	Retrato	Sr. Athayde Cavalcante	Não identificada	Jornal O Nordeste	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da Princesa Isabel, em louça esmaltada.						
1	1934	Retrato	Dr. Raimundo Gomes de Matos	Dentista	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Emoldurado, do Coronel Nelson de França Alencar, vulto de real prestígio político-social na zona do Cariri (Ce), falecido recentemente no Crato (Ce).						
1	1934	Retrato	Sr. João Guerra Neto	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Pequeno, do ex-presidente da antiga província do Ceará, Dr. Caio Prado.						
1	1935	Retrato	-----	-----	Boletim Museu Histórico; Jornal O Povo	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, de autoria do artista plástico cearense J. Carvalho. A "inauguração" do quadro contou com uma solenidade especial na referida Repartição.						
1	1935	Retrato	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Francisco José do Nascimento - "O Dragão do Mar" - de autoria do artista plástico cearense J. Carvalho.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
1	1935	Retrato	Dr. José Pires de Carvalho	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De George Clemenceau.						
1	1934	Retrato	Sr. José Brasil de Holanda Cavalcanti	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Em cartão, do General Carlos Mesquita.						
2	1935	Retratos	Sr. J. Carvalho	Artista plástico	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> De Eduardo Soares Barbosa (oficial de polícia do governo Franco Rabelo) e Manoel Lacerda Palmeira (participa da Revolução de 1914).						
2	1933	Retratos	Senhora Ana de Lagos Bastos Vieira	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Senador Miguel Fernandes e de Manuel Fernandes Vieira.						
2	1934	Retratos	Sr. Valdir de Laebmann	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Do Tenente Coronel José da Silva Guimarães, cearense veterano do Paraguai, e sua esposa, Dona Francisca Guimarães. Eram pais do Dr. Aprigio Guimarães, lente da Faculdade de Direito do Recife.						
1	1934	Revólver	Delegado de Limoeiro	Delegado	Diário Oficial	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Antigo. De um criminoso no ato de um homicídio. Doado por intermédio do Sr. Manfredo de Oliveira Lima, Agente-Auxiliar do Arquivo Público em Limoeiro do Norte (Ce).						
1	1933	Salva-vidas	-----	-----	Jornal A Rua; Jornal O Nordeste; Relatório Carneiro de Mendonça; Relatório Eusébio de Sousa (Anais)	-----
<b>OBSERVAÇÕES</b> De aspecto um pouco danificado, onde ainda se lê a inscrição: Guadalupe-Havre. Pertenceu ao navio francês Guadalupe, da Companhia Chargeus Reunis. Foi torpedeado por um cruzador alemão, em águas brasileiras, no ano de 1914, ao norte da Ilha de Fernando de Noronha, vindo a calhar em Camocim (Ce), juntamente com um outro.						
1	1934	Sino	Padre José Bruno Teixeira	Padre	Jornal O Nordeste; Foto Boletim Museu	Cascavel - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b> Da Capela de Cascavel. Entregue sem o badalo. Possuía a inscrição "Nossa Senhora do Ó no Cascavel Ciará -1739". Foi a primeira capela erguida em Cascavel.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
2	1932	Sinos	Escola de Aprendizizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De bronze. Na lista de objetos doados pela Escola de Aprendizizes, surgiu a referência ao Capitão dos Portos e ao Ministro da Marinha.						
1	1932	Taça de metal	Escola de Aprendizizes de Marinheiros (extinta)	Estabelecimento oficial	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Na lista de objetos doados pela Escola de Aprendizizes, surgiu a referência ao Capitão dos Portos e ao Ministro da Marinha.						
1	1934	Tijolo	Dr. Sabino da Silva Thé	Agente Auxiliar do Arquivo em Acaraú	Diário Oficial	Santana do Acaraú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De alvenaria, colhido na antiga igreja de Almofala, mandada edificar pela Rainha Dona Maria I, no começo do século XVIII.						
3	1933	Tijolos	Sr. Luís G. Brígido Bastos	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Diversos, adquiridos pelo ofertante por ocasião da demolição do antigo Palácio dos Governantes, na rua Conde d'Eu (Fortaleza-Ce).						
1	1934	Travessa	Família Peres Nunes	Não identificada	Jornal O Nordeste	Ipú - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Estilo oriental. De cor rosa, com arabescos e pinturas. Pertenceu a família Peres Nunes e possuía cerca de 100 anos.						
1	1933	Trilha de barro	Sr. Francisco das Chagas Holanda	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Quixadá - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Com inscrição do ano de 1799, retirada de uma casa demolida na cidade de Quixadá (Ce).						
1	1934	Túnica	Coronel Juvenal de Carvalho	Militar	Diário Oficial; Jornal O Nordeste	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do uniforme de oficial superior (coronel) da antiga Guarda Nacional.						
2	1932	Urnas de prata	Capitão Carneiro de Mendonça	Interventor Federal	Relatório de Eusébio de Sousa; Documentos oficiais do Governo Provisório	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Usadas no Império para as eleições internas da Assembléia Provincial do Ceará.						

QTD	ANO	OBJETO	DOADOR	PROFISSÃO	FONTE	CIDADE
4	1937	Urnas indígenas funerárias	Comissão da Sociedade de Geografia e História do Ceará	Estudiosos	Jornal O Povo	Sobral - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Encontrados na Serra da Canastra e analisadas por José Waldo Ribeiro Ramos, Hugo Catunda, Joaquim Alves, Domingos Braga Barroso, Horival Soraine (membros da Sociedade de Geografia e História do Ceará), Gastão Justa e Paulo Sanfort.						
1	1933	Vale de metal	General Dr. Luís Sombra	Militar-Tesoureiro da Sociedade Capistrano de Abreu	Diário Oficial	Rio de Janeiro - RJ
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Uma quarta, da Fazenda Bom Sucesso (Baturité- Ceará), de propriedade de Manuel José Vieira Figuerêdo, emitido no ano de 1895.						
1	1934	Vale de metal	Sr. José Júlio Barbosa	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De uma passagem nos Ascensores da Companhia Linha Circular de São Salvador -Bahia.						
1	1934	Vara	Sr. Valdir de Laebmann	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Medida antiga.						
1	1933	Vaso indígena	Sr. João Brasileiro	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório; Boletim Museu Histórico; Jornal O Nordeste	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
De pedra, encontrado em escavações recentemente procedidas em terras de Nova Holanda (Limoeiro do Norte-Ce). Ficava exposto no Museu dentro de um mostruário, juntamente com louças finas.						
3	1935	Vasos indígenas	-----	-----	Boletim Museu Histórico	Crato - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Encontrados em escavações procedidas no campo de aviação da cidade do Crato, no local onde se supõe ter sido um cemitério indígena.						
1	1933	Vertebra de baleia	Sr. Antonio Lajes	Não identificada	Documentos oficiais do Governo Provisório	Limoeiro do Norte - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Colhida em costa cearense, com 2 metros de comprimento em arco.						
1	1934	Vidro com areia	Sr. José Ricardo de Freitas	Não identificada	Diário Oficial	Fortaleza - Ce
<b>OBSERVAÇÕES</b>						
Do morro do Timbau (Pertence à praia de mesmo nome, divisa entre o Ceará e Rio Grande do Norte).						